

**Universidade Federal de Minas Gerais
Instituto de Geociências
Departamento de Geografia**

Daniella Eloi de Souza

**ASPECTOS SOCIOAMBIENTAIS E A GESTÃO DA APA ESTADUAL
DAS ÁGUAS VERTENTES**

**Belo Horizonte
2014**

Daniella Eloi de Souza

**ASPECTOS SOCIOAMBIENTAIS E A GESTÃO DA APA ESTADUAL
DAS ÁGUAS VERTENTES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia

Área de concentração: Análise Ambiental

Orientador: Vilma Lúcia Carvalho Macagnan

Co-orientador: Bernardo Machado Gontijo

**Belo Horizonte
2014**

S719a
2014

Souza, Daniella Eloi de.

Aspectos socioambientais e a gestão da APA estadual das águas vertentes [manuscrito] / Daniella Eloi de. – 2014.

260 f., enc.: il. color.

Orientadora: Vilma Lúcia Carvalho Macagnan.

Coorientador: Bernardo Machado Gontijo.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências, 2014.

Área de concentração: Análise Ambiental.

Bibliografia: f. 220-227.

Inclui anexos.

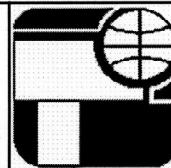
1. Gestão ambiental – Teses. 2. Áreas de conservação de recursos naturais – Teses. 3. Diversidade sociambiental – Teses. 4. Minas Gerais – Teses. I. Macagnan, Vilma Lúcia Carvalho. II. Gontijo, Bernardo Machado. III. Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências. IV. Título.

CDU: 658.012.43:504.06



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



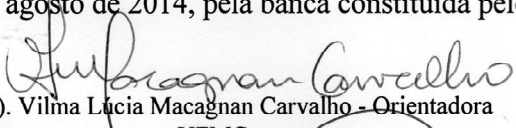
FOLHA DE APROVAÇÃO

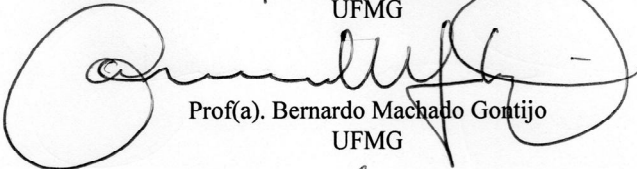
**ASPECTOS SOCIOAMBIENTAIS E A GESTÃO DA APA ESTADUAL DAS ÁGUAS
VERTENTES**

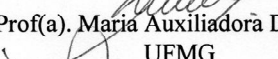
DANIELLA ELÓI DE SOUZA

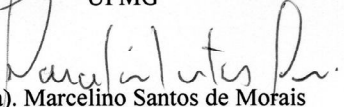
Dissertação submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em GEOGRAFIA, como requisito para obtenção do grau de Mestre em GEOGRAFIA, área de concentração ANÁLISE AMBIENTAL.

Aprovada em 21 de agosto de 2014, pela banca constituída pelos membros:


Prof(a). Vilma Lúcia Macagnan Carvalho - Orientadora
UFMG


Prof(a). Bernardo Machado Gontijo
UFMG


Prof(a). Maria Auxiliadora Drumond
UFMG


Prof(a). Marcelino Santos de Moraes
UFVJM

Belo Horizonte, 21 de agosto de 2014.

Dedico esse trabalho ao ex gerente da APAEAV, Leonardo Quirino, pelo suor, dedicação e abdições em prol da gestão dessa unidade de conservação.

AGRADECIMENTOS

Eterna Gratidão... A todas aquelas pessoas que foram fundamentais para esse trabalho! Em especial, agradeço a minha família, Gabriel, Professora Vilma, Professor Marcelino, Professor Bernardo, Raquel, Leonardo Quirino e moradores da APAEAV! Sem vocês esse trabalho definitivamente não teria se tornado realidade!

A minha família, em especial meus pais que inexplicavelmente compreenderam minha constante ausência e me apoiaram até o último instante! Mesmo distante, o amor de vocês a mim é um trampolim para cada salto da minha vida!

Ao Gabriel pelo companheirismo durante toda a trajetória e obrigada principalmente, por aturar meus momentos de desespero inevitáveis!!

A Professora Vilma, agradeço pela orientação, e principalmente, por sem mesmo me conhecer e trabalhar com a temática de estudo, ter abraçado a mim e minha proposta de pesquisa, sem medir esforços em nenhum momento e independente das circunstâncias para que eu conseguisse realizar esse trabalho!

Ao Bernardo pelas palavras certas nos momentos certos e por ter acreditado e fomentado minhas indagações, mesmo sem sabermos exatamente sua forma textual!

Ao Marcelino pela disponibilidade constante, por sempre me mostrar mil possibilidades diante de um campo minado de problemas a resolver e por me fazer acreditar na importância/me encorajar a assumir o caráter exploratório!!

A Raquel por ter me aberto os olhos e alternativas para trilhar esse caminho!

Ao Léo, por acreditar no meu trabalho e não medir esforços para que eu tivesse a possibilidade de realizar essa pesquisa sobre a APAEAV!

Aos moradores da unidade, em especial Zico, Gonçalo, Nando e à família Correia, e a todos os demais, que abriram portas e corações para falar comigo sobre suas vidas! Agradeço também pelas acolhidas, cafés, biscoitos e todo carinho recebido por onde andei! Gestos que transformaram o fardo dos dias de campo em boas lembranças!

A Kátia e o Zé pelo abrigo e carinho maternal e paternal!

Aos meus companheiros, voluntários de campo, Vivi, Gabriel e Junia, muito obrigada pelo apoio! Peço licença para agradecer em especial a Junia que embargou dias e mais dias comigo nessa aventura, sendo ao mesmo tempo uma profissional e amiga, possibilitando que os dias fossem produtivos e que as noites fossem alegres e revigorantes!

Ao Felipe pelos serviços essenciais prestados e pela parceria!

A Professora Dodora por suas contribuições!

A todos os amigos e companheiros de lida: equipe da APAEAV e MONAT, pelo carinho e apoio de sempre! Em especial agradeço ao Paulinho pelas contribuições diretas a pesquisa!

A equipe do PEPI pelo abrigo e carinho! Também, à Prefeitura de Santo Antônio do Itambé pelo apoio!

Ao CNPQ por custear parte dos gastos de campo e a CAPES por conceder auxílio, na forma de bolsa, durante parte do desenvolvimento da pesquisa.

A Deus por tudo isso!

RESUMO

As APAs são uma categoria de unidade de conservação instituída no Brasil em 1981 e enquadrada, em 2000, no grupo de Uso Sustentável no SNUC. A dificuldade de gestão das APAs passa pela insuficiência de recursos humanos e financeiros, assim como em outras categorias, mas é particular por suas características: a busca por sustentabilidade, a grande extensão dessas áreas protegidas, a gestão dos recursos naturais considerados públicos ser realizada em territórios particulares e falta de consenso sobre os objetivos de criação dessa categoria, assim como a indefinição das proibições a que estão submetidas. Esse cenário agrava-se em APAs sem plano de manejo, onde essas questões tendem a ser implementadas a partir da percepção do gestor sobre a área. Dessa forma, considerando a ausência do Plano de Manejo para a Área de Proteção Ambiental Estadual das Águas Vertentes – APAEAV, a presente pesquisa buscou realizar um estudo exploratório dos aspectos socioambientais da área de abrangência e sua gestão, a fim de contribuir com a gestão da unidade. A APAEAV foi criada em 1998, abrange 76,310 localizados em parte de sete municípios, em MG. A presente pesquisa foi realizada a partir de três abordagens: o ponto de vista oficial, que consiste na análise dos documentos de gestão da unidade; o ponto de vista geográfico, que busca caracterizar a área de abrangência da unidade, a partir de dados do IBGE e de campo; e o ponto de vista dos moradores, que analisa a percepção da comunidade sobre a área e a gestão da unidade, a partir da análise de conteúdo de entrevistas realizadas. No que tange à caracterização da área da APAEAV, foram espacializadas 59 localidades. Os moradores da APAEAV são de baixa renda, pertencentes em sua maioria à classe social E. Possuem um mosaico de atividades que compõe sua renda, mas tem percebido os programas assistencialistas como a base do seu sustento familiar. Foram identificadas 4 áreas na APAEAV com características socioambientais semelhantes, que apontam a inviabilidade da execução de um mesmo plano de ação para toda a unidade, tendo em vista as peculiaridades, demandas sociais e ambientais diferenciadas para cada área. A diminuição da quantidade de produção agrícola e o fortalecimento do associativismo são características que foram levantadas como as principais mudanças na região. A percepção dos moradores em relação à APAEAV é ainda muito incipiente, e muito diferenciada no território, sendo mais aprofundada quanto mais próximo do entorno da sede da UC. Com relação à gestão, a pesquisa aponta que ainda há priorização de atividades de fiscalização e educação ambiental. Entende-se que atuações extensionistas pela equipe são potenciais para o alcance dos objetivos propostos, praticamente não implementados, como manejo e desenvolvimento de atividades econômicas. Por fim, percebe-se a necessidade de um maior número de estudos sobre as APAs, a fim de identificar pontos convergentes na gestão dessas áreas protegidas, buscando clarear do ponto de vista oficial “a que veio” dessas UCs e na prática suas possibilidades de gestão.

ABSTRAT

The APAs are a category of protected area established in Brazil in 1981 and framed in 2000, in the group Sustainable Use in SNUC. The difficulty of APAs' management pass by insufficient human and financial resources, as well as in other categories, but its particular for their characteristics: the demand for sustainability, the great extent of these protected areas, the management of natural resources considered public be held in private territories and disagreement about the aims of creating this category, as well as the blurring of the prohibitions to which that are submitted. This scenario worsens in APAs without a management plan, where these issues tend to be implemented from the perception of the manager on the area. Thus, considering the absence of the Management Plan to Águas Vertentes's Protected Area- APAEAV, this research sought to conduct an exploratory study of the social and environmental aspects of the covered area and its management in order to contribute to the management of unit. The APAEAV was created in 1998, covers 76.310 located in part of seven municipalities in MG. This research was conducted using three approaches: the official point of view, that is the analysis of the unit management documents; the geographical point of view, that seeks to characterize the coverage area of the unit, from IBGE data and field studies; and the point of view of the residents, which analyzes the community perception of the area and the unit management, from the content analysis of interviews. Regarding the characterization of the area of APAEAV, 59 localities were spatialized. Residents of APAEAV are low-income, mostly belonging to the E class. They have a mosaic of activities that make up their income, but have noticed the state welfare programs as the basis of their family income. Four areas were identified in APAEAV with similar socio-environmental characteristics, which indicate the impracticability of executing the same plan of action for the entire unit, considering the peculiarities, different social and environmental demands for each area. The decreased amount of agricultural production and the strengthening of civil society are features that were raised as major changes in the region. The perception of residents regarding the APAEAV is still very early and very different in the territory, being further how nearest surrounding the headquarters of the UC. About the management, the research shows that there are still prioritizing inspection and environmental education activities. It is understood that the extension staff are potential actions to achieve the proposed objectives, hardly implemented, such as management and development of economic activities. Finally, we see the need for a larger number of studies on the APAs, to identify convergent points in the management of these protected areas, seeking to lighten the official point of view "that came" these UCs and the practice their chances of management.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Municípios de abrangência da APAEAV	21
Figura 2 - Mosaico Espinhaço Meridional: Alto Jequitinhonha - Serra do Cabral.....	23
Figura 3 – Representação 2D da APAEAV	24
Figura 4 - Pico do Itambé	25
Figura 5 – Mapa das Bacias Hidrográficas e Biomas na APAEAV.....	26
Figura 6 - Rio Jequitinhonha – Limite da APAEAV.....	26
Figura 7 - A direita da foto, Jequitinhonha Branco, a sul, Soberbo que juntos formam Jequitinhonha - a direita.	27
Figura 8 - Mata Atlântica na APAEAV	28
Figura 9 Mapa setores censitários na APAEAV 2000 E 2010.....	35
Figura 10 – Localidades na APAEAV.....	81
Figura 11 – Mapa da Densidade populacional na APAEAV	82
Figura 12 - Campo na Chapada do Couto.....	84
Figura 13 - Escola Municipal de Covão.....	84
Figura 14 - Paisagem da área com detalhe ao acesso precário	85
Figura 15 - Moradora a cavalo, como é de costume local.....	85
Figura 16 - Escola Municipal do Algodoeiro	86
Figura 17 - Faz. Santa Cruz do Gavião.....	86
Figura 18 - Fotografia aérea com detalhe o pátio de beneficiamento da Mineradora HC8	86
Figura 19 – Antigo muro de pedra de servidão desconhecida	86
Figura 20 - Sede da Fazenda Gavião com detalhe para as cachoeiras ao fundo.....	87
Figura 21 Silvicultura Fazenda Gavião.....	87
Figura 22 - Comunidade Bahia.....	88
Figura 23 - Silvicultura na Fazenda Gavião.....	88
Figura 24 - Paisagem local, em evidência a Serra da Gurita	88
Figura 25 - Quintal de domicílio local, em evidência a Serra do Taipeiro.....	88
Figura 26 - Desmatamento local - Comunidade Palmeiras	89
Figura 27 - Mata confrontando com a cultura do gado - Comunidade Taipeiro.....	89
Figura 28 - Imagem de satélite do setor censitário 4.....	90
Figura 29 - Fazenda São João, sede do Parque Estadual do Pico do Itambé	90

Figura 30 – Fotografia aérea de área de pastagem	91
Figura 31 – Fotografia aérea de sede de fazenda local	91
Figura 32 - Membros familiares no trabalho rural.....	91
Figura 33 - Remanescente de Mata Atlântica em Botafogo	91
Figura 34 - Plantio de Cana em Canavial na APAEAV	92
Figura 35 - Grupo Canavial	92
Figura 36 - Área desmatada para pastoreio, comunidade Tamanduá	93
Figura 37 - Vista da comunidade Gameleira, em detalhe a Samambaia e a Serra da Gurita ao fundo.....	93
Figura 38 - Silvicultura, comunidade Água Santa.....	94
Figura 39 – Moradia local e ao fundo Serra da Gurita.....	94
Figura 40- Sempre-vivas no campo na Várzea do Breu.....	95
Figura 41 - Área dominada por <i>Samanbaia</i> na Jacutinga e atrás o vale do Rio do Peixe	95
Figura 42 – Fotografia aérea da silvicultura entre a Serra do Condado e Jacutinga.	95
Figura 43 - Serra do Condado.....	95
Figura 44 – Fotografia aérea da paisagem de Jacutinga	95
Figura 45 – À esquerda Pico do Itambé e À direita Serra do Arrependido.....	95
Figura 46 - Igreja Nossa Senhora do Rosário em Milho Verde	97
Figura 47 - Sede do Instituto Milho Verde	97
Figura 48 - Visitação Turística na Cachoeira do Lajeado em Milho	97
Figura 49 - Fotografia aérea de Milho Verde.....	97
Figura 50 – Cruzeiro enfeitado para manifestação cultural religiosa.....	97
Figura 51 - Fogão a lenha, típico dos domicílios de Milho Verde.....	97
Figura 52 - Paisagem rural típica local	99
Figura 53 – Paisagem de cerrado típica local	99
Figura 54 - Imagem de satélite comunidade Santa Cruz e Rio Jequitinhonha.....	100
Figura 55 - Construção das sedes para associações na Barra da Cega	100
Figura 56 – Ruas gramadas de São Gonçalo do Rio das Pedras.....	101
Figura 57 – Dona Ilídia Batista Lopes, moradora de São Gonçalo - <i>contadora de causos</i> , sempre recebe a visita de turistas.....	101
Figura 58 - Casario de São Gonçalo do Rio das Pedras.....	101
Figura 59 - Igreja Matriz de São Gonçalo.....	101

Figura 60 - Paisagem típica das comunidades do entorno de São Gonçalo do Rio das Pedras	102
Figura 61 - Estrutura Centro de Informações Turísticas do Val, fora da APAEAV ..	102
Figura 62 – Vista do Amaral para formações típicas da Serra do Espinhaço.....	103
Figura 63 – Povoado Capivari e o Pico do Itambé	103
Figura 64 – Rancho na lapa muito utilizado por garimpeiros.....	104
Figura 65 - Cachoeira da Cortina, comundiade Bica D'água.....	104
Figura 66 – Cozinhas típicas do modo de vida das comunidades da Mata dos Crioulos	104
Figura 67 - Moradores na lapa que serve para abrigo ao forno de farinha, Bica D'água	105
Figura 68 - Fotografia aérea, à esquerda Serra da Bicha e à direita Pico do Itambé	105
Figura 69 - Plantação de Abacaxi, comunidade Santa Cruz	105
Figura 70 – Moradia Santa Cruz	105
Figura 71 – Fotografia aérea casa rural na comunidade Congonha	105
Figura 72 – Fotografia Aérea, mata confrontando com área de samambaia, comunidade Cata Preta.....	105
Figura 73 – Imagem de satélite, mineração na comunidade Cardoso	105
Figura 74 –Ponto de extração mineral em atividade Cardoso.....	105
Figura 75 - Capela de São Geraldo.....	106
Figura 76 – Trecho recentemente pavimentado em Três Barras da estrada que liga Milho Verde ao Serro.....	106
Figura 77 - Imagem de satélite do setor 12.....	107
Figura 78 - Nascente principal do Rio Jequitinhonha, comunidade Chacrinha	108
Figura 79 – Vista aérea Chacrinha.....	108
Figura 80 - Pinguela no Rio Jequitinhonha, comunidade Ausente de Cima.....	108
Figura 81 - Paisagem da comunidade Ausente de Cima	108
Figura 82 – Número de Moradores e Domicílios na APAEAV por setores	114
Figura 83 - Mapa número de moradores por gênero na APAEAV em 2010.....	115
Figura 84 – Mapa número de moradores por gênero na APAEAV em 2010.....	115
Figura 85 - Mapa do gênero dos responsáveis por domicílio na APAEAV 2010.....	117
Figura 86 - Mapa do gênero dos responsáveis por domicílio na APAEAV 2000.....	117
Figura 87 – Mapa de Moradores na APAEAV por faixa etária em 2000	119

Figura 88 – Mapa de Moradores na APAEAV por faixa etária em 2010	119
Figura 89 - Gráfico do rendimento dos moradores da classe E na APAEAV	120
Figura 90 – Mapa de Classe Social dos domicílios na APAEAV em 2010.....	122
Figura 91 – Mapa de Classe Social dos domicílios na APAEAV em 2000.....	122
Figura 92 – Mapa do abastecimento de água na APAEAV em 2010	125
Figura 93 - Mapa do abastecimento de água na APAEAV em 2000.....	125
Figura 94 - Mapa dos domicílios com ou sem banheiro na APAEAV em 2010	127
Figura 95 - Mapa dos domicílios com ou sem banheiro na APAEAV em 2000	127
Figura 96 - Mapa do esgotamento sanitário na APAEAV em 2000.....	129
Figura 97 - Mapa do esgotamento sanitário na APAEAV em 2010.....	129
Figura 98 - Mapa da destinação de lixo na APAEAV em 2000	131
Figura 99 - Mapa do esgotamento sanitário na APAEAV em 2010.....	131
Figura 100 - Mapa dos domicílios com ou sem energia elétrica na APAEAV em 2010	132
Figura 101 – Mapa dos Limites identificados para a APAEAV	144
Figura 102 – Serra da Gurita.....	147
Figura 103- Processos Minerários – por fase - na APAEAV	167
Figura 104 –Processos Minerários – por substância – na APAEAV	167
Figura 105 - Mapa de áreas com características socioambientais semelhantes.....	169

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Área dos municípios que compõem a APAEAV	22
Tabela 2 – Códigos da dissertação para os setores censitários do IBGE	34
Tabela 3 - Variáveis dos Censos Demográficos do IBGE utilizadas nessa pesquisa	36
Tabela 4 - Unidades de Conservação no Brasil – Observatório de Unidades de Conservação	60
Tabela 5 - Unidades de Conservação no Brasil – Cadastro Nacional de Unidades de Conservação	60
Tabela 6 - Unidades de Conservação em Minas Gerais (em números).....	69
Tabela 7 - Unidades de Conservação no Brasil (Área em km ²)	70
Tabela 8 – População Rural e Urbana no Brasil de 1960 a 2010.....	73
Tabela 9 – Tabela Consolidada com as principais informações dos setores censitários da APAEAV	109
Tabela 10 - Moradores e domicílios na APAEAV por município, em 2000 e 2010..	112
Tabela 11 – Análise das Atas do Conselho Consultivo da APAEAV	152

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Questões da Pesquisa	39
Quadro 2 – Métodos de Análise de Conteúdo.....	45
Quadro 3 Categorias de Análise de Conteúdo.....	46
Quadro 4 - Políticas de Conservação ou Áreas Protegidas comparadas com as APAs do Brasil	65
Quadro 5- Relação entre objetivos de criação e Relatório Anual de Atividades da APAEAV	135
Quadro 6 - Relação entre medidas previstas na criação e Relatório Anual de Atividades da APAEAV.....	138
Quadro 7 - Ações presentes no Relatório Anual de Atividades que não se enquadram nos elementos do decreto de criação analisados.....	140
Quadro 8 – Evolução dos recursos humanos e materiais na APAEAV	162
Quadro 9 - – Quadro de entrevistas sobre diminuição do plantio na APAEAV	175
Quadro 10 – Quadro das entrevistas sobre extração mineral e vegetal para geração de renda na APAEAV	204

LISTA DE SIGLAS

APA (s) – Área (s) de Proteção Ambiental
APAM – Área de Proteção Ambiental Municipal
APAEAV – Área de Proteção Ambiental Estadual das Águas Vertentes
CNUC – Cadastro Nacional de Unidades de Conservação do Meio Ambiente
CNUMAD – Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente
DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral
EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
ERAJ – Escritório Regional Alto Jequitinhonha
FUNIVALE – Fundação Pró Universitária do Vale do Jequitinhonha
GPS – Sistema Global de Posicionamento
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEF – Instituto Estadual de Florestas
INCRA – Instituto Nacional de colonização e reforma agrária
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IUCN – International Union for Conservation of Nature – União Internacional para conservação da natureza
MAB – Man and the Biosphere – Homem e Biosfera
MG – Minas Gerais
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MONAT – Monumento Natural Estadual Várzea do *Lageado* e Serra do Raio
ONG – Organização não governamental sem fins lucrativos
OCDE – Organização para Cooperação e desenvolvimento econômico
PEPI – Parque Estadual do Pico do Itambé
PERP- Parque Estadual do Rio Preto
PNAP – Plano Nacional de Áreas Protegidas
PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PROCAJ – Projeto Caminhando Juntos
RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural
SEMA – Secretaria Especial de Meio Ambiente
SEMAD – Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
SEPUC – Seminário de Pesquisa Científica das Unidades de Conservação do Alto Jequitinhonha
SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
SUPRAM – Superintendência Regional de Regularização Ambiental
UC (s) – Unidade (s) de Conservação
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura
WWF – Worldwide Fund for Nature – Recentemente utilizada como WWF, sem tradução

SUMÁRIO

PRÓLOGO	15
CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO	17
1.1 OBJETIVO	20
1.2 LOCALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO GERAL DA ÁREA DE ESTUDO.....	21
CAPÍTULO 2 - METODOLOGIA	30
2.1 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	31
2.2 SETORES CENSITÁRIOS COMO FOCO DE ANÁLISE	33
2.3 O TRABALHO DE CAMPO	38
2.4 TRATAMENTO DAS INFORMAÇÕES.....	43
CAPÍTULO 3 - REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO	47
3.1 A EVOLUÇÃO DA RELAÇÃO ENTRE O HOMEM E A “SUA” NATUREZA: DEGRADAÇÃO, CONSERVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE.....	47
3.2 AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO BRASIL E A CATEGORIA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL	58
3.3 A SOCIEDADE RURAL NO BRASIL	72
CAPÍTULO 4 - RESULTADOS	80
4.1 ANÁLISE SETORIAL: A APA ESTADUAL DAS ÁGUAS VERTENTES DO PONTO DE VISTA GEOGRÁFICO	80
4.1.1 Principais aspectos visuais e características da área de abrangência da APAEAV.....	80
4.1.2 Caracterização Censitária da APAEAV	112
4.2 ANÁLISE DOCUMENTAL: A APA ESTADUAL DAS ÁGUAS VERTENTES DO PONTO DE VISTA OFICIAL	133
4.2.1 Da criação e Gestão da APAEAV	134
4.2.2 Da definição dos limites da APAEAV.....	143
4.2.3 Da formação, funcionamento e desafios do Conselho Gestor da APAEAV.....	149
4.2.4 Desafios de Gestão	159
4.3 ANÁLISE DE CONTEÚDO: A APA ESTADUAL DAS ÁGUAS VERTENTES DO PONTO DE VISTA DOS MORADORES	168
4.3.1 Áreas com características socioambientais semelhantes.....	168
4.3.2 Características e mudanças socioambientais	171
4.3.2.1 Das pessoas	171
4.3.2.2 Do local.....	194
4.3.3 Geração de Renda e Sustento Familiar	200
4.3.4 Percepções sobre a APAEAV	210
CAPÍTULO 5 - CONCLUSÃO	215
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	220
ANEXOS	228
Anexo 1 - Instrumentos de Gestão: Plano de Manejo, Conselho Gestor e Zoneamento.....	228
Anexo 2 - Planilha de Análise de Conteúdo das Entrevistas realizadas na APAEAV	232
Anexo 3 - Ficha de Campo.....	260

PRÓLOGO

O primeiro contato com unidades de conservação se deu por visitas familiares ao Parque Nacional do Caparaó. Apesar do objetivo desprezioso das diversas idas que se dariam àquele parque, nasceria ali o interesse pelo trabalho em prol daquele ambiente, algo que seria sinalizado poucos anos depois em um texto acadêmico sobre minhas expectativas de trabalho como turismóloga.

Minha iniciação com a temática áreas protegidas foi orientada pelo Professor Marcelino durante aulas da graduação. Mas o contato prático viria anos depois através da minha participação como bolsista no projeto de pesquisa denominado “Implicações da Criação do Parque Estadual do Biribiri no modo de vida da comunidade e para o desenvolvimento do turismo” e no projeto de extensão “Oficinas de Legislação Ambiental e Turismo para comunidades do entorno do Parque Estadual do Biribiri” coordenados pela Professora Raquel Scalco. Por meio da participação nesses projetos tive o aprofundamento legal e teórico sobre unidades de conservação.

Em 2011, passei no processo seletivo para o mestrado em Geografia no Instituto de Geociências com um projeto com foco no Parque Estadual do Pico do Itambé - PEPI. No entanto, uma oportunidade de trabalhar na Área de Proteção Ambiental Estadual das Águas Vertentes - APAEAV me fizeram repensar meu objetivo de pesquisa. A partir desse trabalho, o Itambé já não seria suficiente enquanto objeto de estudo no mestrado, eu tinha muito a fazer pela APAEAV e minha pesquisa não seria um grande trunfo, mas seria um pouco da minha contribuição.

Eu e a equipe da APAEAV recém-formada buscaríamos juntos na prática descobrir qual seria o nosso papel. Força de vontade não faltava, mas a ausência de um documento que nos apresentasse a unidade nos fez por diversas vezes agir sem foco, na busca pelo reconhecimento da área a ser protegida.

Então, iniciei a busca pela definição do meu olhar de investigação para aquele objeto de estudo, a APAEAV. Qual seria o problema/a questão da pesquisa? A inquietação que tinha era de entender geograficamente a APAEAV. E era isso. Então, decididamente entreguei-me ao caráter exploratório da pesquisa e busquei propostas metodológicas de levantamento e espacialização dos dados que lhe

trouxessem a compreensão daquela área.

Assim nasce o objetivo dessa pesquisa, de desvendar os principais aspectos socioambientais que caracterizassem o território da APAEAV e refletir sobre a gestão e a lógica dessa unidade enquanto instrumento de proteção ambiental.

Dessa forma, para além de possibilitar minha reflexão, enquanto pesquisadora e cumprimento do pré-requisito acadêmico enquanto discente da pós-graduação em geografia, essa pesquisa busca principalmente contribuir com a gestão dessa unidade de conservação, gerando e sistematizando dados sobre a mesma.

Por fim, cabe dizer que a pesquisa inseriu-se no contexto das discussões sobre áreas protegidas da Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço realizadas no âmbito do Grupo Integrado de Pesquisas do Espinhaço Meridional.

CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO

A Área de Proteção Ambiental - APA é uma categoria de unidade de conservação - UC instituída no Brasil, em 1981, e posteriormente regulamentada pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, por meio da Lei Federal nº 9.985 de 2000, sendo, a partir de então, uma das categorias do grupo de Uso Sustentável. Essa categoria busca compatibilizar as atividades antrópicas com a conservação e preservação do ambiente natural.

No Brasil, as APAs foram criadas como a primeira categoria de unidade de conservação que buscou essa conciliação: manter a população residente e seus interesses econômicos, mas garantir a conservação dos recursos naturais (OLIVEIRA, 2008). Porém, Pádua (2012) afirma que através de simples visitas a essas UCs, sobretudo as criadas em âmbito municipal, é possível identificar a permanência da incompatibilidade entre os interesses das populações residentes e à proteção do ambiente natural.

As normas das Áreas Protegidas do Grupo de Uso Sustentável são complexas em sua aplicação, uma vez que esse uso ainda é extremamente impreciso. Especialmente em APAs, onde a gestão dos recursos naturais considerados públicos é feita em territórios particulares.

A lacuna para a gestão das APAs, assim como de outras categorias, passa pelo desprovimento de estrutura, mas essa não é a principal questão. No caso das APAs, por terem como características a extensa área territorial aliada à ocupação humana, essas UCs necessitam de estudos que possibilitem seu monitoramento, a fim de identificar avanços no contexto da conservação e preservação dos recursos naturais aliada à garantia da qualidade de vida das populações, pilares de sua criação (BRASIL, 2000). Porém, muitas vezes esses documentos não são elaborados no quando da criação dessas unidades.

Além disso, somente na última década, em Minas Gerais - MG, quiçá no Brasil, é que tem ocorrido algum avanço na destinação de recursos para a gestão de áreas protegidas, histórico muito recente e insuficiente. E, visivelmente se percebe que a gestão dessa categoria não é prioridade em comparação às unidades de proteção integral, como os Parques. Dessa forma, pela marginalização histórica das

APAs ainda não é possível observar a eficiência nas regras que se estabeleceram para sua gestão.

O principal instrumento da gestão dessa categoria, que auxilia no seu monitoramento e ordenamento territorial é o zoneamento¹, pois possibilita o estabelecimento de diferentes normas de intervenção antrópica a partir da espacialização de realidades socioambientais. De acordo com o SNUC, o zoneamento deve estar contido nos Planos de Manejos², que é um documento mais completo para a gestão, porém, pode também ser elaborado de forma independente.

A Área de Proteção Ambiental Estadual das Águas Vertentes – APAEAV, objeto de estudo dessa pesquisa, não possui Plano de Manejo, tampouco um zoneamento, o que configura uma busca diária da equipe da UC pelo reconhecimento da área, sendo para tanto, sacrificadas outras ações essenciais ao seu gerenciamento. Cabe destacar, que um Plano de Manejo para a APAEAV foi elaborado em 2006, realizado pela Empresa MRS Estudos Ambientais LTDA. Porém, este Plano não foi aprovado pelo Instituto Estadual de Florestas - IEF, pela insuficiência e ausência de informações (IEF, 2007).

Durante prestação de serviços a APAEAV em 2011 e 2012 as seguintes inquietações surgiram para a pesquisadora: Quais são as comunidades presentes na APAEAV e suas características socioeconômicas? Quais atividades na APAEAV vão contra ou a favor da lógica da sustentabilidade preconizada por essa UC? Quais aspectos da gestão dessa área protegida estão em consonância com seus objetivos de criação e com os preceitos dessa categoria instituídos pelo SNUC? Essas questões surgiram a partir dos seguintes fatores: sua significativa extensão territorial e a ausência de um documento que contextualizasse o território de abrangência da UC, seus aspectos geográficos e socioambientais.

Além disso, é essencial ressaltar a importância ambiental e cultural da região,

¹ Zoneamento – “zoneamento: definição de setores ou zonas em uma unidade de conservação com objetivos de manejo e normas específicos, com o propósito de proporcionar os meios e as condições para que todos os objetivos da unidade possam ser alcançados de forma harmônica e eficaz.” (BRASIL, 2000). Em suma, este documento é a compilação de fatores físicos, biológicos, antrópicos e gerenciais, que possibilita apontar setores de gestão para a UC.

² Plano de Manejo – “documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade.” (BRASIL, 2000).

fruto da localização geográfica no Alto Jequitinhonha, na Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço e no Mosaico do Espinhaço: Alto Jequitinhonha - Serra do Cabral, a qual torna relevante quaisquer estudos para a área. Nesse sentido, Azevedo *et al* (2009) defendem que as comunidades rurais do Mosaico têm importância direta para a obtenção de resultados nos trabalhos de proteção ambiental desenvolvidos e apontam a necessidade de levantar/diagnosticar as características culturais e econômicas desses grupos sociais. Ressalta-se ainda, a maior realização de pesquisas sobre as UCs de proteção integral na região. Essas circunstâncias evidenciam a importância da presente pesquisa.

Assim, a presente pesquisa busca realizar um estudo exploratório sobre os aspectos socioambientais e a gestão da APAEAV. A análise dos dados foi realizada a partir de três abordagens: 1- o ponto de vista oficial, que consiste na análise dos documentos de gestão, 2 - a abordagem geográfica que busca caracterizar o território da unidade, a partir de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e de campo, e, 3 - o olhar da comunidade sobre o território e a gestão da unidade, interpretação que foi feita por meio da análise de conteúdo de entrevistas realizadas. O estudo apresenta-se a partir de 5 capítulos:

- O presente capítulo, *Introdução*, apresenta a pesquisa de uma forma geral, suas justificativas, os objetivos e a caracterização da área de estudo.

- O capítulo 2, *Metodologia*, apresenta os caminhos metodológicos escolhidos para levantamento e análise dos dados.

- O capítulo 3, *Referencial teórico*, discute teorias já apresentadas por outros autores sobre: a concepção do termo uso sustentável; as unidades de conservação: diferenças entre grupos e categorias, ênfase nas áreas de proteção ambiental; e as características rurais no Brasil, buscando embasamento teórico para o entendimento dos dados socioambientais da área da APAEAV levantados.

- O capítulo 4, *Resultados*, apresenta a sistematização e análise dos dados levantados pela pesquisa, a partir dos subitens: *Análise Documental*, *Análise Espacial e Censitária* e *Análise de Conteúdo*.

- Por fim, o último capítulo, *Conclusão*, apresenta as conclusões e considerações da pesquisadora sobre a área e a gestão da APAEAV a partir da reflexão proporcionada por essa pesquisa.

1.1 OBJETIVO

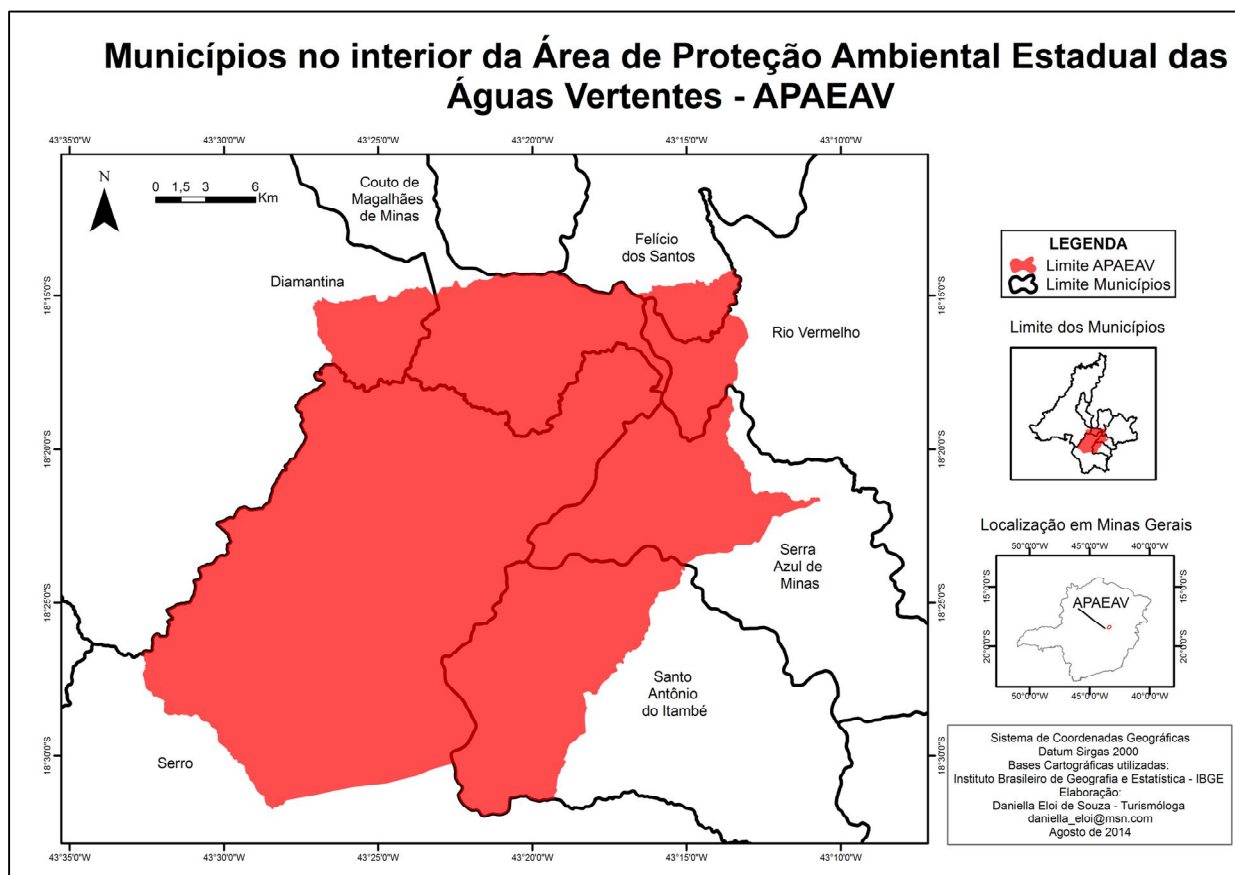
A presente pesquisa tem como objetivo realizar um estudo exploratório de caracterização socioambiental sobre a área de abrangência e a gestão da Área de Proteção Ambiental das Águas Vertentes, tendo como objetivos específicos:

- Levantar e espacializar características e mudanças socioambientais ocorridas na APAEAV;
- Conhecer a percepção dos moradores da APAEAV sobre a área e gestão da unidade;
- Sistematizar informações e analisar como se dá a gestão da APAEAV.

1.2 LOCALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO GERAL DA ÁREA DE ESTUDO

A APAEAV foi criada em 21 de janeiro de 1998, através do Decreto Estadual 39.999. Está a 290 quilômetros de Belo Horizonte, MG, na microrregião Alto Jequitinhonha e se localiza entre as latitudes $18^{\circ} 10'S$ e $18^{\circ} 35'S$ e entre as longitudes $43^{\circ} 35'W$ e $43^{\circ} 10'W$. Esta unidade de conservação possui uma área de 76,310 hectares e abrange parte dos sete municípios: Diamantina (2.899 ha), Couto de Magalhães de Minas (8.275 ha), Serra Azul de Minas (8.627 ha), Rio Vermelho (2.309 ha), Santo Antônio do Itambé (11.870 ha), Serro (40.930 ha) e Felício dos Santos (1.410 ha), conforme Figura 1.

Figura 1 - Municípios de abrangência da APAEAV



Fonte: Da autora.

Tabela 1 - Área dos municípios que compõem a APAEAV

Municípios	Área Total do Município - em hectares	% da Área do Município dentro da APAEAV	% da Área da APAEAV dentro do Município	Área do Município na APAEAV - em hectares
Couto de Magalhães de Minas	48.600	17%	10,84%	8.275
Diamantina	389.200	0,74%	3,8%	2.899
Felício dos Santos	35.800	3,94%	1,85%	1.410
Rio Vermelho	98.700	2,34%	3,03%	2.309
Santo Antônio do Itambé	30.600	38,79%	15,55%	11.870
Serra Azul de Minas	21.900	39,39%	11,31%	8.627
Serro	121.800	33,60%	53,64%	40.930

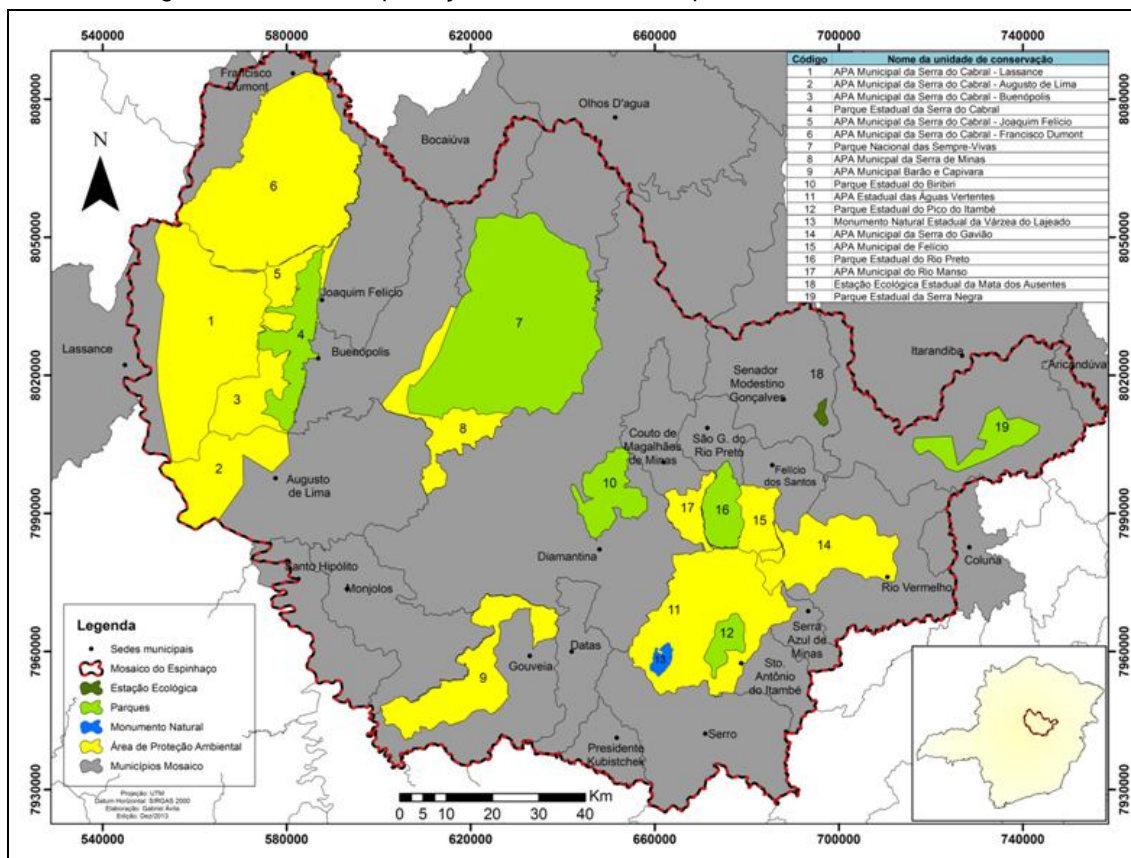
Fonte: elaboração própria a partir de dados do IBGE (2014).

De acordo com a Tabela 1, 40% do município Santo Antônio do Itambé, 39,39% de Serra Azul de Minas e 33,60% do Serro estão dentro da APAEAV. Em uma área bastante isolada do município de Couto de Magalhães de Minas quase 20% da área municipal é abrangida por essa UC. Esses são os municípios que tem maiores áreas do seu município abrangidas por essa UC. O maior município abrangido pela APAEAV é Diamantina, o qual têm 389.200 hectares, porém, desses, apenas 0,74% estão localizados na UC, representando 3,8% desta área protegida. Serro é o município mais representativo, além de ter considerada área municipal dentro da UC, como já citado, é o município que representa 53,64 % da área da UC.

Parte da APAEAV está sobreposta ao Parque Estadual do Pico do Itambé - PEPI e parte ao Monumento Natural Estadual Várzea do Lajeado e Serra do Raio - MONAT. Ao norte da UC, está ainda, o Parque Estadual do Rio Preto - PERP, sendo todas essas áreas protegidas administradas pelo IEF. Além dessas, a APAEAV se sobrepõem a Área de Proteção Ambiental Municipal - APAM do Rio Vermelho, localizada no município homônimo, e faz limite com duas APAs Municipais: APAM do Rio Manso, localizada no município de Couto de Magalhães de Minas e a APAM Felício dos Santos, do município homônimo. Essas áreas protegidas fazem parte do Mosaico do Espinhaço Meridional: Alto Jequitinhonha - Serra do Cabral, reconhecido em 2010 pelo Ministério do Meio Ambiente - MMA, o qual constitui um instrumento

de gestão integrada das UCs localizadas na região, ilustrado pela Figura 2. .

Figura 2 - Mosaico Espinhaço Meridional: Alto Jequitinhonha - Serra do Cabral



Fonte: ÁVILA, 2014.

A APAEAV está localizada na Serra do Espinhaço Meridional, o segmento sul da Serra do Espinhaço, que ocupa áreas das regiões sudeste e central do Brasil, estendendo-se por cerca de 1200 km na direção N – S, desde a porção central até o extremo norte da Bahia (ABREU *et al.*, 2005). A Serra do Espinhaço foi reconhecida em 2005, pelo Programa *The Man and Biosphere- MAB* da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO, como Reserva da Biosfera.

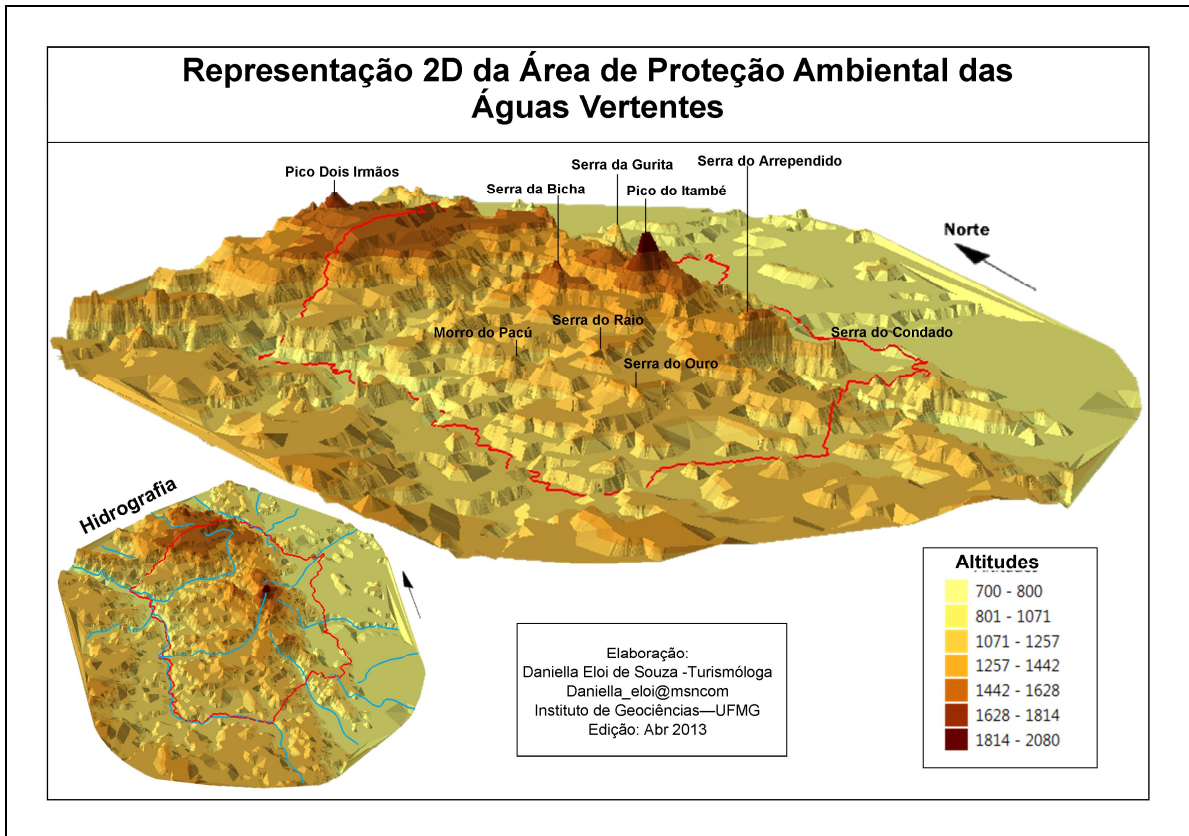
Considerando a Serra do Espinhaço de uma forma geral, de acordo com COMIG/IGC (1997) *apud* Gontijo (2008), o clima regional é subtropical quente, com microclimas diversos relacionados a fatores topográficos. A temperatura média anual esta em torno de 18º a 19º C e a precipitação anual é de 850 a 1.400mm.

As características peculiares do relevo da Serra do Espinhaço são determinadas, sobretudo pela natureza quartzítica das rochas que constituem essa

serra, rochas que promovem a formação de solos rasos, arenosos e pobres em nutrientes (ABREU *et al*, 2005).

A altitude na APAEAV varia de 724m a 2002m (Figura 4), e sua elevação máxima se dá no Pico do Itambé, com 2.002m de altura, ponto mais alto da Serra do Espinhaço, situado na divisa entre os Municípios de Santo Antônio do Itambé, Serra Azul de Minas e Serro, estando sua borda mais íngreme na parte oeste, no Serro, ilustrado nas Figuras 3 e 4.

Figura 3 – Representação 2D da APAEAV



Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE, 2013.

Figura 4 - Pico do Itambé



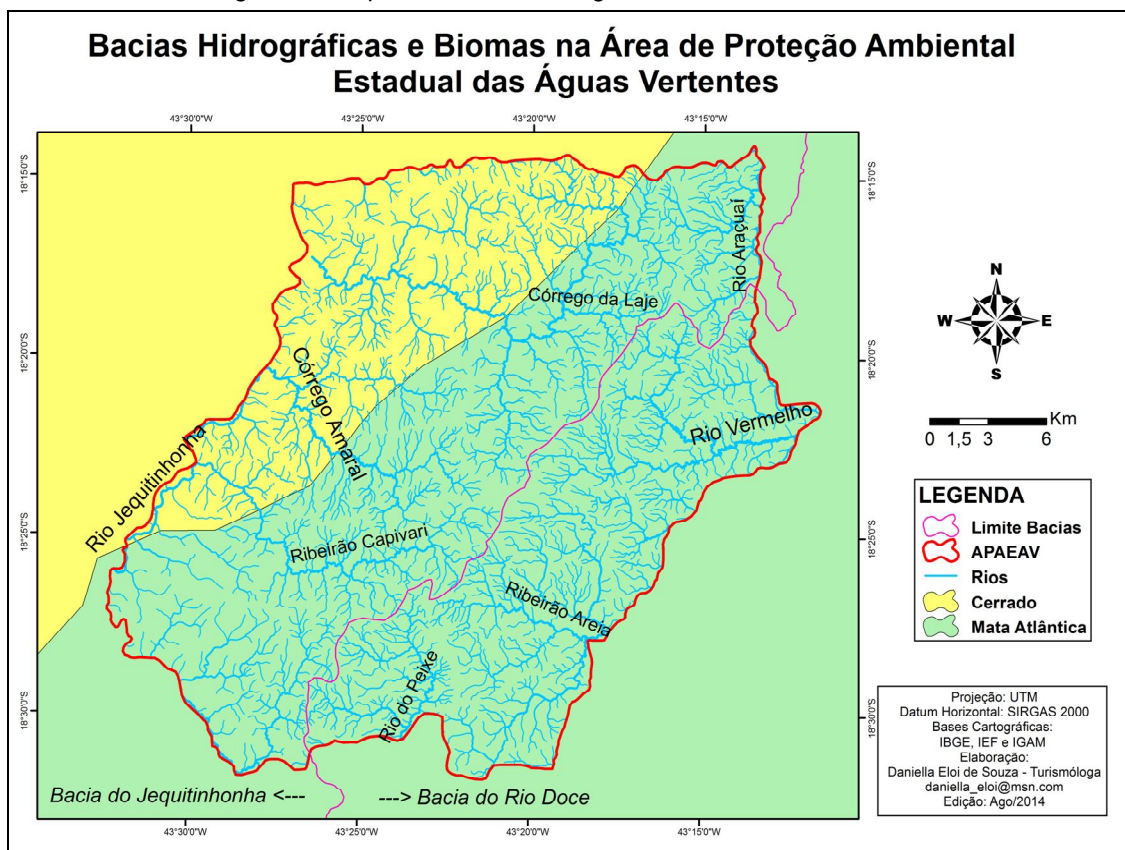
Fonte: Da autora.

Na APAEAV, duas bacias hidrográficas principais estão presentes: a do Rio Jequitinhonha e a do Rio Doce (Figura 5), sendo que a linha divisória dessas duas bacias situa-se a noroeste da cidade do Serro e estende-se para Serra do Itambé e Serra Negra, sendo que parte dessa divisão ocorre dentro dos limites da APAEAV (FRAGA *et al.*, 2005).

Na APAEAV estão presentes importantes afluentes de Sub Bacias do Rio Doce: o Rio do Peixe, o Rio Guanhões e Rio Vermelho. Este último nasce na encosta Sul do Pico do Itambé e incorpora importantes afluentes dentro da unidade, entre eles o Córrego do Teodósio e o Córrego Tessourinho (FRAGA *et al.*, 2005). Ainda de acordo com Fraga *et al* (2005) o Rio do Peixe nasce na confluência da Serra do Arrependido, onde configura um vale confinado por elevações rochosas e é sempre acompanhado de Mata Ciliar exuberante. Já o Rio Guanhões tem suas nascentes na encosta do Itambé, mas o encontro de suas principais nascentes ocorre nas imediações da cidade de Santo Antônio do Itambé.

O Rio Jequitinhonha (Figura 6) representa limite natural da APAEAV deste o sul da UC até Diamantina e sua principal nascente está localizada no distrito de Três Barras, no Serro, dentro da unidade. Além disso, afluentes como o Rio Capivari e outros menores correm dentro de sua área e nascentes do Rio Araçuaí da sub-bacia do mesmo nome, estão localizadas em seu extremo norte, especificamente na Serra do Gavião e Chapada do Couto (FRAGA *et al.*, 2005).

Figura 5 – Mapa das Bacias Hidrográficas e Biomas na APAEAV



Fonte: Da autora.

Figura 6 - Rio Jequitinhonha – Limite da APAEAV



Fonte: Da autora.

De acordo com Fraga *et al* (2005), na região da Mata dos Crioulos, os Ribeirões Capivari e da Pomba e o Córrego das Pindaibas que tem nascentes nos campos de altitude da Chapada do Couto, encontram-se com o Jequitinhonha. Na Ponte do Acaba Mundo, restos de canais construídos por garimpeiros encontram-se ainda preservados e as margens do Rio Jequitinhonha mostram-se arenosas, pelo assoreamento causado por esta atividade (FRAGA *et al*, 2005). É nesse cenário que o imponente Córrego do Soberbo, conhecido popularmente como Jequitinhonha Preto, encontra-se com o Jequitinhonha – ali chamado Jequitinhonha Branco (Figura 7).

Figura 7 - A direita da foto, Jequitinhonha Branco, a sul, Soberbo que juntos formam Jequitinhonha - a direita.



Fonte: Da autora.

Formando grandes cachoeiras e corredeiras e entre as principais vertentes da chapada estão o Córrego do Curtume, o Córrego Água Comprida, o Córrego Coqueiro e o Córrego da Fazenda. E na confluência da comunidade Serra da Bicha, estão presentes os córregos da Bicha, das Maninhas e da Cobra, os quais têm um padrão de drenagem com raros trechos de margens assoreadas (FRAGA *et al*, 2005).

Fraga *et al* (2005) aponta que os Córregos das Pedras e Lajeado banham áreas de ocupação urbana nos distritos de São Gonçalo do Rio das Pedras e Milho Verde e de acordo com este autor, de maneira geral, estes são cursos d'água que desembocam direto no Rio Jequitinhonha.

Na APAEAV estão presentes a vegetação típica do Cerrado, de Campo Rupestre e da Floresta Estacional Semi-Decidual. O Cerrado apresenta as fitofisionomias de campo sujo, campo cerrado, cerrado *stricto sensu* e cerradão. O Campo Rupestre, considerado pelo IBGE como integrante do bioma Cerrado, apresenta diferentes fitofisionomias associadas às elevações quartzíticas. Já a Floresta Estacional Semi-Decidual, é considerada por Gontijo (2008) como a versão mineira do bioma Mata Atlântica (Figura 8).

Figura 8 - Mata Atlântica na APAEAV



Fonte: Da autora.

Esse contexto ambiental de localização na faixa de transição de biomas e bacias condiciona à região forte apelo de preservação da biodiversidade, abrigando espécies de fauna e flora em risco de extinção e outras endêmicas desse território.

A região começou a ser povoada no início do século XVII, quando os colonos fundam as vilas ao longo dos rios, para a exploração de minério, principalmente diamante e ouro. Essas povoações expressam o que geralmente se entende por Vale do Jequitinhonha: *“região de agricultura familiar, artesanato e cultura popular ricos, forte migração e estagnação econômica histórica”*. (RIBEIRO e GALIZONI, 2000, p.2). Na região, a agricultura familiar é, além de uma atividade econômica, também, um ofício tipicamente cultural.

Com relação aos aspectos culturais da região, Ribeiro e Galizoni (2000)

descrevem as relações de “*descendência, ambiente e história*” com o espaço onde vivem as comunidades do Alto Jequitinhonha, que até mesmo pela própria proximidade não destoam da região do vale do Rio Doce, águas vertentes leste da unidade. Segundo os autores, esses aspectos configuraram os modos de vida, formas de ocupação, dependência dos recursos naturais e as características do sustento familiar, dos moradores locais, que se dá principalmente pelo complemento de mais de uma atividade econômica.

Azevedo *et al* (2009, p. 25) aponta como elementos característicos das populações rurais da região do Mosaico: perda de identidade cultural, exclusão social, falta de articulação com atores públicos, perda de renda, extrativismo predatório e descumprimento da legislação (ambiental).

Na unidade estão localizadas 5 comunidades quilombolas reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares: Mata dos Crioulos, Ausente, Queimadas, Santa Cruz e Vila Nova. Essas comunidades se autodeclararam como remanescentes de quilombos, porém, ainda não tiveram seus territórios demarcados, processo que se encontra em andamento.

Na APAEAV também existem comunidades onde se desenvolvem a atividade turística. Com relação ao turismo, percebe-se que na APAEAV a região que recebe maior demanda de turistas está localizada no Serro, onde se encontram as comunidades: Milho Verde, São Gonçalo do Rio das Pedras e Capivari. Não obstante, toda a UC possui potencial para a atividade, como atrativos e serviços que podem ser oferecidos ao turista.

CAPÍTULO 2 - METODOLOGIA

Para Minayo (2012) a preocupação do homem com a descoberta da realidade sempre existiu e a pesquisa científica é apenas “*uma forma de expressão dessa busca, não exclusiva, não conclusiva, não definitiva*” (MINAYO, 2012). Alguns autores apontam que na busca por essa realidade é essencial que o pesquisador esteja profundamente envolvido com a temática de estudo e melhor ainda quando é um problema vivenciado, não a nível sentimental, mas em relação de sua avaliação de relevância e importância (SEVERINO, 2007, MINAYO, 2012). Assim seguiu a abordagem proposta por esta dissertação, sendo a investigação impulsionada por um problema real, o qual fez com que a relação entre o pesquisador e seu campo de estudos se formasse naturalmente e como defende Minayo (2012) se estabelecesse definitivamente.

Essa pesquisa tem sua sustentação no caráter exploratório, que busca levantar informações, desvendando e mapeando o objeto de estudo. É geralmente utilizada quando se tem pouca ou nenhuma informação sobre o objeto da pesquisa e é importante no sentido de possibilitar que outros estudos posteriores sobre o mesmo objeto possam ser mais profundos e mais explicativos, suas indagações são provisórias a medida de que outras com mais sentido surgem a partir de descobertas (SEVERINO, 2007). Até mesmo a definição dos objetivos não ocorre de maneira precisa, pois sua construção delinea-se à medida que se avança no estudo. Essa flexibilidade na busca de resultados ocorre, também, pelo caráter dinâmico e provisório do objeto de estudo: as relações humanas. (MINAYO, 2012).

Pelo caráter exploratório e por se dispor a examinar a relação dinâmica entre o sujeito e seu ambiente, a presente pesquisa requer necessariamente uma abordagem qualitativa (MINAYO, 2012). Severino (2007) e Minayo (2012) afirmam que esse tipo de pesquisa se compromete a *compreender* o fenômeno que se apresenta enquanto objeto de estudo, a partir dos seus significados, relações e atitudes. Minayo (2012) considera que a pesquisa qualitativa trabalha com questões que não podem/não devem ser quantificadas, mas reconhece também que as abordagens quantitativas e qualitativas e seus resultados não são incompatíveis, mas sim, complementares.

Dessa forma, a presente pesquisa se fundamenta em uma abordagem

geográfica, aliando dados quantitativos e qualitativos, na tentativa de desvelar, “não em sua totalidade”, a Área de Proteção Ambiental Estadual das Águas Vertentes. Para tanto, a pesquisa passou pelas seguintes etapas metodológicas: fase exploratória, que se fundamentou na busca bibliográfica sobre a temática de estudo, na qual, também, ocorreu o levantamento de dados quantitativos; fase do trabalho de campo, na qual se fez uso da observação, registro fotográfico, georreferenciamento de dados e entrevistas; e fase da sistematização e análise dos dados. Os métodos e técnicas a serem utilizados são descritos a seguir.

2.1 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Essa fase da pesquisa consiste no levantamento de referências bibliográficas, que já trataram a temática de estudo. Nesse momento, o pesquisador se ocupa de buscar fontes de conhecimento já sistematizado que podem auxiliar na compreensão dos conceitos e questões relativos à pesquisa. Essa busca bibliográfica com as divergências e convergências teóricas contribuem, também, para a interpretação da realidade observada, ou seja, para a análise dos resultados (LAKATOS E MARCONI, 2007; MINAYO, 2012).

Para a presente pesquisa a busca bibliográfica contribuiu no sentido de interação com os temas considerados pertinentes ao estudo, como: unidades de conservação, área de proteção ambiental, uso sustentável e ruralidade; enquanto que a busca documental possibilitou o levantamento dos documentos técnicos que tratavam do objeto de estudo: a APAEAV.

Dessa forma, foram consultados:

-livros, dissertações, teses, artigos científicos, acerca das temáticas: unidade de conservação, área de proteção ambiental, uso sustentável e ruralidade.

-mapas, cartas topográficas, documentos técnicos da gestão e do conselho da Área de Proteção Ambiental das Águas Vertentes, e o banco de dados do IBGE;

Os documentos científicos e técnicos que tratam da caracterização socioambiental da APAEAV encontrados foram:

- *Diagnóstico Preliminar da unidade* realizado em 2005 e um *Plano de Gestão/Manejo* de 2006, ambos realizados pela Empresa MRS Estudos

Ambientais LTDA, licitada pelo Governo de Minas, para a elaboração do estudo sobre a unidade. Porém, estes documentos não são oficiais, por não terem sido aprovados pelo Instituto Estadual de Florestas; por conterem falhas técnicas e pela insuficiência e ausência de informações solicitadas, como já mencionado;

- Monografia de graduação do curso de Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, elaborada por Leonardo Mateus Pfeilsticker de Knecht em 2011 e denominada: *Áreas de Preservação Permanente na APA das Águas Vertentes: Preservação em meio a uma transição de biomas*.
- Artigo de pesquisa dos autores: Danieela Eloi Souza, Gabriel Carvalho de Ávila e Leonardo Quirino Perreira Costa, publicado nos Anais do evento II Simpósio Nacional de Áreas Protegidas, intitulado: *A importância Sociocultural do Uso da lenha e suas implicações ambientais em um contexto de duas UCs estaduais em Milho Verde, distrito do Serro – MG*.
- O projeto de pesquisa: *A área de proteção ambiental – APA das águas vertentes e a população do alto Jequitinhonha – MG: considerações para uma geografia cultural do diamante*, escrito por Evandro Bastos Sathler, apresentado no Seminário de Áreas protegidas e Inclusão Social no Rio de Janeiro em 2006. Porém, não foram encontradas publicações que trouxessem os resultados da pesquisa desenvolvida.

Com exceção do primeiro, que já por não ter sido publicado oficialmente, torna-se inviável a sua utilização, os demais trabalhos não caracterizam a região da APAEAV, mas discursam sobre temas específicos da UC. Além desses, outros trabalhos apesar de não tratar especificamente da APAEAV, contribuem com dados da região, como:

- trabalhos sobre o *Mosaico do Espinhaço Meridional: Alto Jequitinhonha – Serra do Cabral*, como o trabalho de contextualização e descrição do processo de criação deste órgão colegiado, de 2009, realizado por diferentes atores no âmbito do Mosaico e também a dissertação desenvolvida por Gabriel Carvalho de Ávila, na pós-graduação em Geografia do Instituto de Geociência da UFMG, que analisa a efetividade de gestão do Mosaico e das unidades nele inseridas. Porém, esses trabalhos tratam do Mosaico de uma forma geral e apenas o segundo traz

considerações diretamente referentes à APAEAV.

- A dissertação de mestrado desenvolvida por Maria Flávia Pires Barbosa, na pós-graduação em Geografia do Instituto de Geociências da UFMG, que analisa o desenvolvimento do turismo na comunidade de Capivari.

- O artigo científico: *Cartografia Social como instrumento de análise territorial e luta por direitos pelas comunidades quilombolas do município de Diamantina-MG*. O referido trabalho apresenta os benefícios da aplicação da metodologia participativa de Cartografia Social nas comunidades. Porém, não foi identificado na publicação informações sobre os resultados da metodologia.

Diante disso, ressalta-se a carência de trabalhos que caracterizem a APAEAV e a necessidade de estudos nesse sentido para facilitar sua gestão, o que reforça a importância dessa pesquisa e especialmente, seu caráter exploratório.

2.2 SETORES CENSITÁRIOS COMO FOCO DE ANÁLISE

Buscando informações socioeconômicas acerca do território da APAEAV, foram consultados os dados dos agregados dos setores censitários³ do IBGE. Foi percebido que os limites dos setores censitários coincidiam quase em totalidade com o limite da APAEAV disponibilizado pelo IEF⁴.

Dessa forma, optou-se por utilizar para caracterização da APAEAV os dados dos Censos do IBGE, disponíveis por setores censitários. Optou-se por fazer o levantamento de dados dos setores censitários de 2000 e 2010, o que possibilitaria uma comparação temporal das informações. Os setores censitários pertencentes à APAEAV foram identificados através do mapa interativo da sinopse dos setores censitários⁵, sendo 13 setores em 2000 e 14 em 2010. Como o IBGE utiliza um número de 15 algarismos para identificação dos setores, para a presente pesquisa

³ Setor Censitário é unidade territorial de coleta das operações censitárias, definido pelo IBGE, com limites físicos identificados, em áreas contínuas e respeitando a divisão político-administrativa do Brasil. Os agregados dos setores são as informações obtidas para cada setor através dos Censos realizados. Disponível em: <<http://www.ibge.com.br>>. Acesso em 28/04/2014.

⁴ Na análise espacial de Imagens de Satélite do Google Earth e em campo foi percebido que há um pequeno fragmento do setor censitário de Serra Azul de Minas que não coincidia com o limite do IEF, porém, é pouco representativo para inviabilizar a utilização dos setores como fonte de dados. Essa diferença pode estar relacionada a utilização de diferentes Sistemas de Coordenadas Geográficas ou Datum para espacialização desse polígonos.

⁵ IBGE, 2014.

foram estabelecidos números de identificação dos setores, aqui denominados: **códigos dos setores**, os quais são apresentados no mapa na Figura 9. Esses códigos foram estabelecidos com base nos setores censitários de 2010.

De 2000 para 2010 ocorreram algumas pequenas mudanças nos setores censitários na APAEAV, porém essas mudanças não impossibilitariam a comparação de dados e sua pertinência. Na Tabela 2, são apresentados os setores utilizados e as principais mudanças ocorridas de 2000 para 2010.

Tabela 2 – Códigos da dissertação para os setores censitários do IBGE⁶

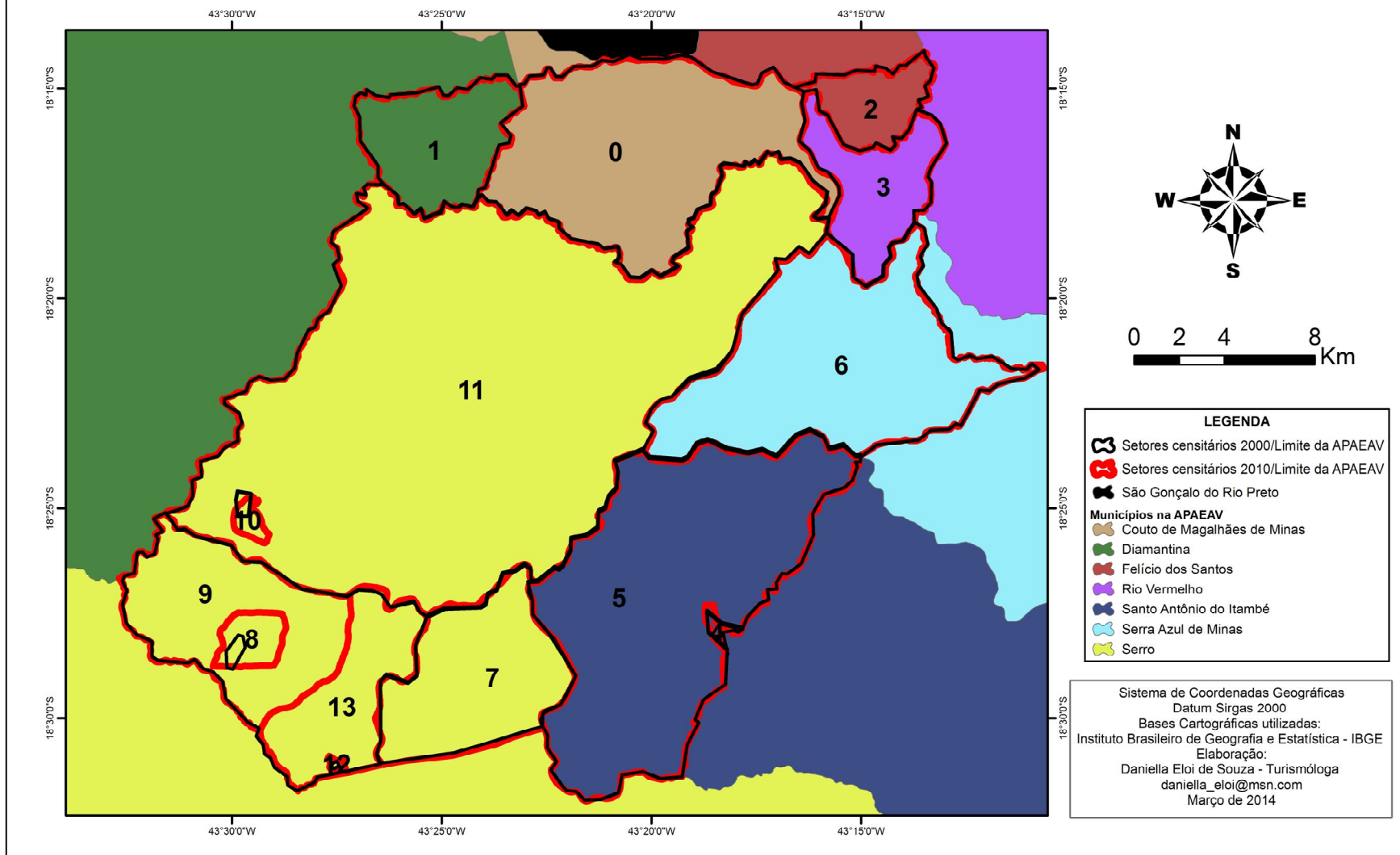
Código do Setor	Código IBGE 2010	Mudanças de 2000 para 2010
0	312010205000008	-
1	312160520000002	-
2	213540805000008	-
3	315600705000002	-
4	316020705000002	Em 2000 o código do IBGE desse setor era: 316020705000001
5	316020705000003	-
6	316650105000004	-
7	316710305000013	-
8	316710315000001	De 2000 para 2010 ocorreu uma pequena mudança nos limites desse setor
9	316710315000003	Em 2000 esse setor era parte do setor censitário 316710315000003, extinto em 2010
10	316710325000001	De 2000 para 2010 ocorreu uma pequena mudança nos limites desse setor
11	316710325000002	-
12	316710300000001	Em 2000 o código do IBGE desse setor era: 316710315000002 e de 2000 para 2010 ocorreu uma pequena mudança nos limites desse setor
13	316710330000002	Em 2000 esse setor era parte do setor censitário 316710315000003, extinto em 2010

Fonte: Elaboração Própria a partir de dados de IBGE (2014).

⁶ Os setores 8, 10 e 12 são respectivamente, as áreas urbanas de: Milho Verde, São Gonçalo e Três Barras. As mudanças ocorridas em seus limites tiveram o propósito apenas de abranger toda a área urbana desses distritos, de acordo com as mudanças de 2000 para 2010.

Figura 9 Mapa setores censitários na APAEAV 2000 E 2010
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE.

Limites dos setores censitários 2000 e 2010, e códigos criados com base nos setores 2010 na APAE das Águas Vertentes



Definidos os setores a serem utilizados, para obtenção de dados, foram utilizadas as planilhas dos agregados de setores censitários do IBGE, 2000 e 2010. Esses arquivos continham, respectivamente, 3200 e 3000 variáveis, desde questões geográficas de localização do setor censitário, até o cruzamento de características das pessoas residentes e dos domicílios, exemplo: “número de domicílios do tipo apartamento com 4 banheiros ou mais”.

Foram escolhidas como variáveis a serem utilizadas na pesquisa as características básicas dos domicílios e dos entrevistados, ou seja, as variáveis que não continham cruzamento com outras variáveis. As variáveis que foram selecionadas e utilizadas nesta pesquisa são apresentadas na Tabela 3, a seguir.

Tabela 3 - Variáveis dos Censos Demográficos do IBGE utilizadas nessa pesquisa

Dado	Variável	Código do Dado ou Variável 2000/2010	Planilha utilizada 2000/2010
Número de moradores	-	V0237/V001	Planilha_Morador_MG
Gênero dos moradores	Homens	V0292/V045	
	Mulheres	V0347/V089	
Faixa etária dos moradores ⁷	Crianças e adolescentes	V1448 a V1451/V022 a V052	Planilha_Pessoa1_MG/PlanilhaResponsável01_MG – Planilha Responsável02_MG
	Adultos	V1452 a V1459/V053 a V093	
	Idosos	V1459 a V1464/V094 a V034	
Gênero dos responsáveis pelos domicílios	Homens responsáveis	V1470/V109	Planilha_Responsável1_MG/Planilha ResponsávelRenda_MG
	Mulheres responsáveis	V1605/V001	
Classe social ⁸	Classe a ou b	V0608 a V06010/V005 a V009	Planilha_Responsável1_MG/Planilha ResponsávelRenda_MG
	Classe c ou d	V0605 a V0607/V004 a V006	
	Classe e	V0602 a V0604/ V0001 a V003	
Número de domicílios	-	V0001/V002	Planilha_Domicílio_MG
Forma de abastecimento de água	Rede geral	V0018/V012	
	Poço ou nascente na propriedade	V0021/V013	

⁷ Esta divisão de faixa etária foi realizada pela pesquisadora. Os dados foram divididos em três grupos, a saber: *crianças e adolescentes* - crianças (até 11 anos de idade) e adolescentes (12 a 18 anos de idade) segundo o que preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990); *idosos* (60 anos ou mais de idade) de acordo com o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741 de 01 de outubro de 2003), e adultos, idade entre 19 a 59 anos.

⁸ A divisão de classe social foi realizada a partir da divisão de classes sociais do IBGE, de acordo com o rendimento mensal dos responsáveis pelos domicílios, onde: classe e - até 2 salários mínimos, classe c ou d – 2 a 10 salários mínimos, classe a ou b – mais que 10 salários mínimos.

	Outra forma ⁹	V0025/V015	
	Chuva ou Cisterna	-/V014	
Destinação do lixo	Coletado	V0048/V035	
	Queimado na propriedade	V0051/V038	
	Enterrado na propriedade	V0052/V039	
	Jogado em terreno baldio ou logradouro	V0053/V040	
	Jogado em rio, lago ou mar	V0054/V041	
	Outro destino do lixo ¹⁰	V0055/V042	
Transmissão de energia elétrica	Tem energia elétrica	V043	
	Não tem energia elétrica	V046	
Forma de escoamento do esgoto	Rede geral de esgoto ou pluvial	V0030/V017	
	Fossa séptica	V0031/V018	
	Fossa Rudimentar	V0032/V019	
	Vala	V0033/V020	
	Rio, lago ou mar	V0034/V021	
	Outro escoadouro ¹¹	V0035/V022	
Existência/ausência de banheiro ou sanitário no domicílio	Tinha banheiro ou sanitário	V0037/V016	
	Não tinha banheiro ou sanitário	V0047/V017	

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE (2003) e IBGE (2011).

Para cada variável foi pesquisado e selecionado manualmente nas planilhas dos agregados dos setores censitários cada um dos 13 setores em 2000 e 14 em 2010 na APAEAV. Em seguida, os dados levantados foram agrupados em planilhas do Excel.

Apesar de fazer parte do Censo Demográfico 2000, não haviam dados disponíveis para o setor censitário 2 no arquivo consultado. Também não existiam dados do setor 0 para esse ano, pois de acordo com o IBGE, ainda não havia nenhum domicílio nessa área. E, com relação ao Censo Demográfico 2010, como

⁹ Outra forma de abastecimento de água em 2000 se refere a quando o domicílio “era servido de água de reservatório (ou caixa), abastecido com água das chuvas, por carro-pipa ou, ainda, por poço ou nascente localizados fora do terreno ou da propriedade onde estava construído.” e em 2010, quando o domicílio “era proveniente de poço ou nascente fora da propriedade, carro-pipa, água da chuva armazenada de outra forma, rio, açude, lago ou igarapé ou outra forma de abastecimento de água, diferente das descritas anteriormente.” (IBGE, p. 11, 2003; IBGE, p. 11, 2011.).

¹⁰ Outra forma de destinação de lixo se refere, em 2000 e 2010 a quando “o lixo do domicílio tinha destino distinto dos descritos anteriormente.” (IBGE, 2003; IBGE, 2011).

¹¹ Outro escoadouro é qualquer outra situação não descrita anteriormente (IBGE, 2003; IBGE, 2011).

forma de proteção dos dados dos informantes, para todos os setores com menos de cinco domicílios foram omitidos os valores da maioria das variáveis de dados, como é o caso do setor 0 nesse ano. Por essas questões, não foram obtidos os dados do setor censitário 2 para 2000; e, o valor das variáveis para o setor 0, será sempre 0 em 2000 e 2010, excetuando-se dados básicos como o número de moradores e gênero para 2010, que encontravam-se disponíveis.

2.3 O TRABALHO DE CAMPO

Essa fase da pesquisa diz respeito às campanhas de campo realizadas com planejamento e intenção de levantar dados, mas considera-se também, sobre efeito da investigação, atividades correlatas, com outro objetivo fim, mas que trouxeram contribuições, não menos pertinentes à pesquisa, as quais são descritas no tópico 2.3.2 *Observação*.

Foram realizadas 7 campanhas de campo, onde aplicaram-se as ferramentas de pesquisa: observação e entrevistas, além do registro fotográfico, georreferenciamento de pontos e levantamento de dados básicos das localidades, utilizando-se da Ficha de Campo (Anexo 3). Participaram das campanhas de campo 2 colaboradores, sendo uma aluna de graduação e um aluno de pós-graduação, que auxiliaram com registro fotográfico, gravação de entrevistas e anotação de dados.

Procurou-se visitar todas as localidades inseridas na APAEAV. A pesquisadora possuía uma listagem preliminar das comunidades pertencentes à APAEAV, levantada pelo seu próprio conhecimento da região. Apesar disso, foi realizado um contato com funcionários do Instituto Estadual de Florestas, a partir do qual, surgiu um mapa “feito à mão” com a localização aproximada das localidades e informações importantes para o deslocamento, como desvios, dificuldades de acesso, entre outros. Constatou-se que, muitas localidades que já haviam sido reconhecidas pela gestão como pertencentes à APAEAV e constavam na listagem preliminar, em campo já tinham sido localizadas pelos funcionários do IEF e estavam fora dos limites da UC. Por outro lado, outros grupos sociais foram incluídos na listagem preliminar da pesquisadora. Posteriormente, em campo, outras localidades foram ainda identificadas.

Foram marcados *waypoints* das localidades, através do aparelho Sistema

Global de Posicionamento - GPS, para espacialização posterior. Foi percebido em campo que muitas localidades estão inseridas em mais de um município. Dessa forma, para registro dos *waypoints* foram utilizadas como referência igrejas e escolas, e na ausência dessas, fez-se uso da própria referência dada pelos moradores entrevistados.

Em julho e outubro de 2013 e abril de 2014 ocorreram as campanhas para a parte norte da APAEAV, região conhecida como Mata dos Crioulos. Em fevereiro, março, abril e maio de 2014 ocorreram campanhas de campo para o restante do território da unidade. Fez-se necessário outros 4 deslocamentos, 3 para participação nas reuniões de conselho da unidade, em outubro e dezembro de 2013 e maio de 2014 e também, fez-se necessário duas idas ao escritório de gestão da unidade para auxílio no entendimento da dinâmica das comunidades, as quais ocorreram em janeiro e abril de 2014.

2.3.1 As entrevistas

Foram realizadas entrevistas com intuito de elucidar informações sobre: a geração de renda e fonte de sustento familiar dos moradores da APAEAV atualmente, as mudanças socioambientais ocorridas nas comunidades¹², e, a percepção geral dos entrevistados sobre essa unidade de conservação, conforme quadro 1.

Quadro 1 Questões da Pesquisa

Questões	Objetivos	Aspectos a serem considerados a princípio
De que sua comunidade vive hoje? Qual são as fontes de recursos financeiros?	Identificar a origem da renda econômica na comunidade, nos dias de hoje, para posteriormente verificar quais estão relacionadas ao uso dos recursos naturais.	Turismo, agricultura, pecuária, programas sociais, prestação de serviços, etc.
Quais as mudanças que ocorreram na vida da comunidade? De que as pessoas viviam antigamente? Quais mudanças você identifica na paisagem? Que recursos naturais havia e não existe mais? O que mudou?	Identificar possíveis mudanças socioambientais nas comunidades, para posteriormente relacioná-las com a manutenção/não dos recursos naturais.	Abandono de atividades rurais, mudanças na paisagem natural, mineração, êxodo rural, entre outros.

¹² Não foi utilizado um critério temporal para esse questionamento. Apesar disso procurou-se entrevistar moradores mais antigos no núcleo social, que tivessem uma melhor referência das mudanças ocorridas em sua comunidade.

<p>Você conhece ou já ouviu falar da Área de Proteção Ambiental das Águas Vertentes? O que ela representa/Quais as mudanças ela trouxe para sua comunidade?</p>	<p>. Identificar a percepção da comunidade sobre a Área de Proteção Ambiental das Águas Vertentes.</p>	<p>Educação ambiental, fiscalização, desconhecimento da existência da APAEAV, indiferença da existência da UC.</p>
--	--	--

Fonte: elaboração própria.

Procurou-se representatividade de entrevistados que trouxessem informações de cada núcleo social¹³ identificado. Dessa forma, foram realizadas um total de 55 entrevistas, assim distribuídas [nome grupo social/nº de entrevistas realizadas]: Algodoeiro (10), Gurita (8); Tamanduá (8), Queimadas (7), Capivari (5), Três Barras (3), Milho Verde (8) e São Gonçalo do Rio das Pedras (6)¹⁴.

Para Minayo (2012) as entrevistas são conversas organizadas e direcionadas pelo pesquisador em busca de alcançar o seu objetivo e podem ser classificadas em:

- (a) *sondagem de opinião*, no caso de serem elaboradas mediante um questionário totalmente estruturado, no qual a escolha do informante está condicionada a dar respostas a perguntas formuladas pelo investigador;
- (b) *semiestruturada*, que combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada;
- (c) *aberta ou em profundidade*, em que o informante é convidado a falar livremente sobre um tema e as perguntas do investigador, quando feitas, buscam dar mais profundidade às reflexões;
- (d) *focalizada*, quando se destina a esclarecer apenas um determinado problema;
- (e) *projetiva*, que usa dispositivos visuais, como filmes, vídeos, pinturas, gravuras, fotos, poesias, contos, redações de outras pessoas. Essa última modalidade constitui um convite ao entrevistado para discorrer sobre o que vê ou lê. É geralmente utilizada quando precisamos falar de assuntos difíceis e delicados e temos problemas para tratá-los diretamente. (MINAYO, 2012, p. 65).¹⁵

Para a presente pesquisa, considerando que seriam poucas questões levantadas utilizou-se a entrevista *aberta ou em profundidade*, sendo estratégico

¹³ Para a presente pesquisa o termo núcleo social é utilizado no sentido de: elemento que compõe o centro/essência de uma estrutura social. Ou seja, o núcleo seria aquela comunidade que por ter uma estrutura (que é mínima) melhor, de saúde (posto de saúde), educação (escola, creche), religião (igreja) e organização social (associação) presta esses serviços a um conjunto de outras localidades próximas, servindo assim como o núcleo social daquelas comunidades. Isso ocorre na APAEAV, mas também na região como um todo, acontece de forma compulsória e está muito relacionado à ida dos moradores às igrejas, escolas, festas e associações, desconsiderando, para tanto, os limites municipais.

¹⁴ Não foram realizadas entrevistas na área urbana de Santo Antônio do Itambé, tendo em vista a complexidade de análise por ser uma sede municipal.

¹⁵ Grifos da autora.

fazer esse tipo de abordagem para deixar o entrevistado mais a vontade em suas manifestações. Severino (2007) denomina esse tipo de entrevista de “entrevistas não-diretiva”. Esse autor argumenta que nesse tipo de entrevista o discurso é livre e o papel do entrevistador é apenas registrar as informações e interferir somente se necessário, para estimular e nortear o depoimento, deixando o entrevistado bastante à vontade para falar.

No primeiro contato com os moradores a pesquisadora se apresentava, com nome e instituição vinculada, o que nem sempre era necessário, pois em algumas comunidades já era conhecida por outros trabalhos ali realizados. Em seguida, falava resumidamente da pesquisa, deixando claro que a mesma não traria malefícios ou benefícios para a comunidade, mas acima de tudo traria conhecimento e possibilidade de reflexão para a pesquisadora. Era, também, assegurado ao entrevistado que não haveria divulgação do seu nome, sendo os dados tratados no conjunto do trabalho.

Após esse contato inicial, a pesquisadora perguntava se o morador tinha interesse em contribuir, e em caso positivo, era perguntado sobre a possibilidade de gravação da entrevista. Já com o gravador ligado era feito pela pesquisadora um resumo dessa conversa inicial e era perguntado novamente ao entrevistado se este estaria de acordo com a entrevista, buscando-se o registro do seu consentimento em contribuir com a pesquisa.

Em determinadas abordagens, imediatamente após o contato inicial o morador já iniciava seu relato. Em algumas dessas situações, com objetivo de aproveitar a fluidez do discurso do entrevistado, não houve registro gravado da entrevista realizada, era somente tomado nota das questões mais pertinentes. Apesar de não terem sido utilizadas para análise de conteúdo e para contabilização das entrevistas, essas abordagens também contribuíram para a contextualização da pesquisadora com seu objeto de estudo.

De modo geral, não houve dificuldades ou oposição dos moradores à realização das entrevistas ou na utilização do gravador para registro.

A seleção dos informantes não seguiu nenhum método de amostragem, pois dependia de pessoas disponíveis para o diálogo. Apesar disso, nos grupos sociais onde havia aparentemente mais de uma pessoa disponível para colaborar com a

pesquisa, foi dada preferência a pessoas:

- Mais articuladas com a comunidade;
- Mais velhas, que possuíssem conhecimento de épocas passadas na comunidade, mas também que estivessem lúcidas para fazer um contraponto com a realidade atual;
- Que estivessem lúcidas no momento da entrevista;
- Que deixassem desenvolver naturalmente o diálogo e que assim expusessem melhor suas idéias;
- Que não produzissem respostas individuais sem contexto local.

2.3.2 A observação

A observação é um instrumento de pesquisa, o qual possibilita que fenômenos que não podem ser registrados por meio de perguntas ou em dados quantitativos, possam ser percebidos, como a rotina de um dia de trabalho ou de uma comunidade (MINAYO, 2012). Para esta metodologia de pesquisa é quase impossível determinar etapas a serem seguidas, pois as oportunidades de observação podem surgir e multiplicar-se, sem que seja esperado. Porém, é importante que o pesquisador esteja atento a ter em mãos algum meio de registro para o que for observado. O pesquisador se insere no campo da pesquisa, registrando dados para suas reflexões e *“a proximidade com os interlocutores, longe de ser um inconveniente, é uma virtude e uma necessidade”* (MINAYO, 2012, p. 70).

A observação foi realizada nas campanhas de campo e em outros momentos propiciados pela inserção da pesquisadora na área de estudo. A seguir, os mais pertinentes:

- Prestação de serviços à APAEAV-IEF de jan/2012 a mai/2013;
- Visitas e vivências rotineiras às comunidades;
- Participação em reuniões das Associações Comunitárias localizadas na área de estudo;
- Participação nas reuniões do Conselho Gestor da APAEAV;
- Visitas técnicas de disciplinas de graduação da UFVJM e de pós-graduação da UFMG;

- Sobrevôo na APAEAV;
- Participação no projeto de pesquisa da UFVJM, intitulado: “Análise da Oferta Turística da Área de Proteção Ambiental Estadual das Águas Vertentes”.

2.4 TRATAMENTO DAS INFORMAÇÕES

Essa fase da pesquisa se deu por três abordagens: análise documental, análise geográfica e análise de conteúdo, as quais são descritas a seguir.

2.4.1 Análise Documental

A análise documental diz respeito a leitura, sistematização e discussão dos documentos de gestão da APAEAV. Os documentos analisados foram: Relatório de Atividades Anual e Decreto de Criação da APAEAV; Regulamento, Atas e Decreto de criação do Conselho Consultivo da APAEAV. Nessa fase da pesquisa, foi utilizada uma adaptação da metodologia de análise de conteúdo (descrita no subitem 2.4.3 *Análise de Conteúdo*), para direcionar a exploração dos documentos de gestão.

2.4.2 Análise Geográfica

Essa análise diz respeito a sistematização de dados que caracterizem o a APAEAV a partir dos dados levantados em campo e dados quantitativos do IBGE. O tratamento das informações se deu por meio da elaboração de tabelas, gráficos, mapas e utilização de fotografias.

Foram elaborados mapas temáticos, utilizando-se o programa *Track Maker* para preparação dos dados georreferenciados e o programa *ArcGIS - ESRI ArcMap™ 9.3* para tratamento e geração dos mapas.

No *ArcGis* foram adicionadas os *shapes* dos setores censitários disponibilizadas pelo IBGE¹⁶. Em seguida, para elaboração dos mapas temáticos foram agregadas as planilhas elaboradas no Excel - contendo os dados a serem utilizados - às tabelas de atributos dos *shapes* dos setores censitários, através da

¹⁶ IBGE, 2014.

ferramenta *Join and Relates* => *Join*. Em *Symbology*, foi selecionada a opção *Charts* => *Pie* e foi feito o *Field selection* dos atributos a serem utilizados, criando um projeto do *ArcGIS* para cada mapa temático. Essa ferramenta permite criar os gráficos de pizza, porém, não gera os números representativos de cada gráfico. Então, os valores correspondentes a cada variável do gráfico *pizza* foram inseridos manualmente em cada mapa temático.

Os gráficos gerados pelo programa tem o objetivo de representar o todo das informações. Por isso, em alguns casos, o programa não considera valores não representativos do todo. Exemplo: para uma mesma variável, consideramos que haja 1 domicílio com característica x e 99 domicílios com característica y. Nesse caso, é possível que o programa possa desconsiderar o domicílio com a característica x e gerar um gráfico *pizza* de 99% para y. Nos gráficos onde houve essa situação, a informação desse 1% foi inserida em nota no canto inferior do mapa e na *pizza* foi inserido, normalmente, o valor da característica representada, ou seja, 99% para y.

Para elaboração dos demais mapas temáticos, no campo *Symbology* foi selecionada a opção *Categories* => *Unique values*. Para o mapa de densidade demográfica foi utilizada a ferramenta *Quantities* => *Graduated Colors*. Para elaboração da representação 2 D da APAEAV foi utilizada a interface *Arc Scene* do mesmo programa. E para finalização do layout fez-se uso do programa *Publisher 2007*.

2.4.3 Análise de Conteúdo

Essa análise diz respeito a sistematização e tratamento das entrevistas realizadas com os moradores. Para tanto, foi utilizada a metodologia de análise de conteúdo. Essa metodologia compreende um conjunto de técnicas de análise de comunicações, que, por meio de categorias de análise (escolhidas a partir do objetivo da pesquisa) extrai elementos que caracterizem a mensagem, e que sejam pertinentes à pesquisa, para, por fim, estabelecer inferências (SEVERINO, 2007).

Gomes (2012) lembra que essa metodologia, a princípio, foi desenvolvida numa perspectiva quantitativa, estando muito relacionada à contagem de vezes que uma expressão ou termo se manifestava na mensagem, porém, outras abordagens teóricas demonstram o potencial adquirido desta análise para dados qualitativos.

Segundo este mesmo autor, em uma análise qualitativa, considera-se como importante não só a presença de uma informação, como também a ausência, interpretando além do que está sendo comunicado.

A principal autora que introduz esta metodologia é Laurence Bardin, em 1979. Essa autora indica várias maneiras para se analisar conteúdos de pesquisa. Gomes (2012) destaca alguns, apresentados no Quadro 2, a seguir.

Quadro 2 – Métodos de Análise de Conteúdo

Métodos de análise de conteúdo descritas por Gomes, 2012	Características
<i>Análise da avaliação ou análise representacional</i>	Se presta a medir as atitudes do locutor quanto aos objetos de que fala, levando em conta que a linguagem representa e reflete quem a utiliza.
<i>Análise de expressão</i>	Parti-se do princípio de que existe correspondência entre o tipo de discurso e as características do locutor e de seu meio.
<i>Análise de enunciação</i>	Analisa jogos de palavras, chistes, lapsos e silêncios. Leva em conta a comunicação como um processo e não como um dado.
<i>Análise temática</i>	O conceito central é o tema. Pode ser graficamente apresentada através de uma palavra, uma frase, um resumo.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Gomes, 2012, p. 85.

Para a presente pesquisa, fez-se uso da análise temática, que trabalha com a ausência ou presença e significado de determinado termo na fala. A utilização dessa metodologia parte da finalidade de reduzir os dados das comunicações, sistematizando os dados de acordo com os objetivos da pesquisa e proporcionando uma melhor visualização dos resultados. Nesse sentido, Gomes (2012) aponta que:

esse estudo do material não precisa abranger a totalidade das falas e expressões dos interlocutores porque, em geral, a dimensão sociocultural das opiniões e representações de um grupo que tem as mesmas características e costumam ter muitos pontos em comum ao mesmo tempo em que apresentam singularidades próprias da biografia de cada interlocutor. (Gomes, 2012, p. 79)

Para aplicação da análise de conteúdo foi necessário, em primeiro lugar, transcrever as entrevistas. Optou-se por deixar as falas dos entrevistados sem alterações gramaticais ou ortográficas. No olhar da pesquisadora, a forma visceral dos discursos contribui para diminuição da subjetividade e aproxima os resultados apresentados da realidade pesquisada.

Em seguida, foi feita uma leitura prévia das entrevistas para que fossem definidas as categorias e classes de análise (ramificações das categorias), que são os elementos representados por termos, que possibilitam a classificação dos

fragmentos do material analisado (Quadro 3). Para tanto, foram utilizados como parâmetros: os objetivos da pesquisa, o conhecimento prévio da pesquisadora sobre o objeto de estudo e a relevância e recorrência de determinadas falas. As classes só foram utilizadas para fins de organização das entrevistas. Para a construção do texto de análise as informações foram separadas somente pelas categorias, evitando-se excesso de subitens.

Quadro 3 Categorias de Análise de Conteúdo

Categorias de Análise	Classes de Análise
Geração de Renda e Sustento Familiar	<ul style="list-style-type: none"> - Extração mineral e vegetal - Prestação de Serviços - Agropecuária - Aposentadoria e/ou programas assistenciais
Características e Mudanças Socioambientais	<ul style="list-style-type: none"> - Atividade Rurais e Modos de Vida - Êxodo Rural e Êxodo Urbano - Fortalecimento social através do Associativismo e de instituições externas - Infraestrutura - Paisagem/Recursos Naturais
Percepções sobre a Área de Proteção Ambiental das Águas Vertentes	<ul style="list-style-type: none"> - Educação Ambiental - Fiscalização - Indiferença/desconhecimento - Geração de Renda

Fonte: Elaboração própria.

Então, a partir da categorização de fragmentos dos discursos criou-se a Planilha de análise de conteúdo das entrevistas realizadas na APAEAV (Anexo 2), para por fim, discutir e interpretar seu conteúdo. Leituras preliminares das entrevistas, juntamente com informações de campo e do IBGE, possibilitaram identificar quatro áreas na APAEAV com características socioambientais semelhantes. Para análise de conteúdo das entrevistas, as falas dos moradores foram separadas por essas quatro áreas, denominadas no contexto geográfico dessa pesquisa como: **Norte, Leste, Oeste não turístico e Oeste turístico**, conforme subitem *4.3.1 Zonemaneto por características socioambientais semelhantes*.

CAPÍTULO 3 - REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

Eu procuro familiaridade com a natureza – conhecer seus estados de espírito e maneira de ser. A natureza primitiva é a mais importante para mim. Eu faço imensos sacrifícios para conhecer todos os fenômenos da primavera, por exemplo, pensando que eu tenho aqui o poema inteiro, e então, para meu desapontamento, eu ouço que é apenas uma cópia imperfeita a que eu possuo e li, que meus ancestrais rasgaram muitas das primeiras folhas e passagens mais grandiosas, e mutilaram-na em muitos lugares. Eu não gostaria de pensar que algum semideus tivesse vindo antes de mim e escolhido para si algumas das melhores estrelas. Eu quero conhecer um paraíso inteiro e uma Terra inteira. Todas as grandes árvores e animais selvagens, peixes e aves se foram. (Thoreau, 1846 apud Fernandez, 2011).

3.1 A EVOLUÇÃO DA RELAÇÃO ENTRE O HOMEM E A “SUA” NATUREZA: DEGRADAÇÃO, CONSERVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE

O advento do *Antropoceno* – o recente período em que uma espécie apenas está sendo capaz de alterar os ciclos bioquímicos do planeta em detrimento de todos os seres vivos, dela inclusive – vem causando extinções em massa numa velocidade superior a qualquer daqueles eventos (catastróficos do passado), com a exceção provável da queda do meteoro de Yucatán que marcou a fronteira entre os períodos Cretáceo e Terciário há uns 65 milhões de anos, com o desaparecimento global dos dinossauros e de 70 % das espécies então vivas (Palazzo, p. 75, 2012).

A presença humana impõe por si só a utilização e exploração de recursos naturais para sua sobrevivência. Muitas atividades humanas intrínsecas na sociedade, tais como: caça, pesca, exploração madeireira, criação de animais, coleta de produtos não madeireiros, expansão agrícola, comercialização de recursos naturais, e projetos de desenvolvimento causam impactos adversos na vida selvagem e nos sistemas ecológicos (KARANTH e MADHUSUDAN, 2002; TERBORGH e PERES, 2002).

Pesquisadores apontam que existem evidências científicas que comprovam que nas diversas centenas de milhares de anos da vida humana, os homens de uma forma ou de outra interferiram, com maior ou menor profundidade, na natureza, impondo-lhe suas leis e a alterando de acordo com sua vontade (DIEGUES, 2001; MILANO, 2012; UNESCO, 2003).

Outras publicações apontam que extinções e alterações pré-históricas da fauna de grande porte (com mais de 10 quilogramas) seguiram-se a medida que os seres humanos se espalharam pelo mundo (SCHAIK e RIJKSEN, 2002;

FERNANDEZ, 2011). De acordo Schaik e Rijksen (2002), por exemplo, há estudos demonstram que caçadores pré-industriais caçavam suas presas até que se tornassem localmente extintas ou muito difíceis de encontrar e evidências fósseis sugerem que talvez 20% das espécies de aves do mundo tenham sido exterminadas pelos humanos (SCHAIK e RIJKSEN, 2002).

Para Araújo (2007), a separação entre o homem e a natureza se aprofundou ao longo de nossa história, atingindo seu ápice a partir da Revolução Industrial. Fernandez (2011) corrobora, apontando que apesar de extinções anteriores de espécies pelo homem, como o Dodo (Ilhas Maurício) e os Moas (Nova Zelândia) no século XVII, é com a revolução industrial que a civilização começa a modificar mais intensamente o planeta.

Para o primeiro autor, a partir da Revolução Industrial é instaurado um modelo de desenvolvimento, “no qual a ciência encarava a natureza como uma máquina”, que deveria ser instrumento para o progresso humano (ARAUJO, 2007). Além disso, ocorre um segundo processo crucial para o impacto humano no ambiente, que foi o adensamento demográfico da humanidade. A partir de então, o impacto humano, se intensificou e se disseminou paralelamente ao desenvolvimento tecnológico (MILANO, 2012; BURSZTYN e PERSEGONA, 2008).

“Os arranjos espaciais compartimentados, traduzidos pela criação de cidades, campos e seus subespaços, substituíram os espaços naturais. Estes últimos passaram a ocupar os intertícios das ações humanas no espaço produzido” (UNESCO, 2003, p.17).

Keith Thomas, em seu livro: “Man and natural world: changing attitudes in England: 1500 – 1800”, traduzido no Brasil com o título: “O homem e o mundo natural: mudanças de atitudes em relação às plantas e aos animais”, realizou uma revisão teórica acerca das publicações existentes naquela época acerca da relação histórica entre o homem e o meio. Nesse livro, o autor aponta que “na Europa no século XVIII, o homem era considerado o rei da criação, e os animais eram destituídos de direitos e sentidos e, portanto, insensíveis a dor. A fauna e flora selvagem (assim como os animais domésticos) eram consideradas propriedade do ser humano, que poderia utilizá-la, como bem entendesse.” Para este autor, a

religião ocidental havia contribuído para implementar a posição de domínio do homem sob qualquer/toda a “criação” (Araújo, 2007; Diegues, 2001).

Segundo Bensusan (2006), o maior impacto que a humanidade causa sobre o meio ambiente e, conseqüentemente, sobre a biodiversidade, deriva-se da agropecuária. A remoção de florestas pelo fogo ou corte é também uma das mais duradouras e significantes formas de modificar o ambiente.

Para Terborgh e Peres (2002) exceto onde os humanos tem um modo de vida pré-moderno, de baixo impacto, em locais de pequena densidade populacional, a relação entre os seres humanos e natureza tem sido incompatível. À medida que as populações crescem, o impacto sobre a meio ambiente e biodiversidade aumenta continuamente. Além do impacto direto, derivado da conversão do ambiente natural em áreas com outras destinações, há impactos indiretos ligados à necessidade de saneamento básico, transporte, educação (BENSUSAN, 2006).

Os autores Terborgh e Peres (2002) propuseram uma fórmula para avaliar o impacto humano sobre o ambiente, onde $\text{impacto} = (\text{número de humanos}) \times (\text{consumo per capita de recursos}) \times (\text{um “fator tecnológico”})$:

Por essa fórmula, é evidente que o impacto humano só pode ser reduzido de três maneiras: a) pela redução do número de seres humanos; b) pela redução do consumo per capita de recursos; e c) pela restrição de acesso à tecnologia (por exemplo, obrigando o uso de machado em vez de motosserras). Nós excluimos a restrição à tecnologia como uma solução de longo prazo porque, fazendo isso, as pessoas são encerradas dentro de um museu vivo. A redução do consumo per capita por parte das pessoas que já vivem no limite da subsistência é moralmente repugnante, não sendo então uma opção, o que nos leva à primeira das variáveis da equação: o número de pessoas vivendo na área (TERBORGH e PERES, p. 338, 2002).

Milano (2012) corrobora:

o aumento populacional ainda é um fator crítico para a sustentabilidade num planeta limitado, de recursos finitos e já completamente abarrotado de gente, e as suas conseqüências afloram a todo momento e em todo lugar, em geral noticiadas como genocídios tribais, migrações ilegais em massa, revoltas populares pela acesso à água e outros recursos, ou guerras para controle do acesso ao petróleo, entre outros (MILANO, p. 16, 2012).

Para Busztyn e Persegona (2008), por isso, já na antiguidade, a capacidade natural e tecnológica de suprir as necessidades humanas serviam como requisito ao crescimento das populações e também, eram condicionantes para sua distribuição no território.

Por outro lado, Araújo (2007) aponta que como resultado da revolução industrial, a multiplicação de ambientes hediondos e o adensamento demográfico

nesses espaços, “contribuíram para gerar um sentimento antiagregativo, induzindo uma atitude de contemplação dos espaços naturais, lugar de reflexão e de isolamento espiritual” (ARAUJO, p. 26, 2007) despertando uma necessidade de valorização da natureza.

Além disso, o avanço da História natural e o respeito que os naturalistas tinham pela natureza selvagem, contribuíram para valorização das paisagens não modificadas pelo homem (DIEGUES, 2001).

Segundo Araujo, (2007, p. 42) em meados do século XIX, “o filósofo americano Henry Thoreau, declarou que as florestas não são locais sem dono, mas cheias de espíritos bons e que o que denominamos de mundo selvagem é uma civilização diferente da nossa.” Marsh (s.d.) *apud* Araujo (2007), importante autor do preservacionismo, “afirmava que o homem se esqueceu de que a terra lhe foi concebida para usufruto e não para o consumo e degradação”. E este mesmo autor, “propunha uma ‘regeneração geográfica’, através do controle da tecnologia, o que exigiria uma grande revolução política e moral”.

Diegues (2001) aponta também, que John Muir, (para ele o teórico mais importante do preservacionismo), defendia a idéia de que o homem deveria se reconhecer como um elemento, dentre vários, parte de uma comunidade que fora criada, e que por isso, devia respeito à natureza. E Segundo Diegues (2001) Muir afirmava que: “If a war of races should occur between the wild beasts and Lost Man, I would be tempted to sympathize with the bears.”¹⁷

A ciência estaria trazendo publicações que impulsionavam a sociedade a uma revisão da relação homem/natureza. Surgem outros estudos, tais como: as obras de Darwin, *Sobre a origem das espécies* (1859) e a *Descendência do Homem* (1871), a obra de Marsh (1864) que analisou os impactos negativos de nossa civilização sobre o meio ambiente, entre outras. (ARAUJO, 2007; DIEGUES, 2001). A ciência que havia considerado a natureza apenas do ponto de vista mecanicista, como um aparato a ser utilizado, começava a valorizá-la.

Entre a habitual/necessária exploração e a premência de valorização dos

¹⁷ “Se houvesse uma guerra de raças e eu tivesse que escolher entre um urso e um homem, eu seria tentado a escolher o urso” (Muir *apud* Diegues, 2001).

recursos naturais, a sociedade começa a discutir mais constantemente sobre os melhores meios de conviver com a natureza. Nesse contexto, diretrizes de conservação começaram a ser criadas, no sentido de regular a exploração do meio ambiente pelo homem.¹⁸ Instrumentos fundamentais à conservação surgiram no âmbito do licenciamento, da fiscalização e da compensação ambiental e é, também, concebida a idéia de área protegida (DAVENPORT e RAO, 2002; LINO e DIAS, 2012).

Porém, a principal e mais eficaz medida conservacionista foi a criação de áreas protegidas: num século de ambições desmesuradas, uma pequena seleção de paisagens americanas passa a ser tratada como patrimônio de todos. Pela primeira vez na história humana os melhores lugares do planeta não se destinam à posse de um ou outro, são bens coletivos. E isso foi revolucionário. (CORRÊA, p. 295, 2007).

Com a idéia de proteção da natureza baseada na criação de espaços reservados, com o uso controlado pelo poder público é criado nos Estados Unidos, o primeiro Parque Nacional do mundo. Sem desconhecer o fato de que o Yosemite, também nos Estados Unidos, já havia sido regulamentado como área protegida, o Yellowstone, surge em 1872, já como Parque Nacional. A idéia teve grande apelo e diversos países criaram, também, parques nacionais. (ARAUJO, 2007).

Em seguida, no final do século XIX, consolidam-se dois movimentos de proteção da natureza no mundo: o preservacionismo e o conservacionismo. A primeira corrente estaria voltada para a idéia de proteção semelhante a criação dos Parques norteamericanos, onde a presença humana e suas atividades deveriam ser evitadas, enquanto que, a segunda considerava a permanência humana e suas atividades, sendo que a proteção, neste caso, estaria ligada a tomada de consciência e controle de suas atividades (ARAUJO, 2007).

“As posições preservacionistas continuaram no início do século XX com os trabalhos de Aldo Leopold, o qual defendia que uma decisão sobre o uso da terra é correta quando tende a preservar a integridade, a estabilidade e a beleza da comunidade biótica (solo, água, fauna, flora e pessoas) e é incorreta quando tende

¹⁸ Outros antigos registros referenciam atitudes pró-natureza controlando, restringindo ou proibindo as práticas predatórias humanas como: proteção de territórios florestais para usufruto comunitário, após disputas tribais; destinação de áreas de proteção integral para eventos religiosos pelos hindus; reflorestamentos de áreas degradadas para recomposição dos mananciais hídricos na Grécia Antiga; e ainda, registros de proteção dos guanós pelos incas, de cujos seus incrementos dependiam a agricultura; e na Índia no século quarto antes de Cristo, normas através das quais, todas as formas de uso e atividade extrativista foram proibidas nas florestas sagradas (DAVENPORT e RAO, 2002; MILANO, 2012).

para outra coisa” (LEOPOLD¹⁹, 1949 *apud* DIEGUES, 2001). Mas também, a corrente conservacionista ganharia destaque, especialmente no final da década de 1960, quando, segundo Araújo (2007), ocorreram iniciativas da União Internacional para Conservação da Natureza - IUCN e de outros mobilizadores em forma de eventos com objetivo de disseminar a idéia conservacionismo no mundo.

Além das filosofias de proteção da natureza, os desastres ambientais, consequência do processo de industrialização, pós-revolução industrial, em particular após a segunda Guerra Mundial, ajudaram a definir a agenda ambiental do planeta (MILANO, 2012). Entre esses eventos catastróficos, Milano (2012), cita: o uso desenfreado do agrotóxico DDT, registrado no livro: *Primavera Silenciosa* de Rachel Carlson; a contaminação por mercúrio na baía de Minamata, no Japão; o desastre de Seveso, na Itália, quando centenas de animais morreram contaminados por uma substância liberada acidentalmente por tanques de uma indústria química; o vazamento de gás tóxico na Índia, que matara no mínimo 3000 pessoas. Outras consequências evidentes, como a perda da biodiversidade, de solos férteis, da qualidade das águas, da própria mudança climática, além do próprio risco de vida para a espécie humana, foram efeitos desses e de outros eventos desastrosos pelo mundo (LINO e DIAS, 2012).

Bursztyn e Persegona (2008) consideram que apesar do crescimento populacional e os desastres ambientais se reproduzindo no século XX, sem dúvida, este século, foi também pródigo em fatos e eventos que marcam o debate sobre a questão ambiental no mundo. São uma série de eventos que ocorreram que trouxeram a tona discussões acerca da necessidade de preservação da biodiversidade.

Nesse contexto, abordando o uso e a conservação racional dos recursos planetários, em 1968, é realizada em Paris, a Conferência da Biosfera. Nesse evento discutiu-se “assuntos como a poluição do ar e da água, os desmatamentos, o excesso de monoculturas e outros” (ARAUJO, 2007).

Em 1971, foi criado o programa “Homem e Biosfera” - The Man the Biosphere, que “tratava-se de um programa de cooperação científica internacional, visando

¹⁹ LEOPOLD, A. 1949. A Sand Coutry. New York *apud* DIEGUES, 2001.

investigar as interações entre o homem e *seu* meio.” (ARAUJO, p.41, 2007). Araújo (2007) chama atenção para o pronome possessivo utilizado, o que para o autor representa a soberania humana sob a natureza ainda preconizada nos programas de conservação. Vale lembrar que, esse programa ainda está em atividade, e tem como objetivo reconhecer nos ecossistemas mais representativos do mundo, áreas singulares do ponto de vista da diversidade ambiental e cultural, visando fomentar programas e projetos que contribuem para o equilíbrio entre a ação humana e o ambiente local.

No mesmo ano, é assinada a Convenção sobre Zonas Úmidas de Importância Internacional, popularmente conhecida como Convenção Ramsar. E em 1972, ocorre a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - CNUMAD, realizada em Estocolmo, a qual para Araújo (2007) foi o principal fórum de discussão sobre a proteção do meio ambiente já ocorrido, tendo em vista sua repercussão e a participação bastante abrangente de representantes mundiais.

De acordo com Araujo (2007), durante a CNUMAD (1972), “duas correntes opostas travavam acirrado debate:” os defensores do crescimento a qualquer preço, que consideravam a questão ambiental como obstáculo, e os catastrofistas, que pregavam o esgotamento dos recursos naturais, se não fosse cessado o crescimento demográfico e econômico acelerado. O resultado foi uma proposta intermediária, conhecida na época como ecodesenvolvimento e mais tarde rebatizada de desenvolvimento sustentável (SACHS, 1998 *apud* ARAUJO, 2007).

Esse evento foi importante, pois floresceu discussões sobre preservação ambiental a partir de uma perspectiva sistêmica, que reconhece a complexidade do meio ambiente, assim como dos processos produtivos, econômicos, sociais e culturais humanos e, portanto, reconhece a necessidade de trabalhá-los a partir de um ordenamento territorial (UNESCO, 2003).

A integridade ecológica, medida através de mudanças nos sistemas naturais, traduz dois aspectos fundamentais de sua organização. Saúde – capacidade do sistema alcançar e manter seu ponto operacional ótimo, mesmo quando submetido a perturbações ambientais; e Auto-regulação – capacidade do sistema de continuar sua evolução e desenvolvimento. - A integridade cultural é relativa aos usos sustentáveis dos recursos naturais; qualidade de vida (saúde e bem-estar), participação da sociedade, cooperação, valorização das diferenças e ética. (UNESCO, p. 21, 2003).

Todos esses elementos dizem respeito à utilização do ambiente de forma ordenada e sustentável, mantendo o equilíbrio e a continuidade dos processos

ecológicos, que iria constituir a idéia do desenvolvimento sustentável.

Segundo Diegues (2001), Gifford Pinchot, engenheiro florestal, criou o movimento de conservação baseado no uso racional dos recursos, que seria uma ação precursora do que viria a ser desenvolvimento sustentável. Pinchot defendia que a natureza deveria ser considerada como uma mercadoria e que sua conservação deveria se dar a partir de três fundamentos: o seu uso para a geração presente; a prevenção de seu desperdício; e seu uso em benefício da maioria de pessoas (incluindo aqui as gerações futuras) (DIEGUES, 2001, p. 47).

Além disso, segundo Araujo (2007), em 1975, a Comissão de Parques Nacionais e Áreas Protegidas/IUCN inicia o esforço para criação de um sistema internacional de classificação de áreas protegidas. Foram 10 propostas de categorias de manejo, publicadas em 1978:

- I – Reserva Científica/Reserva Natural Restrita
 - II – Parque Nacional
 - III – Monumento Natural/Monumento Nacional
 - IV – Reserva de Conservação da Natureza/Reserva Manejada/Santuário de Vida Silvestre
 - V – Paisagem Protegida
 - VI – Reserva de Recursos Naturais
 - VII – Reserva Antropológica
 - VIII – Área Natural Manejada com Finalidade de Utilização Múltipla
 - IX – Reserva da Biosfera
 - X – Sítio Natural do Patrimônio Natural
- (ARAUJO, p. 43, 2007).

A proposta foi aceita, porém, em pouco tempo, seguiram-se debates que manifestavam a necessidade de aprimorar o sistema, entre elas, uma proposta de se utilizar apenas as 4 primeiras categorias e extinguir as demais. (ARAUJO, 2007).

Em 1980 foi publicado o documento “A Estratégia Mundial para a Conservação” elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA, IUCN e Fundo Mundial para Natureza - WWF²⁰, que introduziu pela primeira vez o conceito de desenvolvimento sustentável, explorando a interface

²⁰ O "World Wide Fund For Nature" ou "Fundo Mundial para a Natureza" é uma instituição que atua mundialmente em prol da conservação da natureza. Por muitas confusões internacionais com relação à tradução do nome, hoje é conhecida e tratada internacionalmente simplesmente como WWF. Disponível em: <http://observatorio.wwf.org.br/sobre/> - Acesso em 24 Abr, 2014.

entre a conservação de espécies, a manutenção de vida e a preservação da diversidade biológica (RAMOS, 2012). Porém, o conceito é geralmente associado ao Relatório Brundtland (HOEFFEL *et al*, 2010a).

Os últimos anos da década de 1980 marcam o nascimento do socioambientalismo, fruto das articulações políticas entre os movimentos sociais e o movimento ambientalista (SANTILI, 2005). Em 1988, o Relatório Brundtland ou “Nosso Futuro Comum”, elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada pelas Nações Unidas descreve desenvolvimento sustentável, como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades.” (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, p. 46, 1991).

Estaria sendo concebido um termo, que junto com outras derivações, como sustentabilidade, seria utilizado e propagado nos mais diversos meios (acadêmico, publicitário, empresarial, político, etc). Sendo, para Milano (2012) nos próximos anos utilizado como solução para todos os problemas do planeta.

Porém, “a flexibilidade desta conceituação, considerada uma virtude para alguns autores, é apontada como uma de suas fraquezas por outros, que acreditam que esse conceito está apresentado nesse documento (relatório Brundtland), propositalmente, como indefinido e fluido” (HOEFFEL *et al*. p. 73, 2010a). Além disso, em alguns casos, essa complexidade do termo, faz com que o mesmo seja utilizado equivocadamente, até mesmo em políticas públicas (MILANO, 2012).

Com a proposta mágica do desenvolvimento sustentável, acrítico e de consumo fácil, o conceito de sustentabilidade, de origem biológica, bem mais antigo e cientificamente consistente, se tornou especularmente popular servindo para pintar de verde tudo e qualquer coisa ao mesmo tempo, ainda que sem qualquer conexão com o propósito original. Tanto é assim que, talvez, sejam duas das palavras de origem científica, nos mais diversos idiomas, mais usadas no planeta. (...) uma rápida busca no Google dá a dimensão da situação: (...) 0,3 bilhões de citações, em apenas duas línguas (português e inglês)! (Milano, p. 14, 2012).

Hoeffel *et al*. (2010a), considera quase impossível proceder a um levantamento de todas as vertentes que discutem o tema, em função das semelhanças e diferenças entre os autores, muitas vezes pouco evidentes. Mas, de acordo com esse autor, os conceitos atribuídos ao termo, em geral, reconhecem a dependência dos recursos naturais, por parte do ser humano.

Uma vertente de concepção do termo considera-o desde um sentido “associado à justiça socioambiental e renovação ética” (LIMA 2003, *apud* HOEFFEL *et al.* 2010a, p. 31). Essa matriz é uma proposta de reconhecimento da ligação entre os sistemas social, cultural e ambiental no qual os seres humanos estão inseridos e parte do princípio de que é possível adotar uma postura ética de respeito ao meio ambiente, a diversidade cultural e a diminuição de desigualdades. Para tanto, “esta corrente tem predileção pela expressão sociedade sustentável” (HOEFFEL *et al.* 2010a, p. 31).

Por outro lado, para Hoeffel *et al.* (2010a) uma outra corrente, representa desdobramento da proposta da CNUMAD. Nesta abordagem, o desenvolvimento sustentável estaria relacionado a mudanças de postura mercadológicas, como: a utilização de tecnologias limpas, do controle do consumo populacional e por processos produtivos equilibrados (HOEFFEL *et al.* 2010a). Para ambas correntes de pensamento sobre o termo, os benefícios econômicos e sociais, advindos da apropriação das riquezas naturais deveriam ser distribuídos de forma igualitária para todos.

Lima (2001) lembra ainda, que é necessário indagar o preceito de garantir às gerações futuras que elas possam satisfazer suas necessidades, princípio do uso sustentável. Para este autor deveríamos nos perguntar: *que necessidades seriam essas?* Pois temos diferentes níveis de necessidades humanas, condicionadas pelo modo de vida do lugar, como as necessidades de quem vive nos países mais industrializados, com elevado consumo, e as necessidades de quem vive nos países pobres, cujo consumo está mais relacionado à subsistência. Portanto, quando pensamos em sustentabilidade dos recursos para outras gerações, é importante refletir a que padrão de necessidades estamos nos referindo para em um segundo momento, pensarmos em que tipo de políticas de proteção precisaremos implementar para atingir essa conservação.

Dando continuidade as discussões ambientais que se estabeleceram, em 1992, ocorre: a CNUMAD, no Rio de Janeiro/Brasil, a qual ficou popularmente conhecida como Rio-92. Da qual surgiram importantes documentos, como convenções sobre Diversidade Biológica, Mudanças Climáticas, Declaração sobre as Florestas e a Agenda 21 (MILANO, 2012). Esses documentos foram importantes,

pois foram um marco mundial de compromisso com a preservação planetária, por meio dos quais os países se comprometeram a conservar a diversidade biológica e a utilizar adequadamente os recursos.

Nesse contexto, após diversas discussões, já em 1994, é sancionado um novo sistema de classificação de unidades de conservação:

- I – Reserva Natural Restrita/Área Silvestre: com fins científicos ou de proteção da natureza
 - II – Parque: para conservação de ecossistemas e com fins de recreação
 - III – Monumento Natural: para conservação de características muito específicas
 - IV – Santuário de Vida Silvestre: para conservação de habitats e/ou para satisfazer as necessidades de determinadas espécies
 - V – Paisagem Terrestre/Marinha Protegida: para conservação de paisagens terrestres e marinhas com fins recreativos
 - VI – Área Protegida com Recursos Manejados: para uso sustentável dos recursos naturais
- (IUCN, 1994 *apud* ARAUJO, 2007).

Segundo Araújo (2007), como resultado, em 2003, a lista de áreas protegidas da Nações Unidas registrou 102 mil unidades, cobrindo 18,8 milhões de Km², 12% da superfície terrestre. Porém, Bursztyn e Persegona (2008, p. 42) apontam que “a última década é marcada por nada ou quase nada considerando o que foi feito em termos preparatórios e os anos recentes já estão demonstrando que o século atual será uma era de extremos ambientais.”.

Além disso, Schaik e Rijkse (2002) defendem uma visão mais realista/menos ingênua sobre a postura humana e o uso sustentável de recursos naturais. Esses autores apontam que não se tem estudos que comprovem formas de uso dos recursos como garantia de conservação e sustentabilidade. E afirmam que ainda que a conservação possa ter sido conseguida, localmente, através do uso sustentável em algumas partes do mundo, a promoção do desenvolvimento sustentável, por si só, não irá resultar conseqüentemente com a preservação da natureza, porque, para esses autores, não necessariamente existe uma relação entre ambos e seu efeito parece ser muito local, em contraponto com os impactos que sempre causam efeitos mais abrangentes (SCHAIK e TERBORGH; SCHAIK e RIJKSEN, 2002).

Por outro lado, outros autores defendem uma visão otimista de se trabalhar a relação entre o homem e o meio ambiente e defendem que a conservação da natureza pode ser parte da cultura humana, a partir da resignificação do ambiente

natural dentro do contexto social, partindo-se do princípio de que sociedade e a natureza são indissociáveis (DIEGUES 2001).

3.2 AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO BRASIL E A CATEGORIA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

As áreas protegidas devem deixar de ser consideradas um estorvo e passar a ser reconhecidas como parte da infraestrutura de desenvolvimento, tal qual as estradas e centrais hidrelétricas. Isso implica investir nelas, para equipá-las e manejá-las minimamente bem. (DOUROJEANNI, 2012, p. 33)

3.2.1 Breve Histórico da Legislação das UCs

O Estado, em um primeiro momento, considera que apenas a ação normativa, reguladora e promotora do poder público poderia garantir eficientemente a integridade dos recursos naturais enquanto bem público e então, cria as áreas protegidas; as quais no país são tratadas como unidades de conservação (HOEFFEL *et al*, 2010a). No Código Florestal de 1934, foram introduzidas as primeiras, na figura de florestas protetoras, florestas remanescentes, florestas modelos e parques e na Constituição no mesmo ano se incluía a categoria de monumento público natural (BRASIL, 1934).

O primeiro parque criado no país foi o Itatiaia, em 14 de junho de 1937, seguindo a concepção de áreas protegidas concebida nos Estados Unidos. Publicações apontam a primeira proposta de criação de Parques no Brasil, se deu muito antes, ainda no século XIX, pelo engenheiro André Rebouças e que esta ação pelo estado demorou muito a ocorrer no país, tendo em vista que vários outros países já tinham criados seus parques, seguindo a lógica dos Estados Unidos (ARAÚJO, 2007; CORRÊA, 2007).

Décadas depois, são criadas outras categorias de unidades de conservação, através da promulgação da Lei nº 6.938/81, que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente. Essa lei previu a criação de Áreas de Proteção Ambiental (APA) e de Reservas, e Estações Ecológicas (ARAÚJO, 2007).

E em 2000, é instituído no Brasil, o SNUC por meio da Lei nº 9.985 de 18 de julho, a qual foi importante no sentido de regulamentar em uma única legislação as questões relativas às unidades de conservação no país (SCALCO, 2009), criando outras categorias de UCs e regulamentando as já existentes.

O Sistema enquadra as áreas protegidas em dois grupos, as UCs de Proteção Integral e as de Uso Sustentável. As unidades do tipo “Proteção Integral” têm o objetivo básico de “preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais”. (BRASIL, Art. 7º, 2000) Neste grupo estão incluídas: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre. Enquanto que o Grupo de Uso Sustentável inclui: Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva da Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN. Essas UCs, por sua vez, têm como principal objetivo: “compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais” (BRASIL, Art. 7º, 2000). Sendo assim, no primeiro tipo de UCs prevalece a lógica da preservação, enquanto que o segundo, da conservação.

Sem desconsiderar o avanço na legislação ambiental, com a instituição do SNUC, criando diferentes tipos de unidades de conservação, que podem ser utilizadas a partir das similaridades da área a ser protegida, o sistema político, nos seus três âmbitos de gestão²¹, não garante a priorização de recursos necessários a sua mínima implementação. Por isso, na prática, algumas unidades tem recebido mais recurso pela sua estruturação, enquanto outras seguem necessitando de estrutura mínima para o seu funcionamento (PALAZZO, 2012).

Com isso, existem exemplos até mesmo de unidades de proteção integral que acabam sendo cedidas para outros fins que não a conservação/preservação da natureza. Segundo Corrêa (2007), o Itatiaia, primeiro Parque do Brasil, é um exemplo claro, que prova a vulnerabilidade das UCs utilizadas para outras prioridades. E para Pádua (2012), esse risco ainda é maior nas unidades do tipo uso sustentável, onde a proteção depende dos proprietários das terras.

²¹ De acordo com o SNUC, as unidades de conservação deverão ser administradas pelo respectivo âmbito político de sua criação. Dessa forma, se a UC é criada pelo governo federal, o Instituto Chico Mendes de Biodiversidade – ICMBio, é o seu responsável legal e se é criada pelo poder Público Municipal, fica a cargo da Prefeitura local, enquanto que nos Estados, a gestão é realizada por órgão específico. Em Minas Gerais, a instituição responsável pela administração das UCs é o Instituto Estadual de Florestas.

3.2.2 Proteção integral x uso sustentável: números e críticas

O Sistema tem um predomínio de unidades de conservação de uso sustentável, na legislação e na prática, o que para Cabral e Souza (2005) segue a tendência dos países latino americanos.

De acordo com Milano (2012), no país as UCs de uso sustentável superam as de proteção integral, na proporção 4/1, ou seja, 80% são de Uso Sustentável (MILANO, 2012, p.22). Porém, segundo o Observatório de UCs da WWF²², a diferença no número de unidades de cada tipo não é tão representativa (Tabela 4). Enquanto no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação do Meio Ambiente – CNUC, a diferença aparece na proporção de aproximadamente 2/1 (Tabela 5).

Tabela 4 - Unidades de Conservação no Brasil – Observatório de Unidades de Conservação

Unidades de Conservação no Brasil (em números)				
Tipos/Categoria	Federais	Estaduais	Municipais	Total
Uso Sustentável	173	321	...	494
Proteção Integral	137	350	...	487
Área de Proteção Ambiental	32	198	...	230

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de WWF, 2014.

Nota: Nenhuma unidade de conservação a nível municipal está cadastrada na fonte

Tabela 5 - Unidades de Conservação no Brasil – Cadastro Nacional de Unidades de Conservação

Unidades de Conservação no Brasil (em números)				
Tipos/Categoria	Federais	Estaduais	Municipais	Total
Uso Sustentável	747	437	76	1260
Proteção Integral	140	324	104	568
Área de Proteção Ambiental	32	183	63	278

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Ministério do Meio Ambiente, 2014.

Independente da fonte, ainda que a diferença não seja tão significativa como apontou Milano (2012), de fato, no país há uma predominância de UCs do tipo Uso Sustentável. Somente a nível municipal o número de unidades de conservação do tipo proteção integral aparece superior ao de uso sustentável (Tabela 5). Porém, é

²² A WWF – Brasil criou o *Observatório de unidades de conservação*, que é um banco de dados virtual que tem o objetivo de sistematizar os dados das UCs brasileiras, possibilitando a divulgação e monitoramento dessas áreas protegidas no país. Disponível em: <http://observatorio.wwf.org.br/sobre/> - Acesso em 24 Abr, 2014.

preciso uma visão mais crítica dos dados, considerando que o cadastro no CNUC é feito pela gestão da unidade. Se nos atentarmos para fato de que recorrentemente existem áreas protegidas sem gestão no país, especialmente a nível municipal, entendemos que pode haver muitas unidades de conservação que foram criadas, mas que não estão contabilizadas no CNUC.

Além disso, a ausência de informações no CNUC ocorre com os dois tipos de UCs, porém, as unidades de proteção integral, como os Parques, tem mais visibilidade, por terem suas terras condicionadas a ser de domínio público e também por terem como objetivos o uso público e visitação turística. O que não ocorre em uma APA, onde não há necessidade de regularização fundiária e portanto, as terras continuam sendo de propriedade particular. Dessa forma é mais difícil ao poder público deixar um Parque do que uma APA sem gestão. Dessa forma, infere-se que haja mais unidades do tipo uso sustentável que foram criadas, sem gestão e consequentemente, não inseridas no CNUC, do que UCs de proteção integral.

Para além dessa questão, de fato o número de unidades de uso sustentável é maior que de proteção integral. Mas o mais importante, é que números não expressam a complexidade de se trabalhar o uso sustentável nas áreas protegidas como estratégia de conservação da natureza.

Para Pádua (2012) e Araújo (2007), grande parte das UCs de uso sustentável no Brasil não pode ser considerada protegida, pelo fato de que algumas vêm no máximo recebendo trabalhos de educação ambiental e estão sendo monitoradas pelo respectivo âmbito de sua criação, o que não assegura que essas áreas estejam protegidas. Apesar disso, o Brasil está estatisticamente bem posicionado, acima do valor global, no quesito de áreas protegidas no âmbito internacional (MILANO, 2012).

Palazzo (2012) aponta ainda que na gestão governamental do PT praticamente não foram criados Parques, priorizando-se a criação de unidades como APAs e Reservas Extrativistas, onde para esse autor são privilegiados interesses individuais e não necessariamente a defesa da biodiversidade. Milano (2012) corrobora:

[...] o atual processo de criação de unidades de conservação raramente é consensual e pacífico [...] sem contar os interesses em mineração, grandes projetos de infraestrutura, posicionamentos ideológicos e interesses

eleitorais, entre outros inibidores. Assim, é politicamente bem mais simples optar pela proteção parcial dos recursos, cedendo direitos de exploração de recursos e de uso do território para diferentes finalidades e grupos sociais. (MILANO, 2012, p. 23)

Alguns autores defendem que é evidente que as UCs de proteção integral tem mais qualidade e valor e para preservação da biodiversidade. Uma vez que no segundo grupo são mantidas as interações humanas, as atividades econômicas, interferindo nos processos ecológicos, continuamente modificando o ambiente e não permitindo a restauração natural da paisagem (DOUROJEANNI, 2012; MILANO, 2012, PÁDUA, 2012)

Porém, cabe um parênteses com relação à Amazônia, uma vez que se trata de uma área ambientalmente distinta do restante do Brasil. Nesse bioma, a dificuldade de acesso, que cria dependência pelos moradores dos recursos disponíveis e a própria cultura local, fortalecem as políticas de uso sustentável na região. Além disso, sem desconhecer os intensos conflitos resultantes de forças exógenas que atuam para disseminação dos recursos naturais locais, mas buscando uma visão do comportamento das comunidades locais, é importante considerar que, a baixa densidade demográfica diminuiu o descontrole do uso dos recursos naturais, que ainda acabam sendo utilizados, em alguns casos, de forma comunal.

Por isso, as discussões acerca de uso sustentável no Brasil, aqui colocadas não se aplicam a realidade amazônica, onde UCs, como Reserva do Desenvolvimento Sustentável Mamirauá e Amanã, e tantas outras, que tem a extensão territorial de países como a Costa Rica, vem cumprindo seu papel, através da formação de protagonistas locais.

Para SCHAIK e RIJKSEN (2002) pensando na manutenção dos recursos naturais e de sua limitação no ambiente, o uso sustentável acaba sendo uma necessidade de uma maneira global. Por isso, para esses autores, assumir uma postura sustentável diante da utilização da natureza deveria ocorrer de forma compulsória e não ser legalmente instituída por legislação específica, ser diariamente imposta por técnicos e funcionários do órgão ambiental e ser ainda contabilizada para as estatísticas de áreas protegidas do país, fazendo-o “brilhar” internacionalmente como país ecologicamente responsável.

Além disso, o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas - PNAP²³ em 2006 incorpora à política ambiental do país as terras indígenas e quilombolas.

A incorporação desses territórios ao PNAP traduz o reconhecimento de que:

- a) além da importância para a vida das comunidades indígenas e quilombolas, eles desempenham um papel chave na conservação da biodiversidade e, conseqüentemente, no desenvolvimento nacional;
- b) a gestão articulada e integrada das unidades de conservação, das terras indígenas e das terras de quilombo é fundamental para o alcance dos objetivos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação;
- c) traduz ainda a firme decisão do Ministério do Meio Ambiente, de fazer com que os esforços em favor da conservação da biodiversidade beneficiem de forma direta as populações tradicionais e locais. (Ministério do Meio Ambiente, 2006, p. 4).

A existência dessas comunidades tradicionais²⁴ que mantém modos de vida diferenciados, considerados de baixo impacto, em especial aquelas localizadas no meio rural, tem sido tema de muitas discussões no meio acadêmico, tendo, regularmente, como pano de fundo os conflitos entre os interesses sociais/rurais e as ações legais de preservação/conservação da natureza, como a criação das unidades de conservação. Para Pádua (2012), considerar esses territórios como áreas protegidas é uma forma que o poder público encontrou para burlar a falta de solução para contenção dos conflitos entre as populações tradicionais e as UCs. Por outro lado, outros autores, como Diegues, em diversas publicações defendem a inclusão dessas populações como protagonistas nas questões de conservação ambiental, apontando que as mesmas já detêm o conhecimento para preservação em consonância com o usufruto dos recursos naturais.

Como efeito dessa e de outras lutas sociais dessas populações tradicionais, o Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Essa legislação tem como princípio a necessidade de reconhecimento das peculiaridades dos povos tradicionais, a garantia de direitos específicos a essas comunidades e o fortalecimento do desenvolvimento sustentável nesses territórios.

²³ O PNAP foi instituído por meio do Decreto 5.758, de 13 de abril de 2006. De acordo com esse ato legal público esse Plano surge como resposta aos compromissos assumidos pelo Brasil ao assinar a Convenção sobre Diversidade Biológica, durante a CNUMAD, em 1992, por meio da qual o país se comprometeu a desenvolver estratégias para o estabelecimento de um sistema de áreas protegidas amplo, diversificado, representativo e eficiente.

²⁴ Povos e comunidades tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição; (BRASIL, 2007, Art. 3º).

Em decorrência do reconhecimento político das terras indígenas e das comunidades quilombolas pela legislação ambiental, algumas localidades ocupadas por comunidades tradicionais têm sido tratadas por atores sociais/políticos como territórios que podem ser enquadrados como áreas protegidas, o que contribui para cessar a criação de UCs próximas a essas localidades, a luz de impedirem suas atividades econômicas e culturais, baseado na afirmativa da já existência de preceitos de proteção ambiental nessas comunidades.

Porém, essa linha de pensamento não é unânime. Outros autores defendem que nas áreas ocupadas por populações tradicionais, o grau de baixa agressão à natureza por essas comunidades, “quando de fato existe”, é resultado do baixo grau de tecnologia e da falta de capital, algumas vezes combinados com a baixa densidade demográfica (MILANO, 2012; SCHAİK e RIJKSEN, 2002).

Nesse contexto, um estudo realizado por Fernandes Fernandez Universidade Federal de Juíz de Fora e outros pesquisadores sobre manejo e sustentabilidade apontou que de 192 estudos de casos de comunidades analisados (onde se desenvolvia processos de uso sustentável dos recursos), apenas 65 demonstraram situações de potencial ou real sustentabilidade (MILANO 2012).

Por outro lado, especialistas em questões sociais defendem os direitos das comunidades tradicionais, especialmente as indígenas e quilombolas, tendo em vista o ônus gerado pelo país a sua etnia, cultura e tradição.

3.2.3 A Categoria Área de Proteção Ambiental

No contexto das unidades de uso sustentável existem as Áreas de Proteção Ambiental, popularmente conhecidas como APAs, que foram instituídas pela Lei Federal 6.902 de 27/4/81 (que dispõe sobre a criação de APAs e de Estações Ecológicas), sendo posteriormente enquadradas no grupo de Uso Sustentável do SNUC.

Essa categoria de UC tem como principais características: grande extensão territorial, a continuidade da ocupação humana e suas atividades inerentes, e a coexistência de terras públicas e privadas; e tem como objetivos: “proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais” (BRASIL, Art. 15. 2000).

O diferencial dessa área protegida foi ser a primeira a ser instituída no Brasil que permitia a permanência da presença humana e suas culturas inerentes, aliada a conservação dos recursos. Para Oliveira (2012) as APAs trouxeram essa inovação no campo da conservação da natureza: o uso sustentável dos recursos naturais e a promoção da qualidade de vida das populações. Porém, o maior desafio desta área protegida, de acordo com Hoeffel *et al.* (2010) tem sido o de compatibilizar seus objetivos com a manutenção das atividades econômicas humanas.

De acordo com Scalco (2009), a concepção da APA - criada pelo então secretário da extinta SEMA - Secretaria Especial de Meio Ambiente, Paulo Nogueira Neto - na época, baseou-se em Parques Naturais da Europa, especialmente francês, português e alemão. Apesar disso, essa categoria possui características peculiares, pois seus objetivos de criação não se igualam a nenhum tipo de área protegida existente no mundo (CABRAL e SOUZA, 2005; GUANAES, 2006 *apud* HOFFEL, 2010). Para ilustrar essa afirmação é importante comparar os princípios de criação das APAs com outros tipos de políticas de conservação da natureza, afim de, verificar as semelhanças e diferenças entre ambas. Essas relações são apresentadas no Quadro 4, a seguir, a partir das políticas/áreas protegidas já comparadas com APAs por outros autores.

Quadro 4 - Políticas de Conservação ou Áreas Protegidas comparadas com as APAs do Brasil

Políticas de Conservação ou Áreas Protegidas comparadas com as APAs do Brasil			
Política de conservação/Área Protegida	Relação com a APA e autor que a apresenta	Semelhanças identificadas	Diferenças identificadas
Parques Naturais Portugueses	Base para a criação das APAs (SCALCO, 2009)	Promoção de populações rurais; terras públicas ou privadas; zoneamento como pilar da gestão (CABRAL e SOUZA, 2005)	Extensão territorial que no caso brasileiro agrupa grandes áreas; e o propósito recreacional no caso português, que não se aplica às APAs brasileiras (CABRAL e SOUZA, 2005)
Parques Naturais Franceses	Base para criação das APAs (SCALCO, 2009)	Compatibilizar o desenvolvimento econômico e social com a proteção ao meio ambiente (CABRAL e SOUZA, 2005)	Caráter individual das regulamentações no caso francês, que ocorre de acordo com a região onde serão implementados os Parques (CABRAL e SOUZA, 2005)
Parques Naturais Alemães	Base para criação das APAs (SCALCO, 2009)	Grande extensão territorial; proteção da paisagem (CABRAL e SOUZA, 2005)	São planejados, estruturados e desenvolvidos com fins recreacionais (CABRAL e SOUZA, 2005)

V - Paisagem/Costa Protegida – UNESCO	Inserção neste grupo de áreas protegidas (informação verbal ¹)	Valor estético, cultural e biológico;	Nesta categoria da UNESCO presume-se que exista uma relação tradicional entre as pessoas e a natureza, o que não é critério para as APAs no país.
Reserva da Biosfera	Objetivos similares (UNESCO, 2003)	Gestão integrada; proteção da paisagem; mobilização social para uso sustentável dos recursos naturais (SNUC, 2000);	É gerida por um conselho deliberativo; não é uma área protegida, mas sim um modelo de gestão integrada;
Mosaico	Objetivos similares (UNESCO, 2003)	Não foram identificadas semelhanças	Não é uma área protegida, mas um instância de gestão integrada das UCs que a compõem.
Parques Naturais Japoneses	UC mais parecida com a APA no mundo (CÂMARA, 1993)	Zoneamento; objetivo de disciplinar o uso e ocupação do solo; áreas de domínio privado e públicas; gestão colegiada, coordenada por seu órgão gestor (CÂMARA, 1993)	Não foram identificadas diferenças

Fonte: elaboração própria a partir de dados de CÂMARA, 1993; UNESCO, 2003; SNUC, 2002; CABRAL e SOUZA, 2005 e SCALCO, 2009.

Notas: ¹Comparação feita na banca de qualificação da presente dissertação em agosto de 2013. É importante ressaltar, que as comparações apresentadas, se fundamentam na restrita leitura realizada no âmbito da presente dissertação, portanto, possivelmente não apresenta a totalidade de comparações já realizadas com relação às APAs, assim como se fundamentam no olhar também restrito da pesquisadora e por isso, não são uma realidade absoluta.

Até mesmo o texto da constituição de 1988 que consagra a todos o direito ao meio ambiente²⁵, já foi considerado similar aos objetivos das APAs (UNESCO, 2003). E de fato, as APAs possuem esses mesmos pilares de conservação, baseado no usufruto dos recursos naturais, em consonância com a sua manutenção para as futuras gerações.

Sendo bastante enfático no que diz respeito a pouca utilidade pública das APAs, Milano (2012) aponta que a lógica dessa UC não é de assegurar o benefício dos recursos naturais para todos, como bens coletivos, mas sim, ceder direitos de exploração dos recursos e de uso do território para diferentes finalidades e grupos sociais.

A abrangência da definição dessa unidade causa confusão e margem para

²⁵ “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se o Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, Art. 225, 1988).

sua utilização para outras finalidades, que não a de conservação da natureza. Além disso, ainda não avançamos nas discussões a cerca da gestão dessa área protegida, e por isso, não temos um modelo de gerenciamento que possa ser *minimamente* aplicado à todas Áreas de Proteção Ambiental garantindo-se que estas estejam cumprindo, também minimamente, com o seu objetivo (HOEFFEL *et al*, 2010).

Como mecanismos norteadores da sua gestão existem alguns instrumentos instituídos pela legislação, como o Plano de Manejo, o Conselho Gestor e o Zoneamento (Anexo 1). O primeiro garante diretrizes para a correta administração da unidade, o segundo zela pela participação social e gestão integrada, enquanto que o último propicia o estabelecimento de diferentes normas para áreas distintas dentro da APA, através da caracterização e mapeamento da unidade.

Além disso, a Resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, nº 10/88 dispõe sobre as áreas que seriam mais restritivas na APA, as Zonas de Preservação da Vida Silvestre. Porém, novamente, a regulamentação é tão ampla e difusa, que não se entende o que de fato seriam essas zonas e quais as proibições instituídas, o que dificulta a execução da norma na unidade (UNESCO, 2003).

Com relação à implementação dessa categoria, em consonância com seus objetivos, o uso antrópico permanece e o que se vê de contribuição pela criação dessas unidades é a recuperação e a conservação de algumas áreas, mas especialmente, como apontado por Scalco (2009) o cumprimento de leis de ordenamento do território e outras legislações ambientais, como o Código Florestal que prevê a criação de Áreas de Preservação Permanente e Reservas Legais nas propriedades rurais, e em alguns casos mais avançados, contribuições ao Plano Diretor Municipal.

Além disso, a instituição dessa área protegida em alguns casos está relacionada à idéia de amortecimento de impacto ambiental nas unidades de proteção integral (ALT, 2008). Mas novamente sua difusão de objetivos não permite que de fato se tenha garantia do cumprimento dessa amortização, a qual acaba ocorrendo com mais ênfase na própria zona de amortecimento da UC de proteção integral, até por uma sobreposição de olhares, dos gestores das duas unidades.

Portanto, as proibições impostas a essa categoria, acabam sendo sobrepostas a outras legislações, quando não, indeterminadas e inconsistentes, o que dificulta ainda mais a objetividade de sua aplicação. Pádua (2012) considera que por este conjuntura, em muitos lugares com relevante interesse paisagístico e ambiental são criadas APAs, porém, esse processo não segue, de fato, um critério. E, de acordo com essa autora, por isso, cenários muito díspares já foram/são considerados APAs, como um bairro do Rio de Janeiro e toda a Ilha de Marajó (6 milhões de hectares), no Estado do Pará (PÁDUA, 2012, p. 28).

Outros autores afirmam ainda que, desde sua instituição as APAs foram se expandindo pelo território brasileiro nas esferas federal, estadual e municipal, pelo fato de outras categorias apresentam maiores dificuldades de criação em função da desapropriação de terras (ALMEIDA, 2004 *apud* OLIVEIRA *et al*, 2012).

Segundo Oliveira (2012) o número de APAs municipais cresceu, especialmente, quando da criação do repasse do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS Ecológico²⁶ por alguns estados do Brasil, ficando essa legislação ambiental conhecida popularmente como “indústria das apas”, e contribuindo para o descrédito da categoria.

Posteriormente, houve uma correção nessa política pública com a implementação do Fator de Qualidade²⁷, que são os critérios criados para o repasse desse recurso aos municípios. Por conseqüência, em muitos desses estados, como no caso de Minas Gerais, o número de APAs veio a diminuir. Ou seja, a partir do momento que não bastava somente ter uma unidade criada, seria necessário comprovar uma gestão como quesito para recebimento do recurso, muitos municípios desistiram da idéia de ter essa área protegida.

Portanto, pode-se inferir que por questões de prioridade política, que não a agenda ambiental, muitas das unidades de Uso Sustentável, como as APAs, foram

²⁶ O ICMS no critério meio ambiente é denominado ICMS Ecológico e um mecanismo tributário que nasceu com objetivo de compensar os municípios pela restrição de uso do solo em locais protegidos (unidades de conservação e outras áreas de preservação específicas).

²⁷ Em Minas Gerais o Fator de Qualidade foi estabelecido pela Deliberação Normativa (DN) nº 86 do Conselho Estadual de Política Ambiental, em 2005 e complementado pela Deliberação Normativa deste órgão colegiado nº 161, de 16/12/2010. “É uma avaliação anual da gestão das unidades de conservação cadastradas para fins de recebimento de ICMS Ecológico. Trata-se de parâmetros referentes à qualidade física da área, ao plano de manejo, infra-estrutura, zona de amortecimento, estrutura de fiscalização entre outros.” Disponível em: <http://www.ief.mg.gov.br/servicos-ief/1626-fator-de-qualidade> - Acesso: Abr, 2014.

criadas e em seguida passaram por um processo de descaso, levando a diminuição de unidades de uso sustentável no país. Apesar disso, no país o número de UCs desse tipo ainda é preponderante às de proteção integral, como já relatado.

No estado de Minas Gerais, de acordo com o CNUC, o número de unidades de uso sustentável é maior no âmbito Federal (Tabela 6). Porém, a APA é pouco representativa desse número, a maioria são as RPPNs (85), criadas por particulares, mas instituídas por ato legal público (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2014). As APAs representam a totalidade de unidades a nível municipal do tipo uso sustentável, mas as unidades de proteção integral são a maioria nesse âmbito (municipal), assim como na esfera estadual.

Tabela 6 - Unidades de Conservação em Minas Gerais (em números)

Unidades de Conservação em Minas Gerais (em números)				
Tipos/Categoria	Federais	Estaduais	Municipais	Total
Uso Sustentável	92	14	9	115
Proteção Integral	9	61	14	84
Área de Proteção Ambiental	4	11	9	24

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Ministério do Meio Ambiente, 2014.

O número de APAs em Minas Gerais cadastradas no CNUC (Tabela 6) é surpreendentemente menor que o número de APAs apresentadas por Oliveira em 2008, quando essa autora afirma que haviam 136 APAs no estado, representando 3.389.510,23 hectares (OLIVEIRA, 2008, p. 13). Esse número é também, muito diferente do apresentado no site do IEF referente às APAs estaduais: 16 APAs²⁸.

Porém, Oliveira (2008) parece estar correta quando afirma esse grande número de APAs no estado. Através do documento denominado: "base_oficial_ucs_estaduais" disponível no IEF através de solicitação, foi possível constatar que o número de APAs só no âmbito estadual é de 161 APAs (IEF, 2014). Dessa forma, acredita-se que por falta de informação no CNUC, não temos um panorama real do número de APAs no Brasil.

Se levarmos em consideração que temos muitas APAs que foram criadas e não implementadas, nem mesmo cadastradas no CNUC, temos o fato de que,

²⁸ IEF. Disponível em: <<http://www.ief.mg.gov.br/images/stories/quadrosUCs/2012/apa-estadual.pdf>>. Acesso em 24vAbr, 2014.

poderíamos ter números ainda mais expressivos unidades de conservação no país e a situação seria ainda mais otimista se conseguíssemos fazer com que essas unidades fossem implementadas e funcionassem como áreas protegidas.

Ainda assim, é importante ressaltar que as unidades de conservação que foram criadas e estão sem gestão, existem legalmente e podem vir a endossar estatísticas ambientais políticas que defendem que já existem áreas protegidas suficientes no país. Mas sem gestão, a que proteção estamos nos referindo?

Todavia, para além do número de unidades existentes, essa categoria de área protegida demonstra sua importância inquestionável para a gestão ambiental, especialmente quando analisamos o território em km² de áreas protegidas no país (Tabela 7). O território das APAs brasileiras representa praticamente metade da extensão territorial de unidades de uso sustentável e quase 1/3 da área total de unidades de conservação no país.

Tabela 7 - Unidades de Conservação no Brasil (Área em km²)

Unidades de Conservação no Brasil (Área em km ²)				
Tipos/Categoria	Federais	Estaduais	Municipais	Total
Uso Sustentável	393.017	602.238	8.194	1.003.448
Proteção Integral	361.837	158.414	381	520.632
Área de Proteção Ambiental	100.007	334.779	7.985	442.771

Fonte: elaboração própria a partir de dados de Ministério do Meio Ambiente, 2014.

Essa importância torna-se preocupante, ao olhar da ambientalista Maria Tereza Jorge Pádua (2012), a qual considera que: “de todas as categorias de unidades de conservação a mais inútil para a preservação da biodiversidade são as APAs”, tendo em vista a manutenção dos impactos nessas unidades, como a devastação e a alteração dos ecossistemas naturais. Dourojeanni (2012) quando fala da dificuldade de comparação das UCs dos países que integram o bioma amazônico, aponta que existe uma infinidade de níveis de proteção, entre as mais restritivas, ele aponta as reservas biológicas, e para este autor, as menos protegidas são as APAs. Apesar disso, Pádua (2012) reconhece a utilidade dessa categoria como “zona tampão” de outras categorias de manejo ou para que sejam trabalhados os corredores ecológicos. Porém, alerta para o fato de que tudo isso irá depender que os proprietários das terras estejam de acordo com as necessidades de controle de uso, o que restringe muito a possibilidade de real proteção.

Além disso, para Scalco (2009) existem diversos motivos para grande maioria das APAs acabarem não cumprindo os mínimos objetivos de preservação pelos quais foram criadas: por não terem sido criadas de fato com o objetivo principal de proteção dos recursos naturais; por não serem efetivamente implantadas, o que por sua vez, não apresentam condições de realizar efetivos trabalhos de envolvimento da comunidade; e em alguns casos, especialmente municipais, por terem sido criadas apenas para engrossar a lista de conservação e aumentar o repasse do ICMS Ecológico do Estado para os municípios.

Ao que parece, ainda que as APAs tenham importância para a conservação, as discussões apontam para uma indefinição da contribuição dessas UCs, para além de fazer cumprir legislações ambientais orgânicas. Por isso, essas unidades, excetuando-se os casos que são criadas com objetivo de contribuir com as áreas de proteção integral em seu interior, não tem de fato, um meio pelo qual ocorrerá a preservação/conservação da natureza. Seria para fazer cumprir as demais legislações ambientais? Seria para o desenvolvimento de programas de uso sustentável dos recursos? Em quantas delas temos esse cenário sendo desenvolvido?

Hoeffel et al (2010) argumentam que o planejamento participativo torna-se um instrumento necessário para se concretizar os objetivos dessas unidades pois promove a participação da comunidade local. Através desse envolvimento, torna-se possível apresentar a relação de causa e consequência dos problemas ambientais e fixar prioridades, levando a comunidade a auferir os benefícios de estar inserida em uma área protegida de uso direto e sensibilizá-la para a conservação da diversidade cultural e ambiental da região.

Para alguns autores os principais conflitos nas APAs estão relacionados à permanência dos moradores e suas atividades produtivas e à tentativa do poder público de impor normas a esses proprietários. A dificuldade está em estabelecer limites de uso nas terras sob domínio privado, a partir somente dos benefícios ambientais. Especialmente em áreas de vulnerabilidade social, onde muitas famílias fazem uso dos recursos naturais como fonte ou complementação da renda; e em outras comunidades, onde esse uso é a tradução da cultura desenvolvida à décadas no local.

É fundamental que as discussões acerca dessa categoria aflorem na academia com o mesmo vapor com que essas áreas foram criadas, buscando entendê-las para estarmos seguros de fato de que esses territórios estão cumprindo minimamente o papel de área protegida. Independente da fonte estatística, pois dos 17% do território continental de unidades de conservação no país, entre 4% a 6% são APAs.

A Diretora de Áreas Protegidas do Ministério do Meio Ambiente, Ana Paula Leite Prates, em sua palestra no Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação da Natureza em 2012, apontou que essa é uma preocupação do Ministério do Meio Ambiente: conhecer melhor as APAs do país. E que por isso, uma das atuais metas dessa pasta de governo é levantar os conflitos existentes nessas unidades (Informação Oral)²⁹.

Porém, nos atentamos também para necessidade de pesquisa da situação atual dessas unidades de conservação, no que diz respeito à sua localização, caracterização socioeconômica, aspectos ambientais, políticos e sociais. Pois é possível que muitas dessas unidades, por ausência de gestão ou complexidade na aplicação dos seus objetivos, não tenham nem mesmo conflitos para serem levantados.

Por fim, os objetivos e mudanças trazidos pela categoria APA continuará sendo campo de intensos debates. Pois, em muitas dessas unidades (especialmente onde sua implementação é precária) continua a questão da pertinência da categoria para conservação: na prática, qual a diferença de um território onde foi instituído essa categoria, para outro sem a mesma proteção? O que diferencia ser ou não APA?

3.3 A SOCIEDADE RURAL NO BRASIL

De maneira ou de outra, uma sociedade nova está nascendo de nossa civilização técnica. Fim dos camponeses (tradicionais), sim, certamente; mas não a morte do campo e a generalização dos subúrbios (Juillard, 1973).³⁰

²⁹ Informação oral durante palestra no Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação da Natureza, 2012.

³⁰ Juillard, 1973 In WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade de terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UGRGS, 2009, 330 p.

3.3.1 A ruralidade no país

A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE adota uma tipologia para aglomerados rurais e urbanos, de acordo com a densidade demográfica; a partir dela, consideram-se como rurais as regiões que têm até 150 hab/km² e urbanas as que se localizam acima deste limite. Por sua vez, essa classificação gera três categorias de análise: as *regiões essencialmente rurais*, nas quais mais de 50% da população vivem em espaços rurais, as *regiões essencialmente urbanas*, que possuem menos de 15 % da população no meio rural e as *regiões intermediárias*, cuja população rural varia entre 15 e 50% da população total (PORTELA E VISENTINI, 2008).

O IBGE desenvolveu a metodologia de tipologia rural/urbano para municípios, a partir do cruzamento das dimensões: demográfica, econômica e urbanização, descrita na publicação *Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil: estudos básicos para a caracterização da rede urbana* - IPEA/IBGE/Unicamp, 2001, v.2. Porém, oficialmente para a realização dos Censos, o IBGE trata como urbanas as sedes municipais e distritais, assim como *áreas urbanas isoladas*, que têm o perímetro definido e declarados como urbanos pela legislação municipal; e consideram-se como áreas rurais todas as demais áreas, não regulamentadas como áreas urbanas (IBGE, 2001).

De acordo com Portela e Visentini (2008) em 1920 a população rural no Brasil era muito maior que a urbana (84% e 16% respectivamente), sendo que essa última dependia em quase tudo do que era produzido no ambiente rural. Em 1960, a diferença entre a população urbana e rural no Brasil não era tão significativa. Enquanto que hoje, a maioria dos brasileiros vive em áreas urbanas e menos de um quinto vivem em áreas rurais (IBGE, 2014), conforme Tabela 8.

Tabela 8 – População Rural e Urbana no Brasil de 1960 a 2010

Ano Censo Urbana/Rural	1960 ¹	1960 ¹	1970 ¹	1970 ¹	1980 ¹	1980 ¹
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
População Brasil	32.004.817	38.987.526	52.904.744	41.603.839	82.013.375	39.137.198
Ano Censo Urbana/Rural	1991 ²	1991 ²	2000 ²	2000 ²	2010 ²	2010 ²
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural

População Brasil	110.875.826	36.041.633	137.755.550	31.835.143	160.925.792	29.830.0
-------------------------	--------------------	-------------------	--------------------	-------------------	--------------------	-----------------

Fonte: IBGE, 2014. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=8>>
Acesso em 05 mai, 2014.

Nota: (1) População recenseada. (2) População residente.

José Eli da Veiga, professor da USP, escreveu algumas publicações, como: *Ilusão de um país Urbano – ficção estatística produz imagem de um Brasil cada vez menos rural* (s.d); *Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano que se calcula* (2002); entre outras, nas quais critica a categorização brasileira do rural/urbano e afirma que a mesma leva a uma ideia distorcida da realidade do país, diante da qual a sociedade rural é pequena. Além disso, esse autor apresenta uma proposta de uma nova categorização urbano/rural para o país, que se assemelha à categorização da OCDE, no sentido de utilizar como um dos critérios de classificação a densidade demográfica (ETGES, 2001).

De uma forma ou de outra, ocorreu no país um intenso êxodo rural, especialmente nas décadas de 60-70, condicionada pela busca por melhores oportunidades, fazendo com que muitas famílias residentes em áreas rurais se mudassem para grandes e médias cidades, ou mesmo para pequenas cidades do interior (PORTELA e VISENTINI, 2008; FROEHICH e DIESEL, 2009). Esse êxodo, por sua vez, ocasionou concentração demográfica, que deu origem aos grandes centros urbanos e a urbanização de médias e pequenas cidades do interior.

O capitalismo contribui significativamente para esses deslocamentos, pois a base desse sistema econômico está na produção e consumo de bens, o que impulsiona as pessoas a buscarem diariamente o lucro e o aumento da renda para acumulação de recursos privados. Portanto, além da fuga de condições de pobreza ou extrema pobreza, essa procura por melhores condições de vida também está relacionada a questões econômicas de busca por obtenção/acumulação de capital.

Além disso, Portela e Visentini (2008) consideram que outros motivos são importantes na decisão da mudança do campo para cidade, entre eles, podemos destacar:

(l) *a influência da pressão demográfica sobre os recursos*: às vezes uma pequena parcela de terra não é suficiente para prover o sustento de uma família em crescimento. Outras vezes, a morte dos pais leva à divisão do sítio entre os filhos, o que acaba gerando escassez devido à insuficiência da parte que coube a cada um, na medida em que cada herdeiro irá constituir sua própria família;

(II) *as pressões econômicas (e até físicas, com o uso da violência)*: para aumentar suas propriedades, por exemplo, grandes proprietários forçam pequenos agricultores a venderem suas terras. A mecanização das grandes propriedades ainda dificulta a concorrência, pois as máquinas aumentam a produção reduzindo os preços; algo positivo para o grande proprietário, mas negativo para os pequenos produtores;

(III) *a ilusão de uma vida melhor nos grandes centros urbanos*: a atração por um estilo de vida baseado no consumo, divulgado especialmente pela televisão e diversos meios de propaganda, pode provocar também o abandono do campo, embora de forma secundária. Alguns autores negam a validade desse argumento; outros destacam pesquisas que relatam que as mídias e grandes cidades exercem atração, em especial entre os jovens. (Portela e Visentini, p. 123, 2008).

Para esses autores, todas essas motivações estão relacionadas ao sistema capitalista que, segundo eles, imprime a desigualdade social. Esse processo de estratificação social, por sua vez, condiciona a muitas famílias a impossibilidade de condições decentes de trabalho, saúde, educação e de acesso à terra, em contrapartida à predominância da concentração de grandes propriedades nas mãos de poucos. Além disso, para Wanderley (2009) o capitalismo contribui para esses deslocamentos, também, na perspectiva de que, motivadas por esse sistema, as sociedades atuais veneram, especialmente através da mídia, a importância da urbanização, da industrialização e da modernização.

A partir dessas mudanças na estrutura demográfica do campo, desenvolveram-se duas linhas de pensamento. A primeira nasceu nas décadas pós-guerra, baseada na Teoria da Modernização, defendia a compulsória caminhada à extinção das sociedades rurais/camponesas/tradicionais, para sua inevitável transformação em sociedades “modernas”. Em contrapartida, em meados dos anos 80 surge outra visão, que ganha ainda mais notoriedade nos anos 90. Esse outro olhar defendia que os processos globais (industrialização, urbanização, modernização) não resultariam em uma padronização da sociedade, acabando definitivamente com as peculiaridades de grupos ou comunidades (WANDERLEY, 2009; SCHNEIDER, 2009, ETGES, 2001; FROEHICH e DIESEL, 2009).

Froehich e Diesel (2009) apontam que a teoria da modernização persistiu no imaginário popular, porém, apesar disso, esses e outros autores defendem que a segunda perspectiva desconstrói essa teoria sobre a tendência do desenvolvimento rural e é mais *“pertinente para analisar as diferenças espaciais e sociais da sociedade moderna, apontando não para o fim do mundo rural, mas para a emergência de uma nova ruralidade”* (WANDERLEY, 2009, p. 203).

Esse “novo” rural brasileiro é fruto do cenário de mudanças que tem ocorrido no meio rural nas últimas décadas:

- *A modificação na tendência dos fluxos migratórios.* A residência no meio rural expressa como uma escolha, por pessoas que saem dos centros urbanos em busca de uma vida mais simples e tranqüila. Ampliada pela crescente disponibilidade do padrão de conforto urbano, como tecnologias e comunicação, em comunidades do interior. Há também, a diminuição dos fluxos migratórios campo/cidade, conseqüência da melhoria das condições mínimas de vida no campo, resultantes dos programas de assistência social no país; e resultando de outras questões, como a influência nas decisões familiares e individuais por ações (crédito, apoio institucional, informação) de instituições de extensão rural, Organizações não governamentais sem fins lucrativos - ONGs, universidades. Além do apelo da produção natural de certos alimentos em contraponto com a produção industrial, possibilitando fomento a continuidade de produção rural, aliado ainda à valorização dos aspectos rurais como ar puro, água de qualidade e o silêncio³¹ (PORTELA e VISENTINI, 2008; SCHNEIDER, 2009; WANDERLEY, 2009);

- *O meio rural não é mais espaço exclusivo para o desenvolvimento de atividades agropecuárias.* Outras atividades, como o turismo (ecoturismo, hotéis-fazenda, clínicas de repouso/spas), pequenos comércios, serviços ambientais, pesques-pagues, construção civil e pequenos comércios tem cada vez mais espaço no ambiente rural. Além de outras atividades de geração de renda, como a prestação de serviço, que muitas vezes é desenvolvida fora da propriedade (FROEHICH e DIESEL, 2009; SCHNEIDER, 2009). Em 2008, de acordo com Portela e Visentini, cerca de um terço dos 15 milhões de moradores economicamente ativos da população rural estavam exercendo atividades pluriativas e estimativas apontavam que nos dias de hoje a maioria dos residentes no meio rural estaria trabalhando com atividades não agrícolas.

Além disso, observa-se outro fator de mudança no Brasil:

- *A implementação de programas de assistência social pelo governo federal,*

³¹ Schneider (2009) aponta como principal fator da estabilidade de famílias na zona rural o próprio vínculo familiar, as relações de parentesco e de herança simbólica. Porém, esse fator não é uma nova mudança, pois já existia antigamente, porém, somente ele não permitia a manutenção das famílias no local.

contribuíram para a melhoria (mesmo que ainda insuficiente) da qualidade de vida em comunidades rurais. Desses programas, destaca-se o Programa Bolsa Família³², que é a principal política pública de erradicação da pobreza no país. Não obstante, há outros, como: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, Bolsa Estiagem, Tarifa Social de Energia, Benefício Variável para Gestantes, Benefício Variável Nutriz, Benefício Variável Jovem, Benefício de Superação de Extrema Pobreza, Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego e Programa de Fomento à atividades produtivas rurais.

Em Minas Gerais, de acordo com o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal³³, 1.174.815 famílias já foram beneficiárias pelo Bolsa Família (19,93% da população do estado). Além disso, há o Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social - BPC que garante um salário mínimo ao idoso, com idade de 65 anos ou mais, e à pessoa com deficiência física, comprovando-se em ambos os casos, não possuir meios de prover sua própria manutenção, nem por meio de sua família.

De acordo com estatísticas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome³⁴, através da geração de renda, esses programas sociais contribuíram de forma significativa para melhoria da qualidade de vida das famílias. Além disso, Portela e Visentini (2008) apontam que em alguns casos, a aposentadoria do idoso ou enfermo tende a se constituir como a principal renda familiar, inclusive servindo a mais de um domicílio. Essa situação contribui para que diversos grupos familiares tenham a garantia de adquirir insumos necessários ao seu sustento, o que é de fato, é muito positivo. Porém, por outro lado, motiva a desocupação de membros familiares, muitos com saúde e idade apropriadas a estar em plena atividade, o que se configura um prejuízo a saúde física e psicológica desse membro familiar.

³² O Programa Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda para famílias com renda familiar per capita inferior a R\$ 70,00 mensais. O programa completou 10 anos de implementação e desde 2011, integra o Plano Brasil Sem Miséria do Governo Federal. O valor médio de recebimento do benefício por família é de R\$ 128,53.

³³ Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/cadastrounico>. Acesso em: Jun, 2014.

³⁴ Ministério do Desenvolvimento Social e combate à pobreza. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia> . Acesso em: 05 Mai, 2014.

Além disso, a situação fundiária ainda é um grande empecilho para a exclusão da pobreza do cenário rural do país e a população rural ainda sofre muito o descaso político, especialmente dos projetos de saúde, acesso e educação, principalmente em regiões mais isoladas (SCHNEIDER, 2009).

Portela e Visentini (2008) lembram que, das famílias que vivem no campo um terço não tem luz elétrica, quase 90% vive sem água encanada, esgoto ou fossa séptica e cerca da metade dos adultos ainda são analfabetos. Para esses autores, esses problemas são maiores onde predominam as grandes propriedades, para eles, nessas regiões, paga-se mal aos trabalhadores, a vida social e cultural é relegada e as condições de vida são piores em comparação com os locais onde a predominância é da agricultura familiar.

Embora tardiamente, se comparada à tradição dos estudos sobre o tema nos países desenvolvidos, a expressão “agricultura familiar” emergiu no contexto brasileiro a partir de meados da década de 90 do século XX. Nesse período ocorreram dois eventos que tiveram um impacto social e político muito significativo no meio rural. De um lado, os movimentos sociais, (especialmente na região Centro-Sul) e do outro a criação do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da agricultura familiar). Esse programa, formulado como resposta às pressões do movimento sindical rural desde o início dos anos 90, nasceu com a finalidade de prover crédito agrícola e apoio institucional às categorias de pequenos produtores rurais que vinham sendo alijadas das políticas públicas ao longo da década de 80 e encontravam sérias dificuldades para se manterem na atividade. (PORTELA E VISENTINI, p. 125, 2008).

O desenvolvimento rural antes entendido única e exclusivamente como a intensificação da atividade agropecuária, através de sua mecanização e modernização, agora era tratado pelo meio acadêmico, social e em alguns casos até mesmo político, por um viés da promoção da agricultura familiar. Etges (2001) aponta algumas conclusões de especialistas no sentido de potencializar a redução da pobreza no campo e apoiar o desenvolvimento rural, fruto das discussões desenvolvidas.

- *A agricultura como elemento importante no desenvolvimento rural.* Garantir que as famílias rurais sejam auto-suficientes na produção do seu próprio alimento, estendendo essa habilidade para os municípios, que deveriam ter auto-suficiência, também, com relação a outros recursos, especialmente do setor primário. Além disso, estimular a agroecologia, no intuito de diminuir o custo da produção, melhorar a saúde da população através de produtos mais saudáveis e conseqüentemente diminuir a dependência das famílias por produtos industrializados;

- *Fomentar a pluriatividade.* Incentivar o desenvolvimento de atividades paralelas de geração de renda para as famílias, que não só as agropecuárias. Assegurando a ocupação de seus membros, o que garante manutenção da vida social e contribui para a saúde individual.

- *Educação.* A existência de núcleos de educação (escolas, creches, tele-centros, etc) em quantidade e qualidade suficiente para atender as famílias é crucial para a manutenção de seus membros familiares, em especial, os mais jovens. “E no nosso meio rural ainda estamos longe disso. As escolas no meio rural carecem de infra-estrutura, os professores tem pouco preparo e baixos salários, não há bibliotecas, laboratórios ou acesso à internet”. (ETGES, 2001, p. 16).

- *Parcerias e organização comunitária.* Os processos de desenvolvimento rural dependem de vários atores, órgãos públicos, iniciativa privada, moradores e ONGs. Mas são os moradores que devem ser os protagonistas, através de uma eficiente organização local, que irá motivar e estimular/forçar os demais atores a cumprir seu papel.

- *Recursos externos.* Recursos públicos e privados na forma de incentivo e financiamento que possibilitarão o desenvolvimento de novas atividades e a diminuição de desigualdades.

Esses fatores vão propiciar o desenvolvimento deste novo rural, não aquele fadado a transfiguração e uniformização, mas esse outro:

alternativa para o problema de emprego (reinvicação pela terra, inclusive dos que dela haviam sido expulsos), para a melhoria da qualidade de vida, através de contatos mais diretos e intensos com a natureza, de forma intermitente (turismo rural) ou permanente (residência rural) e através do aprofundamento de relações sociais mais pessoais, tidas como predominantes entre os habitantes do campo. (SCHNEIDER, 2009, p. 250).

O meio rural é visto cada vez mais como uma opção, e não mais como uma condição.

CAPÍTULO 4 - RESULTADOS

4.1 ANÁLISE SETORIAL: A APA ESTADUAL DAS ÁGUAS VERTENTES DO PONTO DE VISTA GEOGRÁFICO

4.1.1 Principais aspectos visuais e características da área de abrangência da APAEAV

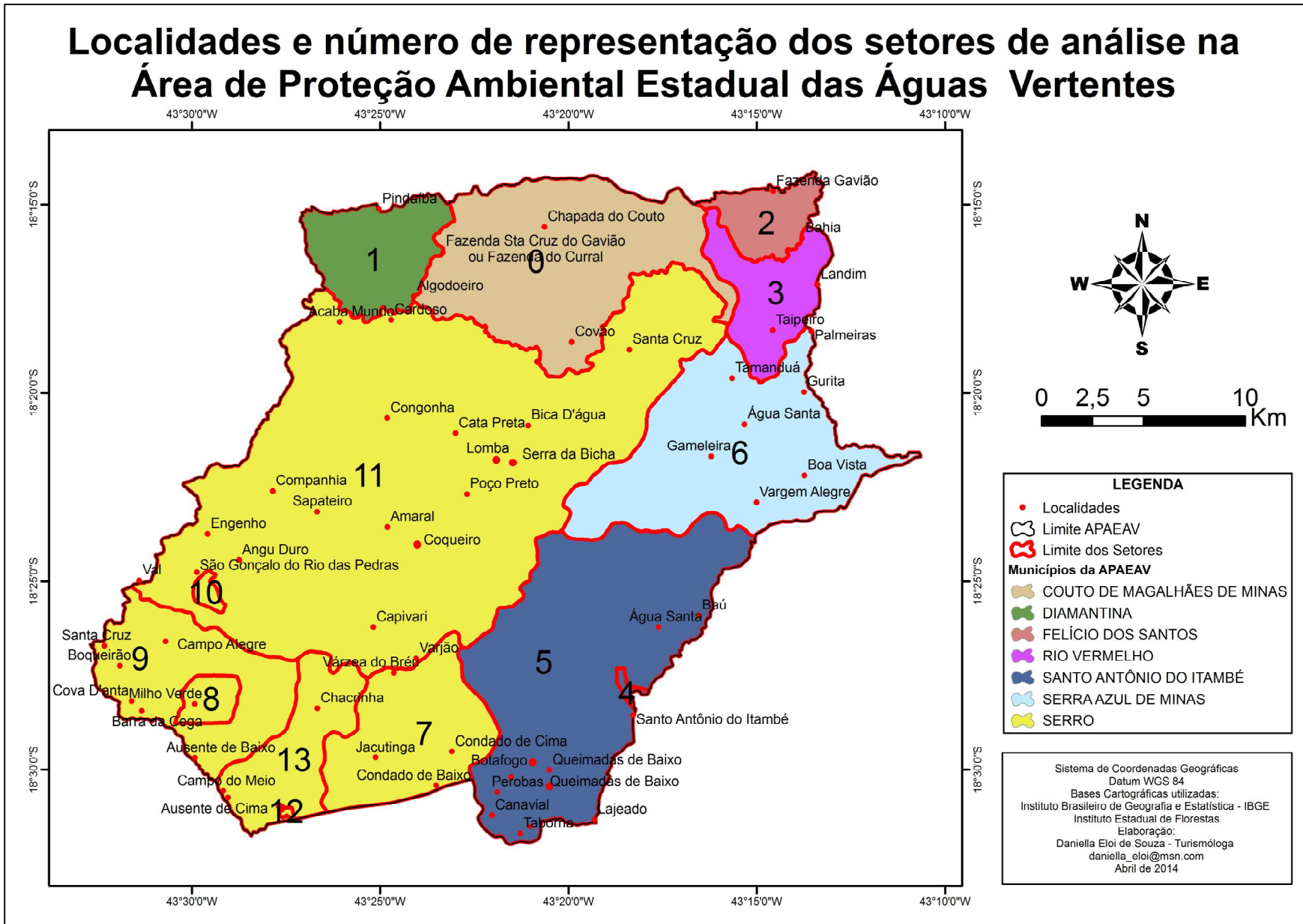
Foram identificadas e georreferenciadas 59 localidades³⁵ na APAEAV (Figura 10). Porém, nem todas essas localidades são grupos sociais/comunidades. Alguns desses locais têm domicílios, porém, os mesmos não são ocupados permanentemente, mas servem a diferentes fins, como: exploração turística, segunda residência, sede de fazendas, etc. Em outras dessas localidades não existem moradores, mas, por em algum momento ter existido ou ocorrer a utilização da área para práticas econômico-culturais, se configuraram em um ponto de referência geográfica para os moradores locais. Em outras ainda, existem apenas 2 ou 3 domicílios ocupados e geralmente, não existe uma infraestrutura mínima de saúde, transporte e educação. No entanto, os moradores fazem questão de diferenciar o nome desses locais, mesmo daqueles extremamente próximos. Dessa forma, respeitando-se essas situações todas, essas localidades identificadas foram consideradas para fins de espacialização por serem referência geográfica no imaginário popular dos moradores.

Foi percebido que existe uma tendência, em toda área, de várias comunidades – juntas - constituírem um núcleo social, no sentido de: elemento que compõe o centro/essência de uma estrutura social. Ou seja, o núcleo seria aquela comunidade que por ter uma estrutura mínima, porém melhor, de saúde (posto de saúde) e/ou educação (escola, creche) e/ou religião (igreja) e/ou organização social (associação) presta esses serviços a um conjunto de outras localidades próximas, servindo assim como o núcleo social daquelas comunidades. Isso ocorre na APAEAV, mas também na região como um todo, acontece de forma compulsória e está muito relacionado à ida dos moradores às igrejas, escolas, festas e associações, desconsiderando, para tanto, os limites municipais. Os principais núcleos identificados na APAEAV foram: Algodoeiro, Gurita, Tamanduá, Santo Antônio do Itambé, Queimadas, Capivari, Três Barras, Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras.

³⁵ Algumas das localidades só foram identificadas em campo, outras foram encontradas pela indicação da equipe de gestão da APAEAV. Apesar de a equipe possuir informações sobre muitas das comunidades, essas informações não estavam espacializadas e sistematizadas. Dessa forma, corre-se o risco de perder dados em trocas de funcionários, tornando-se necessários gastos repetidos com reconhecimento da área já realizados.

Figura 10 – Localidades na APAEAV

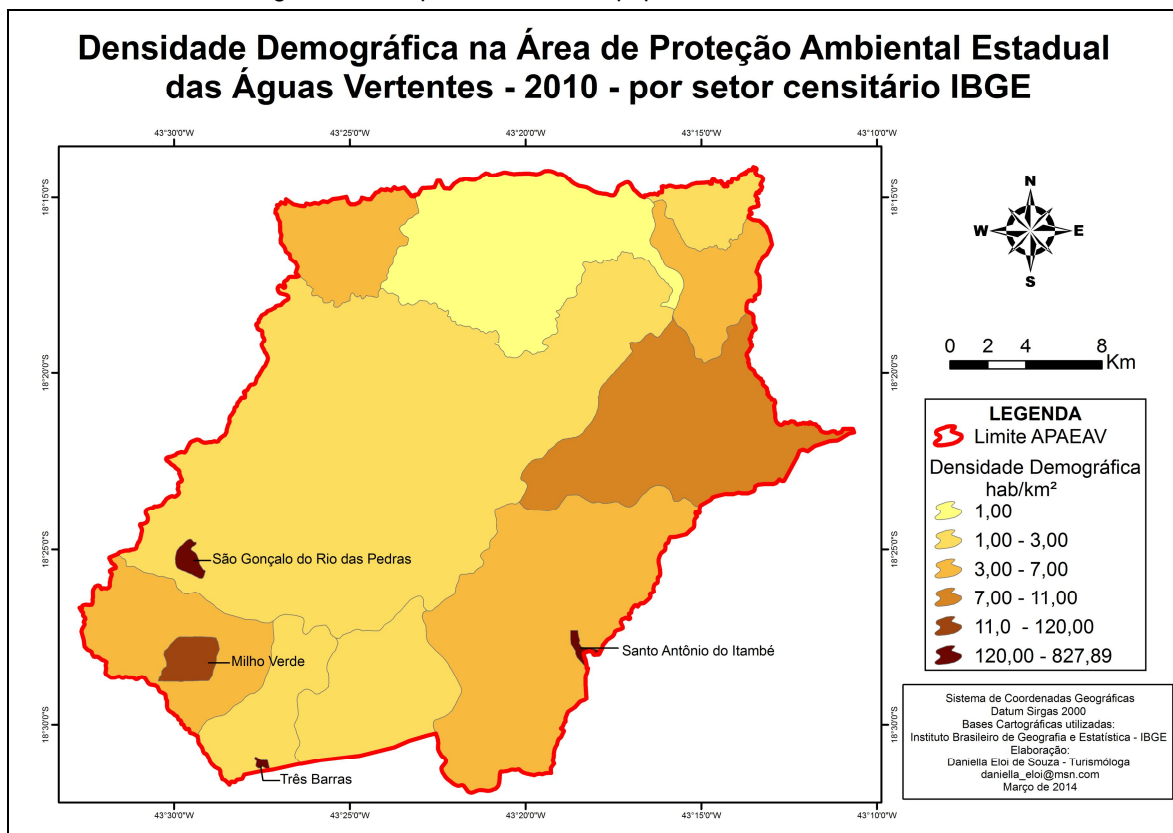
Fonte: Elaboração própria a partir de base cartográfica do IBGE e pontos georreferenciados em campo.



Com exceção de áreas de vazios demográficos, como: em Santo Antônio do Itambé, onde se localiza o PEPI; a sudoeste do Serro, onde se localiza o Monumento Natural Várzea do *Lageado* e Serra do Raio; e a noroeste desse mesmo município, onde se localizam algumas fazendas, em todo o restante da APAEAV há a presença de pequenas localidades, algumas menores, com pouquíssimas residências, onde geralmente as residências estão mais dispersas pelo território, outras maiores, já constituindo aglomerados de casas.

A maior densidade demográfica na APAEAV é dos setores 10, 12 e 4, onde estão localizadas as comunidades de São Gonçalo do Rio das Pedras, Três Barras e a sede municipal de Santo Antônio do Itambé (Figura 11). Nesses setores o número de habitantes por km² é 827,89; 504,18 e 773,93, respectivamente. O setor 8, onde se localiza Milho Verde, também, apresenta alta densidade, de 116 hab/km². Essas áreas com maior densidade populacional são exatamente as áreas que são consideradas por legislações municipais como áreas urbanas dentro da APAEAV.

Figura 11 – Mapa da Densidade populacional na APAEAV



Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE 2013

De acordo com IBGE (2010) densidades demográficas maiores que 100 hab/km² representam áreas com alto grau de densidade, enquanto que até 1 hab/km² são consideradas áreas com baixa densidade e entre esses dois extremos está uma classe intermediária ³⁶. Por essa linha de classificação demográfica, a densidade demográfica na APAEAV, de uma forma geral, é considerada baixa se comparada à média do Brasil que é de 23,6 habitantes por km².³⁷, tendo em vista que, com exceção das áreas urbanas, o restante do território da APAEAV tem densidades menores que 10,86.

Há uma ocupação de área mediana (entre aproximadamente 6 a 10 habitantes/km), associada ora à presença de fazendas de agropecuária, onde predomina a plantação de *braquiaria*; ora ao estabelecimento de pequenas comunidades rurais.

Setor 0

A porção do território da APAEAV com densidade populacional mais baixa é a área mais ao norte, extremo com o PERP, no Setor 0, região conhecida como Chapada do Couto, no município de Couto de Magalhães de Minas, onde praticamente não tem morador e a densidade demográfica é de 0,48. Essa baixa densidade está associada a condições naturais, como dificuldade de captação de água e altitude, conforme Figura 3; e a condições culturais, como o uso tradicional comunal da área. Essa área já foi palco da permanência temporária de moradores de toda região da APAEAV para a extração de flores do campo, especialmente as Sempre-Vivas. Segundo relatos dos moradores, as famílias se mudavam temporariamente para essa Chapada e utilizavam-se das lapas como abrigo. Além disso, o local era/é utilizado, de forma comunal, para soltura de gado.

Além da área conhecida como Chapada do Couto, o **setor 0**, o qual abrange toda parte da APAEAV pertencente ao município Couto de Magalhães de Minas, também inclui parte das residências da comunidade Covão, sendo que, as demais localizam-se no Serro.

³⁶ Disponível em: <<http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&busca=1&idnoticia=2501>> Acesso em: 02/04/2014

³⁷ Disponível em: <http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&busca=1&idnoticia=2501> Acesso em 02/04/2014.

A paisagem desse setor é composta especialmente por campos (Figura 12), afloramentos e capões de mata próximo aos cursos d'água e às nascentes. A área, especialmente a Chapada do Couto, é de difícil acesso (Figura 14). O mais comum entre os moradores é o uso do animal para deslocamento (Figura 15).

Nesse setor residem 37 moradores distribuídos por 19 domicílios (IBGE, 2011). A grande maioria das residências desse setor está localizada na comunidade Covão e mantêm características culturais de construção das residências, como o forro de palha e as paredes de barro. Nem sempre a manutenção desse tipo de construção ocorre exclusivamente por questões econômicas, mas sobretudo, por aspectos culturais. É comum que essas famílias tenham uma pequena casa em centros urbanos onde os filhos permanecem para estudo.

Os recursos básicos da Escola Municipal de Covão (Figura 13), de ensino primário, localizada nesse setor, são mantidos pela Prefeitura Municipal de Diamantina, porém sua construção encontra-se no município de Couto de Magalhães de Minas e a maioria de seus alunos reside na comunidade Covão, porém na sua porção localizada no município de Serro. Essa situação demonstra um cenário da negligência e desordem política municipais.

Segundo a portaria nº 162 de 2010, que certificou algumas comunidades Quilombolas da região, a comunidade do Covão estaria localizada dentro do território quilombola Mata dos Crioulos, reconhecido por esse ato legal. Porém, esse território ainda não foi delimitado oficialmente, estando esse processo em fase de execução pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. Moradores dessa comunidade fazem parte da Associação dos Agricultores do Algodoeiro, Bica d'água, Covão e Região.



Figura 12 - Campo na Chapada do Couto
Fonte: Da autora



Figura 13 - Escola Municipal de Covão
Fonte: Da autora



Figura 14 - Paisagem da área com detalhe ao acesso precário
Fonte: Da autora



Figura 15 - Moradora a cavalo, como é de costume local
Fonte: Da autora

Setor 1

Por sua vez, o setor 1 abrange as localidades: Pindaíba, Algodoeiro e Fazenda Santa Cruz do Gavião, em Diamantina. Todas também estão localizadas no território declarado como comunidade Quilombola Mata dos Crioulos, segundo portaria nº 162 de 2010 da Fundação Palmares e fazem parte da mesma associação.

A Fazenda Santa Cruz do Gavião, também conhecida como Fazenda do Curral, segundo relato dos moradores, foi construída por um investidor alemão e trouxe importantes mudanças para as comunidades, como a abertura de vias para deslocamento e geração de emprego. Em outro momento, segundo relatos de moradores, sua sede foi também utilizada como rancho durante deslocamentos de residentes de toda região da APAEAV para venda de produtos agrícolas em Diamantina.

Essa fazenda é um patrimônio histórico que pode ser utilizado inclusive para o turismo. Além da construção histórica sede da fazenda (Figura 17) há uma antiga construção de pedras (Figura 19), sobre a qual, segundo relatos dos moradores, não existem registros escritos, mas que poderia ter sido tanto um cemitério ou um curral antigo.

Nas comunidades Pindaíba e Algodoeiro residem atualmente 140 moradores distribuídos por 47 domicílios (IBGE, 2011). Nessas comunidades também há confusão política de gestão municipal, tornando precárias as condições básicas de saúde, educação e transporte. A Escola Municipal do Algodoeiro, de ensino básico, localizada na comunidade homônima (Figura 16), atende os alunos sob difíceis

condições de infraestrutura, como a falta de recursos humanos e materiais.

O relevo do setor é acidentado, com vegetação predominante de Cerrado, mas com aspectos de transição com a Mata Atlântica. A área possui muitas pinturas rupestres e grandes cachoeiras. Em contraponto a esse potencial ambiental, a área desse setor sempre esteve muito ligada à mineração, em princípio recebendo imigrantes para o trabalho no garimpo, às margens do rio Jequitinhonha e hoje em dia, sobretudo, pela presença de empresas mineradoras (Figura 18).



Figura 16 - Escola Municipal do Algodoeiro
Fonte: Da autora



Figura 17 - Faz. Santa Cruz do Gavião
Fonte: Da autora



Figura 18 - Fotografia aérea com detalhe o pátio de beneficiamento da Mineradora HC8
Fonte: Da autora



Figura 19 – Antigo muro de pedra de servidão desconhecida
Fonte: Da autora

Setor 2

O setor 2 está localizado no município de Felício dos Santos e é delimitado pelos Rios Jararaca/Rio Gavião³⁸ e Araçuaí, sendo que o primeiros descem da

³⁸ O limite georeferenciado disponibilizado pelo IEF acompanha o Rio Gavião, enquanto que a caracterização do decreto de criação da unidade acompanha o Rio Jararaca, como descrito no subitem 5.2.2 *Os limites da APAEAV*.

Chapada do Couto e desembocam no Araçuaí exatamente no extremo nordeste da APAEAV.

Quase todo o território pertence a uma única propriedade, a Fazenda Gavião o restante do setor faz parte da comunidade Bahia. Além disso, divisando com a APAEAV no Rio Jararaca encontra-se outra grande propriedade, que possui sede no alto da Serra do Gavião e é mais utilizada pelos proprietários como segunda residência.

A área pertencente à Fazenda Gavião é potencial para a criação de uma RPPN, tendo em vista que é de uma única proprietária, a qual demonstra interesse na manutenção da vegetação nativa para além de sua reserva legal, uma vez que já tem assegurado a preservação de grande parte da sua propriedade.

De acordo com IBGE (2011) esse setor possui 30 moradores distribuídos por 6 domicílios. Todas essas residências fazem parte da comunidade Bahia. A paisagem dessa comunidade é tipicamente rural (Figura 22), com a presença de plantio de algumas culturas e criação de poucas cabeças de gado.

A Fazenda Gavião possui uma sede apresenta em seus limites duas imponentes cachoeiras (Figura 20): a Cachoeira Sete Quedas e a Cachoeira Jararaca. A paisagem da Fazenda Gavião é composta de pastagem (especialmente a *braquiária*), em menor escala, mas, sobretudo por silvicultura (Figura 21 e 23) e por significativos fragmentos de remanescentes da Mata Atlântica.



Figura 20 - Sede da Fazenda Gavião com detalhe para as cachoeiras ao fundo
Fonte: Da autora



Figura 21 Silvicultura Fazenda Gavião
Fonte: Da autora



Figura 22 - Comunidade Bahia
Fonte: Da autora



Figura 23 - Silvicultura na Fazenda Gavião
Fonte: Da autora

Setor 3

O setor 3 abrange toda parte do município de Rio Vermelho na APAEAV. Nesse setor residem 145 moradores, em 50 domicílios (IBGE, 2011), distribuídos pelas comunidades Landim, Taipeiro e Palmeiras. Essa última possui a Escola Municipal Menino Jesus de Praga, que atende aos alunos até o ensino fundamental.

Os moradores desse setor censitário têm um modo de vida tipicamente rural. Os fornos para preparo de biscoitos e broas, e o fogão a lenha são ainda recorrentes nos domicílios locais (Figura 25). O plantio de culturas base da alimentação, como feijão, milho, mandioca e a criação de gado são características também comuns nas propriedades.

A paisagem que antes era composta por Mata Atlântica, possui hoje poucos remanescentes. O desmatamento, o fogo e a *braquiaria* são características visíveis na paisagem local (24, 26 e 27).

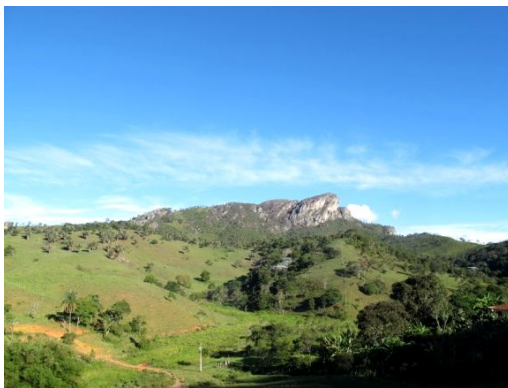


Figura 24 - Paisagem local, em evidência a Serra da Gurita
Fonte: Da autora



Figura 25 - Quintal de domicílio local, em evidência a Serra do Taipeiro
Fonte: Da autora



Figura 26 - Desmatamento local - Comunidade Palmeiras
Fonte: Da autora



Figura 27 - Mata confrontando com a cultura do gado -
Comunidade Taipeiro
Fonte: Da autora

Setor 4

O setor 4 abrange parte da sede municipal de Santo Antônio do Itambé (Figura 28) e tem como limite a MG 010, na parte onde essa rodovia corta o centro urbano desse município.

Estão localizados nesse setor: a sede da Prefeitura Municipal, o poliesportivo municipal, o efetivo da Polícia Militar, estabelecimentos do comércio local, residências, Centro Municipal de Saúde, Escola Estadual Alcebiades Nunes, Pré Escola Municipal Padre Joviano e outros estabelecimentos públicos e privados. O setor possui algumas associações de classe, como: Associação dos Pequenos Produtores Rurais Feirantes de Santo Antônio do Itambé, Associação dos Apicultores de Santo Antônio do Itambé, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Santo Antônio do Itambé, entre outras.

Residem nesse setor, de acordo com o IBGE (2011), 663 moradores distribuídos por 199 domicílios e visualmente é perceptível a presença de loteamentos na paisagem ainda não construída desse setor.

Além disso, este setor abrange a Fazenda São João (Figura 29), sede do Parque Estadual do Pico do Itambé e também dá acesso aos principais atrativos dessa unidade de conservação.

Além dos atrativos do Parque, o setor dá acesso a outros atrativos naturais, como a Cachoeira da Fumaça, localizada na APAEAV. Apesar de contar com diversos atrativos culturais e naturais é freqüente o discurso local de que a visitaç

turística ainda é muito incipiente.



Figura 28 - Imagem de satélite do setor censitário 4
Fonte: Google Earth, 2014



Figura 29 - Fazenda São João, sede do Parque Estadual do Pico do Itambé
Fonte: Da autora

Setor 5

O setor 5 é parte da zona rural de Santo Antônio do Itambé e entorno do setor 4. Esse setor abrange as localidades: Água Santa, Baú, Botafogo, Canavial, Lajeado, Perobas, Queimadas de Baixo, Queimadas de Cima e Taborna; e também, a maior parte do Parque Estadual do Pico do Itambé, onde está localizado o Pico homônimo. Além do Pico, o setor possui outros atrativos naturais, alguns no Parque, mas também, outros na área da APAEAV.

Com exceção da área do Parque, nas demais localidades estão distribuídos os 700 moradores dos 260 domicílios que integram esse setor (IBGE, 2011). Localmente, as condições de acesso são muito diferenciadas. Nessas áreas a paisagem é tipicamente rural, composta por áreas de pastoreio de gado, pequenas moradias rurais, com plantação de algumas culturas (Figura 32). Além disso, nesse setor é comum a presença de grandes fazendas (Figura 31). No cenário destacam-se também fragmentos remanescentes do bioma Mata Atlântica, bem preservados visualmente (figura 33), porém, ameaçados por culturas de áreas de pastagem (Figura 30).



Figura 30 – Fotografia aérea de área de pastagem
Fonte: Da autora



Figura 31 – Fotografia aérea de sede de fazenda local
Fonte: Da autora



Figura 32 - Membros familiares no trabalho rural
Fonte: Da autora

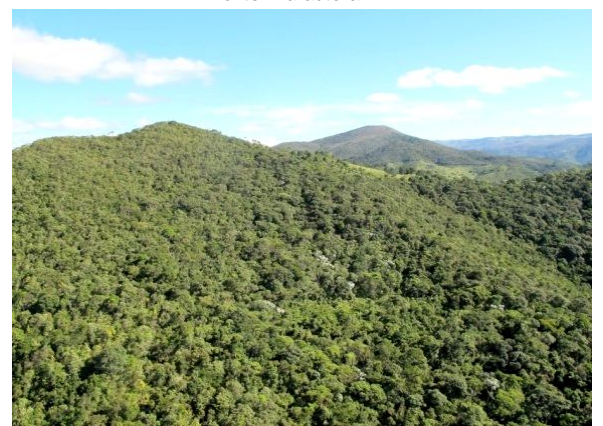


Figura 33 - Remanescente de Mata Atlântica em Botafogo
Fonte: Da autora

É comum que não existam limites rígidos de comunidades rurais, mas no imaginário popular das comunidades desse setor, excetuando-se Baú e Água Santa, essa situação é bastante evidente. Não raro, moradores vizinhos dão nomes diferentes ao mesmo lugar e se reconhecem como pertencentes a diferentes municípios. As comunidades Queimadas de Baixo e Queimadas de Cima, por exemplo, são tratadas por alguns moradores como apenas Queimadas, mas outros apontam a separação territorial considerada para fins de espacialização nesse trabalho.

Além disso, algumas residências locais estão no município do Serro, o que levou inclusive a Fundação Palmares a considerar esse município como sede para fins da certificação quilombola dessa comunidade (FUNDAÇÃO PALMARES, 2014). Apesar dessa confusão territorial, as residências apontadas pelos moradores como pertencentes a Queimadas de Baixo e de Cima foram espacializadas e foi verificado que as mesmas se encontravam no município de Santo Antônio do Itambé.

Baú é uma pequena comunidade, localizada a beira da rodovia MG-10,

sentido Santo Antônio do Itambé para Serra Azul de Minas e possui poucas residências, com características semelhantes as já apresentadas. Por sua vez, Água Santa é uma localidade, com acesso pela MG-10 no mesmo sentido e que se destaca pela presença de uma estrutura recém-adaptada para camping, para o recebimento de turistas.

As comunidades que possuem algum tipo de infraestrutura são: Botafogo, onde está inserida a Escola Municipal de Botafogo, a comunidade de Perobas, onde se localiza a escola Escola Municipal Argentina Valério Costa e Queimadas, que conta com a Escola Municipal Laerte Lopes Vasconcelos, ambas de ensino básico.

Esse setor integra duas associações de classe: a Associação dos Pequenos Produtores Rurais Feirantes de Santo Antônio do Itambé e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santo Antônio do Itambé.

Em termos de produção rural familiar e organização local a comunidade Canavial se destaca. Os moradores locais possuem uma sede comunitária para beneficiamento da cana-de-açúcar (Figura 35). Com essa estrutura mínima torna-se possível a produção de rapadura e cachaça, que por sua vez permitem aumentar o lucro da produção da Cana (Figura 34). Não foi possível confirmar em campo o nome oficial dessa entidade de classe, mas popularmente os moradores tratam de Grupo do Canavial.



Figura 34 - Plantio de Cana em Canavial na APAEAV
Fonte: Da autora



Figura 35 - Grupo Canavial
Fonte: Da autora

Setor 6

O setor 6 abrange a área do município de Serra Azul de Minas na APAEAV. As comunidades pertencentes a esse setor são: Boa Vista, Gameleira, Gurita,

Tamanduá, Vargem Alegre e Água Santa, nas quais estão distribuídos os 833 moradores e 258 domicílios.

A paisagem é rural, com poucas ocorrências de Mata nativa, porém onde ocorrem são nitidamente bem preservadas. Na paisagem destacam-se grandes áreas de pastagem (Figura 36), outras tomadas pela Samambaia (Figura 37), e áreas menos representativas de Silvicultura (Figura 38). A principal referência geográfica no cenário local é a Serra da Gurita (Figura 39), que encontra-se próximo ao limite nordeste da APAEAV.

Por três acessos pela MG-010 (Gameleira, Boa Vista e Gurita) há estradas não pavimentadas, é possível se chegar a qualquer uma das localidades.

Dentre as localidades desse setor, as comunidades Tamanduá, Gameleira e Gurita destacam-se constituírem por aglomerados de casas. Enquanto que, nas demais localidades do setor, as residências tendem a estar mais dispersas umas das outras.

Além disso, essas três comunidades destacam-se pela existência de escolas: Escola Municipal Pe. Sérgio Ribeiro em Gameleira, Escola Municipal Maria Genuína de Aguiar na Gurita e Escola Municipal Pe. Joviano Alves em Tamanduá, ambas de ensino básico. E, também pelas associações de classe: Associação dos Pequenos Agricultores de Gameleira e a Associação Familiar Santos Bernardinos Ferreira, pertencente à comunidade Gurita.



Figura 36 - Área desmatada para pastoreio, comunidade Tamanduá
Fonte: Da autora



Figura 37 - Vista da comunidade Gameleira, em detalhe a Samambaia e a Serra da Gurita ao fundo
Fonte: Da autora



Figura 38 - Silvicultura, comunidade Água Santa
Fonte: Da autora



Figura 39 – Moradia local e ao fundo Serra da Gurita
Fonte: Da autora

Setor 7

O setor 7 está inserido no município do Serro. A paisagem local é moldurada pelas imponentes Serras do Arrependido (Figura 45), Condado (Figura 43) e outros paredões (Figura 44) presentes nos vales que acompanham a hidrografia. As comunidades que compõe o setor são Condado de Baixo, Condado de Cima, Jacutinga e Várzea do Breu e de acordo com IBGE (2011) o setor possui 110 moradores e 34 residências.

No Condado de Cima destaca-se visualmente a presença de fazendas, enquanto que no Condado de Baixo há predominância de sítiantes, com aglomerados de casas ao longo do Rio do Peixe. A infraestrutura existente nessas localidades é apenas a Escola Municipal Zeca Nunes. O acesso a essas localidades se dá por entroncamento na estrada sentido Serro a Milho Verde, próximo ao Cruzeirinho (cruzeiro localizado às margens da rodovia).

Já as comunidades de Várzea do Bréu e Jacutinga têm acesso nessa mesma estrada pelo trevo sentido à comunidade de Capivari. Várzea do Breu se destaca por ser uma área de campo com ocorrência diversa de sempre-vivas (Figura 40), com pouquíssimas residências.

Os moradores de Jacutinga encontram-se dispersos por serras e grotas. A comunidade conta com a presença de um grupo escolar, a Escola Municipal Áurea Baracho Silva, de ensino básico, o qual, segundo relato dos moradores, foi fechada recentemente. A carência de infraestrutura é uma realidade visível, nota-se que inclusive o acesso veicular a diversas residências ainda é inviável.

A silvicultura aparece na paisagem nas chapadas dessa comunidade (Figura 42), chegando também à parte alta da comunidade de Condado de Cima e, além disso, é intensa a presença da *Samanbaia* (Figura 41).



Figura 40- Sempre-vivas no campo na Várzea do Breu
Fonte: Da autora



Figura 41 - Área dominada por *Samanbaia* na Jacutinga e atrás o vale do Rio do Peixe
Fonte: Da autora



Figura 42 – Fotografia aérea da silvicultura entre a Serra do Condado e Jacutinga
Fonte: Da autora



Figura 43 - Serra do Condado
Fonte: Da autora



Figura 44 – Fotografia aérea da paisagem de Jacutinga
Fonte: Da autora

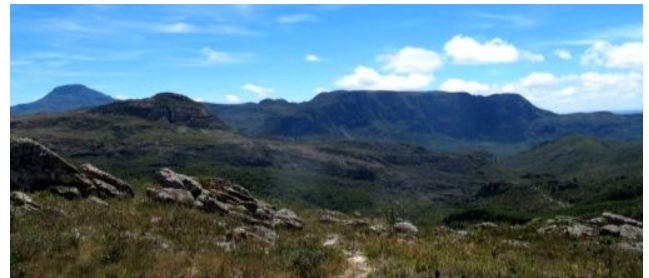


Figura 45 – À esquerda Pico do Itambé e À direita Serra do Arrependido
Fonte: Da autora

Setor 8

O setor 8 abrange a parte urbana do distrito Milho Verde (Figura 49), no Serro. No século XVIII, foi um dos primeiros arraiais da região, e é ainda hoje um pequeno vilarejo. Com atrativos culturais e naturais, como festas religiosas (Figura 50), o próprio modo de vida local (Figura 51), artesanato, igrejas (Figura 46), cachoeiras e trilhas, hoje é um destino turístico consolidado (Figura 48) e não raro chegam pessoas de fora de mudança para o local.

Esse distrito tem 616 moradores distribuídos por 330 domicílios, uma média de moradores por residência muito baixa se comparada aos demais setores já apresentados. Com o advento do turismo, estabelecimentos comerciais como supermercado, mercearias, restaurantes e pousadas se instalaram na comunidade. Com relação à infraestrutura, o distrito conta com a Escola Estadual Professor Leopoldo Pereira - de ensino básico, uma Creche Comunitária e um Posto de Saúde.

A debilidade de infraestrutura constantemente apontada pelos moradores locais é a presença de um posto policial. Essa necessidade tem sido confirmada por acontecimentos de violência vivenciados no último semestre que vem sendo noticiados pela imprensa regional e em veículos de informação na internet.

Pela atuação do Instituto Milho Verde, essa comunidade possui uma estrutura física para eventos diferenciada entre as comunidades rurais da região (Figura 47), que conta com espaço amplo para eventos em geral, cozinha com forno industrial, biblioteca, escritório, banheiros e equipamentos de som e áudio. A comunidade possui também a Associação Comunitária de Milho Verde, que está à frente das questões comunitárias desde a década de 80.

Nesse setor está localizado o Monumento Natural Várzea do *Lajeado* e Serra do Raio, unidade de conservação criada para proteger a várzea do Rio Lajeado, onde se encontram suas principais cachoeiras, abrangendo também a Serra do Raio, importante marco geográfico regional. Para atendimento a essa unidade de conservação e a APAEAV, a comunidade de Milho Verde recebeu em 2011 uma sede do Instituto Estadual de Florestas.

Nos últimos anos a localidade tem sofrido impactos visuais da descontinuidade das obras de calçamento do distrito. O distrito que até meados de 2010 possuía ruas de areia branca, hoje, depois do aterramento para construção da estrada, sofre com os impactos visuais como a elevação do nível das ruas; a cor, agora avermelhada das ruas, e o nível de poeira nas residências.



Figura 46 - Igreja Nossa Senhora do Rosário em Milho Verde
Fonte: Da autora



Figura 47 - Sede do Instituto Milho Verde
Fonte: Da autora

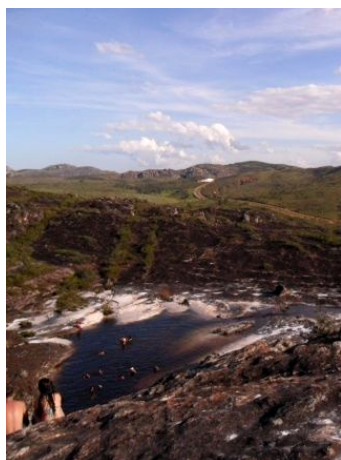


Figura 48 - Visitação Turística na Cachoeira do Lajeado em Milho
Fonte: Da autora



Figura 49 - Fotografia aérea de Milho Verde
Fonte: Da autora



Figura 50 – Cruzeiro enfeitado para manifestação cultural religiosa
Fonte: Da autora



Figura 51 - Fogão a lenha, típico dos domicílios de Milho Verde
Fonte: Da autora

Setor 9

O setor 9 possui 267 moradores distribuídos por 79 domicílios e corresponde ao entorno da comunidade de Milho Verde, no Serro. Estão inseridas nesse setor as localidades: Barra da Cega, Boqueirão, Campo Alegre, Cova D'Anta, Santa Cruz e

Ausente de Baixo.

Com exceção de Santa Cruz, onde um aglomerado de casas compõe a comunidade, nas demais, as residências são dispersas umas das outras. A paisagem é composta por áreas de Cerrado em contraste com áreas destinadas ao plantio (Figura 53) – geralmente dos moradores locais e a pastagem – geralmente de fazendeiros não residentes, segundo relato dos moradores (Figura 52).

Esse setor é marcado por um relevo bastante acidentado e áreas de acesso precário. São comunidades pouco assistidas pelo poder público, que sofrem com dificuldade de deslocamento para as escolas e utilização de serviços de saúde. Sobretudo, a comunidade de Boqueirão onde, além do acesso extremamente precário, os domicílios ainda não têm luz.

Na comunidade de Santa Cruz, o acesso é dificultado pelo Rio Jequitinhonha (Figura 54), onde não há ponte.

As localidades de Cova D'anta e Campo Alegre tem pouquíssimas residências e estão localizadas nas intermediações da Barra da Cega. A primeira destaca-se pela presença de fazendas e de alambiques, enquanto que a segunda é residida por uma única família de produtores rurais.

Das localidades desse setor, Barra da Cega e Santa Cruz se destacam pela articulação comunitária. A comunidade Barra da Cega desenvolve um projeto com o apoio do Instituto Milho Verde, denominado Bordados da Barra. Esse projeto tem o objetivo de gerar renda e articulação social às mulheres locais através da produção de bordados e tem envolvido também moradores da comunidade de Boqueirão. Cabe destacar, que recentemente Barra da Cega está recebendo a construção de sedes (Figura 55) para as atividades da comunidade, não só do grupo Bordados da Barra, mas também da Associação Estrela Nova, que representa as demandas comunitárias.

Já a comunidade de Santa Cruz desenvolve um projeto na área de avicultura, que se iniciou com o apoio do Clube de Mães de São Gonçalo do Rio das Pedras e que hoje gera renda para muitas famílias locais. Essa comunidade também desenvolve um trabalho de horta comunitária e ainda é muito comum a presença de plantio de culturas nos quintais dos moradores. Além disso, na paisagem destaca-se também a construção civil, visivelmente evidente na localidade. A paisagem do

entorno da comunidade é formada serras e grutas, com a presença de pinturas rupestres.

Com relação à infraestrutura de educação, Santa Cruz conta com a Escola Municipal Epaminondas de M. e Silva, que é inclusive a única localizada nesse setor. Como associação de classe a comunidade possui a Associação Quilombola Santa Cruz, que cuida das questões relativas ao processo de delimitação do território quilombola, já reconhecido oficialmente em 2012 (FUNDAÇÃO PALMARES, 2014), mas também é responsável por quaisquer outras demandas relativas à comunidade.

Por fim, a comunidade Ausente de Baixo está localizada também as margens do Rio Jequitinhonha, porém, em outro acesso, pela rodovia de Milho Verde sentido Serro. Essa comunidade também foi reconhecida como Comunidade Quilombola em 2012 (FUNDAÇÃO PALMARES, 2014) e a associação de classe a frente dos trabalhos comunitários locais é a Associação Estrela da Luz.

Em geral, essas comunidades são intensamente dependentes de Milho Verde, Val e São Gonçalo do Rio das Pedras, para compra de insumos, utilização de infraestrutura básica, como educação e saúde e também, para geração de renda.



Figura 52 - Paisagem rural típica local
Fonte: Da autora



Figura 53 – Paisagem de cerrado típica local
Fonte: Da autora



Figura 54 - Imagem de satélite comunidade Santa Cruz e Rio Jequitinhonha
Fonte: Da autora



Figura 55 - Construção das sedes para associações na Barra da Cega
Fonte: Da autora

Setor 10

O setor 10 abrange a parte urbana do distrito São Gonçalo do Rio das Pedras, no Serro, onde residem 797 moradores distribuídos por 429 domicílios. Assim como em Milho Verde, o distrito possui uma baixa densidade de moradores por domicílio.

O setor possui a Escola Estadual Mestre Virgínia Reis, uma creche e um Posto de Saúde. Assim como em Milho Verde, com o desenvolvimento do turismo, muitos estabelecimentos comerciais se instalaram no local.

Calçamentos de pedras, ruelas gramadas (Figura 56), igrejas (Figura 59) e casarios históricos (Figura 58) compõem a paisagem local. A comunidade é conhecida por suas pousadas e pela característica da visita ser mais familiar do que seu distrito vizinho, Milho Verde. Esse vilarejo tem algumas cachoeiras mais próximas, mas as mais propícias ao banho demandam caminhadas mais longas. Porém, além dos atrativos naturais, as manifestações culturais como “contação de causos” (Figura 57), artesanato, festas religiosas e a culinária são também atrativos para os turistas que visitam a comunidade.

Duas associações de classe regionais estão sediadas nesse distrito,: a Fundação Pró Universitária do Vale do Jequitinhonha - FUNIVALE e o Clube de Mães de São Gonçalo do Rio das Pedras. A primeira destaca-se pelos trabalhos relacionados a produção agroecológica, já o Clube de Mães pelos trabalhos de acompanhamento nutricional e informacional às comunidades de extrema pobreza e de difícil acesso da região.

A Comunidade Quilombola Vila Nova, que reside na rua homônima nesse distrito, teve seu reconhecimento oficializado em 2012 (FUNDAÇÃO PALMARES, 2014) e possui a Associação Quilombola de Vila Nova, que trata das demandas de delimitação do território.



Figura 56 – Ruas gramadas de São Gonçalo do Rio das Pedras
Fonte: Da autora



Figura 57 – Dona Lídia Batista Lopes, moradora de São Gonçalo - *contadora de causos*, sempre recebe a visita de turistas
Fonte: Da autora



Figura 58 - Casario de São Gonçalo do Rio das Pedras
Fonte: Da autora



Figura 59 - Igreja Matriz de São Gonçalo
Fonte: Da autora

Setor 11

O setor 11 está localizado no município do Serro e abrange as localidades: Acaba Mundo, Angu Duro, Val, Amaral, Bica D'Água, Capivari, Cardoso, Cata Preta, Companhia, Congonha, Coqueiro, Poço Preto, Serra da Bicha, Engenho, Lomba, Santa Cruz e Sapateiro. O setor possui 682 moradores distribuídos por 241 domicílios.

Angu Duro, Companhia, Engenho e Sapateiro são localidades do entorno de São Gonçalo do Rio das Pedras. São constituídas por domicílios permanentes, domicílios de segunda residência, fazendas, mas também terras cultivadas sem residência. A paisagem é composta por grandes áreas de pastagem, em contraste

com áreas de cerrado (Figura 60).

Val está localizada na divisa da APAEAV, a beira do Rio Jequitinhonha, sendo que a grande maioria das residências dessa comunidade estão fora dessa unidade de conservação. É uma comunidade com aptidão turística, tendo recebido inclusive recursos do Programa de Desenvolvimento do Turismo - NE II para a instalação de um Centro de Informações Turísticas Local (Figura 61).



Figura 60 - Paisagem típica das comunidades do entorno de São Gonçalo do Rio das Pedras
Fonte: Da autora



Figura 61 - Estrutura Centro de Informações Turísticas do Val, fora da APAEAV
Fonte: Da autora

Capivari é uma comunidade que recebe turistas regularmente. Está localizada muito próxima ao Pico do Itambé (Figura 63) e por isso serve como acesso secundário aos turistas que visitam o Parque Estadual do Pico do Itambé. Além do Parque, outros atrativos como as cachoeiras do seu entorno e o artesanato local, fizeram com que o turismo se estabelecesse nessa comunidade.

O Programa Turismo Solidário foi implementado pela Secretaria de Turismo do Estado de Minas Gerais nessa e em outras comunidades da região e Capivari é um dos destaques de continuidade dos objetivos dessa política pública. Ainda que não acompanhem hoje todos os preceitos da iniciativa, a questão da hospedagem e alimentação domiciliar são serviços oferecidos ao turista pelos moradores locais, sendo uma das únicas localidades (quiçá a única) onde esses preceitos do programa funcionaram/funcionam constantemente.

Com relação à infraestrutura, essa comunidade conta com a Escola Municipal Desembargador Dario Lins, de ensino básico. E no que diz respeito à organização social a comunidade possui a Associação Pró-Melhoramentos de Capivari que atua frente às demandas comunitárias e segundo relato de moradores conta com apoio constante, a mais de 15 anos, de uma das operadoras de turismo com atuação local.

No entorno de Capivari estão localizadas Coqueiro, Amaral e Varjão, as quais possuem pouquíssimas residências, mas são referência geográfica no imaginário popular local. A paisagem nessas localidades é sempre privilegiada para a vista muito próxima ao Pico do Itambé (Figura 62).



Figura 62 – Vista do Amaral para formações típicas da Serra do Espinhaço
Fonte: Da autora



Figura 63 – Povoado Capivari e o Pico do Itambé
Fonte: Da autora

As demais localidades desse setor se distinguem das já apresentadas, pelas condições precárias de acesso e infraestrutura, mas também pelo modo de vida ainda muito ligado à terra (por questões econômicas e também simbólicas), onde atividades tradicionais como o preparo da farinha e a utilização das lapas (Figura 64 e 67) e também, características como a simplicidade na constituição das casas são ainda traços comuns a muitas residências, como aspectos da cozinha, as paredes de barro e o forro de palha (figuras 66 e 70). Porém, nem sempre a manutenção desse tipo de construção é exclusivamente por questões econômicas, mas ocorre também, por questões culturais. Assim como no setor 1, é comum que essas famílias tenham uma pequena casa na cidade onde os filhos permanecem para estudo.

São localidades constituídas por casas dispersas umas das outras, com características de propriedades rurais (Figura 71) onde as famílias mantêm características tradicionais como o uso do animal para deslocamento e a manutenção dos plantios para subsistência e venda de excedentes (Figura 69). A área onde estão localizadas essas comunidades é conhecida popularmente de Jazida ou Fazenda Jazida, segundo relato dos moradores, dando referência à antiga jazida de cristal existente na região. Além disso, essas localidades fazem parte do território reconhecido como Comunidade Quilombola Mata dos Crioulos.

Essas localidades possuem cachoeiras monumentais (Figura 65), a grande maioria delas ainda desconhecidas por turistas. Dessas localidades, Bica D'água se

destaca por ser rota de passagem dos caminhantes que realizam a travessia entre o Parque Estadual do Rio Preto e Itambé e por isso a comunidade já tem oferecido serviços de alimentação, camping ou leitos para o pernoite de turistas.

A comunidade de Cardoso abriga pontos de extração mineral em atividade, o que traz à paisagem da localidade características marcantes (figuras 73 e 74). A localidade Serra da Bicha está localizada na Serra homônima, importante marco geográfico na região (figura 68).

Poço Preto tem acesso por Capivari e é uma comunidade que tem as mais precárias condições de infraestrutura do setor, observadas visualmente, desde questões básicas como o próprio acesso à comunidade até questões mais delicadas como questões de higiene domiciliar e conseqüentemente, saúde dos moradores, apesar do assistência social municipal prestada à localidade.



Figura 64 – Rancho na lapa muito utilizado por garimpeiros
Fonte: Da autora



Figura 65 - Cachoeira da Cortina, comunidade Bica D'água
Fonte: Da autora



Figura 66 – Cozinhas típicas do modo de vida das comunidades da Mata dos Crioulos
Fonte: Da autora

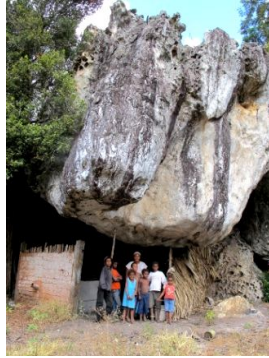


Figura 67 - Moradores na lapa que serve para abrigo ao forno de farinha, Bica D'água
Fonte: Da autora



Figura 68 - Fotografia aérea, à esquerda Serra da Bicha e à direita Pico do Itambé
Fonte: Da autora



Figura 69 - Plantação de Abacaxi, comunidade Santa Cruz
Fonte: Da autora



Figura 70 – Moradia Santa Cruz
Fonte: Da autora



Figura 71 – Fotografia aérea casa rural na comunidade Congonha
Fonte: Da autora



Figura 72 – Fotografia Aérea, mata confrontando com área de samambaia, comunidade Cata Preta
Fonte: Da autora



Figura 73 – Imagem de satélite, mineração na comunidade Cardoso
Fonte: Google Earth, 2014



Figura 74 –Ponto de extração mineral em atividade Cardoso
Fonte: Da autora

Setor 12

O setor 12 está localizado no município Serro e abrange a parte urbana do distrito Três Barras (Figura 77). Nesse setor estão localizadas 81 domicílios onde residem 210 moradores. A comunidade é constituída por um aglomerado de residências ao longo de um eixo principal, parte da estrada entre Serro e Milho Verde.

A Capela de São Geraldo (Figura 75), igreja recém-reformada do distrito, apesar de não se constituir um atrativo para turistas, acaba chamando atenção de quem passa pelo distrito pela sua arquitetura e simplicidade. Apesar de diversos programas para o desenvolvimento da atividade turística, implementados pela Prefeitura Municipal, o distrito não tornou-se um destino turístico, como as comunidades vizinhas, Milho Verde, São Gonçalo do Rio das Pedras e Capivari. Apesar disso nos feriados e alta temporada membros familiares que residem em outros locais e outros visitantes da região movimentam as cachoeiras da localidade.

A comunidade conta com um grupo escolar, a Escola Municipal Doralice de Lourdes Coelho e com relação à organização social possui a Associação Comunitária de Três Barras. Recentemente, esse distrito sofreu impactos visuais e ambientais advindos das obras e intervenções da pavimentação do trecho entre Serro e Milho Verde (Figura 76).



Figura 75 - Capela de São Geraldo
Fonte: Da autora



Figura 76 – Trecho recentemente pavimentado em Três Barras da estrada que liga Milho Verde ao Serro
Fonte: Da autora



Figura 77 - Imagem de satélite do setor 12
Fonte: Google Earth, 2014

Setor 13

O setor 13 está localizado no município Serro, possui 27 domicílios e 73 moradores e abrange as localidades: Chacrinha, Campo do Meio e Ausente de Cima. A paisagem desse setor é similar ao setor 9, com relevo acidentado e contraste entre cerrado e áreas alteradas por pastagem (Figuras 79 e 81).

Na comunidade Chacrinha localiza-se a principal nascente do Rio Jequitinhonha (Figura 78). Apesar disso, é recorrente a ocorrência de incêndios nessa comunidade (SOUZA, 2013, FERNANDES et al, 2014).

A localidade Campo do Meio está entre o Ausente de Cima e de Baixo e é uma ecovila, ainda em construção.

A comunidade de Ausente de Cima possui um grupo escolar, a Escola Municipal José Sales Gomes. Essa comunidade faz parte do território reconhecido como Comunidade Quilombola do Ausente pela Fundação Palmares, representada pela Associação Cultural e Comunitária Ausente Feliz. O Rio Jequitinhonha passa por Ausente de Cima, em um ponto onde pela inexistência de ponte, torna-se necessário utilizar uma pinguela improvisada para o deslocamento veicular (Figura 80).

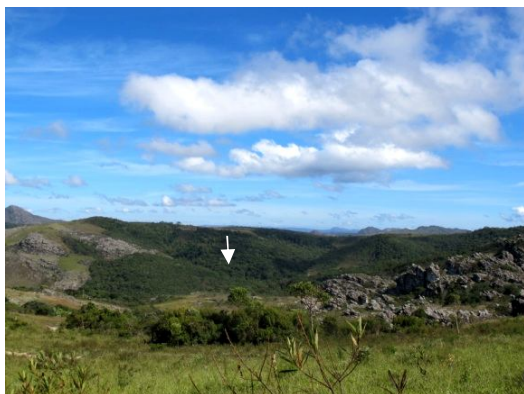


Figura 78 - Nascente principal do Rio Jequitinhonha, comunidade Chacrinha
Fonte: Da autora



Figura 79 – Vista aérea Chacrinha
Fonte: Da autora



Figura 80 - Pinguela no Rio Jequitinhonha, comunidade Ausente de Cima
Fonte: Da autora

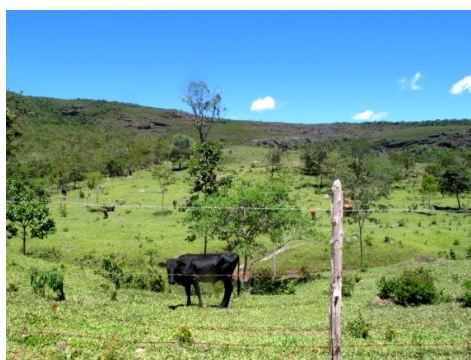


Figura 81 - Paisagem da comunidade Ausente de Cima
Fonte: Da autora

De modo geral, percebe-se como características recorrentes na área da APAEAV: ausência/insuficiência de infraestrutura, indefinição municipal política e no imaginário popular e condições muito discrepantes de acesso.

Na paisagem, extensas áreas de pastagem são dominantes. E a presença de samambaias de forma intensa em muitas áreas da APAEAV, também, destaca-se, sendo necessário se pensar em uma intervenção para o controle dessa espécie na unidade. Por outro lado, é evidente o potencial paisagístico natural, especialmente hídrico, o que releva a justificativa do nome da unidade fazer referência a esse recurso natural.

Apesar da existência de muitas associações comunitárias, algumas se destacam nos depoimentos pelas ações realizadas a frente das comunidades, como Canavial, Associação Pró Melhoramentos de Capivari e Associação Quilombola Santa Cruz. Assim como, algumas instituições não governamentais, como Instituto Milho Verde e o Clube de Mães de São Gonçalo do Rio das Pedras, se destacam nos depoimentos de moradores de diferentes comunidades.

Tabela 9 – Tabela Consolidada com as principais informações dos setores censitários da APAEAV

Código do Setor	Município	Domicílios	Moradores	Organizações Sociais	Infraestrutura Básica	Localidades	Ocupação
0	Couto de Magalhães de Minas	19	37	Associação dos Agricultores do Algodoeiro, Bica d'água, Covão e Região	- Escola Municipal de Covão	- Covão	Permanente
					-	- Chapada do Couto	Sazonal
1	Diamantina	47	140	Associação dos Agricultores do Algodoeiro, Bica d'água, Covão e Região	-	- Pindaíba	Permanente
					- Escola Municipal do Algodoeiro	- Algodoeiro	Permanente
					-	- Fazenda Santa Cruz do Gavião	Sem ocupação
					-	- Bahia	Permanente
2	Felício dos Santos	6	30	- Não foi identificada	-	- Fazenda Gavião	Permanente
					-	- Landim	Permanente
3	Rio Vermelho	50	154	- Não foi identificada	- E. M. Menino Jesus de Praga	- Palmeiras	Permanente
					-	- Taipeiro	Permanente
					- Centro Municipal de Saúde - Escola Estadual Alcebiades Nunes - Pré Escola Municipal Padre Joviano	- Parte da Sede Municipal de Santo Antônio do Itambé	Permanente
4	Santo Antônio do Itambé	199	663	- Associação dos Pequenos Produtores Rurais Feirantes de Santo Antônio do Itambé - Associação dos Apicultores de Santo Antônio do Itambé - Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Santo Antônio do Itambé	-	- Água Santa	Sazonal
5	Santo Antônio do Itambé	260	700		-	- Baú	Permanente
					- E. M. Botafogo	- Botafogo	Permanente
					-	- Canavial	Permanente
					-	- Lajeado	Permanente
					- E. M. Argentina Valério Costa	- Perobas	Permanente

					- E. M. Laerte Lopes Vasconcelos	- Queimadas de Baixo	Permanente
					-	- Queimadas de Cima	Permanente
					-	- Taborna	Permanente
					-	- Água Santa	Permanente
					-	- Boa Vista	Permanente
6	Serra Azul de Minas	258	833	- Associação dos Pequenos Agricultores de Gameleira - Associação Familiar Santos Bernardinos Ferreira	- E. M. Pe. Sérgio Ribeiro	- Gameleira	Permanente
					- E. M. Maria Genuína de Aguiar	- Gurita	Permanente
					- E. M. Pe. Joviano Alves	- Tamanduá	Permanente
					-	- Vargem Alegre	Permanente
					- E. M. Zeca Nunes	- Condado de Baixo	Permanente
						- Condado de Cima	Sazonal/permanente
7	Serro	34	110	-	- E. M. Áurea Baracho Silva	- Jacutinga	Permanente
						- Várzea do Breu	Permanente
					- E. E. Professor Leopoldo Pereira - Posto de Saúde de Milho Verde	- Milho Verde	Permanente
8	Serro	330	616	- Associação Comunitária de Milho Verde - Instituto Milho Verde	-	- Barra da Cega	Permanente
					-	- Boqueirão	Permanente
					-	- Campo Alegre	Permanente
					-	- Cova D'Anta	Permanente
					- E. M. Epaminondas de M. e Silva	- Santa Cruz	Permanente
					-	- Ausente de Baixo	Permanente
9	Serro	79	267	- Associação Comunitária Estrela Nova - Associação Quilombola Santa Cruz - Associação Estrela da Luz - Bordados da Barra	- E. E. Mestre Virgínia Reis - Posto de Saúde São Gonçalo do Rio das Pedras-	São Gonçalo do Rio das Pedras	Permanente

10	Serro	429	797	- Fundação Pró Universitária do Vale do Jequitinhonha (FUNIVALE) - Clube de Mães - Associação Quilombola de Vila Nova	-	- Angu Duro	Permanente
11	Serro	241	682	- Associação Pró-Melhoramentos de Capivari	-	- Sapateiro	Sazonal
					-	- Engenho	Permanente
					-	- Amaral	Permanente
					-	- Bica D'Água	Permanente
					- E. M. Desembargador Dario Lins	- Capivari	Permanente
					-	- Cata Preta	Permanente
					-	- Companhia	Sazonal
					-	- Congonha	Permanente
					-	- Coqueiro	Permanente
					-	- Cardoso	Permanente
					-	- Serra da Bicha	Permanente
					-	- Lomba	Permanente
					-	Poço Preto	Permanente
					-	Val	Permanente
					-	Santa Cruz	Permanente
-	- Acaba Mundo	Permanente					
- E. M. Doralice de Lourdes Coelho	- Três Barras	Permanente					
12	Serro	81	210	- Associação Comunitária de Três Barras	-	- Chacrinha	Permanente
13	Serro	27	73	- Associação Cultural e Comunitária Ausente Feliz	-	- Campo do Meio	Permanente
					E. M. José Sales Gomes	- Ausente de Cima	Permanente

Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE, 2011. :

4.1.2 Caracterização Censitária da APAEAV

A APAEAV tem um total de 5312 habitantes distribuídos por 1187 domicílios conforme Tabela 10. O município que possui o maior número de moradores dentro da APAEAV é o Serro, o qual também tem a maior área municipal na UC e o maior número de localidades.³⁹

Tabela 10 - Moradores e domicílios na APAEAV por município, em 2000 e 2010

Município	Moradores 2000 (APAEAV)	Moradores 2010 (APAEAV)	Domicílios 2000 (APAEAV)	Domicílios 2010 (APAEAV)	Moradores Municípios 2000	Moradores Municípios 2010
Couto de Magalhães de Minas	0	37	0	7	4.007	4.204
Diamantina	303	140	42	28	44.259	45.880
Felício dos Santos	...	30	...	5	5.729	5.142
Rio Vermelho	343	154	78	34	14.905	13.645
Santo Antônio do Itambé	2.112	1.363	479	378	4.588	4.135
Serra Azul de Minas	922	833	196	184	4.197	4.220
Serro	3.481	2.755	778	779	21.012	20.835
Total na APAEAV	7.161	5.312	1573	1.415	-	-

Fonte: elaboração própria a partir de dados de IBGE 2003 e IBGE 2011.

Couto de Magalhães de Minas é atípico com relação à evolução do número de moradores na APAEAV, pois houve um aumento no número de moradores, de 2000 para 2010, em contrapartida ao restante da unidade, onde ocorreu êxodo nesse período temporal. Em Diamantina, Rio Vermelho e Santo Antônio do Itambé essa diminuição populacional foi mais expressiva, chegando a quase 50 % do total de moradores dentro da unidade.

³⁹ Não foram obtidos os dados do setor censitário 2 para 2000; e, o valor das variáveis para o setor 0, será sempre 0 em 2000 e 2010, excetuando-se dados básicos como o número de moradores e gênero para 2010, que encontravam-se disponíveis, conforme explicitado no subitem 2.2 Setores Censitários como foco de Análise.

Em Serra Azul de Minas e Serro a queda do número de moradores também ocorreu, porém, de forma menos significativa, 89 e 726 respectivamente. Apesar de um número superior quando relacionado aos outros municípios, deve-se levar em conta a área municipal.

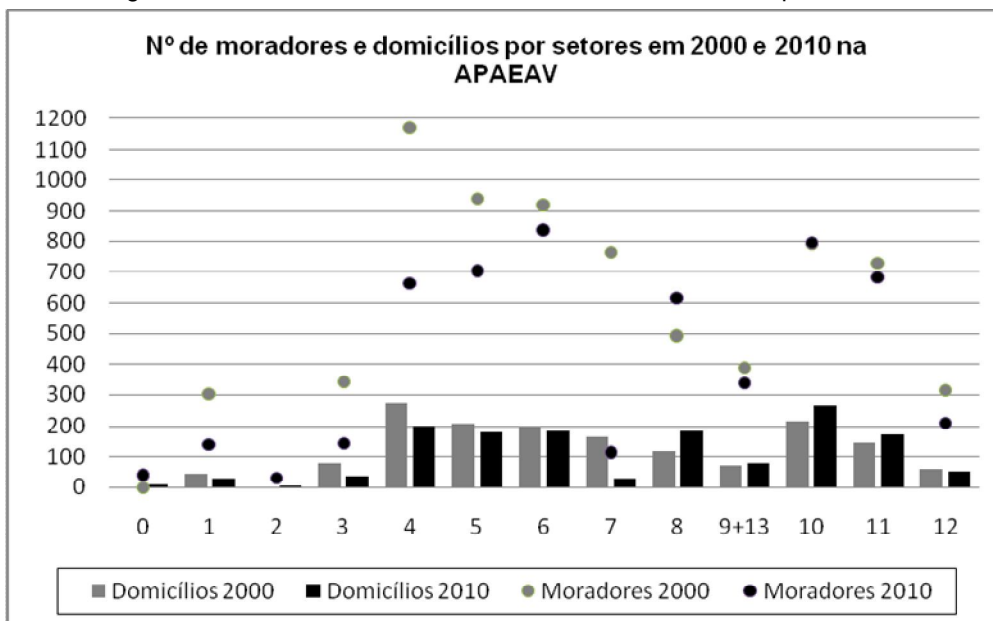
Ainda de acordo com a Tabela 10, nos municípios onde houve diminuição dos moradores na APAEAV, observa-se que também houve no município como um todo, com exceção de Diamantina e Felício onde ocorreu um aumento (pouco expressivo) no município.

O número de moradores da APAEAV não é muito representativo do total de moradores nos municípios de Couto de Magalhães de Minas, Diamantina, Felício dos Santos e Rio Vermelho, onde não chega a 5% do número de moradores do município. Já em Santo Antônio do Itambé, Serra Azul de Minas e Serro, os moradores da APAEAV representam 46%, 21% e 16% em 2000 e 32%, 19% e 13,22% em 2010, respectivamente.

A figura 82, a seguir, ilustra a variação no número de habitantes e domicílios na APAEAV por setores. Os setores 11 e 9+13 tiveram uma diminuição no número de habitantes, porém, um aumento no número de domicílios. O setor 10 não teve variação no número de habitantes, mas teve uma crescente no número de domicílios. No setor 4, parte urbana de Santo Antônio do Itambé, o número de habitantes diminuiu praticamente pela metade, já o número de domicílios não teve uma diminuição tão significativa. Esses cenários parecem ser sintomáticos da diminuição dos membros familiares por residência.

Somente o setor 10 manteve o mesmo número e apenas os setores 0 e 8 tiveram aumento no número de habitantes. Não ficou claro durante a pesquisa a que fator se deveu o aumento do número de habitantes no setor 0. Os setores 8 e 10, comunidades de Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras, respectivamente, receberam pessoas vindas de centros urbanos e também de outras pequenas comunidades da região, o que justifica o cenário diferente do restante do território da APAEAV, no que diz respeito a variação do número de moradores.

Figura 82 – Número de Moradores e Domicílios na APAEAV por setores



Fonte: elaboração própria a partir de dados de IBGE 2003 e IBGE 2011.

Nota: Os valores dos setores 9 e 13 foram somados pelo fato de que em 2000 esses setores constituíam um único setor, conforme tabela 2.

Com relação ao gênero dos moradores, nos dois anos da pesquisa há uma predominância de homens. Porém, a diferença do número de moradores de cada gênero não é muito expressiva. A maior diferença ocorre na área urbana de Santo Antônio do Itambé, tanto em 2000, quanto em 2010, onde o número de mulheres é um pouco maior (Figuras 83 e 84).

Figura 83 - Mapa número de moradores por gênero na APAEAV em 2010

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de IBGE 2003.

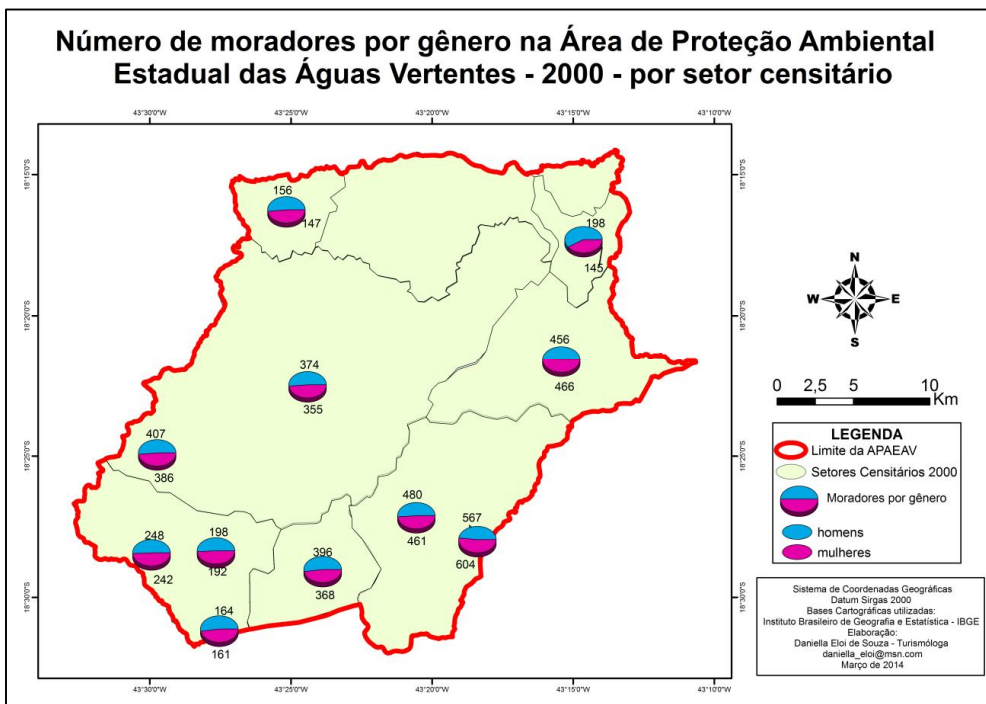
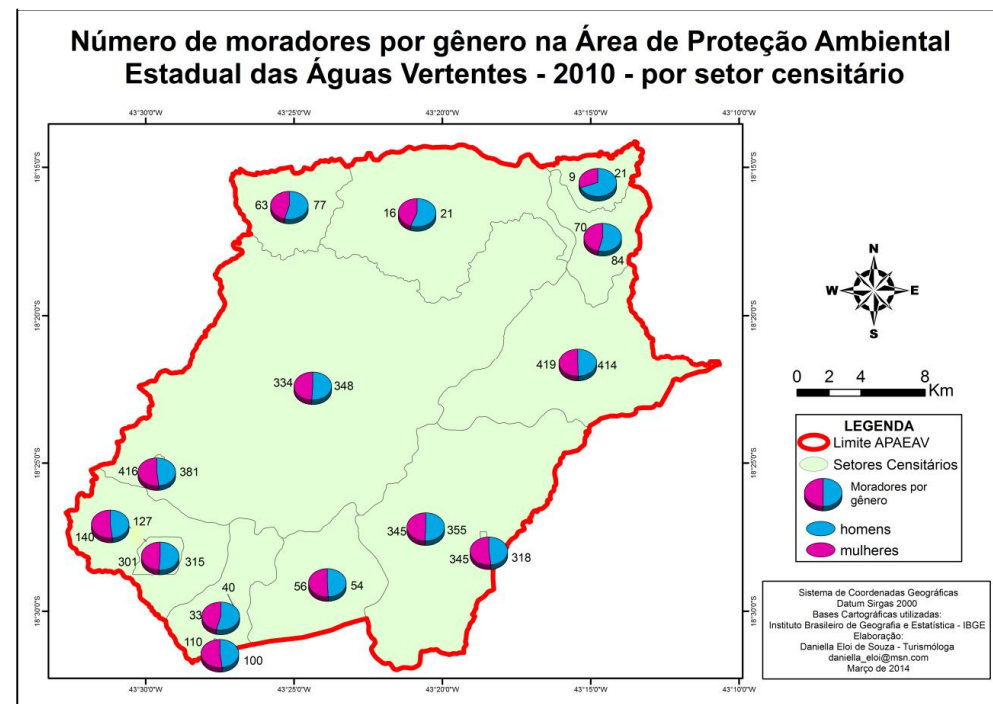


Figura 84 – Mapa número de moradores por gênero na APAEAV em 2010

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de IBGE 2011.



Nos Censos também foram realizados os levantamentos do gênero dos responsáveis pelos domicílios, que são aquelas pessoas indicadas pelos entrevistados como referência da família⁴⁰. Com relação ao gênero dos responsáveis pelos domicílios (Figuras 85 e 86), percebe-se que ocorre uma predominância bastante significativa, do gênero masculino.

Em 2000, em todos os setores o número de responsáveis homens era mais que o dobro de responsáveis do sexo feminino, chegando, em alguns setores, a ser 4 a 5 vezes maior. Baseado nos indicadores do Programa Bolsa Família que apontam que 93% do total de famílias que participam do programa são chefiadas por mulheres⁴¹, era esperado que ocorresse um aumento do número de responsáveis pelos domicílios do gênero feminino para 2010. Porém, isso não ocorre na maioria dos setores, permanecendo o homem como a referência familiar nos domicílios, de uma forma geral.

Apenas nas áreas mais adensadas e urbanas da APAEAV, em Três Barras, São Gonçalo do Rio das Pedras, e em Santo Antônio do Itambé, setores 12,10 e 4 respectivamente, houve acréscimo do número de mulheres responsáveis pelos domicílios de 2000 para 2010.

Nos setores 12 e 10 o número de mulheres chega a ser superior. Como área urbana, apenas Milho Verde não acompanhou a tendência do aumento de mulheres responsáveis por domicílio, permanecendo o predomínio de maioria homens como referência familiar.

⁴⁰ IBGE, 2003 e IBGE, 2011.

⁴¹ Disponível em: <www.mds.gov.br>. Acesso em: 05/05/2014.

Figura 86 - Mapa do gênero dos responsáveis por domicílio na APAEAV 2000

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de IBGE 2003.

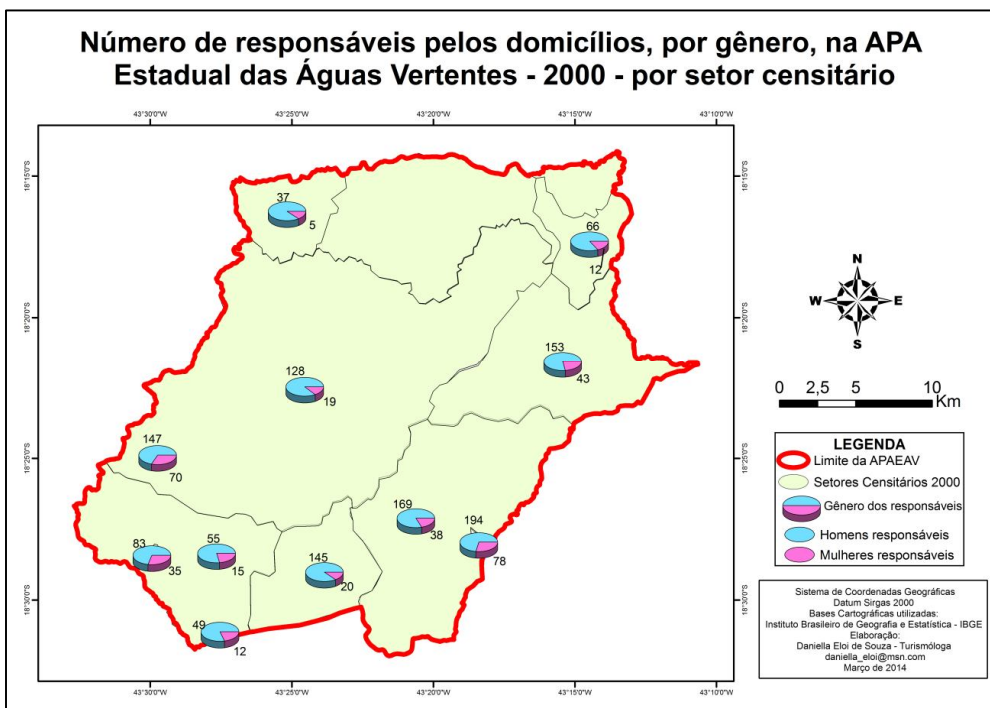
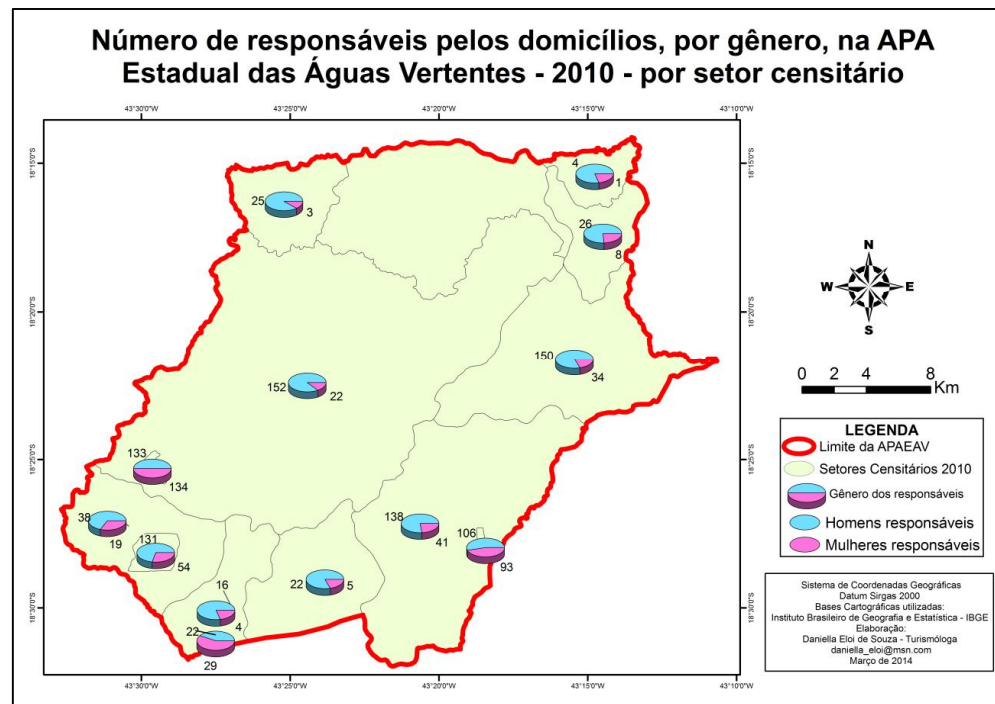


Figura 85 - Mapa do gênero dos responsáveis por domicílio na APAEAV 2010

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de IBGE 2011.



Com relação à faixa etária, de modo geral, as mudanças mais significativas são observadas principalmente nos setores localizados no Serro. Observa-se que em 2000 há intensa participação do grupo *crianças e adolescentes*, chegando a representar mais que 50% da população em oito dos setores (Figuras 87 e 88). No território da APAEAV como um todo, nesse ano, esse grupo era de 3637 para 2538 do grupo *adultos* – segundo grupo mais representativo, ou seja, a diferença era de quase 999 indivíduos.

Em 2010, há uma redução do grupo *crianças de adolescentes* em todos os setores. Sobretudo nos setores de áreas urbanas na APAEAV. Em contrapartida, nos setores 10 e 11 o número *idosos* mais que dobrou. E nos demais setores, houve um aumento significativo do número de *adultos*. Esse cenário pode ser o resultado do aumento da expectativa de vida e de políticas governamentais de controle de natalidade, mas também pode ser uma manifestação da diminuição do êxodo de membros familiares adultos.

Figura 87 – Mapa de Moradores na APAEAV por faixa etária em 2000

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE, 2003.

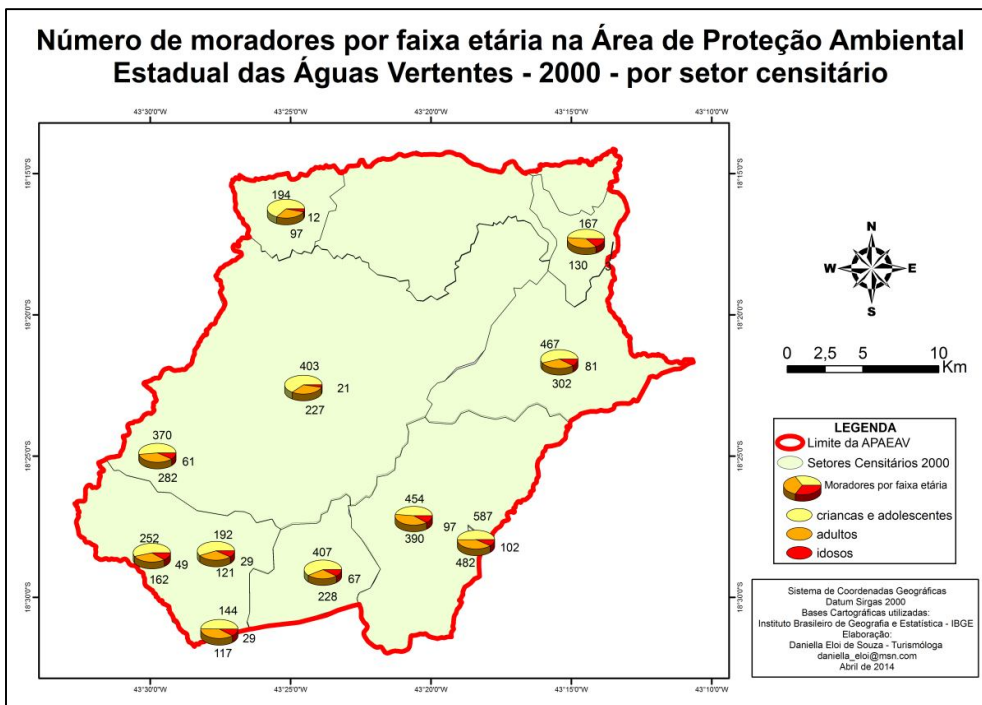
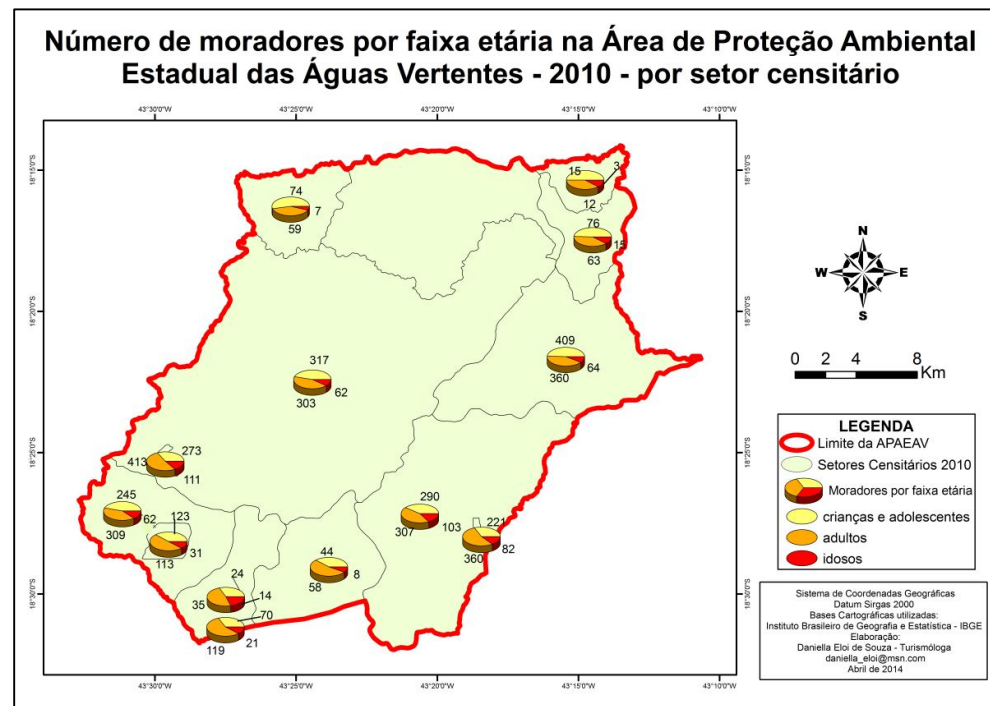


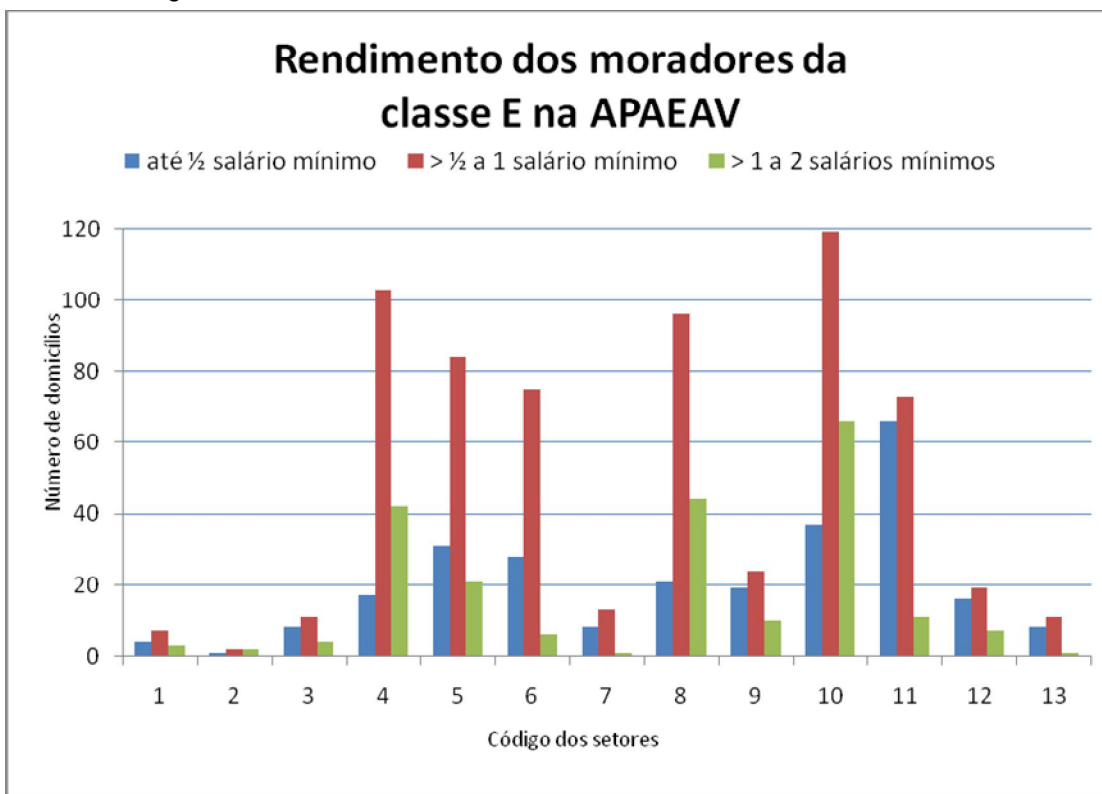
Figura 88 – Mapa de Moradores na APAEAV por faixa etária em 2010

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE, 2011.



De acordo com as Figuras 90 e 91, com relação às classes sociais⁴² há uma predominância de moradores pertencentes à classe **E**. Além disso, destaca-se, o nível de renda dos moradores da classe **E**. Apesar dessa classe abarcar os rendimentos de até 2 salários mínimos, na APAEAV, os moradores enquadrados nessa classe, tem predomínio de rendimento de até 1 salário mínimo, conforme Figura 89. Do total de 1159 domicílios dessa classe, 637, ou seja, quase metade, tem rendimento entre $\frac{1}{2}$ e até 1 salário mínimo, e em 264 dos domicílios a renda não passa de $\frac{1}{2}$ salário mínimo. Somando-se temos 901 domicílios com rendimento mensal de até 1 salário, para 218 com renda entre 1 e 2 salários mínimos. Sendo assim, do total de domicílios pertencentes à classe **E**, aproximadamente 78% tem renda de até um salário mínimo.

Figura 89 - Gráfico do rendimento dos moradores da classe E na APAEAV



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE, 2011.

Nota: não estão disponíveis os dados do setor 0, conforme subitem 2.2. Setores Censitários como foco de análise.

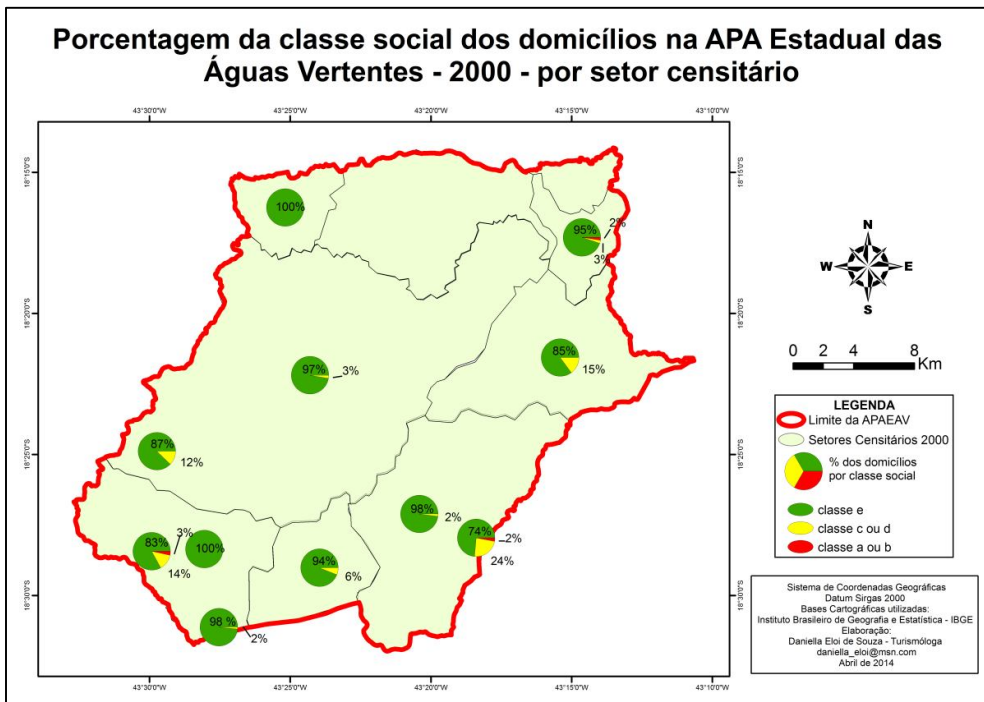
⁴² A divisão de classe social foi realizada a partir da divisão de classes sociais do IBGE, de acordo com o rendimento mensal dos responsáveis pelos domicílios, onde: classe e - até 2 salários mínimos, classe c ou d - 2 a 10 salários mínimos, classe a ou b - mais que 10 salários mínimos.

Todos os setores que continham alguma representatividade das classes **A**, **B**, **C** ou **D** em 2000, tiveram uma diminuição do nível de renda para 2010. Em Serra Azul de Minas, por exemplo, os 15% dos moradores que pertencia às classes **C** ou **D**, em 2000, passa a classe **E**, em 2010. A mesma mudança também ocorre como 5% do setor 3 em Rio Vermelho e 18 % do setor 4 em Santo Antônio do Itambé, que apresentavam classe **A-B** e **C-D** e foram para classe **E**.

Em 2010 os moradores com maior nível de renda na APAEAV estavam nos setores 4 e 5 em Santo Antônio do Itambé, parte urbana e rural, e no setor 10, em São Gonçalo do Rio das Pedras. Mas a participação não é muito significativa, pois apenas, 1%, 1% e 2%, respectivamente, pertenciam às classes **A** ou **B**.

Figura 91 – Mapa de Classe Social dos domicílios na APAEAV em 2000

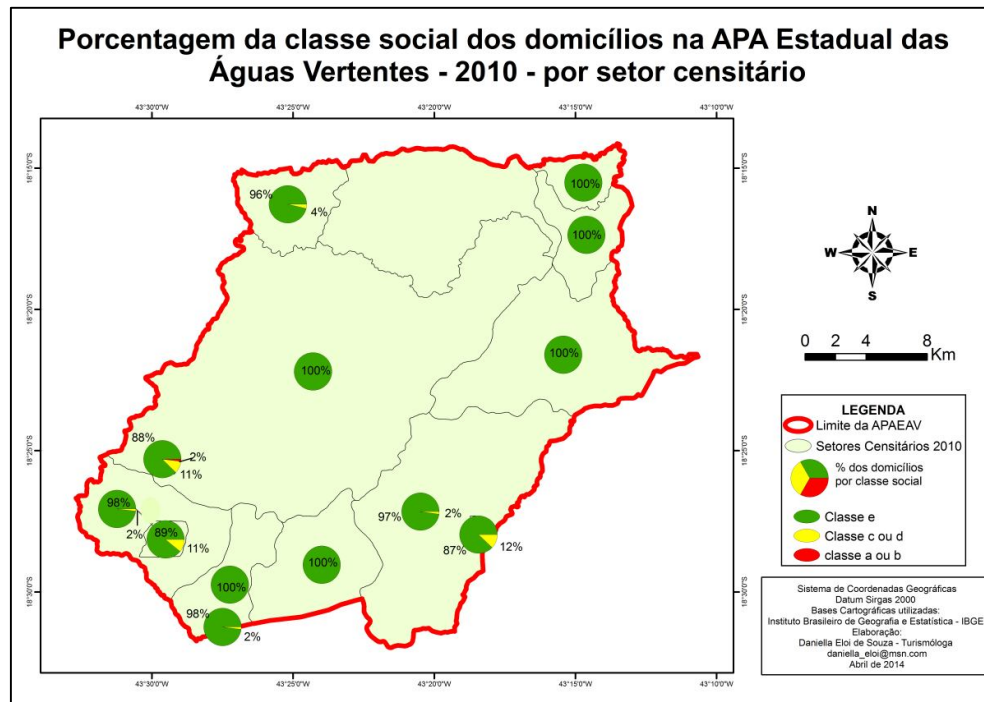
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE, 2003.



Nota: setor 10 – 1% classe a ou b.

Figura 90 – Mapa de Classe Social dos domicílios na APAEAV em 2010

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE, 2011.



Nota: setores 4 e 5 – 1% classe a ou b.

Para o levantamento dos tipos de abastecimento de água o IBGE considerou em 2000 as três seguintes alternativas: - *abastecimento por água de poço ou nascente na propriedade*; - *abastecimento por rede geral*; - *outra forma de abastecimento*⁴³. Em 2010 houve as seguintes mudanças: foi acrescentada mais uma opção de resposta: - *água de chuva armazenada em cisterna* e a caracterização da outra forma de abastecimento foi complementada⁴⁴.

De acordo com as Figuras 92 e 93, na APAEAV, em 2000 a grande maioria dos domicílios eram abastecidos *por poço ou nascente na própria propriedade*. Já em 2010 não há o predomínio de nenhuma forma de abastecimento. Destaca-se que nos setores 1, 5, 6 e 7 houve uma diminuição significativa do número de domicílios com *abastecimento por poço ou nascente na propriedade* para dar lugar a opção *outra forma*. Esse cenário possivelmente diz respeito utilização de nascentes fora da propriedade, pois pode ter ocorrido de algumas das nascentes antes utilizadas terem secado. Essas outras nascentes, agora utilizadas, possivelmente localizam-se na propriedade do vizinho ou em áreas sem proprietário, onde assim como ocorre com as terras, também são utilizadas de forma comunal..

De acordo com o Censo, nas áreas urbanas desde 2000 99% dos domicílios já eram abastecidos por *rede geral*, porém na prática não é observado um número tão expressivo de domicílios com esse tipo de abastecimento. Além disso, dessas áreas urbanas no setor 12 houve alterações, passando de *Rede Geral* para *Outra forma de abastecimento*, essa diminuição de Rede Geral também é observada no setor 5 em Santo Antônio do Itambé e no setor 6, em Serra Azul de Minas.

Contudo, o depoimento de moradores aponta que não existia tanta Rede Geral em 2000, Dessa forma, pode ter ocorrido falta de esclarecimento do significado das possíveis respostas aos entrevistados. Acredita-se que muitas localidades que utilizavam *poço ou nascente fora da propriedade*, que se enquadraria em outras formas de abastecimento, podem ter confundido essa forma

⁴³ outra forma de abastecimento (2000), quando o domicílio “era servido de água de reservatório (ou caixa), abastecido com água das chuvas, por carro-pipa ou, ainda, por poço ou nascente localizados fora do terreno ou da propriedade onde estava construído.” IBGE, 2003.

⁴⁴ outra forma de abastecimento (2010), quando o domicílio “era proveniente de poço ou nascente fora da propriedade, carro-pipa, água da chuva armazenada de outra forma, rio, açude, lago ou igarapé ou outra forma de abastecimento de água, diferente das descritas anteriormente.” IBGE, 2011.

de abastecimento comunal/geral, da comunidade, com a forma *rede geral*, tendendo a essa última resposta. Nesse caso, os dados de rede geral das áreas urbanas, em especial setores 8, 10 e 12, e os setores rurais 5 e 6 teriam na verdade um número menor de *Rede Geral*, daquele levantado.

Os setores 5 e 11 são os únicos onde se observa um aumento dos domicílios abastecidos por *rede geral*. E, cabe destacar que o setor 7 é o único com participação na opção *abastecimento por água de chuva em cisterna*, apesar mas dessa forma de abastecimento ser ainda bem insignificante para a área, representando apenas 2% desse setor.

Figura 93 - Mapa do abastecimento de água na APAEAV em 2000

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE, 2003.

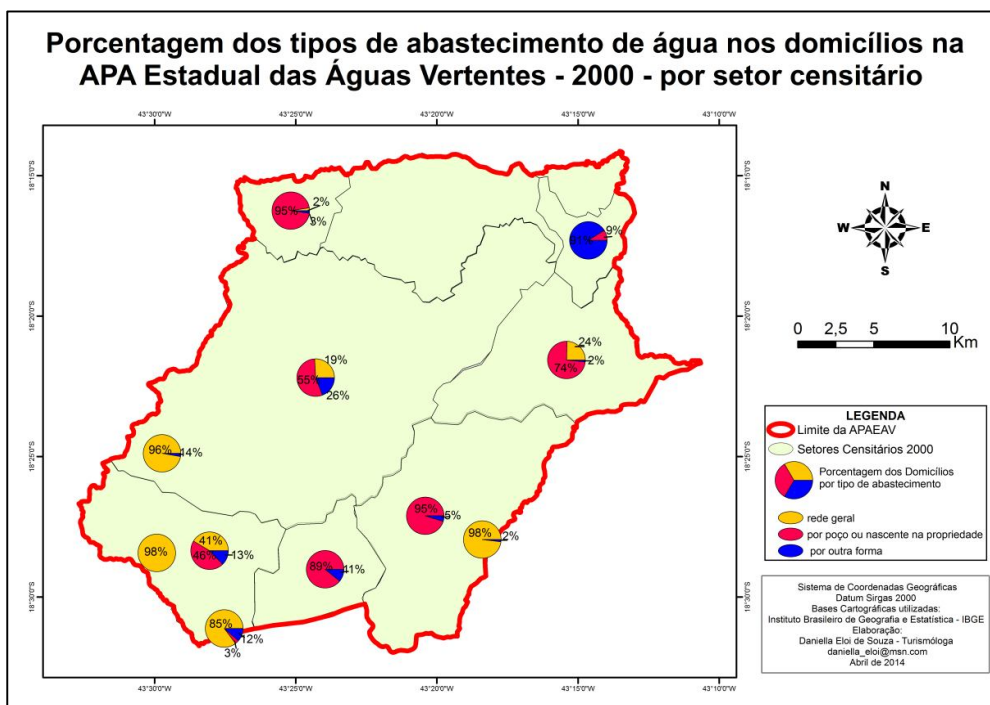
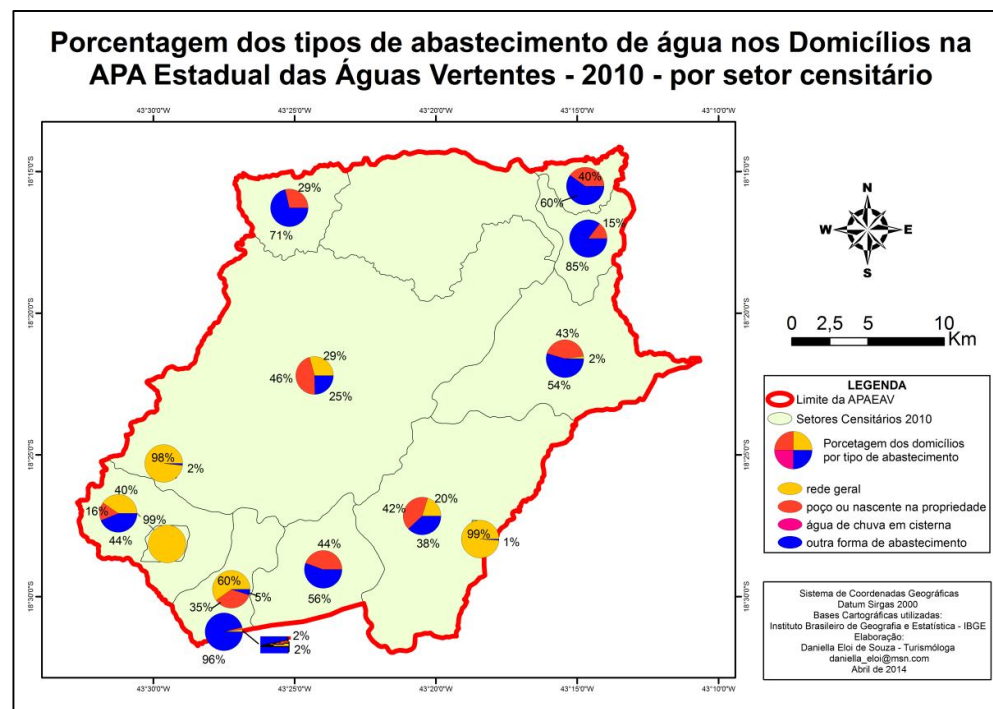


Figura 92 – Mapa do abastecimento de água na APAEAV em 2010

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE, 2011.



Com relação a existência de banheiro ou sanitário, de uma forma geral, houve um aumento no número de domicílios de 2000 para 2010, porém alguns setores ainda carecem dessa infraestrutura básica (Figuras 94 e 95). Em alguns setores censitários o número de domicílios sem banheiro ou sanitário chegou a aumentar de 2000 para 2010, quais sejam, setores: 3, 5, 6 e 12.

Por outro lado, nas áreas urbanas da APAEAV, com exceção de Três Barras que se enquadrou no grupo anterior de diminuição, nas demais houve um aumento no número de domicílios com banheiro, setores 4, 8 e 10. Nas áreas urbanas, 4 e 10, assim como no setor 2, rural, o número de domicílios com banheiro chegou a 100%, nível ideal.

Observa-se as piores situações nos setores 1 e 11, localizados no território quilombola Mata dos Crioulos, os quais tinham um número significativo de domicílios sem banheiro em 2000, chegando no setor 1 a representar quase 100% do total de domicílios. Em 2010, apesar do aumento no número de banheiros nesses setores, no setor 11, 49 % dos domicílios permanecem sem banheiro, enquanto no setor 1, esse número é ainda maior, 82% do total de domicílios do setor

Como o IBGE considera como banheiro e sanitário, respectivamente, um cômodo com chuveiro ou vaso sanitário; e cômodo, coberto ou não, que disponha de vaso sanitário ou até mesmo de um buraco para dejeção, observa-se que o número de domicílios sem banheiro em 2010 em algumas áreas da APAEAV é ainda muito representativo. Um número significativo dos moradores de 7 dos 8 setores censitários rurais que possuem dados disponíveis pelo IBGE, ainda não tem não mínimas condições sanitárias, como uma vala específica para dejeção.

Figura 95 - Mapa dos domicílios com ou sem banheiro na APAEAV em 2000

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE, 2003.

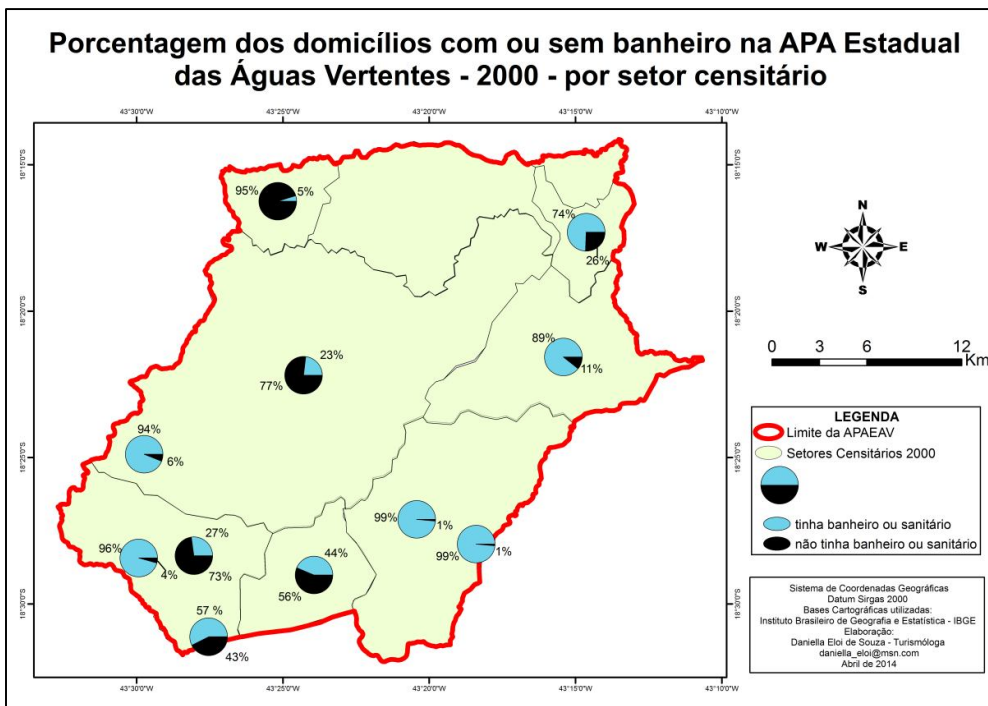
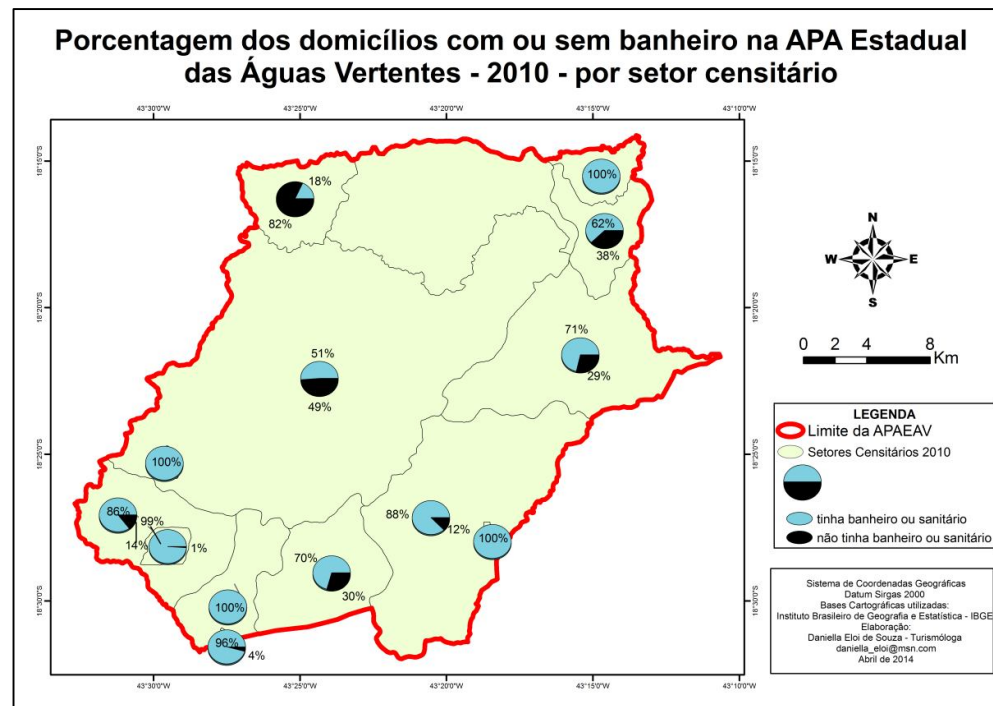


Figura 94 - Mapa dos domicílios com ou sem banheiro na APAEAV em 2010

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE, 2011.



Para os domicílios que possuem banheiro ou sanitário, foram levantados os tipos de esgotamento sanitário utilizados, entre as seguintes opções: - *rede de esgoto ou pluvial*; - *fossa séptica*; - *fossa rudimentar*; - *vala*; *rio, lago ou mar*, e - *outro escoadouro*, que seria qualquer tipo de escoamento, que não se enquadra em nenhuma das opções anteriores (Figuras 96 e 97).

Na APAEAV, de uma forma geral, observa-se uma predominância da utilização de fossa rudimentar, tanto em 2000, quanto em 2010. Serra Azul de Minas, setor 6, destaca-se por ser a área onde ocorre a maior variedade dos tipos de esgotamento sanitário. Em 2000, ainda com a predominância de fossa rudimentar 57% dos domicílios, esse setor tem também uma pequena porcentagem, 2%, que utiliza o rio como forma de esgotamento. Já em 2010 ocorre a redistribuição por várias formas, 37% de fossa rudimentar, 17% fosse séptica, 13% vala, 1% outro, 3 % rio, lago ou mar.

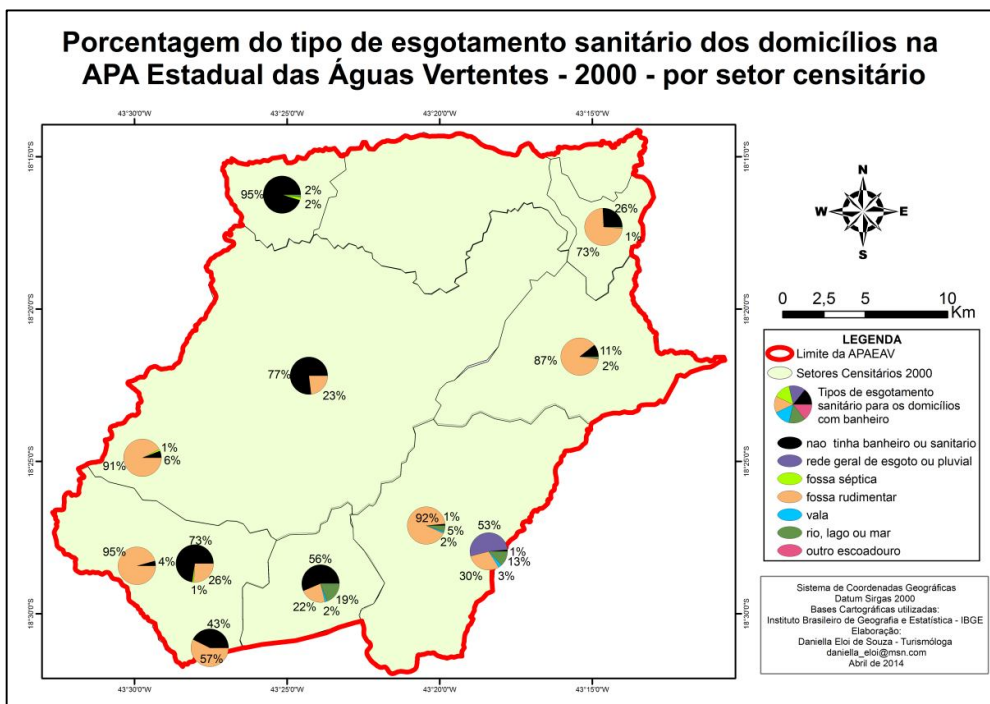
No setor 4, área urbana de Santo Antônio do Itambé houve aumento de 8 pontos percentuais da rede de esgoto, valor ainda muito baixo, levando-se em conta que a área é sede municipal. Em contrapartida, observa-se que dobra o número de domicílios que utiliza o rio como escoadouro nesse setor, em 2010, mudança negativa também observada no setor 7, zona rural do Serro.

A opção outra forma de esgotamento é observada na zona rural de Santo Antônio do Itambé, setor 5, onde é mais representativa, 28% do total de domicílios, mas também aparece com valor de 9 pontos percentuais em Rio Vermelho, setor 3.

Destaca-se de maneira geral a fossa séptica aumenta sua participação em 2010, passando a estar presente de 4 para 9 setores censitários. Essa representatividade é ainda muito tímida, estando entre 1 a 6 % nesses setores, com exceção do setor 6, onde sua participação é mais significativa, 17 %. Apesar disso, esse aumento é positivo, em comparação a formas de escoamento: fossa rudimentar, vala e esgotamento direto no rio.

Figura 96 - Mapa do esgotamento sanitário na APAEAV em 2000

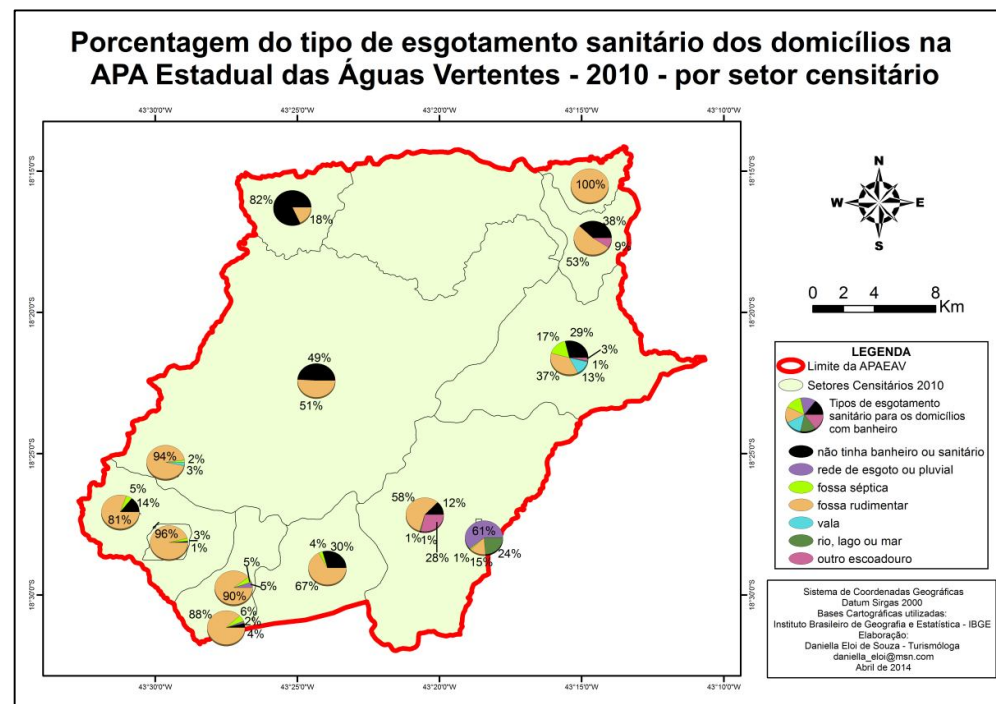
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE, 2003.



Nota: setor 1 – 1% vala; setor 8 – 1% fossa séptica; setor 7 – 1% vala.

Figura 97 - Mapa do esgotamento sanitário na APAEAV em 2010

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE, 2011.



Nota: setor 10 – 1% outro escoadouro

Para o levantamento da destinação do lixo dos domicílios, foram consideradas as seguintes opções: - *lixo coletado*; - *lixo queimado na propriedade*; - *lixo enterrado na propriedade*; - *lixo jogado em terreno baldio ou rua*; - *lixo jogado no rio, lado ou mar*; e - *outro tipo de destinação do lixo*, que não se enquadra em nenhuma das opções anteriores (Figuras 98 e 99).

De maneira geral, na APAEAV, de 2000 para 2010, há um aumento significativo no número de domicílios que *queimam o lixo* familiar. Desses, muitos em 2000 jogavam o lixo em *terreno baldio ou nas ruas*, 43% no setor 1, 29% no setor 3, 6% no setor 6, 25% setor 11 e 53% no setor 5. Essa mudança na forma de destinação do lixo ocorreu principalmente nos setores rurais e pode estar relacionada ao aumento do volume de lixo gerado pelas residências, resultado da elevação do consumo de produtos industrializados, possibilitado pela melhoria de acesso aos centros urbanos e também diminuição de produção rural.

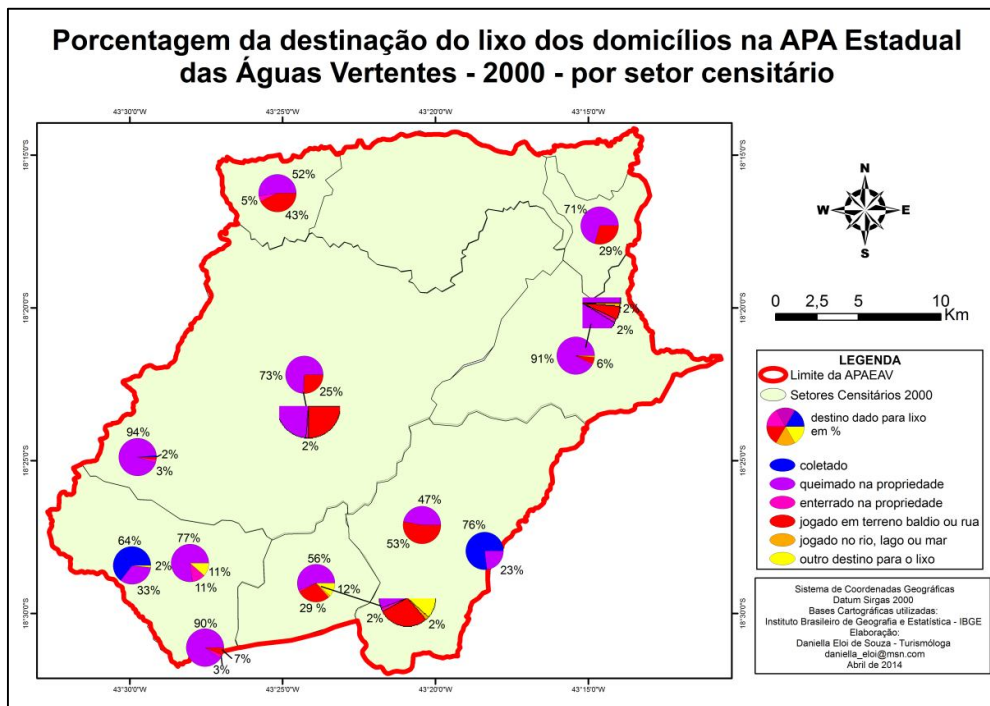
Destaca-se, também, o aumento do *lixo coletado* no setor 8, em Milho Verde e no setor 4 em Santo Antônio do Itambé. Nesse último, o valor de *lixo coletado* chega a quase 100% do total de domicílios do setor. Porém, essa destinação não é ainda de 100% positiva do ponto de vista ambiental, uma vez que o município ainda utiliza-se do “lixão” como forma de escoamento dos resíduos sólidos coletados.

Apenas no setor 13 há manutenção de valor significativo de domicílios, 15%, que destinam o lixo a terrenos baldios ou ruas, o que causa um impacto significativo na paisagem e saúde pública de animais e moradores locais, uma vez que é uma área rural, onde possivelmente não ocorrerá a coleta e limpeza pública desses resíduos pelo município.

Com relação à opção *outro tipo de destinação do lixo*, em 2000 havia 2 setores, ambos na zona rural do Serro, com 11% e 12% dos domicílios com esse tipo de destinação para o lixo. Em 2010, esses setores passam a queimar o lixo e com participação nesse tipo de destinação, passa a destacar-se nesse ano, o setor 2, em Felício dos Santos, com 20% dos domicílios. Uma possibilidade é de que esse lixo estaria sendo escoado no centro de triagem de lixo de Senador Modestino Gonçalves vizinho desse setor censitário.

Figura 98 - Mapa da destinação de lixo na APAEAV em 2000

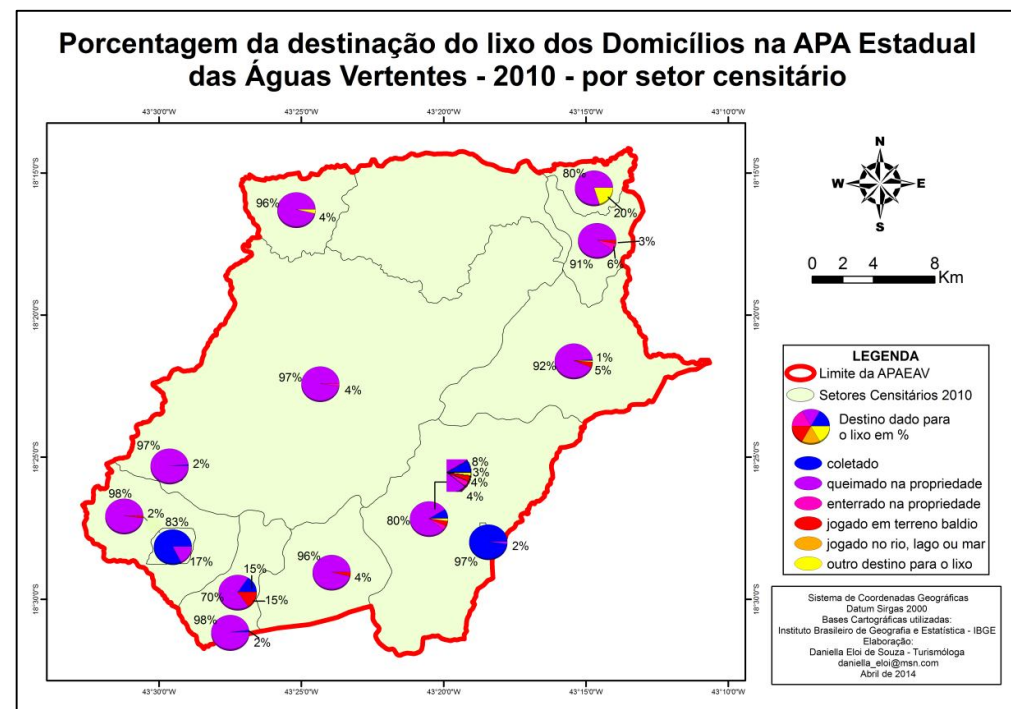
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE, 2003.



Nota: setor 10 – 1% outro; setor 8 – 1% enterrado; setor 4 – 1% terreno baldio.

Figura 99 - Mapa do esgotamento sanitário na APAEAV em 2010

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE, 2011.



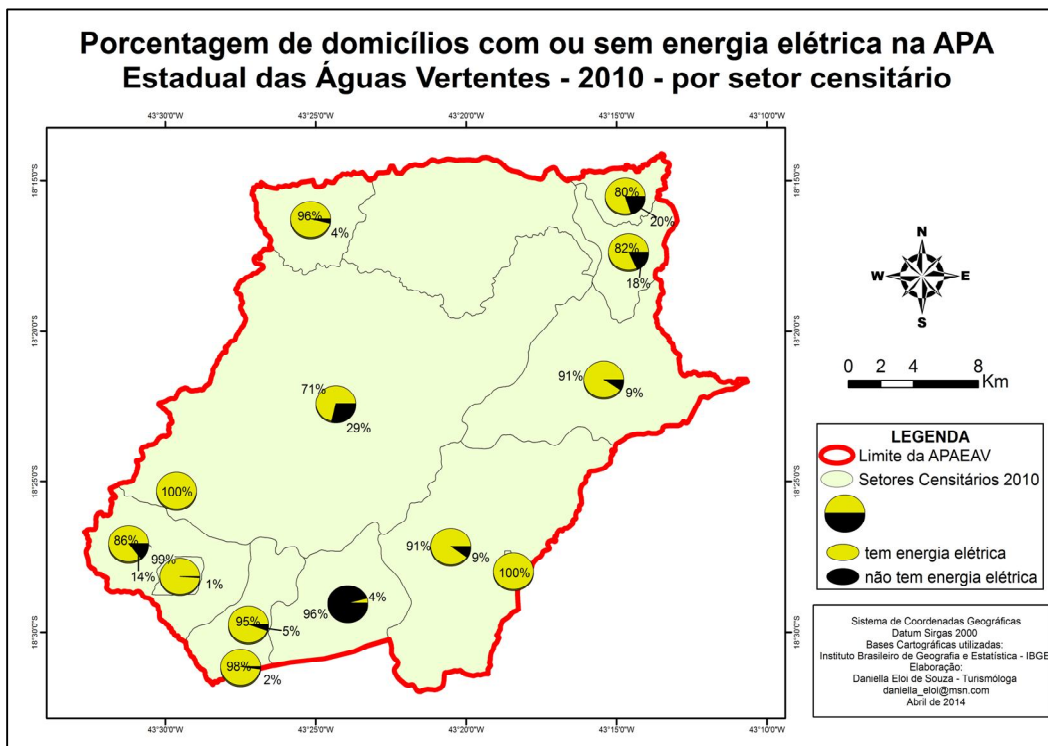
Nota: setor 10 – 1% terreno baldio; setor 4 – 1% enterrado; setor 6 – 1% enterrado e 1% outro destino.

Em 2010 foi realizado também o levantamento de domicílios que possuíam energia elétrica, conforme Figura 97. O setor 7 possuía a maior porcentagem de domicílios sem energia elétrica na APAEAV, 96%. Seguido do setor 11, com 29%. Nesses dois setores, a dificuldade de acesso e a grande distância entre as casas podem ser os fatores que contribuíram para manter o baixo nível de atendimento dessa infraestrutura, apesar dos programas governamentais para acesso ao serviço, tal como o Programa Luz para Todos.

Os setores 2 possui 20%, mas é necessário destacar que esse valor representa 1, dentro de um total de 5 domicílios existentes nesse setor em 2010. No setor 3 havia 18% dos domicílios sem energia elétrica, que representa aproximadamente 5 domicílios. Possivelmente seriam casas de difícil acesso, localizadas em partes altas da serra, tendo em vista que a parte da APAEAV nesse setor é bastante acidentada.

O setor 9 possuía 14% dos domicílios sem energia elétrica, Boqueirão localizada nesse setor é uma das localidades que ainda não foi beneficiada por essa infraestrutura. Por sua vez, os setores 4 e 10 100% e os setores 8 e 12, 99% e 98%, áreas urbanas dentro da APAEAV. Nos demais setores valores entre 1 a 9 % dos domicílios não tem energia elétrica.

Figura 100 - Mapa dos domicílios com ou sem energia elétrica na APAEAV em 2010
 Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE, 2011.



4.2 ANÁLISE DOCUMENTAL: A APA ESTADUAL DAS ÁGUAS VERTENTES DO PONTO DE VISTA OFICIAL

A Área de Proteção Ambiental Estadual das Águas Vertentes foi criada em 1998, mas recebeu sua primeira gestão pelo estado, especificamente para essa unidade, em 2008. Essa área protegida não possui Plano de Manejo, mas possui outros instrumentos de planejamento e gestão que são base para a atuação da equipe responsável, como: o decreto de criação da unidade, documentos relativos ao Conselho Gestor e o Relatório Anual de Atividades.

Para embasar o planejamento da APAEAV, na busca da sua implantação, funcionamento e atendimento aos seus objetivos, seria importante a elaboração do seu zoneamento junto ao conselho consultivo da unidade. Nesse documento seriam indicadas as atividades a serem implementadas, disciplinadas, restringidas ou proibidas. Porém, a unidade ainda não possui esse zoneamento, o que dificulta o planejamento das ações. Contudo, o processo de mobilização de atores para a elaboração desses documentos oficiais – Plano de Manejo e Zoneamento – da APAEAV se iniciou em 2013 (informação oral).⁴⁵

Diante do contexto apresentado, o principal documento que vem sendo utilizado para embasar as ações da unidade são os Planos de Ação Anuais, que são documentos internos. Esses planos são elaborados pela própria gestão e estabelecem metas, objetivos e meios para serem alcançados anualmente. Além disso, há o Relatório Anual de Atividades, documento elaborado e divulgado pela equipe da UC, que é um instrumento de prestação de contas, mas também de monitoramento das ações realizadas.

Além desses documentos, o próprio decreto de criação da unidade dispõe sobre objetivos, área e ações a serem realizadas na APAEAV. Sendo oficialmente o documento mais importante para a unidade.

O presente capítulo se propõe a analisar esses documentos buscando compreender como tem se dado a gestão dessa área protegida, identificar quais

⁴⁵ Informe repassado pelo gerente da APAEAV, na reunião do Conselho Consultivo da APAEAV, em 05 de dezembro de 2013.

ações que vem sendo realizadas por sua gestão, correlacionando essas aos preceitos da unidade estabelecidos pelo decreto de criação, com objetivo de verificar se as ações têm correspondido ao que foi proposto/pensado para a unidade, no momento de sua criação. Além disso, será realizada uma análise das discussões realizadas no âmbito do conselho por meio da análise de conteúdo das atas desse órgão colegiado.

4.2.1 Da criação e Gestão da APAEAV

O decreto que cria a Área de Proteção Ambiental Estadual das Águas Vertentes – Decreto 39.999 – data de 21 de janeiro de 1998, ano que foi o último do governo de Eduardo Azeredo, em Minas Gerais, e marco da criação de UCs no âmbito estadual. No dia 21 de janeiro foram criadas 5 unidades além da APAEAV e um total de 16 no mesmo ano, número bastante superior ao ano consecutivo – 1999, quando foram criadas 3 UCs e ao ano subsequente – 1997, quando foi criada apenas uma, a APA Fernão Dias⁴⁶.

Se por um lado a criação de tantas UCs pode ser um fator positivo, por outro lado, é comum deparar-se com erros básicos nos decretos das UCs criadas nessa época. Como, por exemplo, no decreto que dispõe sobre a criação da APAEAV, sua ementa tem a seguinte redação: “Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental - APA no Estado de Minas Gerais”, o que dá a entender que o decreto trataria das APAs como um todo, quando na verdade, essa legislação trataria de criar/regulamentar especificamente a APA Estadual Águas Vertentes.

Apesar disso, o decreto da APAEAV se comparado a alguns outros decretos de unidades de conservação é bastante completo, pois discorre sobre elementos nem sempre evidenciados nesses atos legislativos. Nele são apresentados os seguintes elementos: limites da UC, objetivos e diretrizes, principais ações e proibições a serem implementadas, possíveis parcerias para a gestão da UC, além de abordar questões relativas ao conselho e sobre o zoneamento a ser realizado.

⁴⁶ Sistema Integrado de Informação Ambiental. Disponível em: <<http://www.siam.mg.gov.br/sla/action/Consulta.do>> Acesso em 12 abr, 2014.

Em seu Artigo 2º o decreto apresenta os objetivos de criação da unidade. Como objetivo geral: *“garantir a conservação do conjunto paisagístico e da cultura regionais”*. É interessante elucidar a menção à proteção da paisagem. Essa importância à paisagem e também à cultura regional, além de ter relação direta com a manutenção dos recursos naturais, está relacionada à manutenção das características visuais do ambiente e práticas dos moradores. Nesse aspecto, os objetivos da APAEAV podem ser relacionados aos preceitos da categoria da UNESCO V – Paisagem protegida. Porém, como já explicitado no Capítulo 4 essa categoria faz menção à intrínseca existência de aspectos tradicionais dos moradores, o que, no olhar da pesquisadora, não condiz com as características da APAEAV em sua totalidade.

Por outro lado, esse anseio do objetivo geral da APAEAV pode também ser relacionado com os Parques naturais alemães, os quais foram utilizados como base para criação das APAs no Brasil (SCALCO, 2009). Nessa categoria, assim como na APAEAV a manutenção de aspectos culturais e paisagísticos possibilita seu usufruto para fins recreacionais, como a atividade turística, que pode ser uma das atividades econômicas de desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida local, se bem planejada, compatibilizando os benefícios econômicos e a proteção do meio ambiente, por sua vez, como nos Parques Franceses (CABRAL e SOUZA, 2005).

Além do objetivo geral, o artigo 2 do decreto de criação da APAEAV apresenta os objetivos específicos e o Artigo 5 algumas medidas a serem implementadas da unidade. Em essência, esses textos representam os pilares da criação dessa área protegida na forma de intervenções de gestão a serem implementadas. Com base neles e no relatório anual de atividades, foi feito um panorama das ações que têm sido realizadas pela equipe gestora da unidade relacionando-as às previsões do decreto de criação da unidade. Conforme Quadros 5 e 6, a seguir.

Quadro 5- Relação entre objetivos de criação e Relatório Anual de Atividades da APAEAV

Objetivos da APAEAV no decreto de criação	Ações realizadas na APAEAV
I - Proteger os solos, a fauna e a flora, e promover a recuperação das áreas degradadas	Combate a incêndios florestais, recuperação do Morro de Tino

II - Proteger e recuperar a qualidade das águas superficiais e subterrâneas	Não foram identificadas ações correlatas.
III - Promover e estimular programas de educação ambiental	Atividades de Educação Ambiental em escolas, Campanha Minha comunidade limpa, Palestras sobre APAEAV e legislação ambiental para diversos grupos sociais, Prevenção a incêndios florestais, Ação Comunitária em Milho Verde, Plantio de Mudas com diferentes grupos sociais, <i>Comemoração de Dias do Meio Ambiente (Dia da Água, Dia da Árvore, etc), Projeto Ação Solidária Clube de Mães, Semana do Ruralista em Serra Azul, Blitz Educativa PREVINCÊNDIO, Caravana Promoção Social, Mutirões de Limpeza</i>
IV - Promover atividades econômicas compatíveis com a qualidade ambiental desejável para a região	<i>Reunião com produtores de banana, Reuniões para ordenamento da atividade turística</i>
V - Promover, desenvolver e ordenar o ecoturismo regional.	Blitz Educativa em Feriados, Curso Turismo de Base Local, Pesquisa Perfil do Turista em Feriados, Sinalizatur, Identificação de atrativos, <i>Código de Posturas Milho Verde, Capacitação de Guias em Milho Verde, Encontro Cultural Ambiental de Milho Verde, Levantamento da Oferta Turística da APAEAV</i>

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de MINAS GERAIS, 1998; SOUZA (2013); FERNANDES *et al* (2014).

Nota: Ações - fonte não destacada: ações desenvolvidas pela unidade; *fonte destacada em itálico*: ações desenvolvidas por outros órgãos/instituições, mas que contaram com o apoio da equipe da APAEAV

A ausência do zoneamento prejudica especialmente o alcance dos objetivos I e II da APAEAV, os quais dizem respeito à proteção e recuperação direta do patrimônio natural: solo, recursos hídricos, fauna e flora. A ausência do zoneamento não permite à equipe uma ação mais efetiva em determinadas áreas que podem ser consideradas mais vulneráveis. De ações que atendem a esse objetivo foi identificado o intenso e desgastante trabalho de combate a incêndios florestais e também a recuperação do Morro de Tino, realizada através do plantio, cuidado e monitoramento de mudas em área degradada com a execução do projeto de asfaltamento da via que liga Serro a Diamantina.

O objetivo III abarca a educação ambiental. Essa atividade além de ser promovida no âmbito da gestão, de acordo com o decreto, deve ser também incentivada na atuação de outras instituições dentro da APAEAV, como: escolas, ONGs, órgãos de extensão rural, instituições de ensino superior, etc. Nesse sentido, no relatório anual de atividades da APAEAV, conforme Quadro 5, foram identificadas diversas atividades que são realizadas, tanto pela equipe, quanto por outros órgãos,

mas que contam com o apoio da equipe gestora da unidade. Não foi identificado um público alvo específico para essas ações, são atividades pontuais desenvolvidas para diferentes grupos sociais. Assim como não foi identificado um tema principal de trabalho, a temática das ações desenvolvidas varia entre: legislação ambiental, divulgação da unidade, prevenção de incêndios, limpeza urbana, e conscientização ambiental.

Os relatórios anuais de atividade não apresentam projetos consolidados de promoção de atividades econômicas para a região. Em consonância ao objetivo IV da unidade que relaciona-se à essa questão, conforme Quadro 5, foi identificado o apoio ao projeto de produção de banana. Ressalta-se que esse tipo de projeto é potencial para a região, uma vez que não é uma atividade de alto custo, favorece a utilização do produto local para a economia, mas também para o consumo, contribuindo para qualidade de vida dos moradores.

A atividade turística que tem um apelo econômico e social muito grande para a região, antes mesmo da criação da APAEAV já era uma atividade localmente desenvolvida. Por isso, esse fenômeno aparece como um dos 5 objetivos da unidade, na forma do segmento de ecoturismo, previsto pelo objetivo V; e além disso, diante de um planejamento dessa atividade, pode ser visto como um dos caminhos para alcance do objetivo IV, que é a promoção de “atividades econômicas compatíveis com a qualidade ambiental”.

Mas o ecoturismo é apenas um segmento dessa atividade que pode ser desenvolvido nas comunidades. Como essa área protegida não tem somente como objetivo a manutenção/preservação dos recursos naturais, mas também tem sua sustentação em ações como o desenvolvimento de atividades econômicas é necessário ampliar o leque de possibilidades de fomento a outros segmentos dessa atividade, como: turismo rural, turismo cultural, turismo religioso, entre outros. Alguns desses já ocorrem em algumas localidades e podem ser apoiados pela gestão da UC.

Todavia, é inegável o potencial do ecoturismo na região e é perceptível que esse potencial ainda é muito pouco explorado. Embora haja um número expressivo de turistas que visitam a APAEAV em busca do patrimônio natural, em especial aos pólos turísticos como Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras, essa visita

nem sempre pode ser considerada como ecoturismo, de acordo com conceitos oficiais da atividade, os quais estão mais relacionados ao respeito, admiração e contemplação da paisagem e dos aspectos naturais. (SOUZA, 2013).

Não foram identificadas nos Relatórios Anuais de Atividades outras ações da equipe gestora que condizem com os objetivos específicos da APAEAV instituídos pelo seu decreto de criação.

O Quadro 6 apresenta as medidas previstas por essa legislação, também relacionando-as às ações dos Relatórios Anuais de Atividades da APAEAV.

Quadro 6 - Relação entre medidas previstas na criação e Relatório Anual de Atividades da APAEAV

Medidas previstas para a APAEAV no decreto de criação	Ações realizadas na APAEAV
Elaboração do zoneamento	Não executado
Implantação de programas de manejo	Não foram identificadas ações correlatas
Mobilização de atores para gestão coletiva	Conselho Consultivo
Fiscalização contra degradação da qualidade ambiental	Monitoramento e ronda diárias, vistorias, identificação e monitoramento de nascentes, de remanescentes de Mata Atlântica e de voçorocas, pesquisa do uso da lenha, monitoramento integrado contra incêndios florestais
Divulgação da unidade	Stands em eventos locais, páginas nas redes sociais, trabalhos publicados em eventos nacionais, sinalização da unidade, organização do Seminário de Pesquisa Científica das Unidades de Conservação do Alto Jequitinhonha - SEPUC, participação em reuniões de outros conselhos (Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, Conselho comunidades quilombolas, Conselho Municipal de Turismo, etc).
Proposição e implantação de projetos de desenvolvimento de atividades econômicas compatíveis com o meio ambiente	Não foram identificadas ações correlatas

Fonte: Elaboração própria a partir de MINAS GERAIS, 1998; SOUZA (2013); FERNANDES *et al* (2014).

No olhar da pesquisadora, ações como elaboração do zoneamento, a implantação de programas de manejo e de projetos para desenvolvimento de atividades econômicas, demandam a contratação de recurso humano com conhecimento/formação específica. Por esta razão, geralmente dependem de investimento público específico ou da ação governamental para mobilização de

investidores privados. Esse é talvez um gargalo para implantação dessas medidas, pois, como o recurso não é garantido pelo poder público e como a parceria entre setor público e setor privado por vezes é burocrática, essas ações acabam sendo marginalizadas das ações executadas pelas equipes gestoras.

Com relação à mobilização de atores para gestão coletiva, o conselho consultivo atua despertando nos conselheiros uma responsabilidade de monitoramento e desenvolvimento de projetos. Porém, além dessa realidade do conselho, outras ações especificamente com esse propósito não foram identificadas no Relatório de Atividades Anual da APAEAV, conforme Quadro 6. Nesse sentido, entende-se que os próprios programas de manejo e de desenvolvimento de atividades econômicas, se desenvolvidos, poderiam ser considerados como campos de mobilização para gestão coletiva.

A gestão coletiva é um passo importante para garantir que os objetivos de criação previstos pelo SNUC dessa categoria de manejos sejam cumpridos, como: a disciplina de uso dos recursos naturais, a sustentabilidade e melhoria da qualidade de vida dos moradores.

Cabe destacar o caráter extensionista de muitas das medidas propostas (mobilização de atores, programas de manejo, desenvolvimento de atividades econômicas). Porém, de acordo com os Relatórios de Atividades Anuais a extensão tem ocorrido em especial no apoio à atividade turística. Mas esse tipo de atuação apresenta-se como um viés para ser trabalhado também para outras atividades (agricultura, pecuária, artesanato, etc) principalmente para os moradores da zona rural, na busca por alternativas de melhoria da qualidade de vida e é potencial no sentido de aproximar a UC dos moradores locais.

Por outro lado, as questões relativas à fiscalização e de divulgação da unidade tem sido desenvolvidas pela equipe de diferentes maneiras, conforme Quadro 6. Com relação à fiscalização o próprio órgão ambiental em questão já tem um histórico de atuação nessa linha, o que facilita muito que os servidores se identifiquem com esse tipo de ação. Porém, cabe destacar que nem sempre a fiscalização na forma de ronda e monitoramento diário consegue atingir toda a unidade, tendo em vista o baixo número de funcionários e a insuficiência de veículos aliada ao tamanho do território a ser monitorado. Por isso, as ações acabam por se

concentrar especialmente na região próxima a sede da unidade, onde estão lotados os funcionários.

Conforme Quadro 6, a medida prevista de divulgação da unidade, vem sendo realizada por diferentes meios, o que é importante para que se atinja grupos sociais diferenciados. A internet apesar de ser o meio de comunicação mais utilizado hoje em dia, não é acessível para muitas famílias da região, por isso, as atividades como participação em conselhos e stands em eventos locais aumenta a possibilidade de difusão dos preceitos da unidade. Além disso, a participação em eventos nacionais e estaduais através da publicação e apresentação de trabalhos sobre a unidade é potencial no sentido de fazer conhecer a unidade, fomentando a procura de trabalhos de pesquisadores e ONGs para a região, o que pode contribuir diretamente para a gestão da UC.

Além das ações que relacionam-se com os objetivos e medidas previstos para a APAEAV, outras ações foram identificadas nos Relatórios Anuais de Atividades, conforme Quadro 7, a seguir.

Quadro 7 - Ações presentes no Relatório Anual de Atividades que não se enquadram nos elementos do decreto de criação analisados

Outras atividades realizadas que não se enquadram nas questões anteriores	Apoio a pesquisas científicas, Cursos de capacitação dos funcionários, elaboração de documentos de planejamento e monitoramento das ações, manutenção viveiro de mudas, reuniões gerenciais (internas, regionais e de articulação com os municípios), apoio às APAs municipais, excursões de reconhecimento da área, doação de roupas para comunidades carentes, doação de mudas
Ações realizadas pela equipe da APAEAV no MONAT	Recuperação de trilhas, plantio para recuperação de mata ciliar, Volta Ciclística, Combate à incêndios florestais, Caminhada Ecológica

O apoio as outras unidades de conservação é um dos deveres das áreas protegidas que compõem um mosaico, porém, Ávila (2014) aponta que esse tipo de parceria não é fácil de ocorrer, uma vez que os gestores acabam por priorizar ações para sua unidade, e de acordo com esse autor, essa dificuldade foi percebida durante sua pesquisa. Ainda assim, a APAEAV realiza ações para apoio à outras UCs, conforme Quadro 7, especialmente às APAs municipais que ainda carecem muito de informação para sua implementação e ao MONAT, o que de acordo com AVILA (2014) acabou ocorrendo principalmente pelo fato da sede das unidades

serem no mesmo local, e ainda, por ter ocorrido a gestão interina das unidades durante determinado período de tempo.

De modo geral, percebe-se uma atuação do órgão gestor da APAEAV, especialmente em ações que não dependem de um montante significativo de recursos financeiros, como a educação ambiental, a fiscalização e a divulgação da unidade. Esse resultado é sintomático da falta de recurso enfrentada pelas UCs, conforme apresentado por Ávila (2014) como um dos principais gargalos para a efetividade de gestão dessas áreas protegidas na região.

Além disso, pelo grande número de incêndios florestais ocorridos na unidade, o combate é uma das atividades que absorve muito tempo dos funcionários na época da seca, conforme depoimentos do órgão gestor nas reuniões do Conselho Consultivo da unidade. Em 2012, por exemplo, de acordo com Souza (2013) os incêndios na unidade não se concentraram somente na época seca, como é comum que aconteça, mas ocorreram ao longo de todo ano, prejudicando o desenvolvimento de outras atividades previstas pela gestão.

O Artigo 12 do decreto de criação da APAEAV aponta também alguns preceitos da unidade. Alguns deles estão diretamente relacionados às questões rurais, como: promover a recuperação de APPs, iniciando pelos olhos d'água; evitar uso de agrotóxicos; recompor reserva legal; evitar a erosão do solo, através do fomento a atividades rurais compatíveis com o ambiente; e outros que tratam do território de uma forma geral, como: evitar animais domésticos próximos a corpos d'água, principalmente em mananciais de abastecimento público; promover a coleta ou destinação de esgoto, planejar o crescimento dos municípios; planejar a destinação de resíduos sólidos.

Entende-se que o objetivo desses preceitos não deve ser obrigação somente da equipe gestora, mas deve ser buscado por todos os envolvidos com a área da unidade – poder público, comunidade e setor privado. Contudo, como ações relacionadas a esses preceitos foi identificado nos Relatórios Anuais de Atividades que a equipe da unidade vem realizando o levantamento das nascentes localizadas

na unidade, levantamento das reservas legais localizadas na APAEAV⁴⁷, e, a prevenção e combate a incêndios florestais como forma de evitar a degradação dos solos (SOUZA, 2013). Demais questões acabam ficando mais a cargo da gestão municipal e a APAEAV atua apenas fiscalizando e incentivando seu planejamento. Além disso, algumas dessas obrigações apesar de estarem impostas ao poder público, dependem também da mudança de postura da sociedade civil.

Além disso, o decreto de criação da APAEAV estabelece algumas proibições que estariam em vigor até que o zoneamento da unidade seja realizado. De acordo com o decreto: *“ficam proibidas ou restringidas”* na área:

I - a implantação de atividades industriais potencialmente poluidoras, capazes de afetar mananciais de águas;

II - a realização de obras de terraplanagem e a abertura de canais, quando essas iniciativas importarem alteração das condições ecológicas locais, principalmente da Zona da Visa Silvestre, onde a biota será protegida com maior rigor;

III - o exercício de atividades capazes de provocar erosão das terras ou assoreamento das coleções hídricas;

IV - o exercício de atividades que ameacem extinguir as espécies raras de fauna e flora ou ameaçadas da biota, o patrimônio histórico-cultural, as manchas de vegetação primitiva e as nascentes de cursos d'água existentes na região. (MINAS GERAIS, Artigo 6, 1998.)

Nota-se que as atividades não são definitivamente proibidas, mas podem ser somente restringidas. Sobretudo, nessa parte do decreto encontra-se a maior dificuldade de gestão da APAEAV, uma vez que a restrição nesse caso é subjetiva e na ausência de um Plano de Manejo e Zoneamento, não existem critérios para além da legislação orgânica de onde devem ser proibidas/permitidas determinadas atividades, contrinuindo com a visão defendida por Pádua (2012) com relação a essa categoria de UC.

Dessa forma, o próprio gestor que tem, então, que avaliar se a implantação das atividades industriais irá afetar as águas, se a abertura de canais irá alterar as condições ecológicas e quais serão as atividades que provocarão erosão e ameaçarão a água, a vegetação, a cultura local e as espécies raras (detalhe: quais

⁴⁷ No âmbito estadual existe a Gerência de Gestão da Reserva Legal que é a responsável pela averbação de reserva legal, porém essa gerência não tem um banco de dados atualizado com todas as reservas legais averbadas no estado, porque muitas dessas áreas de preservação foram inscritas ainda quando os procedimentos eram feitos manuais e por isso esse registro não está sistematizado, mas encontra-se arquivado em diferentes pastas de processos.

são as espécies raras dentro da APAEAV?). Portanto, percebe-se certa fragilidade das restrições impostas pelo decreto de criação da APAEAV.

Além disso, em cumprimento à obrigatoriedade imposta pela Resolução CONAMA nº10 de 1988, ficou estabelecida na APAEAV, por meio de seu decreto de criação, uma Zona de Vida Silvestre, que seria destinada: *"à salvaguarda da biota nativa, para garantia da reprodução das espécies, proteção do habitat de espécies raras, endêmicas, em perigo ou ameaçadas de extinção."* (MINAS GERAIS, Artigo 9, 1998). Enquanto não ocorre o zoneamento da unidade, essas áreas são as APPs e Reservas Legais, como previsto pela legislação orgânica. Porém, como não há um levantamento completo das Reservas Legais não existem informações sobre o tamanho e localização dessas áreas. Com o zoneamento da unidade essas áreas poderiam ser identificadas e outras áreas relevantes poderiam ser abarcadas por essas restrições. Novamente, a ausência desse documento é percebida como uma fragilidade da gestão dessa área protegida.

4.2.2 Da definição dos limites da APAEAV

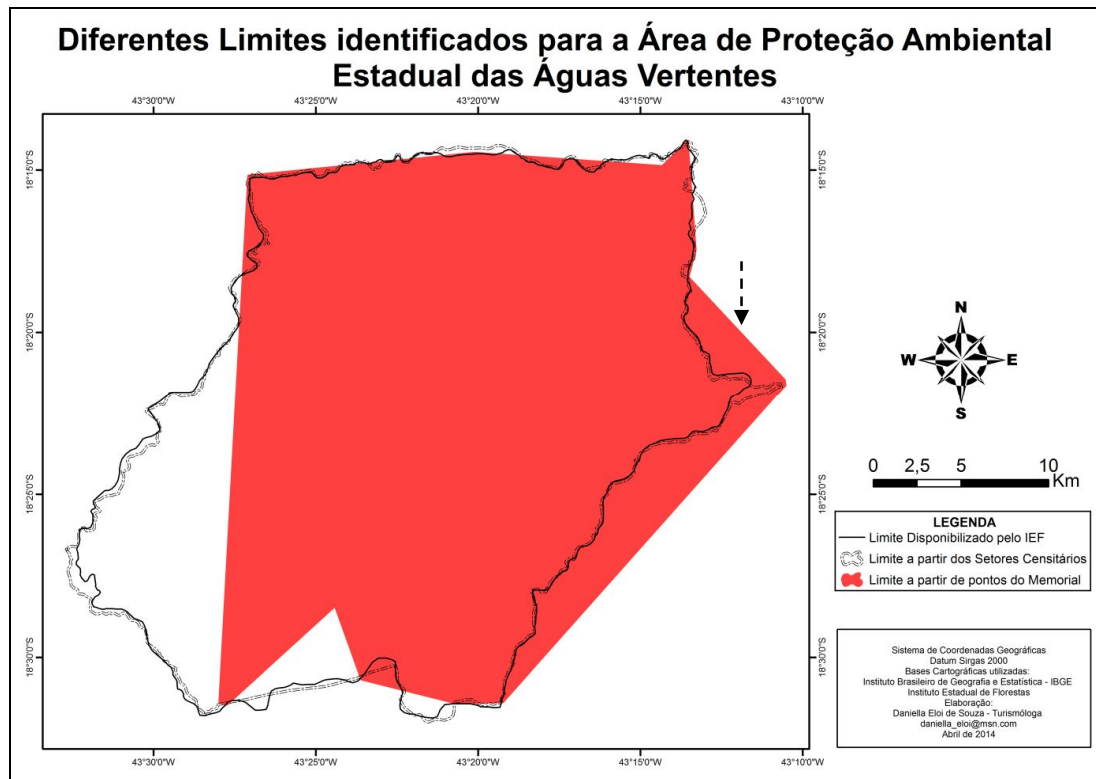
O decreto de criação da APAEAV estabelece os limites, mas não justifica a escolha de determinados pontos como referência geográfica. Por isso, para se entender a dinâmica territorial dessa UC, tentou-se analisar o limite buscando inferir sobre a motivação para seleção/configuração do limite da UC. O que havia sido utilizado como parâmetro? O limite havia sido estabelecido com base em características naturais da paisagem (serras, rios)? Havia sido utilizado como critério outros limites geográficos/governamentais (setores censitários, Planos Diretores Municipais)? A partir dessa análise veio a tona que a unidade tinha pelo menos 3 limites – oficiais - diferentes:

- Limite1 – limite disponibilizado pelo IEF (arquivo georreferenciado);
- Limite 2 – limite dos *pontos* apresentados pelo Memorial descritivo do Decreto de criação da UC⁴⁸;

⁴⁸ Pontos e coordenadas estabelecidos no decreto 39.999 como limite da APAEAV: Ponto 1: N:7.951.268 e E:661.904; Ponto 2: N:7.981.147 e E:663.724; Ponto 3: N:7.982.340 e E:676.007; Ponto 4: N:7.981.482 e E:686.221; Ponto 5: N:7.982.905 e E:687.599; Ponto 6: N:7.976.690 e E:687.975; Ponto 7: N: 7.975.162 e

- Limite 3 – limite da *caracterização* apresentada pelo Memorial descritivo do Decreto de criação da UC;
Além disso, outro possível limite da APAEAV – não oficial – veio à tona:
- Limite 4 – limite formado pelos setores censitários do IBGE.

Figura 101 – Mapa dos Limites identificados para a APAEAV



Fonte: Elaboração própria a partir de bases cartográficas do IBGE e IEF.

Além dos pontos georreferenciados, o decreto de criação da APAEAV, possui no memorial uma descrição dos limites de um ponto ao outro. Dessa forma, o polígono “limite 3” seria o resultado da espacialização dessas descrições. Para a maioria dessas descrições, através de consulta a imagens de satélite, a carta topográfica do IBGE e tendo um prévio conhecimento da área, é possível perceber o que é proposto como limite. Porém, em uma ou outra descrição foram utilizados nomes de serras e córregos os quais não coincidem com as cartas topográficas do IBGE ou com os nomes populares utilizados atualmente nas comunidades. Por essa

E:687.578; Ponto 8: N:7.969.262 e E:692.746; Ponto 9: N:7.968.969 e E:692.788; Ponto 10: N:7.951.153 e E:677.278; Ponto 11: N:7.951.123 e E:674.702; Ponto 12: N:7.952.510 e E:669.610; Ponto 13: N:7.956.650 e E:668.220; Ponto 14: N:7.951.140 e E:662.320; Ponto 15: N:7.953.517 e E:672.254.

razão, pela subjetividade da interpretação individual dessas descrições, optou-se pela não espacialização desse limite para fins dessa pesquisa.

Com a espacialização de cada ponto do decreto realizada e sua junção com o limite georreferenciado disponibilizado pelo IEF e com os limites dos setores censitários (Figura 101), constatou-se que a ligação dos pontos do decreto de criação [limite 2] resulta em um polígono excêntrico; desconexo com teorias de definição de limites para conservação; e a partir do conhecimento prévio da área e a leitura da caracterização do decreto [limite 3] é possível afirmar que esse polígono [limite 2] é totalmente incompatível com o limite 3, e como espacializado, assim como, também, com o limite 1, limite georreferenciado disponibilizado pelo IEF. Por outro lado, ficou evidente que existe muita semelhança entre a caracterização do decreto [limite 3]; o limite georreferenciado disponibilizado pelo IEF [limite 1]; e os setores censitários do IBGE [limite 4].

Pela espacialização, ainda conforme Figura 8, percebe-se correspondência quase em totalidade entre o limite 1 (limite disponibilizado pelo IEF) e o limite 4 (limite dos setores censitários). Essa “coincidência” nos aponta que possivelmente ocorreu a utilização dos setores censitários pelo IEF como critério primeiramente para a caracterização do decreto [limite 3], a qual, em um segundo momento, teria sido utilizada para a espacialização do limite 1. Porém, uma mínima diferença de sobreposição entre os polígonos [limite 1 e 4], que ocorre em Serra Azul de Minas - o qual foi evidenciado por seta na Figura 101 - não permitiu apontar com certeza se os setores censitários foram ou não utilizados como parâmetro, mas pela semelhança acredita-se que possivelmente tenham sido utilizados⁴⁹.

De qualquer maneira, a sobreposição de uma APA (que tem como principais características extensas áreas e manutenção de moradores) com os limites dos setores é positiva, tendo em vista que os resultados da pesquisa dos Censos Demográficos do IBGE são potenciais para auxiliar na caracterização do território, assim como permitem seu monitoramento, através de informações levantadas,

⁴⁹ Essa diferença e outras mínimas percebidas na Figura 100 entre os limites 1 e 4, podem estar relacionadas ao *Datum* ou Sistema de Projeção Geográfica utilizados para gerar os polígonos.

como: formas de esgotamento sanitário, renda familiar, formas de abastecimento de água, faixa etária, entre outros.

Outros trabalhos de caracterização de APAs se utilizaram dos dados dos Censos Demográficos, porém, em situações onde o limite da UC não corresponde ao limite do setor, não foi possível levantar informações concretas do território, sendo necessário que o levantamento fosse para além dos limites da unidade, como exemplo a caracterização da APA Carste da Lagoa Santa, realizada em 2008 por Luciana Alt.

Ressalta-se que quanto mais precisas as informações da unidade, maior o benefício para seu planejamento e gestão, especialmente considerando as características das APAs (grandes extensões territoriais, permanência de moradores, áreas urbanas, permanência de atividades econômicas, etc.) e o caráter dos objetivos (ligados à qualidade de vida).

No caso da APAEAV, ainda que não seja possível confirmar as intenções do traçado da unidade, uma vez que o responsável por sua definição, não se encontra mais no órgão, acredita-se, que de fato, houve uma intenção de que os limites da UC acompanhassem os limites dos setores censitários, pois não parece ser mera coincidência que esses limites optassem por acompanhar – conjuntamente - determinadas demarcações, inserindo ou rejeitando marcos naturais ao invés de outros.

A escolha foi positiva em alguns pontos, como já falado, por exemplo, pela possibilidade de utilização dos dados dos Censos. Por outro lado, outras questões têm de ser confrontadas com os setores, como questões ambientais e socioculturais. Como um exemplo desses fatores a serem considerados, há a Serra da Gurita, localizada no município de Rio Vermelho (Figura 102).

Figura 102 – Serra da Gurita



Fonte: Da autora.

É comum no quando da criação de UCs a inclusão de serras como essa no interior de UCs, por seu apelo paisagístico ou como limiar dessas áreas protegidas, por facilitar a visualização dos limites da UC. Porém, o limite da APAEAV não coincide com nenhuma das opções. A caracterização do decreto, assim como, o limite disponibilizado pelo IEF, são idênticos ao limite do Setor Censitário do IBGE, os quais passam nas proximidades da Serra da Gurita, mas ignoram sua presença na paisagem, priorizando como limiar um pequeno córrego que passa no local.

Nesse contexto, suscitamos as seguintes questões: Quem estabeleceu o limite da APAEAV conhecia ou foi pessoalmente à área? Sabia da existência dessa Serra? Ela é importante para a UC? Deve ser incluída? Deve ser utilizada como limiar? Acredita-se que a pessoa que estabeleceu os limites não conhecia toda a região, pode ter utilizado alguma imagem de satélite como referência geográfica, pela qual a imponência da Serra pode não ter sido percebida. Mas nos parece ser pertinente a utilização desse marco natural pela gestão da APAEAV, como orientação acerca dos limites da unidade, assim como pela sua importância paisagística, entende-se que possa ser pertinente sua inclusão à área da unidade.

Outra questão a ser discutida acerca dos limites da APAEAV diz respeito à zona urbana de Santo Antônio do Itambé. Nesse ponto do limite da UC [limite 1, 3 e 4] a APAEAV acompanha a rodovia MG10, passando exatamente no meio da área urbana do município. Dessa forma, de um lado da via é APAEAV e do outro com as mesmas características urbanas, não é. O que justifica um lado urbano, com

exatamente as mesmas características do outro ser escolhido como parte de uma APA ou não?

Sem desconhecer o potencial da rodovia como marco visual para demarcação de unidades de conservação, a escolha desse marco como critério nessa situação talvez não seja a mais interessante, tendo em vista que a gestão da área fica extremamente confusa.

Essa área da APAEAV está localizada em um setor censitário da unidade. Nesse caso, se o setor censitário foi/fosse considerado como limite para a UC, talvez o mais viável seria retirar esse setor inserido, optando-se por outro marco natural ou antrópico da paisagem como limite nesse ponto, assim toda área urbana do município estaria fora da APAEAV; ou, outra opção seria inserir o setor censitário vizinho, que representa a outra “metade da laranja” do centro urbano do município. Em ambos os casos (inclusão/exclusão da área urbana), a alteração não traria dificuldades significativas para a gestão, uma vez que a área não é tão representativa do tamanho da unidade. Por outro lado, fica mais nítido para a população e até mesmo para os funcionários qual a abrangência da unidade.

Além disso, no extremo nordeste da unidade, o limite da APAEAV disponibilizado pelo IEF [limite1] e dos setores censitários [limite 4] não condizem com a caracterização do decreto [limite 3], segundo a qual o limite deveria acompanhar o rio Jararaca. Ressalta-se que esse ponto da APAEAV tem uma importância paisagística e ambiental relevante que deve ser assistida nas questões de readequação dos limites. No rio Jararaca está localizada uma das cachoeiras da APAEAV com queda mais alta, a qual, juntamente com a Cachoeira das Setes Quedas, vizinha, compõem a paisagem local. Pelos limites 1 e 4 a Cachoeira da Setes Quedas seria o limite da APAEAV, excluindo o Rio Jararaca e a Cachoeira Jararaca. Enquanto que a caracterização do decreto já considera o Rio Jararaca, fazendo assim com que a cachoeira homônima seja abrangida pela unidade. Há que se ponderar qual seria a melhor escolha como limite.

Dessa forma, em determinados detalhes do limite percebe-se que critérios ambientais, socioculturais ou da paisagem não foram devidamente ponderados. Por outro lado, a escolha do Rio Jequitinhonha do lado oeste como limite parece ter sido

estratégica para inserir nascentes desse Rio e áreas de potencialidade turística e paisagística, como Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras no Serro.

Dessa forma, destaca-se a potencialidade de utilização dos setores censitários do IBGE como instrumento para a delimitação das APAs, a partir da possibilidade de utilização dos dados dos Censos Demográficos, mas ressalta-se a necessidade de atenção a outros parâmetros pertinentes, como fatores ambientais, elementos socioculturais, da paisagem e aspectos políticos.⁵⁰

4.2.3 Da formação, funcionamento e desafios do Conselho Gestor da APAEAV

O conselho da APAEAV foi implementado em 2011, sendo seu mandato de 2 anos. Até maio de 2014 esse conselho teve um total de 10 reuniões ordinárias e 1 extraordinária, com uma média de 4 a 5 reuniões por ano, desde sua criação.

Em 2013, o estabelecimento de novos processos burocráticos⁵¹ a nível estadual, a serem cumpridos pelos conselhos das unidades de conservação, ocasionou uma paralisação das atividades deste órgão colegiado e o fez ficar quase um ano fora de atividade (Conselho Consultivo da APAEAV, 2013, p. 01). A dificuldade desse conselho em cumprir as imposições institucionais implementadas, indica a ineficiência de regras criadas e impostas fora do âmbito de gestão da unidade, por servidores que desconhecem as dificuldades tanta da equipe gestora, quanto dos próprios conselheiros, que muitas das vezes são pessoas de origem simples, sem estudo e instrução. No final desse mesmo ano, as atividades do conselho foram retomadas.

⁵⁰ O IEF foi contatado e informado sobre o erro do decreto de criação em relação ao limite da UC. Houve um retorno do órgão, através do servidor contatado, que agradeceu a informação e afirmou que o documento terá que passar por uma revisão para sua adequação. Nesse contexto, acreditamos ser pertinente, também, que seja revisto junto à gerência da UC mudanças estratégicas nos limites desta área protegida, como forma de se aproveitar o processo burocrático que já se estabelecerá para a revisão do decreto.

⁵¹ Nova forma de cadastramento dos conselheiros, por meio da qual, uma série de documentos deveria ser entregue ao conselho para seu cadastro. Além da necessidade de repasse desses documentos ao setor jurídico da sede, o que atrasa a deliberação dos processos de criação e renovação dos conselhos, uma vez que é demandado mais tempo, pois é mais um setor para avaliar os documentos encaminhados.

Ressalta-se que na época de paralisação desse conselho, os seus membros estavam bastante engajados e na expectativa de um novo mandato que acabava de se iniciar com uma nova composição resultante de mudanças realizadas na composição inicial desse órgão colegiado. Essa alteração na composição do conselho foi fruto do amadurecimento dos próprios conselheiros e buscou criar um ambiente que permitisse reuniões mais proveitosas e melhor representatividade das comunidades, municípios e instituições localizadas na APAEAV.

A principal dificuldade da antiga composição era o grande número de instituições pertencentes ao conselho. Com a nova composição o número de organizações representadas na APAEAV passou a ser a metade. Na antiga composição havia 17 membros suplentes e 17 titulares, sendo que não necessariamente o membro titular e suplente eram da mesma instituição. Com a nova composição os suplentes passaram a ser da mesma organização, e então a o conselho passou a ter 17 organizações representadas na APAEAV.

O grande número de instituições pertencentes ao conselho, em um primeiro momento, pode parecer um fator positivo, mas na verdade, de acordo com as discussões realizadas no âmbito do conselho, era um complicador para praticidade desse órgão colegiado. Os encaminhamentos e discussões, na grande maioria das vezes, não eram repassados entre titular e suplente. Além de não haver comunicação (titular/suplente) de quem estaria presente na próxima reunião, o que ocasionava a ausência daquela “cadeira”, pelo fato de uma instituição achar que a outra a estaria representando, e por isso, não ter tanta preocupação em estar presente.

Além disso, os conselheiros expuseram nas reuniões a inviabilidade de que, por exemplo, uma prefeitura fosse titular da outra, pois consideravam que já era difícil a comunicação dentro das suas próprias instituições, por certo que era ainda mais complicada a comunicação com as demais organizações.

Muitas instituições entravam para o conselho, mas não participavam ativamente. Era comum que as do setor privado tivessem sua ida às reuniões condicionadas à pauta, se estivesse ou não relacionada às suas questões particulares. Outras do setor público marcavam presença por questões políticas, por

exemplo. Em ambos os casos, não raro, sua presença não garantia seu envolvimento nas discussões.

Isso tornava difícil a continuidade de discussões de um encontro para o outro, pois era recorrente que fosse gasto um tempo da reunião apenas contextualizando um ou outro sobre dúvidas e questões que já haviam sido colocadas até mesmo em mais de um encontro. É importante refletir que essa falta de compromisso e despendimento de tempo com repetidas informações causam um desgaste no conselho como todo. Sobretudo porque as entidades efetivas se sentem prejudicadas e desanimadas por não sentirem o avanço nas discussões.

Dessa forma, a maior contribuição da nova composição foi de que o suplente passou a ser da mesma instituição do titular, buscando facilitar o repasse de encaminhamentos entre os mesmos e possibilitando também a diminuição de instituições dentro do conselho. Além disso, a diminuição de entidades tornou possível a seletividade de instituições realmente interessadas em contribuir com a gestão do território como um todo. Por conseguinte, percebeu-se uma maior valorização das “cadeiras”. Instituições que permaneceram na composição passaram a ser mais efetivas em sua participação, do mesmo modo que entidades que ficaram de fora passaram a manifestar melhor seu interesse pelo conselho.

Outra mudança importante, diz respeito à suplência do presidente. Anteriormente era um servidor do Escritório Regional Alto Jequitinhonha – ERAJ que assumia o conselho na ausência do gestor da unidade. Porém, esse servidor muitas vezes não estava inteirado sobre as discussões. Dessa forma, na prática, algum funcionário administrativo da unidade que acabava por liderar as reuniões. Por isso o conselho achou pertinente que esse processo, que já ocorria, fosse oficializado por meio da sua alteração na redação da composição.

Outros segmentos de instituições que pouco participavam das reuniões perderam a obrigatoriedade de ter representação no conselho, como o poder legislativo e conselhos que atuam na região. Não obstante, foi mantida a possibilidade de participação desses segmentos, caso seja manifestado o interesse por alguma entidade.

A representatividade do conselho foi dividida em quatro segmentos: poder público municipal dos municípios de abrangência da unidade; comunidades de

moradores do interior da unidade; Organizações da Sociedade Civil e Órgãos Públicos Estaduais e Federais que tenham atuação em áreas afins à unidade. Essa separação permite maior articulação e cobrança de dedicação das representações, pois, cada segmento ficou responsável pela escolha das instituições que lhe representam, não só na posse do mandato, mas no caso de vacância de alguma “cadeira”.

Duas prefeituras a mais passaram a ser titulares, o que é muito positivo, tendo em vista a importância de atuação do poder público municipal para nessa UC e também considerando que a mesma abrange sete municípios. Também, a participação dos moradores ganha importância, com um segmento de representação específico das comunidades locais.

Com relação ao conteúdo das reuniões e os temas discutidos no âmbito do conselho gestor da APAEAV, foram categorizados por meio da análise de conteúdo das atas, sendo classificados em quatro categorias/temas: questões internas do próprio conselho; demandas trazidas pelos conselheiros - dúvidas, informações pertinentes à gestão do território; repasse de informações pela gestão da unidade; e outras questões da gestão ao MONAT⁵² que por ventura foram levantadas nessas reuniões, conforme Tabela 11, a seguir.

Tabela 11 – Análise das Atas do Conselho Consultivo da APAEAV

TEMAS							
	Questões internas do Conselho		Demandas dos Conselheiros: dúvidas, questões, etc.		Repasso de informações sobre gestão da APAEAV		Questões do MONAT
Data da Reunião	Temáticas abordadas						
21/06/2011	<ul style="list-style-type: none"> - Discussão do regimento interno do Conselho; - Apresentação da proposta de Brigada Voluntária para atuação na unidade. 						
20/07/2011	<ul style="list-style-type: none"> - Palestra sobre o funcionamento do Conselho e direitos e deveres dos conselheiros; - Esclarecimento sobre as novas atribuições do IEF a nível estadual. 						
21/11/2011	<ul style="list-style-type: none"> - Apresentação Plano de Ação 2012 da equipe da APAEAV; - Ocorrências de incêndios florestais e dificuldade de apuração dos responsáveis; - Questões de funcionamento interno do Conselho; 						

⁵² A inserção de questões relativas à gestão do MONAT nas reuniões do conselho da APAEAV ocorreu por diversos fatores, como pela utilização conjunta da mesma sede por essas unidades durante determinado período, pela gestão interina do MONAT pelo gestor da APAEAV, entre outros.

	<ul style="list-style-type: none"> - Desafios da gestão da APAEAV: educação ambiental, extração mineral (especialmente por areeiros), dificuldade de conciliar a produção rural com preservação, destinação de resíduos sólidos (especialmente a nível municipal); - Discussão sobre necessidade de contenção da invasão imobiliária na Várzea do MONAT; - Inauguração do Viveiro.
21/04/2012	<ul style="list-style-type: none"> - Informe sobre mudança do gestor da APAEAV; - Questões de funcionamento interno do Conselho; - Apresentação de novas estruturas e funcionários da APAEAV; - Necessidade de palestra sobre regularização das extrações de areia e supressão florestal na APAEAV; - Apresentação das atividades realizadas pela equipe da APAEAV; - Esclarecimentos sobre ICMS Ecológico;
16/08/2012	<ul style="list-style-type: none"> - Questões de funcionamento interno do Conselho; - Esclarecimentos sobre fomento florestal e APAs municipais e estadual da região; - Mobilização para reunião sobre regularização ambiental a ser realizada com Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Felício dos Santos; - Questionamentos sobre atuação da empresa de mineração HC8 na comunidade quilombola Mata dos Crioulos; - Apresentação das atividades realizadas pela equipe da APAEAV; - Desafio de apoio aos produtores rurais para desenvolvimento de produção sustentável.
28/11/2012	<ul style="list-style-type: none"> - Apresentação do projeto de proposta da reabertura da estrada que liga Capivari a São Gonçalo do Rio das Pedras; - Discussão das mudanças no Regimento Interno do Conselho; - Questionamentos sobre a possibilidade do conselho ser deliberativo ao invés de consultivo; - Apresentação do problema da extração descontrolada de lenha verde em Milho Verde; - Apresentação da idéia de um Seminário sobre a APAEAV em cada município.
03/01/2013 Reunião Extraordinária	<ul style="list-style-type: none"> - Apresentação do projeto de pesquisa mineral a ser implementado pela Anglo American em Santo Antônio do Itambé.
18/02/2013	<ul style="list-style-type: none"> - Candidatura e escolha das instituições do Conselho para Biênio 2013/2015; - Palestra sobre o funcionamento do Conselho; - Questionamentos sobre a possibilidade do conselho ser deliberativo ao invés de consultivo.
16/10/2013	<ul style="list-style-type: none"> - Informe sobre motivos de paralisação do conselho da APAEAV; - Informe sobre gestão interina do MONAT pelo gestor da APAEAV; - Ocorrências de incêndios florestais e informes sobre contratação de 13 brigadistas para APAEAV; - Necessidade de repasse de mapas e visita dos conselheiros aos limites da unidade para reconhecimento da área; - Apresentação das atividades desenvolvidas pelos funcionários (palestras, recuperação de áreas, atividades de educação ambiental, etc.); - Carências da unidade: Plano de Manejo, uniformes, recursos para manutenção de veículos, e material para construção de pontos de observação.
05/12/2013	<ul style="list-style-type: none"> - Necessidade de repasse de mapas e visita dos conselheiros aos limites da unidade

	<p>para reconhecimento da área;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Apresentação das atividades desenvolvidas pelos funcionários (palestras, recuperação de áreas, atividades de educação ambiental, etc.); - Ocorrências de incêndios florestais; - A pastagem como um problema local para preservação, e possibilidade de parceria com IMA e Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER, para trabalhar as questões relativas a pastagem nas comunidades; - A queima controlada como possibilidade para diminuição de incêndios florestais na região e necessidade da desburocratização do processo de solicitação da queima controlada para viabilizar sua utilização pelos moradores locais; - Questionamentos sobre autorização pelo Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, para pesquisa minerária na comunidade de Botafogo na APAEAV.
<p>13/05/2014 Reunião conjunta Conselhos APAEAV e MONAT</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Informes sobre mudança do gestor da APAEAV; - Apresentação das atividades desenvolvidas pelos funcionários (palestras, recuperação de áreas, atividades de educação ambiental, etc.); - Discussão sobre deliberações acerca da gestão do MONAT.

De acordo com a Tabela 11, no primeiro mandato (2011/2012), observa-se um grande número de discussões relativas às questões internas do conselho, quando foi importante a apreciação do regimento interno pelos conselheiros, assim como a realização de palestras sobre o funcionamento legal deste órgão colegiado.

Depois, há outro momento onde essas questões se tornam novamente pertinentes, na quando da renovação do mandato para o próximo biênio (reunião 18/02/2013). Essa retomada de discussões internas se faz necessária pela adesão de novas instituições, assim como pela troca de representantes de instituições que constituíam o conselho, o que ocorre eventualmente pela saída de funcionários nos órgãos.

Além disso, outra questão relativa ao funcionamento do conselho merece destaque. De acordo com a lei e decreto de regulamentação do SNUC, todas as unidades de conservação deverão ter um conselho gestor. Para ao grupo de UCs de proteção integral essa Lei já determina que os conselhos devem ser consultivos. Porém, para o grupo de uso sustentável, apenas para algumas categorias é apontado que tipo de conselho deverá ser implementado, se consultivo ou deliberativo. E no caso das APAs, não é imposta qualquer obrigatoriedade nesse sentido (BRASIL, 2000; BRASIL, 2002).

Nesse contexto, no âmbito do Conselho Gestor da APAEAV, que é consultivo, ocorreram questionamentos por parte de um conselheiro sobre a possibilidade de que esse conselho viesse a ser deliberativo (Tabela 11). Na última abordagem do

conselheiro a respeito da questão, o IEF se posicionou afirmando que a Assessoria Jurídica Geral do IEF seria consultada a respeito (CONSELHO CONSULTIVO, 2013b, p. 2). Nas reuniões subsequentes o conselheiro responsável pela pergunta não estava presente e por isso não houve retorno público aprofundado a respeito desse questionamento em reunião. Essa discussão nos parece nova no âmbito da gestão de APAs e Alt (2008) corrobora com essa afirmação. Segunda a autora, apesar dessa brecha na lei, em relação a não obrigatoriedade do tipo de conselho, “os conselhos de APA geralmente são consultivos.” (ALT, p. 29, 2008).

Ainda de acordo com a Tabela 11, com relação às demandas externas, o conselho tem funcionado como ocasião para divulgação de ações/projetos de outros órgãos (públicos, privados e da sociedade civil) na área da APAEAV, como: o estabelecimento de comunidades quilombolas, reabertura/implantação de projetos de construção de estradas, implantação de empreendimentos minerários, projetos de desenvolvimento rural, entre outros.

Além disso, muitas das demandas externas estão relacionadas à busca por esclarecimentos, com relação às legislações ambientais de uma forma geral e também, em situações específicas da APAEAV, como em relação a grandes empreendimentos na unidade. Essas discussões demonstram a importância do conselho enquanto oportunidade de sanar dúvidas dos moradores locais. Como exemplificado por depoimento de um conselheiro morador local, na reunião do dia 13 de maio de 2014: *“Nesses dois anos (de participação no conselho da APAEAV) o que eu tenho aprendido aqui... Eu aprendi muita coisa. Hoje sei chegar a minhas comunidades e entender e explicar alguma coisa das questões de meio ambiente, de APA, de monumento. Isso me trouxe conhecimento.”* (Informação Oral)⁵³.

Esse mesmo conselheiro que já vinha sanando dúvidas sobre a questão da extração mineral em outras reuniões conseguiu apresentar ao Conselho nessa mesma reunião, uma proposta estruturada de extração mineral a ser realizada de forma conjunta por sua comunidade (a ser protocolada no DNPM), o ocorreu por meio dos esclarecimentos obtidos em reuniões anteriores e só se tornou possível

⁵³ Depoimento do conselheiro na reunião do conselho gestor de 13 de maio de 2014.

pelo seu engajamento no Conselho da APAEAV. É interessante destacar que a extração em questão além de trazer benefícios para o meio ambiente, uma vez que diz respeito à retirada de areia em uma área de assoreamento do rio, trará benefício direto para os moradores, através da utilização da matéria prima para construção civil.

Esse caso demonstra a importância da existência de pessoas realmente engajadas no Conselho e no grupo social o qual representa. De nada adianta um conselheiro apático e passivo, que chega com problemas da sua instituição relativos à APAEAV, mas que muitas vezes desconsideram a gestão da unidade como um todo, buscando somente respostas imediatas para questões relacionadas à sua instituição.

Em virtude até da dificuldade de deslocamento dos conselheiros, considerando a distância entre os municípios, para que as reuniões sejam proveitosas é pertinente que a pauta proposta tanto pela gestão, quanto pelos conselheiros não venha somente com objetivo de polemizar uma questão defendida por seu interesse institucional, mas que seja objetiva e possibilite uma discussão proveitosa e se possível que provoque deliberações.

Para além das demandas de gestão da unidade que já existem e estão postas, é necessário que os conselheiros sejam proativos no sentido de trazer as demandas de seus grupos sociais e mais, como no caso exemplificado, que tomem a iniciativa de fazer sua parte para a resolução do problema. Somente dessa forma, fica viável que este espaço sirva para o estabelecimento de parcerias e de deliberações das ações e responsáveis para que o objetivo seja alcançado.

Com relação às questões relativas ao MONAT, em primeiro lugar, cabe a observação de que tendo em vista a gestão das duas unidades na mesma sede e distrito durante dois anos (2011/2, 2012, 2013/1); associado à dificuldade da população de uma forma geral na compreensão das diferenças entre as categorias de UCs; e entre as diferentes obrigações institucionais do mesmo órgão ambiental; é surpreendente que tenha ocorrido somente dois momentos em que houve

manifestação sobre o MONAT no conselho da APAEAV⁵⁴. Isso aponta para um entendimento geral dos conselheiros sobre a diferença entre as unidades, o que a princípio, já é muito importante.

Conforme Tabela 11, a primeira manifestação sobre o MONAT no conselho da APAEAV ocorre na reunião do dia 21/11/2011, momento em que o MONAT encontrava-se ainda sem conselho. A temática dizia respeito à expansão abusiva e indiscriminada dos loteamentos na área da Várzea da unidade, desde sua criação, em junho de 2011. Apesar da tentativa de contenção e das medidas legais cabíveis até hoje a questão ainda não está de todo resolvida legalmente.

O outro momento de manifestação sobre o MONAT acontece quando a unidade passa a ficar sem gestor, com a saída em um primeiro momento do seu gerente e em seguida, do gerente da APAEAV que permaneceu realizando a gestão interina dessas unidades durante um determinado período de tempo. Essa manifestação sobre o MONAT veio justamente pela reunião dos dois conselhos ocorrerem no mesmo dia, a demanda nesse momento era: quem irá disponibilizar o gerente para a unidade? A prefeitura? O estado? Como a unidade ficará amparada até que essas decisões sejam tomadas?

Essa demanda ocorreu principalmente pelo atentado ao presidente do Instituto Milho Verde, Luiz Antônio Ferreira Leite⁵⁵. Nesse momento o MONAT já estava sem gestão e de acordo com as discussões no Conselho, o IEF não enviou outro servidor concursado para assumir o cargo de gerente, por questões de segurança dos servidores, tendo em vista o ocorrido. A opção apresentada e discutida, então, foi da contratação pela prefeitura de um morador local para gestão da unidade. O encaminhamento feito foi de agendamento com responsáveis pelo legislativo, executivo e comunidade para discussão das providências a serem tomadas. (Informações orais⁵⁶).

⁵⁴ Pode ter havido outras manifestações sobre o MONAT, porém, para a análise foi considerado o texto das atas uma vez que representam a essência do que foi discutido na reunião.

⁵⁵ Luiz Fernando Ferreira Leite, é Presidente do Instituto Milho Verde e desenvolvia atividades sociais, culturais e de preservação da natureza na região: Mais informações: <<http://www.institutomilhoverde.org.br/>>:

⁵⁶ Discussões realizadas no âmbito do conselho em reunião do dia 13 de maio de 2014.

A temática: *repassa de informações pela gestão no conselho*, geralmente diz respeito ao momento das reuniões onde a equipe gestora apresenta as atividades desenvolvidas pela equipe desde a última reunião, com objetivo de inteirar os conselheiros sobre a gestão da unidade. Assim como, também, é um momento de trazer aos presentes um panorama da atual situação da unidade, no que diz respeito às suas dificuldades de implementação e até mesmo para busca de parcerias. Entre esses temas apresentados, alguns se destacam, seja pelos números de ocorrências nas reuniões ou pela importância para a UC, como: as questões relativas aos incêndios florestais, a evolução/involução de recursos humanos e materiais da gestão da unidade, mudanças de gestores, situações de extração mineral e vegetal descontrolada.

Além disso, há inserção de outras questões mais pontuais como: a construção da estrada entre Capivari e São Gonçalo do Rio das Pedras, distritos do Serro. A situação diz respeito à reabertura de uma estrada desativada que ligava as duas comunidades, São Gonçalo do Rio das Pedras e Capivari. A discussão para a obra foi tomada por moradores locais e representantes municipais. Alguns apontam que a estrada teria fins de servidão, ou seja, seria construída com o único objetivo de melhorar o deslocamento dos moradores.

É importante contextualizar que a presidente da Associação Pró-Melhoramentos de Capivari (que seria o distrito principal emissor dessa estrada) aponta que a comunidade tenha no dia da reunião do conselho (28/11/2012) somente 25 veículos, entre motos e carros e que o principal benefício de servidão seria para o deslocamento de alunos. Enquanto que há outra vertente que contribuiu para retomada do projeto de reabertura da estrada aponta os aspectos históricos, culturais e ambientais da via e defende seu usufruto turístico, através da elaboração de um projeto de estrada parque. E há ainda os que acreditam que a obra serviria aos dois propósitos.

Intensas discussões têm sido realizadas a respeito da gestão dessa via, uma vez que a comunidade estaria abrindo uma nova entrada, além do fato de que a estrada passaria dentro do MONAT, o que representaria um risco para essa unidade, uma vez que é de proteção integral. Nas discussões no âmbito do conselho da APAEAV ficou evidente que ainda não há um consenso entre todos os envolvidos

sobre a que fim se destinaria a retomada da estrada, assim como, quem se responsabilizaria por sua gestão.

Percebe-se que à medida que o Conselho da APAEAV começa a fortalecer-se, por meio do empoderamento dos conselheiros, bem como por meio da resolução de questões internas/burocráticas (necessárias) da implementação do próprio conselho, as reuniões começam a ser cada vez mais produtivas para a gestão da unidade, com mais espaço para demandas das comunidades e para o repasse de informações pela gestão (Tabela 11). Por fim, de modo geral, o conselho tem servido como espaço de disseminação de informações acerca da unidade, de outras questões ambientais e tem havido um equilíbrio entre o atendimento de demandas externas, vinda dos conselheiros e de questões colocadas pela gestão.

4.2.4 Desafios de Gestão

Por meio das atas do conselho foram identificadas como as principais dificuldades de gestão da unidade: os incêndios florestais, a insuficiência de recursos humanos e materiais da gestão da unidade, e, a extração mineral e vegetal. Abaixo esses desafios de gestão são contextualizados.

Em 2012 a APAEAV esteve entre as unidades estaduais com maior ocorrência de incêndios florestais, o que justificou a contratação de 13 brigadistas para essa UC no ano posterior, conforme Quadro 8, na página 134.

Em 2012, ocorreu um total de 32 combates dentro da APAEAV e um total de 618,15 hectares de área queimada registrados (SOUZA, 2013). No ano de 2013 houve um aumento do número de focos de incêndios registrados pelos funcionários: 72 focos de incêndios⁵⁷, assim como da área queimada: 833,1117 hectares (FERNANDES *et al*, 2014).

Nos dois anos, os focos de incêndios estiveram concentrados principalmente na região perto das comunidades de Milho verde, Chacrinha, Jacutinga e Capivari Mas em 2012, há uma concentração também nas proximidades das comunidades de

⁵⁷ O relatório de atividades anual de 2013 da APAEAV, aqui referenciado: FERNANDES, *et al* 2013, não deixa claro se houve combate em todos os 72 focos de incêndio, ou se em alguns desses foi realizado somente o rescaldo ou a identificação do foco.

Algodoeiro e Condado (SOUZA, 2013; FERNANDES *et al*, 2014). Para a gestão da unidade o aumento do número de combates e focos identificados está relacionado principalmente à contratação da brigada voluntária em 2013, que facilitou a identificação dos focos, assim como possibilitou uma resposta a um maior número de incêndios pela equipe (Informação oral⁵⁸).

Souza (2013, p. 83) afirma que “em uma área tão extensa, e sem apoio de funcionários em diferentes pontos estratégicos, é praticamente impossível identificar todos os focos de incêndios.” O que corrobora com a visão do gestor de que o aumento contingencial dos recursos humanos colabora para permitir um levantamento mais fidedigno do número de focos de incêndio na unidade.

Por outro lado, com a contratação dos brigadistas/funcionários acredita-se que os conflitos sejam amenizados e as parcerias entre os moradores e a unidade seja exaltada. Por isso, é provável que os resultados de focos de incêndios para o ano de 2014 evidenciem uma diminuição dos incêndios, por meio da percepção dos moradores dos benefícios econômicos da unidade e de maior conscientização da necessidade de queima controlada, resultado da contratação direta de seus membros familiares.

Outras questões relacionadas aos incêndios florestais são colocadas no âmbito das reuniões do conselho da APAEAV. A dificuldade de responsabilização do suspeito é uma delas. A polícia militar pode e deve ser acionada no caso de flagrante do responsável. Porém, na grande maioria das vezes não são identificados responsáveis na hora do combate. Nos casos de terras particulares, os proprietários podem responder legalmente pelo crime, caso não tenham a autorização da queima controlada. Em outros casos, a obrigação de perícia do incêndio é da Polícia Civil, que deve tentar identificar o suspeito, posteriormente.

De acordo com relatos nas reuniões do Conselho Gestor, as principais dificuldades para responsabilização dos culpados são: a identificação do proprietário pelo terreno, que muitas vezes não é possível de ser encontrado ou não tem registro da terra; e em alguns casos ainda, o próprio proprietário do terreno que faz a

⁵⁸ Informação repassada pelo gerente para o conselho consultivo na reunião do dia 13/05/2014.

denúncia alegando que um segundo indivíduo que colocou o fogo. Porém, de acordo com o gerente da unidade essa declaração não exime o proprietário de responder pelo crime, uma vez que este é o responsável pelo terreno (CONSELHO CONSULTIVO, 2013, p. 2).

Nesse sentido, nessa mesma reunião foi discutido e acertado pelos conselheiros que seria feito um documento a ser assinado pelo conselho solicitando à Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD de Minas Gerais a autorização para que os próprios funcionários da unidade concedessem a autorização da queima controlada. De acordo com os depoimentos no conselho essa desburocratização da autorização aumentaria o número de licenças solicitadas e diminuiria a ilegalidade, possibilitando que a equipe acompanhasse de perto as queimadas realizadas, evitando assim que essa queimada controlada se torne um incêndio florestal⁵⁹ (CONSELHO CONSULTIVO DA APAEAV, 2013, p. 2).

Até então, o Código Florestal de Minas Gerais de 2013 permitia a autorização pelos gestores das unidades de conservação de uso sustentável, porém, esse processo deveria ocorrer de acordo com o Plano de Manejo (MINAS GERAIS, 2013a), que não era o caso da APAEAV, que ainda não possui esse documento. Com efeito, ou não, do documento do Conselho consultivo da APAEAV prometido, em maio de 2014 é publicada a Resolução Conjunta SEMAD/IEF nº 2075 que autoriza o IEF a expedir a licença da queima controlada de acordo com essa legislação.

Essa desburocratização poderá auxiliar o trabalho da gestão da unidade junto aos moradores que necessitam do uso do fogo para suas atividades rurais, diminuindo assim a criminalização e a incidência de incêndios florestais na APAEAV.

⁵⁹ Queimada controlada é a queimada realizada pelo proprietário com todos os cuidados previstos legalmente, como: retirar a licença para queima no órgão responsável (no caso de Minas Gerais, a SUPRAM), fazer o aceiro no local a ser queimado, ter recurso humano devidamente equipado com materiais de proteção individual para o combate, caso seja necessário. Na zona rural da região é comum esse tipo de queimada para limpeza do terreno para plantio de produtos agrícolas e especialmente, para o plantio de *braquiaria* para pastagem. Os incêndios florestais por sua vez são focos de incêndios que não estão sob o controle de quem os colocou. Podem ter sido motivados: por queimadas sem os devidos cuidados legais de contenção e que por isso podem ter saído do controle; bingás de cigarro acesas ou outros materiais atirados ao ambiente; entre outros. Esses incêndios são considerados ilegais e prevêm responsabilização do responsável. E há ainda casos de incêndios motivados por piromaniacos.

Também, a insuficiência de recursos humanos e materiais é uma dificuldade enfrentada pela gestão das unidades de conservação no Brasil. No caso da APAEAV, (como também de outras tantas UCs) as demandas são inclusive relacionadas a materiais básicos, como uniformes e veículos (CONSELHO CONSULTIVO, 2013, p.2).

A APAEAV passou praticamente 10 anos sem nenhum tipo de gestão direta à unidade. A chegada do gestor foi o primeiro passo tomado para a implementação da unidade e ocorreu em 2008. Desde então, a UC teve cinco gestões, uma de 2008 à 2009, outra de 2009 a 2010, uma de 2010 a 2011, outra de dezembro de 2011 a maio de 2014 e a atual gestão que acaba de assumir a unidade, conforme Quadro 8. Essas mudanças de gestão podem estar relacionadas ao fato do gestor ser um servidor do IEF que passou em um concurso público, mas que não é da região. Eventualmente esse tipo de servidor solicita transferência pela necessidade de residir em outro local, mais próximo aos seus membros familiares.

No momento da primeira gestão, a unidade ainda não contava com nenhum tipo de infraestrutura. Após a chegada desse servidor, e em seguida do outro, que já no próximo ano assume a gestão da unidade, inicia-se a disponibilização de recursos para essa área protegida, como demonstrado no Quadro 8, a seguir.

Quadro 8 – Evolução dos recursos humanos e materiais na APAEAV

Período das gestões	Recurso Humano	Recurso Material
1998 a 2008 - sem gestão	Não havia recurso humano específico da unidade, as decisões e deliberações da unidade eram feitas por servidores do IEF do ERAJ.	Não havia recurso material específico da unidade.
1ª gestão - 2008 a 2009	- Gerência: 1 servidor concursado do estado.	Não havia recurso material específico da unidade.
2ª gestão - 2009 a 2010	- Gerência: idem ao anterior.	- Veículo: 1 carro; - Sede: Não havia, o núcleo do IEF no Serro era utilizado como apoio.
3ª gestão - 2010 a Nov/2011	- Gerência: idem ao anterior; - Funcionários Permanentes: (2) 1 cedido pela Prefeitura M. de Santo Antônio do Itambé e 1 cedido pela Prefeitura M. do Serro.	- Veículo: Idem ao anterior; - Sede: sede em Milho Verde, cedida pela Prefeitura M. do Serro; - Outros recursos: computadores, GPS, máquina fotográfica, material de combate a incêndio, rádios de comunicação, mobiliário do escritório, etc.
4ª gestão - Dez/2012 a Mai/2014	- Gerência: idem ao anterior; - Funcionários Permanentes: (5) 2 - idem anterior; 3 terceirizados pelo IEF; - Funcionários temporários: 13 brigadistas - contratados por 5 meses.	- Veículo: 1 carro e 1 moto; - Sede: Idem anterior. - Outros recursos: Idem anterior.

5ª gestão – Gestão atual	- Gerência: idem ao anterior; - Funcionários Permanentes: (5) 2 - idem anterior; 3 terceirizados pelo IEF; - Funcionários temporários: 20 brigadistas - contratados por 5 meses.	- Veículo: Idem ao anterior; - Sede: Idem anterior; - Outros recursos: Idem anterior.
-----------------------------	--	---

Fonte: Informações orais de servidor do IEF em Maio de 2014.

Ao que parece, a disponibilização de servidores foi o primeiro passo a ser tomado para implementação da unidade e acabou sendo a motivação para obtenção de recursos materiais, que chegam à unidade de forma lenta e gradual, e que segundo Ávila (2014) continuam sendo insuficientes para a gestão dessa unidade de conservação.

O apoio das Prefeituras, especialmente da Prefeitura M. do Serro, foi essencial para possibilitar o avanço nas condições mínimas de trabalho na APAEAV, como o aumento do recurso humano e a disponibilização da sede da unidade. À medida que se aumenta as possibilidades de trabalho, torna-se de fato possível executar ações de implementação da unidade e trazer resultados da gestão, o que, por sua vez, irá evidenciar e fomentar a necessidade de melhoria no quadro de pessoal e nos recursos materiais, que vem melhorando principalmente nas 3 últimas, das 5 gestões da unidade.

Apesar da APAEAV ter passado por todas essas gestões, Ávila (2014) ressalta, na sua pesquisa de análise da efetividade de gestão das UCs do Mosaico do Espinhaço: Alto Jequitinhonha- Serra do Cabral, que essa unidade teve uma nota de efetividade de gestão considerada satisfatória (55%), especialmente se comparada à nota de outras unidades que tinham gestões mais antigas. Esse autor considera que a idade de gestão ou de criação da unidade não é indicativo para o nível de implementação. Essa afirmação é feita com base em sua pesquisa, a qual apontou unidades criadas no mesmo ano apresentaram níveis de efetividade muito díspares. Ao mesmo tempo, unidades criadas mais recentemente que outras apresentam níveis de estrutura superior ou similar que as criadas anteriormente.

O extrativismo mineral e vegetal representam também grandes desafios para a gestão da APAEAV. Nessa unidade os dois tipos de extrativismo ocorrem em variados níveis: de ações individuais ou comunitárias para usufruto familiar a grandes empreendimentos. Algumas atividades extrativas da região são práticas

passadas de geração em geração, como: o garimpo, a extração de sempre-vivas e a coleta de lenha.

Com relação à extração vegetal, historicamente a parte leste da APAEAV sofreu muito com a retirada de espécies do bioma Mata Atlântica para produção do carvão e para utilização do ambiente para pastagem. A proteção desse bioma é resguardada pela Lei Federal 11.428 de 2006, mas ainda hoje ocorrem ações que não condizem com as normas de proteção estabelecidas.

No Bioma Cerrado, trabalhos desenvolvidos pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri na comunidade de Capivari na APAEAV na tentativa de cultivo das Sempre-Vivas apontam para a necessidade de manejo dessa espécie vegetal.

Souza e Ávila (2012) apontam para a necessidade de manejo de recursos, no contexto da extração madeireira para lenha. De acordo com a pesquisa realizada, houve um aumento do esforço para obtenção de lenha seca, pela escassez dessa forma material disponível no ambiente, o que contribui para a utilização de recursos madeireiros verdes para pela população, sem o devido manejo adequado. Entende-se que essa realidade não é pontual da área pesquisada, mas é uma realidade em diversos pontos da unidade. Também apontando para a necessidade de manejo do recurso natural. Nesse sentido, destacam-se que dos três municípios que detêm os maiores valores de produção de lenha na região do Mosaico, dois, Rio Vermelho e Serro estão localizados dentro da APAEAV (ÁVILA, 2014).

A silvicultura (eucalipto) já é deliberadamente disseminada em outros municípios da região, como Itamarandiba, chega ocupando significativas extensões de terras de grandes proprietários e também, como alternativa de uso para pequenas propriedades, na região da APAEAV (ÁVILA, 2014; AZEVEDO *et al*, 2009).

Ademais, não há outros documentos oficiais ou técnicos relativos ao monitoramento dos recursos vegetais específicos sobre a APAEAV, o que se configura um campo de pesquisa a ser explorado, em benefício dessa UC.

Na região, a extração mineral ocorreu a princípio pelo retirada do ouro e diamante, que posteriormente sofreram restrições da legislação ambiental. Porém, essas e outras extrações minerais ainda ocorrem de forma ilegal, muitas vezes

sendo motivadas, no olhar dos moradores, como relatado nas reuniões do conselho, pela burocracia dos processos de licença a que os moradores estão submetidos.

A demanda por areia para construção civil, por exemplo, é comum nas comunidades onde o turismo se desenvolveu intensamente, como Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras, fruto da especulação imobiliária. Assim como em locais com potencial turístico, onde o turismo ainda ocorre de maneira menos impactante, mas que já gera visibilidade para o local, como em Capivari. Essa visibilidade além de atrair pessoas de fora para moradia no local gera aos moradores expectativa de usufruto do turismo para geração de renda, o que por sua vez condiciona aos moradores o desejo de construir casas para aluguel, fenômeno comumente observado em outras localidades turísticas. Em alguns desses casos, a condição econômica dificulta a compra da matéria prima e até mesmo a ida do morador a cidade para retirada de licença para extração, o que faz com que essa atividade seja desenvolvida muitas vezes de forma ilegal.

Além disso, processos legalizados de mineração, junto ao DNPM, já se encontram em vigor em municípios da região, como Conceição do Mato Dentro. E, não com a mesma intensidade, mas em diferentes níveis e fases de aproveitamento, na APAEAV, nos municípios de Serro, Santo Antônio do Itambé e Diamantina, abrangendo diferentes substâncias (Figuras 103 e 104).

Observa-se que a grande maioria dos processos está localizada nas proximidades dos limites da unidade, excluindo assim, a área do PEPI e também áreas de difícil acesso na APAEAV, como a Chapada do Couto.

O minério de ferro é o principal mineral dentre esses processos (Figura 103), porém, muitos são relativos a estágios preliminares de regime de aproveitamento, como autorização e requerimento de pesquisa. Assim como, algumas dessas áreas são relativas a processos de disponibilidade, ou seja, onde já foi realizada a pesquisa e o empreendimento responsável não deu prosseguimento ao processo de extração, seja por sua decisão ou por decisão do DNPM a partir de alguma irregularidade (BRASIL, 1996).

Nas proximidades da comunidade de Milho Verde, no sudoeste da APAEAV em uma pequena área, é observada a existência de um processo na fase de

requerimento de extração de areia, em consonância por essa forma mineral já citada.

É evidente a predominância de processos mais avançados no leito do rio Jequitinhonha, o qual acompanha o limite da APAEAV a oeste. Nas proximidades da comunidade Santa Cruz há um processo na fase de Lavra Garimpeira referente também à extração de areia. Próximo à comunidade do Val há um processo de requerimento de lavra referente a conglomerado, onde é encontrado o diamante.

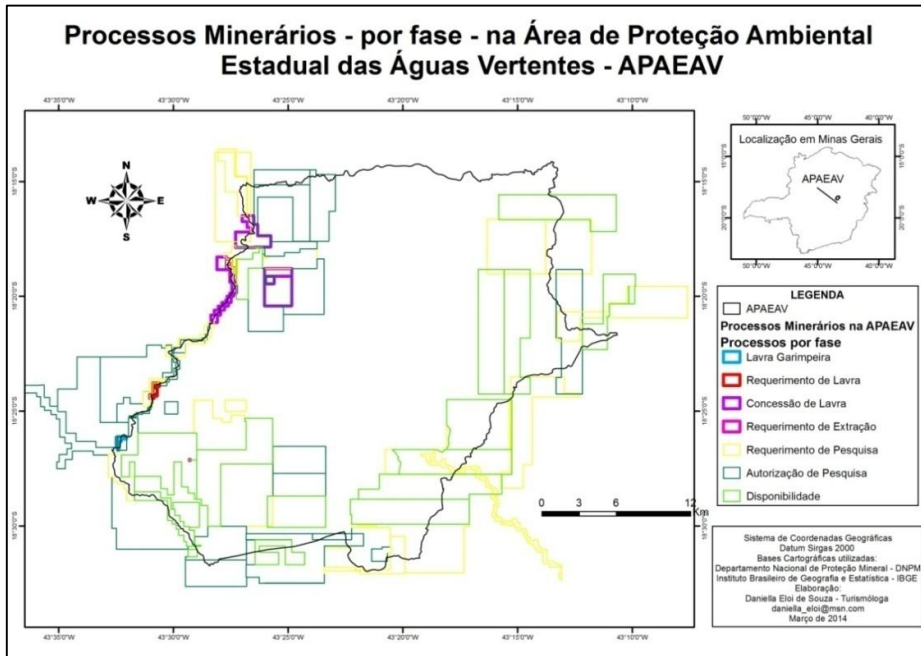
Na região noroeste da unidade observam-se alguns processos em estágio de Concessão de Lavra. Sendo que, aqueles localizados às margens do rio Jequitinhonha são processos de extração de ouro, enquanto os localizados dentro da unidade, que também estão nessa fase de pesquisa, são processos de extração do manganês.

Ademais, os outros processos existentes na APAEAV que abrangem as demais substâncias estão em estágios mais preliminares de regime de aproveitamento desses recursos, como disponibilidade, autorização e requerimento de pesquisa. Porém, alguns desses empreendimentos, podem já ter realizado intervenções significativas junto ao meio ambiente, a depender da licença ambiental retirada junto à Secretaria de Meio Ambiente do Estado através da Superintendência Regional de Regularização Ambiental - SUPRAM, órgão que define obrigações aos empreendedores minerários no caso desses estágios de intervenção.

Cabe observar que essas intervenções apontam a potencialidade para extração mineral na unidade. Além de abranger quase toda a área da APAEAV esses processos são aqueles que estão legalizados junto ao DNPM, que não são a totalidade das intervenções realizadas na unidade.

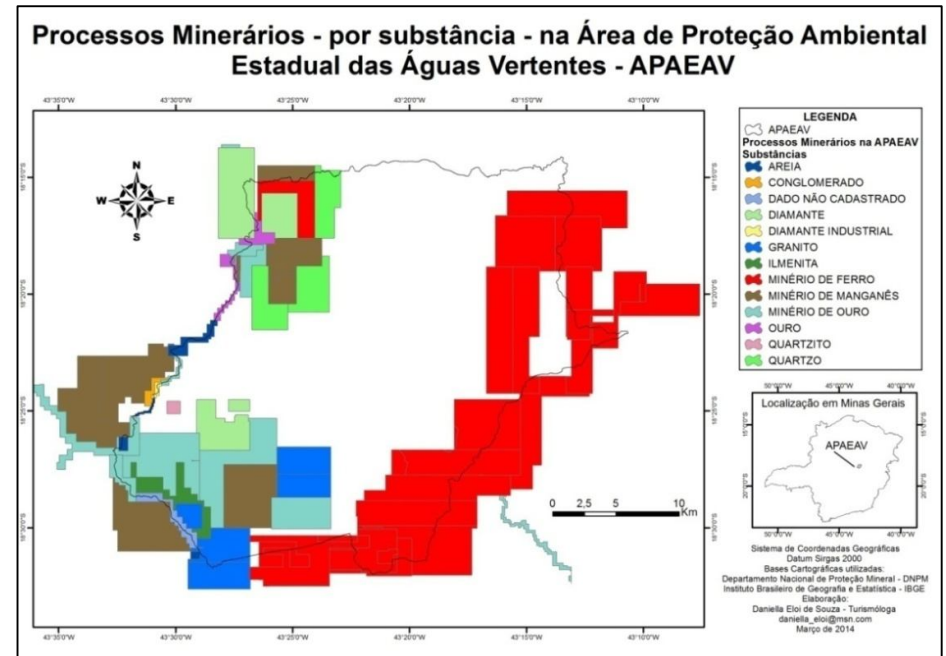
Essas intervenções legais muitas vezes são realizadas por grandes empreendimentos minerários externos a comunidade. Dessa forma, é comum que o morador que ainda não tem facilidade para requerer junto aos órgãos responsáveis os processos de licença se sinta prejudicado ao presenciar grandes intervenções ocasionadas pelos empreendimentos minerários ao meio ambiente.

Figura 103- Processos Minerários – por fase - na APAEAV



Fonte: Elaboração própria a partir da base cartográficas do IBGE e DNPM.

Figura 104 –Processos Minerários – por substância – na APAEAV



Fonte: Elaboração própria a partir da base cartográficas do IBGE e DNPM.

4.3 ANÁLISE DE CONTEÚDO: A APA ESTADUAL DAS ÁGUAS VERTENTES DO PONTO DE VISTA DOS MORADORES

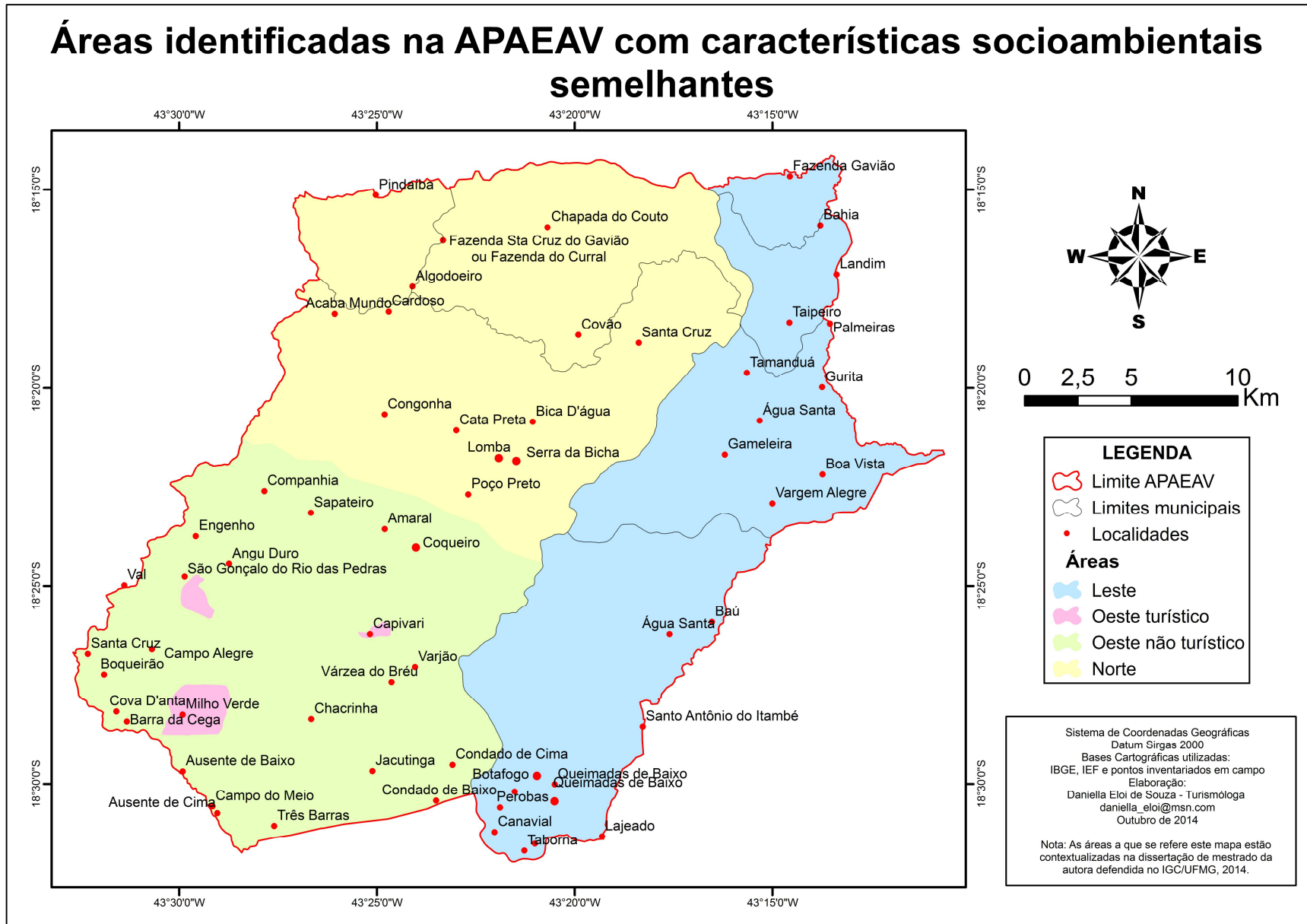
Esse capítulo se dispõe a examinar os discursos dos moradores, com objetivo de conhecer sua percepção sobre a área e a gestão da APAEAV. Foram utilizadas três categorias para análise de conteúdo das entrevistas realizadas: as características e mudanças socioambientais da área de abrangência da unidade; a geração de renda atual e sustento familiar dos moradores; e por fim, a percepção dos moradores sobre a APAEAV, enquanto UC.

Muitos discursos são coincidentes em todo território da APAEAV, porém, claramente, outros se manifestam de forma mais contundente em algumas áreas da UC, em comparação a outras. Portanto, na análise dos discursos, algumas questões remetem a realidade da APAEAV como um todo; outras foram discutidas a partir das suas diferenças em quatro áreas com características socioambientais semelhantes identificadas na unidade. Dessa forma, antes das discussões da análise de conteúdo das entrevistas, esse zoneamento revelado é apresentado a seguir.

4.3.1 Áreas com características socioambientais semelhantes

Quatro áreas com características socioambientais semelhantes foram identificadas na APAEAV e foram denominadas no contexto geográfico da presente pesquisa como: **Norte, Leste, Oeste Turístico e Oeste não turístico**, conforme figura 105.

Figura 105 - Mapa de áreas com características socioambientais semelhantes



A área **Norte** abrange os setores 0, 1, e parte do setor 11. Estão inseridas nessa área as localidades da APAEAV que popularmente são conhecidas como pertencentes à Mata dos Crioulos, e outras próximas a essas: Pindaíba, Acaba Mundo, Cardoso, Algodoeiro, Fazenda Santa Cruz do Gavião, Chapada do Couto, Covão, Santa Cruz, Congonha, Cata Preta, Lomba, Bica D'água, Serra da Bicha e Poço Preto.

São características socioambientais dessa região da APAEAV: relevo acidentado, que juntamente com ausência de infraestrutura condicionam o difícil acesso; baixa densidade demográfica; as localidades não tem aglomerados de casas, as residências são bastante dispersas umas das outras; comum características culturais como: uso de lapas, casas de foro de palha e paredes de barro; predominância do bioma cerrado, com ocorrência de campos rupestres; comum existência de casas de segunda residência dos moradores nas cidades; perda de manifestações culturais.

A área **Leste** da APAEAV abrange os setores 2, 3, 4, 5 e 6; e as localidades: Fazenda Gavião, Bahia, Taipeiro, Palmeiras, Tamanduá, Gurita, Água Santa, Gameleira, Boa Vista, Vargem Alegre, Baú, Água Santa, Santo Antônio do Itambé (sede municipal), Botafogo, Queimadas de Baixo, Queimadas de Cima, Perobas, Canavial, Taborna e Lajeado. São características socioambientais dessa região da APAEAV: vertente do rio Doce; remanescentes do bioma Mata Atlântica; fazendas de criação extensiva de gado e de silvicultura; maioria das localidades tem aglomerados de residências com características de pequenas propriedades rurais; é comum plantio de culturas base do sustento familiar (milho, feijão, mandioca); e também, é muito comum a saída de membros familiares para prestação de serviços em fazendas, mineradores e outras empresas na região e em grandes centros; ausência de manifestações culturais.

A área **Oeste Turístico** abrange os setores 8, 10 e a comunidade Capivari no setor 11. São características socioambientais dessa área: bioma Cerrado; vertente do rio Jequitinhonha; melhor infraestrutura na APAEAV (transporte, saúde e educação); atividade turística consolidada; conservação de manifestações culturais; especulação imobiliária; comércio e prestação de serviços mais desenvolvidos do restante da UC.

Por fim, a área aqui denominada **Oeste não Turístico** abrange as comunidades do entorno do **Oeste Turístico**. Abarca os setores: 7, 9, 11, 12 e 13 e as localidades: Condado de Cima, Coondado de Baixo, Jacutinga, Três Barras, Campo do Meio, Ausente de Cima, Ausente de Baixo, Barra da Cega, Cova D'anta, Chacrinha, Várzea do Breu, Varjão, Boqueirão, Santa Cruz, Campo Alegre, Angu Duro, Engenho, Companhia, Sapateiro, Amaral e Coqueiro. São características socioambientais dessa região da APAEAV: bioma Cerrado; vertente do Rio Jequitinhonha; carência de infraestrutura (transporte, saúde e educação); atividades econômicas ligadas direta e indiretamente ao turismo.

4.3.2 Características e mudanças socioambientais

As mudanças ocorridas na APAEAV ressaltadas pelos entrevistados é similar as teorias do “novo rural brasileiro” defendido por Froehich e Diesel (2009), Wanderley (2009), Schneider (2009) e Etges (2001) e alguns aspectos assemelham-se com as propostas de ações para fomento do desenvolvimento rural por Etges (2001) apresentados no subitem 3.3 *A Sociedade Rural no Brasil*. Foram identificadas características e mudanças socioambientais relacionadas aos moradores, ou seja, às pessoas do lugar: modos de vida, atividades, fortalecimento social e êxodo; e também, relacionadas ao local, ou seja, à área de abrangência da UC: infraestrutura e aspectos da paisagem e dos recursos naturais, apresentados a seguir.

4.3.2.1 Das pessoas

Na APAEAV o modo de vida passado ao longo de gerações está muito relacionado às questões de trabalho. Dentre essas atividades desenvolvidas, o garimpo e a agricultura têm significativa importância histórico-cultural. Essas atividades além de impregnarem aspectos comuns de modo de vida aos moradores, também, eram as atividades econômicas que juntas representaram a base do sustento familiar em toda região da APAEAV durante um determinado período histórico, conforme ilustrado pelo trecho da entrevista: “A vida do pessoal do lugar era planta e garimpo, que trabalhava, né.” (Entrevista realizada com morador em Março, 2014).

O garimpo é uma atividade econômica desenvolvida na região desde o

século XVIII e se consolidou como principal trabalho dos moradores da região, durante determinado período histórico, conforme depoimentos: “Ah, antigamente a gente vivia mais é, de, do garimpo.”; “Trabalhava com o garimpo, era no garimpo.”; “Aí, garimpo, a maior parte vivia era de garimpo.”; “De 1984... mexeu só com garimpo.”; “É... Antigamente, é, no início né das comunidade o povo vivia era do garimpo né? Até mais ou menos 90 o povo tinha muito... garimpo...”; “Os homens pros garimpos.”; “Os marido saía pro garimpo.”; “Durante o tempo da seca, as pessoas ficavam é... no garimpo.” (Entrevistas realizadas com moradores em 2013 e 2014).

Percebe-se que os maridos eram os principais membros familiares a se envolver na atividade, enquanto as mulheres ficavam responsáveis pela casa e filhos, realizando a produção agrícola. Todavia, em muitas localidades, foi recorrente o depoimento das mulheres sobre sua participação nessa atividade.

De acordo com os moradores, em um primeiro momento o garimpo foi desenvolvido manualmente, nas próprias comunidades, como ilustrado pelo depoimento:

“Trabalhava aqui e tinha gente que saia pra fora também. Mas era mais aqui.[...] No rio trabalhava com roda, assentada. Não era motor não. De primeiro não usava motor não. Fazia uma roda muito grande, fechava o rio, agora... fazia o rego e fazia a bica pra joga água na roda, né. A roda... rodava, tinha o balancete pros baços... do lado pra puxar água nos canudo né. Agora tinha as pessoa que trabalhava pra catiá. Era carregando corumbé na cabeça pra catiá. Cata no rio... Cercava aquele pedaço do rio e agora ali, ia carregando a terra na cabeça... Aquela canjica ia jogando fora até alcançar o cascalho no fundo. Agora, alcançava o cascalho, amontoava pra fora, pra depois... ir bater... pra caçar o Diamante. Achava poquim, mas achava. Depois eles proibiu de trabalhá no rio, foro trabalhá na grupiara. Peneirava o paíó na grupiara, agora, puxava para o rio e ia bateno...Era com mais dificuldade... Era mais sofrimento, né. Tinha que trazer lá no alto da grupiara pra beira do rio. Quem tinha animal, puxava no animal e quem não tinha animal, puxava na cabeça.” (Entrevista realizada com morador em março, 2014).

Depois com o aparecimento das bombas para extração dos Diamantes, muitos trabalhadores começaram a procurar os locais de trabalho onde essa tecnologia já existia. Por conseguinte, em outro momento, as bombas chegam também às pequenas comunidades, conforme relato:

“Uai eles trabalhava, no... de início eles trabalhava por aqui. Mas depois, eles trabalhava ali na região de Diamantina. No... no Jequitinhonha. É... Quando veio saindo as bomba, as draga, eles ia pra Diamantina, onde o Jequitinhonha era maior. É, aí quando foi nos anos 90 eles já vieram com... 80 e pouco 90... Eles já vieram com as bomba pro rio menor...” (Entrevista realizada com morador em Março, 2014).

A fiscalização ao garimpo, a exploração desmedida que fez com que

diminuísse significativamente os minerais disponíveis e as repercussões sociais e ambientais dessa atividade obrigaram muitas famílias a abandoná-lo, como pode ser observado pelos depoimentos:

“Depois o garimpo foi enfraquecendo. [...] O pessoal já foi abandonando o garimpo próprio de... conta própria. [...] Aí já passou de abandonar o garimpo.” (Entrevista realizada com morador em fevereiro 2014).

“Aqui tinha é garimpo de Diamante, mas o garimpo aí nesse pedacinho. É... canalária, não tava tirando nada. [...] É... canalária pura, pedra, funil de pedra. Num dá pra tirar nada.” (Entrevista realizada em Outubro, 2013).

“é... ficou proibido, né.” (Entrevista realizada com morador em fevereiro, 2014).

Porém, muitas pessoas ainda desenvolvem essa atividade na região, como é explicitado no subitem 4.3.3 *Geração de Renda*. Além da fonte de renda, percebe-se que essa atividade tem uma importância simbólica para os moradores, vinculada à expectativa de deparar-se com o mineral procurado e à esperança de melhoria da condição econômica familiar.

A agricultura, por sua vez, tem um papel ainda mais importante do ponto de vista familiar, pois representava o sustento certo e seguro para as famílias. Nenhum dos mantimentos da alimentação - a farinha, o arroz, a batata, o açúcar, a mandioca, as verduras em geral - eram comprados. Tudo era produzido para consumo, mas também para venda, que era realizada principalmente em Diamantina. A venda do excedente e as trocas eram também a possibilidade de se adquirir outros produtos. Nesse contexto, a fala dos moradores:

“Antigamente era... roça, roça, roça.” (Entrevista realizada com morador em Março, 2014).

“E prantava arrosi e cuiá muito arrosi... prantava horta... prantava batata, cuiá batata demais, tanto batata doce quanto batatinha. [...] Assim que e pratava tinha muitcha fartura sabe, verdura ninguém comprava... né? Hoje muita gente vai no sacolão comprá.” (Entrevista realizada com morador em Março, 2014).

“[...] tinha o tempo [...] de ir pra roça roça né, pra plantar, e depois ficar capinando as roças, e depois as colheitas, né. Nessa época assim de janeiro, fevereiro era a colheita do feijão. E depois, lá pro mês de maio assim, a colheita do milho, né? Depois que acabavam as roças, as pessoas não tinham muito outros serviço [...] plantava uma horta, né? É... assim, pra, pro sustento mesmo da família né? [...]” (Entrevista realizada com morador em Maio, 2014).

“As coisa era mais favorecida, não precisava da gente tá comprano... mantimento. O mantimento todo era que a gente plantava, né. E parecia que o mantimento era mais sadio, de que agora.” (Entrevista realizada com morador em Março, 2014).

“E o pessoal de antigamente plantava muito. [...] Plantava era milho,

feijão, mandioca, cana.” (Entrevista realizada com morador em Março, 2014).

A roça era uma atividade desenvolvida por todas as famílias e todos os membros familiares eram envolvidos nesse trabalho. As técnicas de plantio eram passadas de geração em geração. Esses fatores garantiam grandes e produtivas colheitas, conforme depoimentos:

“Tinha mais o plantio, que nunca faltou, tinha mais... Tinha mais roça grande. Tinha o jeito de prantar...” (Entrevista realizada com morador em Abril, 2014).

“Foi passando de geração em geração é plantar.” (Entrevista realizada com morador em Julho, 2013).

“Cê enchia o carro de cana. [...] Era sessenta e quatro a coisa... É isto. Mas cê sabe quê que eles falaram carro de cana? Porque eles puseram sessenta e quatro feixes de cana em cima dum carro e deu justamente um carro. [...] Eles plantavam lá...cê sabe ali Inbiuçu? A farinha sempre eles vendia pra um moço lá de Serro, vendia pra muitas pessoa assim...encomendava o alqueire... eles comprava. Aí comprava e a gente vivia com isso aí.” (Entrevista realizada por morador em Fevereiro, 2014).

"[...] Era plantar mandiocal, aqui dava mesmo. Nós relava, tinha vez que nós vendia vinte arqueire de goma. Nós mixia mais era com goma. Hoje em dia nós não faz, que não tem a mandioca, né. Fazia mais era biscoito de goma, vendia mais era goma. Parou...difícil. Nós plantava mesmo. Nós plantava que não guentava nem relar, tinha hora. Vendia em Diamantina, Rio Manso... Nós levava pra Rio manso também." (Entrevista realizada com morador em Abril, 2014).

Além da produção para consumo e venda do produto primário, com esses insumos agrícolas as famílias também faziam produtos secundários para a venda, os quais agregavam valor e aumentavam o lucro da produção. Sem dúvida o principal deles era a farinha, que era produzida em grandes quantidades em toda região. Mas além desta, outros - doces, rapadura, cachaça, fubá, biscoitos - eram produzidos para consumo e venda. Como ilustrado pelos depoimentos:

“Antigamente, o povo... o viver do povo era mexer com plantio de planta. Plantar mandiocal, fazer farinha, né. Fazia... Chamava os trabalhadeira pra relar a mandioca, fazer a farinha, né.” (Entrevista realizada por morador em Março, 2014).

“Minha mãe, fazia farinha de mandioca, rapadura... Hoje em dia ninguém faz nada mais.” (Entrevista realizada por morador em Fevereiro, 2014).

“Antigamente... [...] eu fiz farinha demais. [...] e eu fazia... é... Eles fala... polvio? Eu fazia era, secava era um arqueiro dois, é assim... que a gente fazia. Ai... É... Mas esse povo novo num gosta de fazê isso né?” (Entrevista realizada por morador em Março, 2014).

“E mexia com fábrica de farinha aí também. É, acabo... agora que... que a fábrica evaio tudo que agora. Portanto [morador] já tinha até dismanchado o resto... Tiro forno lá... Tirô a prensa, desmancho lá tudo, já fez currá pa... pum cavalo dele lá prum poto, né. Já fez foi

currá lá, cê pode ir até lá pro cê vê como é ...” (Entrevista realizada por morador em Fevereiro, 2014).

“Vendia Doce, rapadura...” (Entrevista realizada por morador em Fevereiro, 2014).

“Eu fazia muita rapadura [...] dismanchamo até a casa que fazia rapadura por que... Num têm quem trabalha hoje... e o trabalho na roça depende... Do braço mesmo né? Quem num têm maquinário depende do braço do homi e ta muito difícil... E o... Muito caro... o custo fica muito caro.” (Entrevista realizada por morador em Março., 2014).

“Nóis fazia era muito doce de casca de banana pra vendê. E nós levava. Uns pagava baum, otros mixaria. Foi até pára...” (Entrevista realizada por morador em Abril, 2014).

“Moia o fubá, pra comê e pra vendê, né. Moia a cana tamém. Agora nada disso a gente mexi mais aqui.” (Fevereiro, 2014).

Como a produção era em grandes quantidades, muitas vezes tornava-se necessária a utilização de mão de obra para além do núcleo familiar. Era comum, também, a produção de forma comunitária. Esses produtos eram levados pelas tropas para Diamantina, Serro, Sabinópolis, Serra Azul de Minas, entre outras cidades, conforme discursos dos moradores:

“colocava tudo no lombo do burro e vendia no mercado velho.” (Entrevista realizada por morador em Fevereiro, 2014).

“Enchia a tropa de farinha e tocava pra Diamantina, né, pra poder comprar os recurso da vida, né.” (Entrevista realizada por morador em Março, 2014).

“Ah, mexiam com... o povo mexia com tropa. Levava farinha pra Sabinópolis, fazia... produzia... Mas hoje ninguém vende. Ninguém tem nada pra vender mais. Num sei por quê. E melhora, né. Parece que ta até melhor do que antes.” (Entrevista realizada por morador em Fevereiro, 2014).

“A farinha sempre eles vendia pra um moço lá de Serro, vendia pra muitas pessoa assim... encomendava o alqueire... eles comprava. Aí comprava e a gente vivia com isso aí.” (Entrevista realizada por morador em Fevereiro, 2014).

“Vendia Mandioca e tudo... Vendia em Diamantina. Aranjava lá na Fazenda do Currá.” (Entrevista realizada com morador em Fevereiro, 2014).

A principal mudança observada com relação à agricultura nas comunidades, segundo relato dos moradores, diz respeito à diminuição da quantidade e diversidade dos produtos, além da estagnação da produção dos produtos secundários (Quadro 9).

Quadro 9 - – Quadro de entrevistas sobre diminuição do plantio na APAEAV

Fonte: Elaboração própria a partir de entrevistas realizadas na APAEAV.

Estagnação do Plantio	Motivações para estagnação do Plantio
<i>“Hoje, pouca gente que planta né? É a roça.” “A! São muito pouca gente que planta. [...] Minha roça mesmo a gente plantava muita cana. Fazia muita rapadura...”</i>	<i>“Num tá tendo trabaiador. Porque a gente é casado, tem família né, os fio acunpanhava a gente, né, pra roçada, pra capinar, coitê... É, tudo, né. E hoje em dia os fio fico sem reuni porque... a idade da gente chega, a idade chegou, os fio tá</i>

<p>"Poca gente planta hoje. Em mais tempo o pessoal ainda plantava muito, né.;"</p> <p>"[...] hoje, quase ninguém planta"</p> <p>"De roça mesmo, pra falar que eles dependia só de roça, foi até na média de 1984, 1985 pra traz."</p> <p>"Hoje é, a gente num vê dessa batata mais, [...] dessa pequena, cor de rosa. Eu vi dela em Belo Horizonte num... quando eu fui lá num supermercado e eu fui vê nela... falei oiá da batata de minha mãe prantava que eu nunca mais... tinha anus que eu num via."</p> <p>"Mas também a roça lá vai acabando. Otro dia mesmo eu tava conversando com o pessoal. Madeira de mandioca ta difícil do cê encontrar. Tá encontrando não. Tá difícil viu."</p> <p>"Só para despesa. Pra comerciar não vou fazer mais não [farinha]."</p> <p>"Lá acabou porque nós tem mais de um ano que não faz farinha. Nós num faiz mais pra vendê. Ou dois ano. [...] Que não faz. [...]"</p> <p>"A gente plantava era roças grande. Plantava era mil alqueire, alqueire, né. Madeira de mandioca, a gente plantava uns quarenta alqueire todo ano, né. Quando uns ainda tava pequenino, otros já tava no ponto de desmanchá. Hoje não tem [madeira de mandioca]... em canto nenhum! Poucas pessoas que tem, tem reboleira, pequena. Não é igual plantava antigamente. Nós mesmo. Aqui ô, nós plantava mandiocal enorme, de grande, que fazia era muitos alqueres de farinha. Hoje nós num temo mandioca nem pra cozinhá!"</p> <p>(Entrevistas realizadas com moradores em 2013 e 2014).</p>	<p>sem recurso de mexe com planta, né. A gente não tem força mais pra trabalha, porque idade muita, os neivo do braço não aguenta mais né. A gente trabalha ainda, mas trabalha por menos. Porque a gente não tem mais força."</p> <p>"Falei assim: 'Vou prantar mais não'. Pra prantar, tem que chamar trabaiador pra prantar, pra capinar... Então é difícil... é que é mais de um salário de cidade pra aqui pra roça."</p> <p>"Outra coisa também, o pessoal quer ganhar um salário muito alto. O custo de vida ta muito caro, então eles num pode ganhar barato, e a gente num têm condição de pagar. Cê entendeu moça? [...] Como que ocê paga uma coisa que cê num ganha? E quando cê arpura a mercadoria, ela num dá aquilo que cê gasto. Então por isso que mudo muito, que pioro a situação agora eu acho que e por isso."</p> <p>"Adoeceu. [plantação de mandioca] Aí parou de plantar. Eu mesmo, perdi um mandiocal grande assim... aquifou e não achei ninguém pra relar, perdeu."</p> <p>"É o que eu sei... [plantar] vai acabando né. Vai morrendo, vai acabando. O novo não vai querendo tocar aquela vida dos véi."</p> <p>"É que todo mundo, é muita gente novo sabe... os veio gosta de planta, os novo num gosta."</p> <p>"É só os mais vei mesmo que mexe com roça. Então na verdade só os mais velho que mexe e na verdade, as roça tá acabando. Porque é só os mais velho e não tem força mais e não tem maquinaal."</p> <p>"Antigamente as família não saía. Ficava em casa né. Tinha os que trabalhava fora, mas os que tava em casa, tava os fio unido com os pais. Obedecia mais né... Hoje a natureza mudaro. Vai criano os fio, quando chega numa certa idade: "Ah, eu vou embora!". Só quer saber é de embora. "Vou trabalhar fora, pra ganhar minha vida!". Sai todo mundo, larga os pai em casa. Os pais tem de ir se virando."</p> <p>"Hoje num tendo roça mais, né? As terra tá tudo fraca, a terra aqui pra plantação é fraca. O terreno num é bão pra planta, porque tem que adubar muito e adubo é muito caro. Num compensa cê planta. Que quê adianta? cê planta uma roça e quando cê vai colher num tem retorno. Cê planta uma quantidade, cê gasta naquela plantação, quando cê for colher...o que ocê gastou, cê num tira. O sol ta muito bravo, o tempo num ta ajudando pra planta não. Cê gasta aí uns cem pra produzir, cento e pouco... Se ocê for olha bem, cê tá no prejuízo." (Entrevistas realizadas com moradores em 2013 e 2014).</p>
---	--

Percebe-se que o abandono da agricultura/diminuição da produção estão relacionados a diversos fatores, dentre esses o custo da produção destaca-se, pois está muito vinculado às demais questões levantadas, como: o clima, a falta de envolvimento dos membros mais jovens das famílias, a falta de união entre os núcleos familiares vizinhos e o preço cobrado pelo dia de

serviço de um trabalhador.

A mudança cultural dos membros jovens das famílias é um dos principais fatores que contribuiu para a diminuição da produção. Muitos deles se mudam para estudar e trabalhar e acabam se estabelecendo. Outros permanecem nas comunidades, mas não querem trabalhar com o plantio. Nesses casos, a ajuda na produção, que antes era praticamente uma condição de sobrevivência, hoje passa a ser uma opção, que na maioria das vezes não é a escolhida.

“Então, hoje não tem mais né. Porque antes assim... a gente plantava não era mais mesmo era pra vender... era mais pra sobrevivência mesmo, né.” (Entrevista realizada com morador em Fevereiro, 2014).

“Sabe, nesse processo aí de, de, de plantar menos ou plantar mais, eu acho que é realmente esse, esse, essa mudança no mundo em geral né, de, da, da, de deixar o meio rural e buscar o meio urbano, porque o dinheiro é mais fácil... [...]” (Entrevista realizada com morador em Março, 2014).

Muitos depoimentos apontam também o desgaste físico do trabalho na roça como motivador do desinteresse de muitos jovens para continuidade do plantio:

“porque antigamente a gente pegava pesado, não tinha medo do serviço. E hoje em dia eles tem medo, não quer pegar na enxada para capinar. A gente pegava né, seja homem ou seja mulher, todo mundo ia pra roça. Cada um levava uma enxadinha e ficava capinando, né. Capinando, plantando. Uns tá plantando, outros tá capinando. E assim era continuado, né. E agora não; agora diminuiu.” (Entrevista realizada com morador em Fevereiro, 2014).

“Ó, pelo menos muita plantação de roça num tem não. [mais não]. [...] não tão querendo plantar muito né? Porque serviço de roça é pesado.” (Fevereiro, 2014).

“Então, as pessoa mais velha não dá conta do serviço, porque é serviço pesado. Aí, no final das conta, o pessoal ta largando as coisa... [...]” (Entrevista realizada com morador em fevereiro, 2014).

Sem a ajuda desses membros familiares o custo da produção tende a aumentar, pois se torna necessária a contratação de mão de obra.

Em algumas regiões da APAEAV, a falta de união entre os núcleos familiares também é apontada como uma das dificuldades para a continuidade do plantio. Antes, um morador “*trocava o dia*” de serviço com o outro, ou seja, um trabalhava para outro em um dia e depois esse o recompensava, ou realizavam o “*mutirão*”, onde um grupo de trabalhadores ajudava uns aos outros, até que as roças de todas as propriedades estivessem plantadas. Essa comunhão do trabalho permitia diminuir muito o custo da produção e na sua

ausência, mais uma vez o gasto para a contratação de mão de obra se faz necessário:

“Porque de primeiro, eles trabalhava mais unido, assim, ni roça. Antigamente eles era unido. Por exemplo, eu fiz minha roça aqui, minha roça ta aqui pra capiná, aqui. O que que a gente fazia... tipo união. Juntava todo mundo na minha roça, capinava ela toda. Depois que capinasse minha roça toda, a gente passava pra du otro. De primeiro era assim. Cabo com a do otro? a gente ia passando pra du otro. Isso era mês de junho, julho, agosto. Enquanto não acabasse a roça nos otros não parava. Hoje é um pouco desunido nessa parte. Cada um com o seu. Cada um quer pra si. Eu quero o meu e pronto acabou.” (Entrevista realizada com morador em Março, 2014).

“O que... o que... o que mudo que antigamente o pessoal tinha mais união pra tratar do serviço. E hoje não têm união. Por enquanto ta assim, cada caso pra si, com essa distribuição de trabaio, cada um pra si e Deus por nós todo. Então o povo assim, num têm aquela união de antigamente. Era assim, eles plantava roça, aí trocava de dia com as pessoas. Eu ia pra pessoa, a pessoa ia pra mim, agora não. Agora num pensa mais.” (Entrevista realizada com morador em Maio, 2014).

“De primero, cê tinha a troca de dia, quês fala, de mutirão também... Isso aqui minha fia, não existe mais não. Acabou tudo.” (Entrevista realizada com morador em Fevereiro, 2014).

Apesar desses depoimentos, em algumas regiões da UC essa organização cultural do trabalho ainda existe, como ilustrado pelas falas:

“Dizemos assim, pra ocê entende melhor. Talvez hoje eu vou pra ocê, dois ou três dias. Quando for semana que vem cê vem me ajuda. Aí, tem que levar a vida assim... Eu pranto o milho, aí então...o vizinho vai pra gente dois dia, termina de limpar a roça pra gente, aí a gente vai e ajuda ele também. É assim, é que funciona.” (Entrevista realizada com morador em Março, 2014).

“Aqui a gente troca o dia de serviço. Então, se hoje eu trabalhei procê, otro dia cê vem pra mim. Tem que fazê assim, porque senão, não dá renda, né.” (Entrevista realizada com morador em Fevereiro, 2014).

As mudanças relacionadas ao clima também são apontadas como um problema, que aumenta o custo da produção, pela necessidade de intervenção no solo. Cabe ressaltar que mudanças no microclima da região podem estar relacionadas à própria degradação ambiental, como o desmatamento, apesar dessa percepção não ser observada nos discursos:

“Eu gosto de planta. Gosto muito, só que o tempo não tá ajudando. Cê vê essa roça aí hoje.” (Entrevista realizada com morador em Fevereiro, 2014).

“Agora de certos tempos pra cá... por causa do... igual o tempo ta agora né? Igual o janeiro todo sem chuva. Pessoal esmoreceu muito com a agricultura.” (Entrevista realizada com morador em Fevereiro, 2014).

“Então eles acha melhor também, buscar na venda, comprar os kilinho do que produzi, por que, igual eu to te falando, as veze você planta muito, e colhe pouco devido o tempo. O tempo agora é tempo

de pranta feijão. Mas como é que cê planta numa terra seca dessa, nem na terra sai.” (Entrevista realizada com morador em Maio, 2014).

“teve muita mudança natural mesmo né, assim, coisas que o próprio tempo, essa mudança do clima, né. Época de chuva, época de plantio, era tudo muito mais, mais certinho, né? As pessoas tinham esse tempo certo. Mas mais definido. Hoje já não tem isso, né? Então essa, essa mudança é uma mudança natural.” (Entrevista realizada com morador em Fevereiro, 2014).

Além disso, moradores também citam as restrições ambientais como um empecilho:

“Com esse negócio que eles fala, de para, né, com esse negócio de planta. Que eles fala que não pode roçar mais. O povo aonde dava uma plantinha, proibiu de roça, né. Quer que roça a 50 metros fora da beira do rio. E nisso, aonde tava uma planta, ninguém planta mais, porque não pode roçar.” (Entrevista realizada com morador em Março, 2014).

“Olha, também o lugar que ocê tem pra plantar, cê num pode roça, entendeu? Se ocê roça, eles vem cá... vem o povo do Ibama lá e ferra ocê. Os único lugar que a gente pode plantar, é na beirada da vargem. Olha o lugar que agente pode plantar! Entendeu?” (Entrevista realizada com morador em Março, 2014).

Todavia, não são somente essas as causas da estagnação da agricultura familiar na região. Outras possibilidades de obtenção de renda existentes hoje, apresentadas no item 4.3.4 *Geração de Renda*, diminuíram a dependência da produção agrícola. Assim, a produtividade e a própria vida no campo, passaram a ser uma opção e não mais uma condição.

É importante ressaltar que ainda é comum o plantio em muitas localidades da APAEAV, porém a mudança que se observa é a diminuição dessa prática, tanto do número de núcleos familiares que a realizam, quanto dos membros familiares envolvidos, mas, principalmente da quantidade da produção.

De modo geral, apesar de ter diminuído em quantidade da produção, a agricultura ainda é uma atividade mantida em praticamente toda a APAEAV, em umas localidades mais, em outras menos. A causa para o abandono do plantio ou diminuição do plantio não é consequência de um determinado elemento, mas resulta da soma de diversos fatores que tiveram mais ou menos importância em determinadas regiões da unidade, a saber: mudanças culturais dos membros jovens das famílias; êxodo, em especial desses membros familiares; custo da produção; mudanças no clima e restrições ambientais. Além de outras formas de obtenção de renda e dificuldade de escoamento da produção, especificados no subitem 4.3.3 *Geração de renda*.

O curioso é que se observou que as restrições ambientais, muito vezes apontadas por discursos coletivos na academia como o principal fator que desestimula a agricultura, foi um dos fatores menos ressaltados pelos entrevistados, tendo outros fatores sobressaído nos discursos, principalmente aqueles relacionados ao custo da produção.

Além dessas questões ligadas à agricultura, que são coincidentes, de um modo geral, a todo território da APAEAV, outros aspectos relativos a mudanças nos modos de vida e nas atividades rurais foram identificados, não em todo território, mas em algumas regiões, e estão relacionados: à extração das Sempre-vivas e à utilização de áreas comunais; ao carvoejamento; ao turismo e conseguinte mudança na condição financeira das famílias; à matéria prima utilizada para construção das casas; e, pontualmente, também, mudanças relacionadas à organização do trabalho familiar.

O extrativismo de Sempre-Vivas é apontado como uma atividade que já foi desenvolvida por moradores do **Norte**, do **Leste** e **Oeste turístico** da APAEAV. Pontualmente, em algumas comunidades ainda hoje essa atividade é realizada para geração de renda, como especificado no subitem *4.3.3 Geração de Renda*.

A princípio essa atividade era desenvolvida principalmente na Chapada do Couto e no entorno do Pico do Itambé, chamado pelos moradores mais antigos do seu entorno como Serra Grande:

“Quando podia panha, eu já panhei Sempre-viva ali, num campo grande que tem ali na frente. Ali dava bem Sempre-viva. Saia daqui de madrugada, ia a pé, e ia lá... Panhava e voltava pra aqui trazendo a Sempre-viva na cabeça. A gente ia de a pé até chegar perto da Serra Grande. Quando a gente panhava maior quantidade, a gente marrava pros moi dela, marrava uma cabeça dela virada pra lá, com o pé pra cá e o otro moi não, o pé pra lá e a cabeça, virava pra cá, pra poder ter firmeza pra amarrar, né. Agora vinha trazendo aquilo na cabeça, um peso, A gente vinha trazendo na cabeça de lá até chegar aqui, quando a gente chegava o pescoço da gente tava doendo, de carregar aquele peso na cabeça!!” (Entrevista realizada com morador em Março, 2014).

“Panhei muita Sempre-viva! Panhava botão nos campo. Panhava lá [Chapada do Couto] e panhava aqui também. Porque aqui também dava... a Sempre-viva. Era um tempo divirtido... A gente ficava o dia inteiro, não tinha fome... Levava a matutaia com o suado e... Levava a matutaia e vortava com ela pra traz. Marrava na cintura a sacolinha com a farinha e a rapadura. Porque a matutaia da gente era essa né... Punha a farinha e um pedaçim de rapadura ali dentro, pra comer lá no campo. Costumava levar ela e voltava com ela... porque entertia panhano a Sempre-viva.” (Entrevista realizada com morador em

Fevereiro, 2014).

Foi percebido que a Chapada do Couto era utilizada por trabalhadores de toda a APAEAV, e não só dos seus arredores. Essas famílias permaneciam dias ou até semanas utilizando ranchos improvisados nas lapas como abrigo, durante sua permanência para o extrativismo das flores do campo. Era comum que os moradores tivessem até mesmo as lapas já demarcadas como de sua “propriedade”. Essas situações são explicitadas pelos moradores:

“O povo panhava muita Sempre-vivas lá pra Chapada. Arrumava pra encher de Sempre-vivas na Chapada. Cê conhece, né? Chapada? As família ia pra lá, ficava debaixo da lapa lá. Lá ficava lá, semanas, meses, lá... Panhano a Sempre-viva. Enchia a tropa e vinha embora. Ficava vinte e tantos dias e vinha embora... Botão de flô, trazia tudo da Chapada. Parou... Foi parando... O povo agora não quer que panha mais, né.” (Entrevista realizada com morador em Fevereiro, 2014).

“A gente passava era muito dias lá [Chapada do Couto] trabaiano. A campina era vendida lá mesmo. Não trazia nada não. Só a renda.” (Entrevista realizada com morador em Março, 2014).

“É, gente que ficava doido que chegasse a época da flor, né. P'eles mudar pra Chapada. É, e ia morar lá. A lapa tem lá pra Chapada, nome dum tanto de gente [...] Fala que aquela pessoa que ficava né. [...] minha avó mesmo tinha... nós falava lapa de [moradora], lapa de [morador]. Tinha uma lapa. Ía pra lá, fechava aquela lapa e ficava lá morando lá. Acabou. Isso aí eles não aceitou mais.” (Entrevista realizada com morador em Outubro, 2013).

No primeiro depoimento um morador aponta que as pessoas não quiseram mais colher as flores do campo. Por outro lado, no último discurso outro entrevistado faz referência à proibição dessa prática extrativista, em consonância com o seguinte depoimento: “Agora a campina proibiu né, a gente não mexe não.” (Entrevista realizada com morador em Fevereiro, 2014). No olhar desses moradores, a motivação para possível estagnação ou diminuição dessa atividade está vinculada às restrições ambientais na região.

Essas proibições ora estão relacionadas aos Parques, que são áreas de proteção integral, onde esse tipo de intervenção não é permitida, ora são vinculadas a áreas dentro da APAEAV, especialmente no entorno dos Parques. Apesar disso, é sabido que essa e outras práticas tradicionais não são mais necessárias à subsistência de muitos núcleos familiares e por isso, muitas vezes a estagnação da atividade ocorre por uma escolha do próprio coletor e, portanto, não pode ser vinculada exclusivamente à restrição ambiental. Além disso, esse tipo de intervenção, se para subsistência e de forma sustentável e tradicional, não só é permitida pela legislação ambiental estadual, como

também deve ser estimulada pelos poder público, especialmente em unidades de uso sustentável como a APAEAV (MINAS GERAIS, 2013a).

Em especial, com relação à Chapada do Couto. Torna-se necessário um trabalho conjunto entre a equipe da APAEAV e do PERP para um consenso sobre a utilização da área, tendo em vista que é uma área vizinha ao Parque, mas que está dentro de uma unidade de uso sustentável, questões que devem ser ponderadas e em seguida, esclarecidas junto à população. Essa área além de ser palco para o extrativismo vegetal era também comunalmente usada por moradores da região para soltura do gado, como mencionado por um morador:

"A Chapada era de todo mundo, lá não tinha ninguém que fechava assim. Tinha um... A área mesmo de separado, não. Época da flor, criar criação... Era tudo... Só que hoje não é mais de todo mundo, porque já não pode mais." (Entrevista realizada com morador em Abril, 2014).

Um parêntese para o fato de que outros depoimentos apontam a continuidade de utilização da Chapada do Couto área para essas e outras práticas coletivas como a colheita de frutas do cerrado:

"Mas o pessoal ainda hoje usa lá pra colocar seu gado [Chapada do Couto]." (Entrevista realizada com morador em Fevereiro, 2014).

"Mesmo agora depois que já tem o Parque, escondido eles ainda panha [Chapada]." (Entrevista realizada com morador em Fevereiro, 2014).

"Até hoje a gente ainda vai pra pega fruta do Cerrado né [Chapada do Couto]. Porque isso aí até perde lá." (Entrevista realizada com morador em Fevereiro, 2014).

Apesar, de alguns depoimentos apontarem as restrições como empecilho para continuidade das atividades na Chapada do Couto, especificamente com relação à extração de Sempre-vivas, não são unânimes os discursos que apontam a proibição como o principal motivador de estagnação da atividade no local. Outras questões suscitadas, como a desvalorização dessas espécies no mercado e a não dependência dessa atividade para sobrevivência, realidade não mais imperante.

"la pra Chapada. Trabaiei lá quando eu era criança. Panhava sempre viva, cada lugar de perigoso. De cobra, muito estrepe. A gente para é por isso, por que primeiro, a gente muda de situação, né. Agora ta melhó. Graças a Deus, que quando eu trabalhei lá, eu era jovem de 8, 9 anos É, hoje eu to com 58 ano. Então a gente muda de... Num fica numa coisa só a vida inteira. Além de médico agente que todo mais, né. Aquilo desvalorizo." (Entrevista realizada com moradora em Fevereiro, 2014).

É natural que, diante de uma situação de melhoria das condições econômicas e conseqüente liberdade de escolha, muitas vezes, como no caso da agricultura, os moradores optem por não continuar com determinada atividade. Observa-se que, de acordo com o depoimento, essa prática também era um trabalho desenvolvido por crianças. O que corrobora com depoimentos anteriores que apontam para o fato de que toda a família era envolvida no deslocamento para as lapas para exercício dessa atividade, mas por outro lado, demonstra as condições ilegítimas sociais relacionadas à forma como essa atividade era desenvolvida.

Algumas comunidades da região do Espinhaço, como Raiz em Presidente Kubitschek e Galheiros, em Diamantina - com o apoio do projeto coordenado pela Professora Maria Neudes da UVFJM - desenvolveram o plantio das Sempre-Vivas e também a produção de artesanatos. Esse manejo e customização do recurso natural possibilita o cumprimento da legislação ambiental, que não permite que a extração comercial seja realizada sem o manejo da espécie e também favorece a valorização da produção.

É sabido que há outros tipos de extrações vegetais feitas pelos moradores para usufruto familiar ou para complementação da renda. Mas, assim como relatado no caso das Sempre-Vivas, não há mais tanta dependência do uso desses recursos como antigamente, como ilustrado pelo seguinte depoimento com relação à Candeia: *“Porque enquanto podia tirar a candeia, tirava pra poder socorrer a precisão. Agora, com o dinheiro da candeia, comprava despesa, comprava roupa, comprava remédio.”* (Entrevista realizada com morador em Março, 2014).

Entende-se que muitas extrações vegetais ainda ocorrem na região, porém, pela ilegalidade e/ou receio, é comum que esses aspectos do modo de vida não sejam explicitados pelos moradores nas entrevistas.

Com relação ao uso madeireiro para a lenha, por exemplo, Souza *et al* (2012) apresentam a importância cultural dessa prática em uma comunidade da APAEAV, mas também sinalizam posturas dos moradores incompatíveis com o manejo sustentável dessa atividade. Esses autores sugerem que a diminuição da disponibilização de madeira seca na natureza já é uma realidade enfrentada pela comunidade e que as alternativas encontradas pelos moradores para continuidade de suas práticas culturais como o uso diário do

fogão à lenha, tem sido a extração da mata verde. Supostamente essa situação não é restrita a essa comunidade ou à questão da lenha, mas infere-se que a disponibilidade de recursos da/natureza onde o manejo comunitário não é priorizado esteja fadada a condições de escassez.

No **Leste** da APAEAV destaca-se também a extração da madeira para produção de carvão, sendo muito explicitada pelos entrevistados relacionando-a principalmente à poluição do ar e à obtenção de renda:

“Os menino puxava carvão direto aí. Dava um dinheiro” (Entrevista realizada em Março, 2014).

“Era muito dinheiro, né. Num tinha um que num tinha! haha! [na época da produção de carvão]” (Entrevista realizada em Março, 2014).

“Vou ser sincero com cê, o carvão dava um dinheirinho. Mês que cê caçava um dinheiro, tinha no bolso.” (Entrevista realizada em Maio, 2014).

De acordo com os moradores, em determinado período histórico, a geração de renda pela produção do carvão foi muito forte na região, envolvendo a maioria dos núcleos familiares. Outros moradores apontam que essa geração de renda favorecia a economia local de uma forma geral, beneficiando o comércio, a prestação de serviços e todo tipo de trabalho. Porém, a fiscalização ambiental cessou/diminuiu a produção do carvão na região. Nessa região da APAEAV, foi realmente percebida uma diminuição na renda dos moradores, como demonstrada pelas Figuras 90 e 91, página 94.

Por outro lado, já no **Oeste turístico** da APAEAV houve um movimento inverso, que foi o desenvolvimento de uma atividade econômica, o turismo. Esse fenômeno começa a se desenvolver mais bruscamente na região no final da década de 90, como explicitado pelo seguinte discurso:

“E junto com isso veio a mudança também de, de 99, principalmente 99 pra cá, quando Diamantina virou Patrimônio da Humanidade, comecei a perceber que não passava um final de semana sem ter uma pessoa de fora aqui. Antes disso não, passava o final de semana bem comum, como dias normais. Assim, a gente nem percebia né, o quê que era segunda, o quê que era domingo, o quê que era sábado, né? Era tudo no mesmo tom...” (Entrevista realizada com morador em Fevereiro, 2014).

O desenvolvimento da atividade turística movimentou o comércio e a prestação de serviços nas comunidades do **Oeste Turístico** da APAEAV e trouxe uma melhoria significativa na condição financeira dos moradores, como ilustrado pelo seguinte depoimento:

“Porque antes não tinha nada [antes do turismo], então hoje cê vê que eles [as pessoas] tem condição de ter carro, de ter, né, de ter celular de ponta, né? Num é um celular comum... É celular que tira foto...” (Entrevista realizada com morador em Março, 2014).

O turismo contribuiu também para gerar emprego e renda no **Oeste não turístico** da unidade, como exposto no item 4.3.3 *Geração de Renda*. Além disso, a atividade turística e a melhoria nas condições de acesso ao capital na região, também contribuíram para mudança de hábitos como explicita alguns dos entrevistados:

“[...] cortou muito a comunicação, é, é, a visitação, né. Essa questão do telefone, da internet. Antes a gente visitava mais os amigos. [...] Hoje, se a gente precisar de alguma coisa até nas comunidades [**Oeste não turístico**] a gente liga. Tem 3, 4 telefones né, com antena. Antes cê tinha que ir lá, acabava que tomava um cafezinho, conversava um pouco e voltava.” (Entrevista realizada com morador em Fevereiro, 2014).

“A, as pessoas de fora vão chegando e pouco a pouco foram mudando né, os hábitos do lugar em geral, mudando o lugar, né?” (Entrevista realizada com morador em Março, 2014).

“Essa, essa condição né, de as pessoas terem uma televisão, que antes assim, cê tinha que ir longe procê ver né... Poucas casas tinham televisão. Aí juntava todo mundo, mas no geral as pessoas dormiam 7, 8 horas da noite, tava todo mundo dormindo porque não tinha televisão em casa.” (Entrevista realizada com morador em Fevereiro, 2014).

Por outro lado, no **Oeste Turístico** tem ocorrido a manutenção de algumas manifestações e costumes locais, como as festas religiosas. Além da instituição de outras festas que começaram a ocorrer, como é ilustrado pela fala de um morador:

“Ó, a festa de, do... tem a festa de Nossa Senhora do Rosário, né? Que é mês de setembro, final de setembro. Tem a festa de Nossa Senhora dos Prazeres, que é a padroeira daqui, da Milho Verde, ela acontece sempre no final da, da, última semana de agosto, né? Essas, essas são, mesmo, tradicionais mesmo da comunidade. E... a festa de São Sebastião que ultimamente vem acontecendo, porque antes as pessoas colocavam São Sebastião na rua assim, rezando o terço. Só que quando tava essa época assim de muito sol quente, as pessoas tinham devoção, as pessoas mais velhas tinham devoção de fazer isso. Agora, é, tem a festa de São Sebastião, que tem o sábado que é levantamento da bandeira, né?” (Entrevista realizada em Fevereiro, 2014).

O turismo contribuiu para a conservação dessas manifestações, uma vez que esses eventos são atrativos que fomentam a visitação turística, que por sua vez, movimentam a economia local. Além disso, entende-se que a própria valorização da tradicionalidade local, demonstrada pelo turista, é um incentivo aos moradores para manutenção dessas manifestações culturais.

Em contraponto, um morador do **Norte** da unidade relata que mudança

ocorrida em sua região foi a extinção das festas e manifestações tradicionais: *"tem coisa que hoje cabou, né. Hoje cabou as festas... mas os antigo aí tinha aquelas dança, tinha aquelas fulia, tinha aqueles batuque, tinha aquelas... né, aqueles rojão."* (Entrevista realizada com morador em Abril, 2014).

Uma mudança nos modos de vida, mencionada apenas no **Oeste não turístico** da APAEAV, diz respeito à organização do trabalho familiar. Entrevistados dessa região fazem referência a um determinado período quando as mulheres exerciam apenas o papel de donas de casa: *"[...] e as muié dentro de casa fazeno a farinha..."*. Obviamente que esse trabalho em casa também incluía as práticas relacionadas ao plantio e todo serviço demandado dentro da propriedade rural. As mulheres não tinham a mesma autonomia dos homens de sair para o trabalho deixando em casa os membros familiares e desenvolvendo ofícios que não àqueles exclusivos aos cuidados com a família, a casa e a propriedade rural. A mudança observada na fala de um morador diz respeito à ruptura com essa condição, a partir de uma nova prática de trabalho desenvolvida, conforme depoimentos: *"Antes do Bordado, as mulheres eram só dona de casa, trabalhava em casa mesmo, né?"; "São as mulheres que trabalha com a granja. [...]"* (Entrevistas realizadas com moradores em 2014). Ainda que não evidenciada nos discursos de outras áreas da unidade, entende-se que essa mudança ocorre de forma geral na APAEAV, no tempo de cada comunidade/região, de acordo com as outras mudanças sociais e de geração de renda.

Outra transformação cultural que tem ocorrido na região, no olhar de um morador, é que as pessoas não estão mais tendo filhos como antigamente. Outro morador aponta questões relacionadas à própria criação:

"Que mudou assim tamém é que o povo num arruma minino igual era antes. Tá muito cansativo arruma minino hoje." (Entrevista realizada com morador em Fevereiro, 2014).

"A gente foi assim, rígido com os fio... [...] Respeita até hoje... Meus fio mesmo [...] pelo telefone. Quarquer coisa que vai fazê dô minha opinião [...] Os fio de hoje... [...] Que o povo ta criando... [...] Fala as coisa e num obedece, ninguém obedece... né? [...]" (Entrevista realizada com morador em Fevereiro, 2014).

No **Leste, Oeste Turístico e Oeste não turístico** houveram depoimentos que apontam o fortalecimento comunitário e a atuação de instituições externas como uma das mudanças socioambientais ocorridas nessas comunidades.

No **Norte** não foram identificados depoimentos que expusessem essas

mudanças. Nesse sentido, apenas um morador aponta que a atuação da UFVJM tem sido importante no sentido de trazer esclarecimentos para os moradores. Porém, é sabido que outras instituições têm atuação constante em na região, como, por exemplo, o Projeto Caminhando Juntos – PROCAJ. Ademais, o próprio reconhecimento da comunidade quilombola Mata dos Crioulos, nessa região, provavelmente ocorreu por meio de uma mobilização social, tendo em vista que para o processo é necessário o depoimento e envolvimento dos moradores. Porém, os entrevistados não expuseram essas questões como mudanças ocorridas em suas comunidades. Situação semelhante às demais comunidades quilombolas localizadas na APAEAV.

Apesar de existirem associações por todo território da APAEAV, o envolvimento dos moradores com a associação comunitária e a efetividade dessas organizações no sentido de trazerem benefícios ao núcleo social que representam varia bastante. Na APAEAV é perceptível que nas associações mais efetivas é comum o apoio de uma instituição externa à comunidade. Em alguns casos porque essa mesma instituição ajudou a associação a se fortalecer, em outros, porque a associação fortalecida motivou a instituição a apoiá-la.

De modo geral, os benefícios do associativismo efetivo na APAEAV que podem ser observados são a geração de renda, além do envolvimento dos moradores que colabora para a melhoria das relações sociais, a facilidade para a obtenção recursos materiais ou até mesmo financiamento para projetos das comunidades. Nesse sentido, um morador do **Oeste não turístico** da APAEAV dá seu depoimento:

“Há uns dois anos atrás veio a universidade também. Aí já ajudou bastante também. Que já foi para um outro lado né... Assim, da venda. Melhorou 100%, melhorou a produção. E aí veio a horta também, né. Depois veio o Santander, veio com 50 mil, veio com cimento, depois mais 70 mil, e veio o maquinário (risos). Aí veio com a horta, com as folha, os ovo, os minino pararo de adocece, né.” (Abril, 2014).

As demandas coletivas junto ao poder público geralmente, também, são mais eficientes que um pedido individual, pois representam a vontade de um grupo. A necessidade de infraestrutura, por exemplo, é uma das demandas que necessita muitas vezes de um respaldo de uma organização social para serem atendidas. Os depoimentos abaixo ilustram demandas de infraestrutura

atendidas pela atuação das associações comunitárias:

“Na verdade não, foi depois que fundou a associação comunitária. É, e com isso que veio, foi vindo as coisas. A gente conseguiu através da associação o depósito de água, o pessoal não tinha água na porta. Hoje em dia todo mundo tem água.” (Entrevista realizada com morador em Fevereiro, 2014).

“A gente conseguiu através da associação a estrada, que eu falei com cê né, de carro pra lá, que lá era trilha, pra ir...” (Entrevista realizada com morador em Março, 2014).

“tá até com um probleminha lá...e eu to precisando moer, vamo ver o que é o defeito, né? [...] E aí, a gente pede o prefeito e ele manda alguém pra oiá. Oiá pra gente direitinho...é assim que funciona.” (Entrevista realizada com morador em Março, 2014).

Muitas vezes a própria organização comunitária que atua de forma “braçal” para resolução do problema coletivo. O que também ocorre com relação à atuação de instituições externas, que por vezes acabam se envolvendo a ponto de atuarem diretamente na resolução das demandas comunitárias, com ações de resultado prático, de caráter assistencialista e que são fundamentais do ponto de vista do morador local:

“[...]O [proprietário de empresa de turismo] veio como pessoal deles. Foi lá no mato ajuda nós a abrir valeta pra por a água. Porque essa água aqui não é de prefeitura não. [...] Nós era ajudado por eles, aquele centro que tá ali, aquele centro comunitário, a gente agradeça o [proprietário de empresa de turismo] com o pessoal deles de lá. Eles adoava dinheiro, adoava as coisas pra poder pô ali dentro daquele centro.” (Entrevista realizada com morador em Março, 2014).

“A gente tem o encontro do [nome ONG] que vem, que os pa... os meninos são apadrinhados. Aí vem, de vez em quando vem um presentinho pra eles.” (Entrevista realizada com morador em Fevereiro, 2014).

“E no mais é [presidente de ONG], como ele viaja, sempre que ele vai pra Espanha ele leva trabalho da gente pra vender. Se ele vai, onde ele vai, ele vai levando trabalho e vai vendendo mesmo. Porque a gente tem muitos clientes que é de fora, ele só ligam pra [presidente de ONG] ou então, vai no, vai no e-mail, encomenda pra gente tá mandando. No caso é muito encomenda, sabe? Aí ajuda muito, todo mundo.” (Entrevista realizada com morador em Fevereiro, 2014).

Percebe-se que o associativismo, na região, se configura como uma nova forma de união entre os núcleos familiares, antes condicionada à necessidade de apoio nas atividades rurais.

“A gente percebe que tá bem mais unido, né. Porque de antes era cada um pro seu, né. Ninguém tava preocupado se o outro tava numa... vamo dizé assim... se o outro tava precisano né... tava numa situação piô. Agora é todo mundo junto né. Um ajudano o outro. Se hoje eu to trabalhando, não to beneficiano só minha casa. É pra todo mundo né. E o negócio vai cresceno.” (Entrevista realizada com morador em Abril, 2014).

No **Oeste turístico** da APAEAV alguns depoimentos apontam também

para o benefício de mais conhecimento e acesso a informação pela organização social e trabalhos desenvolvidos por ONGs na região, tanto pela realização de cursos e eventos, quanto pelas próprias relações sociais estabelecidas:

“Pelo próprio fato do encontro ter trazido várias coisas né, varias pessoas, essa troca né, a gente percebe né, que quem tava com 10 anos na época do primeiro encontro cultural, né, hoje tá fazendo direito em Belo Horizonte, outro tá no Rio, então eu, eu percebo né, que teve uma influência grande né, em, em alguns não, mas em muitos a gente percebe assim que, né, eles valorizaram, fizeram oficina, foi como um alerta assim, uma luz.” (Entrevista realizada com morador em Março, 2014).

“Foi porque o povo é... como que eu posso te dizer... foi porque o povo, entrosô! entrosa, cê sabe que que é entrosamento? a pessoa tem mais conhecimento, pegou mais conhecimento na pessoa, porque antigamente, o pessoal só ficava... [...] um povo mei assim isolado. Ficou um povo mei retraído pra traz, então, tinha vergonha, não conversava com ninguém. Não sabia receber ninguém. De certo tempo pra cá, todo mundo virou popular, todo mundo conhece todo mundo. Todo mundo sabe toma suas decisão, conhecimento, tem muito conhecimento. Então, eu acho assim, na parte de... humano, melhorou bastante..” (Entrevista realizada com morador em Fevereiro, 2014).

De acordo com esse morador o envolvimento com a ONG e a organização comunitária propiciaram maior melhoria nas relações interna e externas dos moradores. Nesse sentido, também tem sido comum o discurso de que representantes comunitários têm viajado com objetivo de representar sua organização social, como ilustrado pelo depoimento:

“E no mais, a gente vai em feira, em Belo Horizonte, geralmente quando tá tendo feira lá a gente participa. A última feira agora, em dezembro, foi no Expominas. A gente participou lá também.” (Entrevista realizada com morador em Fevereiro, 2014).

Cabe ressaltar que as associações que se destacam, em termos de organização e melhoria de vida dos moradores, são àquelas que têm projetos relacionados à geração de emprego e renda. Porém, nem todas essas têm o mesmo tipo de organização do trabalho. Em alguns casos, os ofícios são realizados por cada morador de forma individual, porém, em determinado momento os produtos ou resultados são compartilhados, como no caso do Projeto Bordados da Barra na Barra da Cega, Serro, no **Oeste não Turístico**:

“[...] As bordadeiras bordam é em casa, igual tô te falando. Cada uma na sua comunidade, na sua casa... [...] todo sábado a gente vem, todo mundo chega, reúne todo mundo pra tá bordando junto pra entregar as peças. A gente entrega, a gente passa os trabalhos pra elas tarem bordando. Ai é bom!” (Entrevista realizada com morador em Fevereiro, 2014).

Também, na comunidade Santa Cruz, no Serro, onde a criação de aves ocorre de forma intensiva e é realizada por um grupo de mulheres. Cabe destacar, essa comunidade também tem uma horta comunitária, onde o cultivo ocorre pelo revezamento do trabalho dos moradores. Em outras situações, apenas a infraestrutura necessária ao trabalho é compartilhada, como na comunidade Canavial, em Santo Antônio do Itambé, área **Leste**:

[...] Dizemos assim, se nessa semana eu for fazer, moer pra mim, aí então cê fica pra outra semana. No final da outra semana, cê leva a lenha e corta sua cana, vai e mói e não tem nada a ver..." (Entrevista realizada com morador em Março, 2014).

É importante ressaltar que esses projetos, que se destacam, seja pela organização, sejam pelos benefícios para a comunidade, em geral, têm mais de 10 anos de atividade. Segundo relato dos moradores, ao longo de sua implementação tiveram diversos percalços, especialmente a ausência de recurso financeiro e as dificuldades tiveram de ser enfrentadas até que os benefícios começassem a aparecer.

Outra mudança nas características do território da APAEAV, levantada pelos moradores, diz respeito ao êxodo que ocorreu em diferentes proporções e por distintas razões, em determinados momentos históricos.

Alguns moradores citam que a expectativa de melhoria das condições econômicas e de vida foram motivadores para que fluxos de êxodo de núcleos familiares ocorreram em massa, principalmente da zona rural para as sedes municipais. Mas, hoje não são mais uma realidade cotidiana, apesar de pontualmente ainda ocorrerem.

"É, teve muita gente daqui que foi embora pra Diamantina, né. isso tem muito tempo. Foi a maioria. [...] Foi porque achou mais fácil, né, de falta de serviço, né, emprego... Filho vai... É... estudar, não vorta, aí tem que muitos pais que mudou por causa disso. É que foi por causa dos meninos." (Entrevista realizada com morador em Abril, 2014).

"Que esse pessoal mesmo mexia que foi já foi tudo embora. Cês têm essa ocasião?" (Entrevista realizada com morador em Março, 2014).

Porém, ainda que o êxodo familiar tenha diminuído, permanece a necessidade do êxodo de jovens para continuidade dos estudos, trabalho ou mesmo por mudanças culturais desses indivíduos, que tem outros anseios, muitas vezes ligados à área urbana e não ao meio rural. Alguns discursos apontam que essas pessoas que saem não costumam retornar:

"Não vorta porque os meninos começa trabalhar, começa melhorar."

(Entrevista realizada com morador em Outubro, 2013).

“Porque o pessoal que ta saindo né, num volta mais. Aquele que num quer sair fica só, igual eu mesmo.” (Entrevista realizada com morador em Julho, 2013).

“Os povo mais novo quê estuda, casca fora.” (Entrevista realizada com morador em Março, 2014).

“Muita gente foi mudano. A nova geração quer uma vida mais leve. E aí, vai tudo é embora.” (Entrevista realizada com morador em Fevereiro, 2014).

De acordo com outro entrevistado, alguns membros familiares, apesar de se estabelecerem nas cidades, não melhoraram sua condição financeira e por isso muitas vezes acabam passando necessidades:

“Ai, eles foram embora por conta de condições financeira, achô melhor na cidade, ai uns trabalha de doméstica, trabalha de lá um serviço de lá, uns passa até muita necessidade, mas que ta lá... Fazê o que, né? [...]” (Entrevista realizada com morador em Maio, 2014).

O **Norte** da APAEAV é a região da unidade onde os moradores mais reclamam do êxodo rural. O principal motivo da saída desses moradores é a carência de infraestrutura.

Nessa região, o acesso às escolas é difícil, os alunos muitas vezes têm que acordar na faixa de quatro/cinco horas da manhã para caminhar um percurso até o ponto do transporte público e de lá ainda tem um deslocamento de uma hora ou mais até a escola pública mais próxima. Por esse desgaste e também pelo fato de que esse transporte não atende a todos os ciclos escolares, os pais acabam se mudando para cidade, para viabilizar o estudo dos filhos. Outro motivador é a necessidade de utilização de serviços de saúde. Quando um membro familiar, por motivo de doença ou mesmo de idade, depende de acompanhamento regular do serviço de saúde se torna difícil permanecer na região. As precárias condições das estradas e a situação financeira das famílias que muitas vezes não tem um veículo, não condizem com a necessidade de um deslocamento rotineiro até o centro urbano. Os depoimentos a seguir ilustram essas situações:

"Fica mais fácil lá. O marido dela ficou meio doente, na época ele tava. Aí, eles mudou por causa dele." (Entrevista realizada com morador em Abril, 2014).

"[...] pra estudar filho, que tem muitos aí que mora no acesso longe do ônibus escolar né. E aí, pra ele estudar o filho, ele arrisca tendo que fazer isso né." (Entrevista realizada com morador em Outubro, 2013).

Um morador relata que alguns desses membros familiares acabam retornando temporariamente para o plantio em suas propriedades:

“[...] Arguns e costuma ir, largar as posse deles fechada, vem repranta né... Dá um zelo nas posses [...] Vorta de novo, vorta, vem, repranta, colhe, colhe o café, colhe... pranta mandiocal [...]” (Outubro, 2013).

Porém, foi percebido que ele reconhece que esse processo representa uma necessidade cultural do indivíduo, mas que é um fenômeno próprio de gerações que tinham ainda um vínculo muito afetivo com a terra, e, portanto, atinge poucos membros familiares, não sendo uma realidade coletiva.

Na região **Leste** da APAEAV, por sua vez, a saída de moradores está mais ligada à necessidade de trabalho. São comunidades relativamente próximas aos centros urbanos e que por isso tem melhores condições de acesso a infraestrutura em comparação com a região **Norte**. Porém, a ausência de opções de trabalho faz com que principalmente os jovens tenham que se mudar para a cidade.

“vai ficando tudo difícil [...] Foi indo tudo embora, foi caça um jeitinho de trabaíá!” (Entrevista realizada com morador em Março, 2014).

“Tem uns que sai pra fora... os que não tão empregado sai, né” (Entrevista realizada com morador em Maio, 2014).

“Alguns sai. Os mais novo, cê sabe que tão formando e tão procurando é seuvição pra trabaíá... Porque num tem, né. O dinheiro num dá, é muito fraco pra ganhar dinheiro...” (Entrevista realizada com morador em Fevereiro, 2014).

No olhar de um dos entrevistados as restrições ambientais implementadas pelo IEF na região também contribuíram para esse êxodo rural: *“Vai desistindo[...] com esse tal do IEF aí. [...] que o povo vai embora mesmo.”* (Entrevista realizada com morador Março, 2014).

Segundo relato dos moradores, os jovens e pais de família da parte **Leste** da APAEAV realizam o êxodo temporário para trabalhar em fazendas e grandes empresas, principalmente em São Paulo, Belo Horizonte e Diamantina. Mas também tem havido deslocamentos temporários para o trabalho na mineradora Anglo American em Conceição do Mato Dentro, conforme depoimentos:

Esses fluxos temporários são muito semelhantes aos relatados principalmente no **Oeste não turístico**, mas, também, em menor escala no **Oeste turístico** da APAEAV. No **Oeste não turístico** são citados como destinos desses trabalhadores as cidades de Curvelo, Jaboticatuba e Alvorada de Minas. Na visão de um morador do **Oeste não turístico**:

“Hoje [...] o pessoal ta saindo pra fora, ta trabalhando todo mundo

fora. Tudo trabalhando fora, os maridos, né. E as mulher fica dentro de casa. Homem aqui é difícil acha, aqui, agora, nesse horário. Só pura mulher. Os homem tudo ta fora” (Entrevista realizada com morador em Março, 2014).

Porém, ressalta-se que apesar do depoimento tão enfático, percebe-se que essa não é uma realidade imperante nessa região da APAEAV, porque alguns núcleos familiares se beneficiam da geração de emprego advinda da atividade turística que se estabeleceu no **Oeste turístico**, como explicitado no subitem 4.3.3 *Geração de Renda*.

Por fim, no **Oeste Turístico**, os fluxos migratórios apesar de ter algumas características semelhantes às demais regiões, tem alguns aspectos díspares relativos principalmente a chegada de muitos forasteiros às comunidades.

Além disso, de acordo com o discurso dos entrevistados, hoje não é necessário que os jovens dessas comunidades se mudem para a cidade para complementação do estudo escolar, conforme depoimento: *“Eles saíram pra estudar, mas isso era de antes. Hoje não precisa mais né.”* (Fevereiro, 2014). Somente os jovens que sentem necessidade de realizar faculdade presencial tem se saído, outros acabam utilizando do ensino à distância para cursar a graduação.

O fluxo migratório no **Oeste Turístico** não tem uma predominância de deslocamento. Alguns saem, outros retornam, outros chegam pela primeira vez, ou seja, há fluxo contínuo de pessoas. Das pessoas que vem de fora, alguns são turistas, moradores do centro urbano que visitam a região e retornam motivados pelo desejo em residir no local, outros, ainda, são famílias ou membros familiares do **Oeste não turístico**. Nesse contexto segue alguns depoimentos:

“Alguns voltam, mas, né. Sai pra estudar, sai pra trabalhar. Muitos ficam. Alguns retornam [...]” (Fevereiro, 2014).

“Tem gente daqui que ta voltando, gente de fora também, que ta vindo. Igual tem... muito... esses pessoal hippie mesmo, aqui tem uma imensidão deles... alugando casa... [...]” (Março, 2014).

“O que fez a gente mudar pra aqui, é que os menino... precisava, precisava de estudar [comunidade que veio do rural para o centro urbano de São Gonçalo do Rio das Pedras].” (Fevereiro, 2014).

De uma forma geral, na APAEAV, a persistência em continuar nas pequenas comunidades rurais ou mesmo de se mudar para elas tem sido muito mais uma escolha e não mais uma condição. Obviamente que a infraestrutura, além da existência de ocupações para os moradores, contribui para que essa escolha ocorra no sentido da permanência.

4.3.2.2 Do local

Muitos moradores da APAEAV apontam como mudanças ocorridas em suas comunidades a melhoria da infraestrutura. O setor de transportes é o principal elemento destacado pelos entrevistados. Em cada comunidade há uma realidade, mas de modo geral, todas as comunidades apresentam como uma mudança crucial pelo menos um desses aspectos: abertura e manutenção de estradas, asfaltamento, condição de obtenção de veículo particular e a existência do transporte coletivo até as comunidades.

“Mas de certa forma hoje tá melhor. Tudo ficou mais fácil. Pelo menos, transporte... melhorou 100%! De primeiro não tinha transporte [...] Você tinha que sair daqui a pé e ir lá no trevo para pegar o ônibus [...]. Saía 4 horas da manhã, pagava o ônibus as 7 horas da manhã. Saía do Serro 3 horas da tarde, chegava em casa 7 horas da noite de novo.” (Entrevista realizada com morador em Fevereiro, 2014).

“Mudou o asfalto. É... mudou o asfalto. É. Antigamente... a gente andava era assim... naquele trio assim ó, naquele trio num dava nem pra ir carro nas porta da casa das pessoa.” (Entrevista realizada com morador Março, 2014).

“A gente no tempo que a gente também tava... cresceu aqui... Era mais sofrido! Não tinha esse tanto de carro, não tinha nada. Aqui tudo saía era no lombo do burro, cê buscava as bóia, as despesa toda era no lombo do burro. Não tinha... Todo canto que ocê ía aqui era só no burro.” (Entrevista realizada com morador Julho, 2013).

“De melhora que teve, com certeza... Aqui pra nós, aqui... Foi a estrada. Isso aí facilitou muita coisa, né.” (Entrevista realizada com morador Fevereiro, 2014).

“Num tinha, por exemplo, meus menino estudo tudo sem tê um ônibus, sem tê um carro pra i la daqui a pé pro Itambé, de baixo de chuva, vortava a noite, tudo de baixo de chuva.” (Fevereiro, 2014).

“O transporte era sempre menos.” (Entrevista realizada com morador Março, 2014).

“Comparando de 95 até hoje é impressionante como que, né, o acesso, né. Melhorou muito, o, a condição de ter um transporte, né? Hoje a maioria das, dos jovens tem moto.”: (Entrevista realizada com morador Março, 2014).

Essa melhoria nem sempre foi um resultado da atuação do poder público. É comum que a ação da sociedade civil seja determinante para a realização das obras:

“Quando a gente veio pra aqui, aqui não tinha rua. A gente fez tudo braçal.” (Entrevista realizada com morador Março, 2014)

“Aqui pra nós que mudou foi a estrada, né. Mas isso aí não foi Prefeitura que fez não. Foi o [morador] que começou com isso aí. E no final cada um ajudou como pôde, né.” (Entrevista realizada com morador Abril, 2014)

“Porque essa água aqui não é de prefeitura não. Não. Isso é o turismo [proprietário de empresa de turismo] que nos ajudou. Ajudou a comunidade, fez o murtirão e o turismo ajudano nós.” (Entrevista realizada com morador Março, 2014)

Outros entrevistados também apontam melhorias nos serviços de saúde, educação e serviços de abastecimento de água:

"É, mas aquele grupo foi bem depois que fizeram ele... é... começamos estudar numa casa do moço, era numa casa perto da fábrica de farinha." (Entrevista realizada com morador em Outubro, 2013).

"O pessoal que modificou tudo, é... principalmente estudo, né? Hoje em dia tem ótimos estudos, ótimas salas. Antigamente aonde que a gente estudou? né." (Entrevista realizada com morador em Março, 2014).

"Mudou, porque antigamente não tinha água encanada. Nós pegava água no rio. Sabe que nós carregava água, no que? Cabaça. Plantava a... (risos) abóbora... abóbora d'água, quando ela secava a gente furava um buraco nela assim, tirava a semente toda de dentro, limpava ela, bem limpinho... Porque a gente não agüentava comprar vasilha pra pô a água não. Então, lavava ela bem lavadinha, carregava água era na cabaça. Daqui onde a gente tá morando, cê num tá vendo o rio lá embaixo. Carregava de lá embaixo..." (Entrevista realizada com morador em Março, 2014).

"Uai, de melhora aqui a gente consegui, agora a gente tá tendo médico aqui de 15 em 15 dias. Antes era de mês em mês. Mas já é uma vitória..." (Entrevista realizada com morador em Março, 2014).

"Tem a... o controle de pesagem das crianças." (Entrevista realizada com morador em Fevereiro, 2014).

Apesar disso, outros depoimentos defendem a necessidade de serviço de transporte, abastecimento de água e de fornecimento de energia - corroborando com os dados do subitem *4.1.2 Caracterização Censitária da APAEAV* - como uma realidade ainda enfrentada:

"A gente tá lutando pra eles conseguir a luz, a estrada de carro já vai até lá." (Entrevista realizada com morador em Março, 2014).

"Nóis não conseguimos foi a luz ainda minha fia. Tamo nessa luta aí só Deus sabe quanto tempo já. É uma dificuldade só." (Entrevista realizada com morador em Abril, 2014).

"Essa estrada que é ainda muito ruim né. Não tem transporte... Podia era de melhorá. Quando temo de busca ou leva mantimento... o povo cobra é... 70,00 reais [...] Quem agüenta? E hora e outra tem que pagar, né. Porque nós tem as precisão." (Entrevista realizada com morador em Abril, 2014).

"Nós somos muito é desfavorecido com a falta de condução. Já ganhamo cimento e fico no Milho Verde, por falta de modo de trazé. Cê vê que a luz também, tá pra todo lado. Até lugar sem morador já tivemos notícia de tá tendo luz... E aqui pra nóis... Até agora nada." (Entrevista realizada com morador em Abril, 2014).

"Não é. Já foi feito o teste aí [...] Essa água não é própria não... A água que a gente bebe mesmo... [...] Dizem que veio um recurso dos quilombola pra Prefeitura que eles vão usar pra isso aí... pra fazer cisterna pra os morador." (Entrevista realizada com morador em Abril, 2014).

Um morador argumenta ainda que a placa do Programa Luz para Todos foi colocada em sua propriedade, mas que a mesma não funciona. Segundo

ele, sua família aguarda que a energia elétrica seja implementada em sua residência, mas expressa claramente a descrença com a situação, conforme depoimento:

"E essa praca [placa de luz] é fraquinha, não guenta nada! Isso não guenta um bifásico, não guenta um... ferro elétrico. A luz tá pra vir. Isso aí é... vai vir lá pros anos cem, essa enrolada lá. É... Tem um deputado que prometeu que se a gente..." (Entrevista realizada com morador em Outubro, 2013).

Outra mudança muito lembrada pelos moradores da APAEAV, com exceção do **Norte** da unidade, diz respeito à forma de construção das casas:

"Antigamente não tinha casa de têia aqui não, era casa de capim. [...] Ainda tem uma lá embaixo de [morador local], ele colocou plástico e colocou o capim por cima. [...] Agora ninguém quer saber de capim mais não. Vai dando um jeitim, se puder comprar dessas teia compra, se não puder, compra de amianti pra fazer a casa.." (Março, 2014).

"Rebuçada de sapé era casa boa. O resto era de coco. E a de pau durava 45 ano, sem dá uma pinga... O colchão era de palha de milho" (Fevereiro, 2014).

Mudanças na paisagem e na disponibilidade de recursos naturais também são observadas por moradores da APAEAV. De modo geral, a principal delas é a diminuição das plantações e das matas, conforme depoimentos: "Tinha... antes? tinha muita lavoura! muita lavoura mesmo!" (Abril, 2014); "Aí tinha era muita mata. Mas de primeiro o pessoal era muito necessitado. Teve que tira... Bendizé, pra comé, né." (Fevereiro, 2014).

Os moradores da região **Norte** da APAEAV citam principalmente a diminuição da mata ciliar. "[...] tinha mais mato... era mais nas bera." (Entrevista realizada com morador em Outubro, 2014); "O camporão vinha aí na beira do caminho. Aí cê ía daonde você veio, tinha um camporão muito pesado, cabou de fogo. [mata na beira do rio]." (Entrevista realizada com morador em Julho, 2014). Nessa região, que pode ser considerada mais preservada que demais áreas da unidade, talvez essa mudança fique mais nítida ao olhar dos residentes.

Realmente, em campo, se observa muita intervenção antrópica nas matas ciliares, dessa região, especialmente para o plantio de braquiaria. Apesar disso, outros entrevistados da mesma região consideram que o fogo não interfere na preservação da vegetação, conforme relato: "Mas aqui, minha fia, esses mato tudo preservado aí, foi apagado fogo muitas veiz. Meus meninos ía... toda semana apaga um fogo no mato." (Entrevista realizada com morador em Outubro, 2014).

Nas áreas de cerrado os entrevistados lembram que espécies vegetais como a Candeia e a Sempre-Vivas também diminuiriam muito em quantidade.

“Porque a candeia tinha muita aí no mato. Agora que não tá tendo muita candeia né. Mas antes tinha muita candeia aí no mato. Então foi acabando. [...] Agora tem candeia, mas não tem candeia no cerne, como tinha de primeiro, seca pra poder iluminar não. Tá velde, né. A sequinha ficava por cima no mato, caia casca, ficava aquela casca assim...” (Entrevista realizada com morador em Fevereiro, 2014).

“Quando achava muito então [Sempre-Vivas]... Agora que ela tá dando mais pouco, né... Ela ficava tremendo assim no campo, branquinha nos campo, que ela até trançava uma na outra. Era preciso da gente sacudia, ela, pra separar, pra gente poder panhá, senão arrebentava as flozinha pra cima. Mas diminuiu demais, agora diminuiu e muito. Agora dá, mas dá mais pouco.” (Entrevista realizada com morador em Março, 2014).

Em contraponto à diminuição das matas, de espécies nativas e da agricultura, novos elementos se estabeleceram na paisagem. Nesse sentido, o Eucalipto, a Braquiária e a Samambaia, são muito citados pelos moradores. As duas primeiras são espécies exóticas ao nosso ambiente e a terceira, apesar de nativa, muitas vezes representa um problema para o produtor rural pela sua facilidade de propagação pelo ambiente. Para alguns moradores, muitas vezes a existência expressiva dessas espécies traz prejuízos para as comunidades.

“Olha, olha [morador local], olha o que que é Samambaia, pra vê, aqui agora! Olha que que é Samambaia, esse trem tudo em geral. Quando cair um fogo... eu tenho medo aqui. Eu não ponho criação aqui mais não. Se cair um fogo... Cê pode falar assim, pô sumi! Pô salvá a vida, porque vai embora tudo.” (Entrevista realizada com morador em Fevereiro, 2014).

“Tem esse eucalipto aí, que de antes não tinha. Veio foi de fora né. Daquela mulher do Serro... A [proprietária].” (Entrevista realizada com morador em Março, 2014).

“A água aqui diminuiu muito. Pra mim foi a Braquiaria que colocaro.” (Entrevista realizada com morador em Fevereiro, 2014).

“O que modificou, que foi... esse pasto todo que tem. É de um... De uma pessoa só, de lá do Milho Verde, do [morador] num sei se cê já ouviu falar...Então, é dele. Tudo que cê ver de Braquiaria aí é dele.” (Entrevista realizada com morador em Março, 2014).

Alguns depoimentos afirmam que as grandes áreas de Braquiária e Eucalipto são de proprietários externos à comunidade. Porém, entende-se que essa não é uma realidade imperante, tendo em vista que os próprios moradores relatam seu uso, especialmente da Braquiária para a pastagem.

É curioso notar como moradores de diferentes áreas da APAEAV tendem a falar de uma sucessão de elementos da paisagem natural bem semelhante. Em primeiro lugar há a presença de muita mata. Depois fragmentos dessa paisagem são transformados em áreas de cultivo. Essas áreas, por sua vez, quando não mais utilizadas para esse fim, são transformadas em pastagem. E, ainda, pontualmente, há um relato de um

morador de que no lugar de uma área de pastagem foi plantado o Eucalipto.

“Porque olha pra você vê, isso aqui era uma mata, eles planta uma roça aí num ano, coleta tudo, quando eles caba de coleta a roça, eles mete Braquiaria em cima. Transforma tudo em pasto. Eles mesmo ta prejudicando eles. E o tanto que ela acaba com água.” (Entrevista realizada com morador em Fevereiro, 2014).

“A mata que saiu, agora é gado” (Entrevista realizada com morador em Fevereiro, 2014).

“Uai, quê mudou é que era tudo pastagem ali, onde cê tá veno, aquele eucalipto, ali? Era tudo pasto. [...] (Entrevista realizada com morador em Fevereiro, 2014).

“Eu alembro quando tinha mais mato. Aqui... aí passava aí na beira esse aí. Eu que rocei... Ali eu rocei pra prantar, né? Depois a mandioca não quis dar mais, eu fiz pasto.” (Entrevista realizada com morador em Julho, 2013).

No último depoimento o morador afirma que após um empobrecimento da fertilidade do solo para o plantio de mandioca, optou-se simplesmente por transformar a área em pastagem plantada. Esse discurso, assim como a sucessão de elementos na paisagem observada, demonstra talvez uma dificuldade de práticas conservacionistas do solo que permitissem que a área em questão continuasse apta a produção agrícola. Tal fato aumenta a pressão sobre a vegetação nativa, uma vez que, ao não reutilizar a área para plantio, é possível que em outro momento seja necessário se desmatar outra área para esse fim. Além disso, o solo de uma área de mata recém suprimida é fértil, entretanto, esta fertilidade irá reduzir se não houver adoção de técnicas conservacionistas do solo, o que inevitavelmente irá gerar o abandono da área e a necessidade de abertura de nova frente de desmate.

Nesse sentido, é imperante lembrar a tradição rural do uso do fogo para renovação da pastagem e a abertura de novas áreas de desmate, sem que se fosse dada devida utilização para as já existentes, eventos já relatados por naturalistas no século XIX na região (SAINT-HILAIRE, 2000 apud ÁVILA, 2014). Além disso, dados do IBGE de 2006 já apontavam que no Serro cerca de 22% das pastagens já estavam degradadas (abertura de erosão, alastramento de samambaias, etc.) (ÁVILA, 2014).

Um morador lembra também os impactos ao meio ambiente causados pelo garimpo na região:

“Que foi o estrago que fez muito no rio. Destruíu muita coisa...Bonita que tinha. É. ô, os peixes acabaram. Né? Muitas mata que tinha...na berada do rio...Aquele beleza natural acabo, né por que, desbarrancava tudo né? Desmoronava tudo. Acabo que os rio mesmo

bonito fico...É, antigamente o rio aqui era... Muito grande... eu como morei toda vida aqui, a gente, num tinha água encanada a gente lavava vazia no rio. Então a gente levava as vazia suja pra lavá no rio, quando a gente punha, as panela enchia de peixe. De tanto peixe...que tinha ali. E hoje e... Agora até que tá tendo uns lambari, mas os peixes, mandinha, esses peixe acabaram! Eu acho que tá voltando por que diminuiu, acabo as bomba. Mas mesmo mandinha é muito difícil achar, e antigamente tinha tanto. E têm um rio aqui perto que chama samanbaia que a gente pra ir pra uma roça pra gente, e a gente passava lá na época de reprodução dele, a... Era tanto que cê podia chega assim com uma vasilha e pega no... Na... Na... Na praia...no rio de tanto peixe que tinha. E hoje...Num têm mais por que... Têm o... o uso do... Dos... Do... Do gás dos produtos, do óleo né? Lá nas bomba... Aquilo destruiu. E acho que no desmorona os rio eles ficaram sem encosta pra ficar...Aí acabou.” (Entrevista realizada com morador em Março, 2014).

Na parte **Leste** da APAEAV, os moradores apontam o aumento da densidade da mata, conseqüência das restrições ambientais impostas na região relativas à produção do carvão:

“ [...] o que mudou é que hoje tem muito mato, muita vegetação. [...] Primeiro o pessoal vivia aqui, fazia carvão, acabou esse trem...o mato saiu. O povo num tá desmatando. Isso deve ter uns vinte e tantos anos...” (Entrevista realizada com morador em Março, 2014).

“Ô que matarel aí, ninguém tem nem uma pranta. Num pode... roça! Cê num pode passa e pô fogo pra tratá.” (Entrevista realizada com morador em Março, 2014).

“Na época que tinha carvão, acabou as mata, né. Mas agora já volto. Voltô tudo já.” (Entrevista realizada com morador em Abril, 2014).

Nessa região a época em que existia muita produção do carvão é lembrada pelos entrevistados principalmente pela presença de muita poluição e fumaça. Para os moradores depois que essa atividade foi restringida na região a qualidade do ar melhorou bastante:

“[...] ocê só via era fumaça nesse trem... [...] Mas muita gente ficou doente também, né. Era um pretume o ar aí. Quando tava sol igual agora assim... nó! aí que era sofrido, cê só via era fumaça.” (Entrevista realizada com morador em Março, 2014).

“Mas era sofrido também. Era muito sofrido... Aquela fumaça! Mas melhorou, isso parou.” (Entrevista realizada com morador em Abril, 2014).

“[...] mas o oxigênio era barra pesada...” (Entrevista realizada com morador em Maio, 2014).

“Nós sofria com o á, né. A poluição era demais. Eu lembro que mês de agosto, ninguém agüentava aquela poluição, cê via mesmo!” [carvão] (Entrevista realizada com morador em Março, 2014).

No **Leste** da unidade percebe-se que a estagnação da produção do carvão, apesar de ter diminuído a geração de renda local, foi fundamental no sentido de garantir a preservação dos remanescentes de Mata Atlântica na região, assim como de contribuir com aspectos relacionados à saúde da

população, tendo em vista os diversos depoimentos sobre a qualidade do ar. Dessa forma, ainda que seja importante garantir a autonomia das comunidades na manutenção do seu ambiente, entende-se que as normas governamentais são cruciais para de fato garantir que determinado ambiente seja protegido, especialmente se tratando de situações que envolvem questões econômicas.

Especificamente em Milho Verde, um morador aponta que uma mudança sentida na paisagem é a redução do número e tamanho dos quintais nas residências dos moradores, consequência da atividade turística e especulação imobiliária:

“Agora um ponto negativo do turismo, prejuízo... é essa questão de se perder os quintais, pra querer o dinheiro fácil... Aí chega gente procurando casa, aí não tem, é, no quintal eles fazem uma casinha, depois faz outra casinha, e vai alugando porque tem essa demanda, de gente de fora que tá chegando e os filhos que tão crescendo e casando também querendo espaço, né? Ter sua casa e tal. Aí, nessa aí, vai acabando os quintais.” (Entrevista realizada com moradore em Março, 2014).

Por fim, com relação à paisagem e os recursos naturais percebe-se que as principais mudanças negativas apontadas pelos moradores são resultantes principalmente das ações antrópicas no ambiente. Ressaltando a importância das restrições ambientais no sentido de garantir a integridade de determinados recursos para essas próprias populações.

4.3.3 Geração de Renda e Sustento Familiar

De acordo com Azevedo *et al* (2009) na região da APAEAV, os moradores utilizam-se do complemento de diferentes formas de utilização dos recursos naturais para o sustento familiar, desenvolvendo atividades como: agricultura, pecuária, extração mineral e vegetal.

Contudo, o conjunto de atividades que compõe a renda e o sustento familiar na APAEAV sofreu modificações principalmente pela melhoria da qualidade de vida das famílias, através de outras fontes de renda não agrícolas, como programas governamentais e a prestação de serviços.

Como já explicitado no item 4.3.2 *Características e mudanças socioambientais*, a agricultura na região diminuiu muito nos últimos anos, apesar de ainda ser desenvolvida em toda região da APAEAV. Da mesma forma, ocorre com a produção de produtos artesanais. Foram identificados como produtos artesanais produzidos e comercializados na unidade: mel,

queijo, bordados, doces, biscoitos, pães, enfeites, bijuterias, farinha, fubá, rapadura e cosméticos.

A produção agrícola e artesanal ocorre de forma bastante diferenciada na área da APAEAV, em algumas regiões para subsistência, em outras para comercialização. Fora os fatores motivadores relacionados às mudanças no modo de vida já apresentados, outros elementos relacionados à geração de renda também são condicionantes, como: a existência/ausência de outras alternativas familiares de renda e também, a própria condição econômica dos moradores.

No **Leste** da APAEAV é recorrente o discurso dos moradores reclamando da difícil saída dos produtos agrícolas e seus derivados. Com exceção da cana, que costuma já ter uma saída garantida para as fazendas de alambique da região. Essa realidade é ilustrada pelos seguintes relatos:

“Eu não quis mexer mais não. Passo é pro otros. A saída é mais poca né. Mas até que a rapadura eu ainda... Assim, de vez em quando, faço ainda pra vende, né. Como se diz, em Santo Antônio.” (Entrevista realizada com morador em Fevereiro, 2014).

“Teve gente que tentó criação de abelha. Mas num deu procedimento. [...] A abelha pra vendê o mel. Mas tem uns que ainda faz o mel. Mas num produz aquele tanto de mel, e se produzir muito também não têm nem saída, entendeu?” (Entrevista realizada com morador em Fevereiro, 2014).

“Aqui também... as coisa... não tem pra onde vender né. Porque também assim... Cada um tem o seu né. Eu tenho o meu, você tem o seu.. E vai vivendo. Mas tem os que vende também. Mas hoje é mais pouco. [plântio]” (Entrevista realizada com morador em Fevereiro, 2014).

A compra dos produtos agrícolas das propriedades rurais familiares pelas prefeituras é importante no sentido de contribuir com a saída da produção rural na região. Essa é inclusive uma obrigatoriedade estabelecida aos municípios no Brasil, por meio da Lei nº 11.947 de 16 de Junho de 2009. De acordo com essa legislação, 30 % dos insumos necessários ao preparo das merendas escolares devem ser adquiridos nas propriedades rurais familiares. Nesse sentido:

“Aí na Prefeitura, a gente entregava as coisas. A gente entregava assim, abroba, alface, essas coisas pra gente ter... alguma... arrecadar algum dinheiro pra gente viver. E agora? Agora não ta tendo isso mais, porque nós só entreguemo é... começamo entregar março, abril, maio e junho e paro. Não entreguemo mais coisa... agora num deu... Todo mundo prantava um poquinho, né... prantava horta assim, pra entregar. Agora nessa vez que eles começou pegar e não pegou mais, as coisa perdeu tudo. Todo mundo tava com horta,

horta boa, aí as coisa tudo perderam." (Entrevista realizada com morador em Fevereiro, 2014).

No **Oeste turístico e não turístico**, não houve esse tipo de queixa. Segundo os moradores: os produtos sempre tem saída. Essa diferença pode estar relacionada à condição financeira das famílias nessas duas áreas, que teve melhoras pelas possibilidades de trabalho oriundas da atividade turística e que por conseqüência aumentaram o poder de compra desses moradores.

"É, eu faço os doces, eu faço marmelada, [...] E assim tem outros que mexe também. Tem uma família que faz licor, de Jaboticaba, tem uns que faz é o doce de leite mesmo... No caso é isso que a gente faz... os doces que a gente vende, a gente vende pra, pras pessoas que vem pra na comunidade [turistas]." (Entrevista realizada com morador em Fevereiro, 2014)

"A Tapeçaria, por exemplo, o Clube de Mulheres, eles fazem os produtos, cosméticos, mas fazem... "o pessoal do lugar compra? – compra", mas a maior parte é o turista." (Entrevista realizada com morador em Março, 2014)

Em uma das comunidades do **Oeste turístico** da APAEAV, Milho Verde, por exemplo, aos finais de semana ocorre a Feirinha de Produtos Agrícolas e Artesanais, onde moradores locais e do entorno vendem os produtos agrícolas e derivados. Além dos próprios moradores, é comum a presença de turistas, mesmo em baixas temporadas, o que aumenta a possibilidade de saída dos produtos.

No **Oeste turístico** percebe-se uma menor dependência financeira com relação à produção agrícola. Mas, ainda assim alguns depoimentos apontam que ainda é necessário ter uma plantação para garantir determinados mantimentos para usufruto familiar, tendo em vista que o turismo nem sempre traz renda para toda a comunidade, além da questão da sazonalidade intrínseca à atividade, a qual faz necessária a garantia de outras fontes de renda. Essa realidade é expressa pelo seguinte depoimento:

"Ah, na verdade até hoje as pessoas plantam roça, e plantam horta, e criam também, porque é... não dá pra viver só de, de turismo. Eu mesma num, nunca aluguei casa pra turista. Nunca, nunca, é... servi comida pra turista nem nada. É... então tem muitas pessoas que, que não tem, né, como fazer isso aí" (Entrevista realizada com morador em Fevereiro, 2014).

No **Oeste não turístico** a produção artesanal foi inclusive apontada por alguns moradores como a principal fonte de renda para as famílias. Cabe destacar o papel fundamental do turismo nesse processo. O projeto Bordados da Barra da Barra da Cega no Serro, que já vem envolvendo inclusive outras

comunidades próximas, é um exemplo dessa geração de renda, como ilustrado pelos depoimentos:

“Por exemplo, Barra da Cega que vende né a coisa, então assim. Que tá relacionado ao turismo, né? Não tô falando das pessoas irem lá frequentemente, mas frequentemente eles tão ganhando com isso.” (Entrevista realizada com morador em Março, 2014).

“A gente vive dos bordados.” (Entrevista realizada com morador em Março, 2014).

De acordo com os entrevistados, no **Norte** da APAEAV a produção agrícola ocorre em praticamente todos os núcleos familiares para o consumo e ocasionalmente, realiza-se a produção agrícola e artesanal para comercialização, diante de uma demanda financeira familiar, pelo fato da produção ser onerosa, sem garantia de retorno financeiro.

“Uns faz queijo, mas pra vendê é só uma vez ou outra em Diamantina. Vamo dizê assim, se a pessoa tá ino e tá precisano daquele recurso ela faz né... Mas não é sempre que tem. Pra consumo, aí sim... É... Mas pra vendê mesmo não.” (Entrevista realizada com morador em Outubro, 2014).

“A gente sempre fez... e ainda faz né. A rapadura, a farinha. Mas o dinheiro disso tudo aí... Ah... num compensa mais né... caiu muito.” (Entrevista realizada com morador em Março, 2014).

“Aqui, plantação a gente planta muito pouco. Porque fica mais difícil, porque a gente não tem máquina, não tem nada pra ajudar a gente. Tudo é na mão. É, um lugar muito acidentado então máquina é difícil. A gente planta mais pouco... A gente mexe com uma criaçãozinha pouca na porta mesmo aí. Mais pro gasto nosso mesmo também”. (Entrevista realizada com morador em Abril, 2014).

Com relação à criação de gado, de modo geral na APAEAV, segundo relato dos moradores, assim como o plantio, ocorre mais relacionada ao próprio consumo. Com exceção de algumas fazendas de criação existentes. Independente de em menor escala pelas comunidades ou por essas fazendas, na APAEAV, a criação de gado geralmente é realizada de forma extensiva, ou seja, os animais são criados soltos. Os depoimentos a seguir ilustram as situações de pecuária para subsistência:

“Cada um tem o seu, né. Eu tenho seis. [gado]” (Entrevista realizada com morador em Julho, 2013).

“Não é gado não. Gado não mexe... Toda casa que cê chegar aí tem criação aí perto de casa. Mas é pra só pra corte.” (Entrevista realizada com morador em Outubro, 2013).

“Todo mundo tem, assim, sua vaquinha, né.” (Entrevista realizada com morador em Março, 2014).

Segundo Ávila (2014), apesar da pecuária ser uma das principais atividades desenvolvidas na região, os rebanhos não tem densidade significativa pela topografia da região.

Assim como a criação de gado, a Silvicultura também aparece como uma atividade desenvolvida por essas grandes propriedades. Segundo os moradores, na maioria das vezes, essas fazendas não são de pessoas da região, são proprietários de fora que contratam caseiros para manutenção da sua propriedade.

Em geral, com relação à extração vegetal e mineral, houve poucos relatos dos moradores nas entrevistas. Porém, sabe-se que na região a extração de produtos das duas naturezas é bastante comum. Apesar disso, alguns entrevistados apontaram algumas extrações que ainda ocorrem na unidade, conforme ilustrado pelo Quadro 10, a seguir.

Quadro 10 – Quadro das entrevistas sobre extração mineral e vegetal para geração de renda na APAEAV

<i>Análise de Conteúdo geração de renda pela extração mineral e vegetal</i>			
<i>Norte</i>	<i>Leste</i>	<i>Oeste turístico</i>	<i>Oeste não turístico</i>
<i>"É... o pessoal aqui vive de prantá e de prantio, vive de prantio, vive de panhar as floricultura, as flores de campos, né, que aqui tem várias fror de campo.." (Outubro, 2013)</i>	<i>Tem uns que ainda vive do carvão, né. Mas só que isso aí é ilegal. Mas isso aí... é assim... não são muitos né. São pocos... Eles são o jeitinho, né. Eu não vô é te falar quem é. Mas ainda que tem... tem." (Março, 2014)</i> <i>"Tem uns que vende carvão ainda, até hoje." (Fevereiro, 2014)</i> <i>"tem gente que tem seu carvãozinho ainda" (Março, 2014)</i>	<i>"Agora aqui o povo coleta aqui direto. Aqui dá muita sempre-vivas. Eles coleta e vende lá no Capivari, tem um moço de Capivari que compra e vende lá em Datas. Ou então, tem um moço de Diamantina que compra também." (Março, 2014)</i> <i>"Mesmo agora depois que já tem o Parque, escondido eles ainda panha [Chapada]." (Fevereiro, 2014)</i>	<i>"Alguns tão lá na Areinha, né... Tem uns que tão é pra lá." (Abril, 2014)</i>

Fonte: Elaboração própria a partir de entrevistas realizadas.

O extrativismo das Sempre-Vivas é apontado como uma atividade que hoje é executada na maioria dos casos por moradores do **Norte** da unidade e **Oeste Turístico**. Ao que parece, atualmente, a coleta está concentrada nos moradores residentes próximos aos campos rupestres, área de ocorrência natural dessas espécies, e, portanto, os deslocamentos temporários de moradores de outras regiões da APAEAV para coleta dessas plantas, como ocorria antigamente parece não ser mais comum.

A extração da mata nativa do bioma Mata Atlântica também possivelmente ainda é utilizada para geração de renda. Muitos depoimentos apontam que a produção do carvão na região ainda é realizada forma ilegal.

Porém, é sabido que alguns pontos de produção de carvão são legalizados, ainda que não tenham sido explicitados pelos moradores.

O trabalho na Areinha em Diamantina - garimpo ilegal instaurado na região e já noticiado em diversos meios de comunicação - também é apontado como fonte de renda familiar por um morador do **Norte** da APAEAV. Apesar da pouca ocorrência desse relato nos depoimentos, durante observação em campo, vários outros discursos nesse sentido apareceram. Dessa forma, infere-se que seja uma realidade recorrente em outros núcleos familiares.

Além das atividades manuais e de utilização dos recursos ambientais já citadas, percebe-se que outras fontes de renda, vieram a complementar a renda familiar na região, como: prestação de serviços, programas assistencialistas e benefícios previdenciários.

Com relação a prestação de serviços, no **Norte** da APAEAV pela ausência de empresas, grandes proprietários de terras ou outro tipo de fenômeno que gere a necessidade de contratação de mão de obra, a prestação de serviços não é comum. Apesar disso, existe uma expectativa dos moradores com relação à geração de emprego pelas mineradoras.

No **Leste** a prestação de serviços tem grande importância para complementação de renda e ocorre principalmente pelos seguintes empregadores locais: prefeituras municipais, comércio dos centros urbanos, Instituto Estadual de Florestas e pelas fazendas de criação de gado e eucalipto da região, conforme depoimentos:

"Tem uns que tão empregado em Itambé, outro tá empregado assim... é empregado pro zoto, né [fazendas locais]." (Março, 2014).

"É roçando, capinano, prantano, uns trabalha pra si. Mas também trabalha muito pras quele fazendero que nós passemos perto ali... Eu mesmo criei meus fio trabaiano pra ele no "jornal". (Fevereiro, 2014).

"Essa indústria que saiu, esse serviço que saiu, o pessoal tá tudo empregando lá. Esse povo de Conceição, do lado de Conceição aí. O povo tá correndo atrás, porque lugar fraco...A gente veve que Deus é que sabe, né. Num dá nem pra explicar direito." (Fevereiro, 2014).

"Tem muitos trabalhano é pra Prefeitura, aí. Num posto de saúde, como professora mesmo. Tem o IEF hoje, também, que quereno ou não tá dando um empreguim. E vai ino, assim." (Março, 2014).

"A maioria trabalha em terreno dos otros. Tem os que trabalha de diarista. Muito é gente que chego da zona rural...Tinha vida precária... Trabalha de diarista, mas pelo menos tem casa... tudo..." (Entrevista realizada com morador em Fevereiro, 2014).

Cabe lembrar que nessa região da APAEAV o êxodo temporário para

prestação de serviços é bastante comum, como já explicitado no item 4.3.2 *Características e mudanças socioambientais*, assim como no **Oeste não turístico** da unidade. Nessa região, a prestação de serviços, quando não ocorre por resultado da atividade turística, é bem semelhante a da região **Leste**, conforme depoimentos:

“Limpa pasto pros outros. Mexe é com pastagem, limpano pastagem. Igual, por exemplo, braquiaria. Sujou assim, eles pega de empreitada. Eles vão pro Rio de Peixe, Jaboticatuba. Eles vão todo mundo pra longe. Vai lá pro pé do Itambé. Esparrama gente pra todo lado. Cada lugar aí tem uma pessoa. Aí eles pega uma empreitada e fica 40, 50 dias pra lá.” (Entrevista realizada com morador em Fevereiro, 2014).

“Tem uns até que trabalha no IEF. Aí já tá ajudano um pouco, né.” (Entrevista realizada com morador em Março, 2014).

“Otros trabalha pro otro por 30,00. Roça em outro lugar quando tem trabalho.” (Entrevista realizada com morador em Abril, 2014).

“Trabalha pros outros. Aí é roçando né, capinando...” (Entrevista realizada com morador em Março, 2014).

Porém, no **Oeste não turístico** a necessidade do deslocamento temporário para prestação de serviços tem se tornado cada vez menos necessária, tendo em vista que o turismo desenvolvido no **Oeste turístico** tem utilizado da mão de obra dessa região e também possibilitado o desenvolvimento de atividades econômicas potenciais até mesmo dentro dessas localidades, como ilustrado pelos depoimentos:

“E, e inclusive né, Milho Verde, São Gonçalo ta buscando pessoas da zona rural pra trabalhar aqui. A gente, eu vejo todas as manhã, já vi gente do Ausente vindo trabalhar. Sabe? Duas, três pessoas tem serviço fixo também, né, que trabalha em pousada, porque a mão de obra tá, tá menos, né, por causa de Bolsa Família, por causa de ter seu próprio negócio e tal, e ou então de ter muitos, muita demanda né, muito restaurante, muita pousada, muito café, aí muita gente de fora, precisando de gente pra trabalhar, pra olhar filho e tal, então tá vindo gente do Ausente.” (Entrevista realizada com morador em Março, 2014).

“Tenho visto muitas pessoas indo trabalhar em Milho Verde e São Gonçalo. E, e, é muitas mulheres, né, que trabalharam com enxada né, limpando quintal, ou ajudando em cozinha, fazendo limpeza. E elas vão a pé, porque escolar não dá carona, não.” (Entrevista realizada com morador em Fevereiro, 2014).

“Muitos tá trabalhano na construção civil, né. Vai, ganha o dinheirinho e volta [Vai para Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras].” (Entrevista realizada com morador em Abril, 2014).

“Como já vi gente saindo de Milho Verde, de pedreiros indo trabalhar no Ausente também, Quer dizer, a pessoa já conseguiu uma grana, melhorou de vida, aí às vezes tá investindo lá numa casa, aí já foi um pedreiro daqui pra trabalhar lá.” (Entrevista realizada com morador em Março, 2014).

Por sua vez, no **Oeste Turístico**, obviamente as atividades de prestação de serviço, resultado do turismo, são pilares da geração de emprego e renda

para as comunidades.

“E aí o turismo, é que ta sendo a maior parte mesmo, aí... hoje... é o turismo. Que traz os benefícios pra comunidade, né, de uma forma ou de outra, né. O que não trabalha diretamente com o turismo, mas ele se beneficia dele da mesma forma. Porque a não ser escola, comércio... não tem outra... emprego, né. E as pousadas, né, que é o turismo imediato, já através de pousada, né.” (Entrevista realizada com morador em Fevereiro, 2014).

“[...] a maioria das pessoa vive é de turismo. Por igual, assim... a sobrevivência é mais é turismo, mesmo.” (Entrevista realizada com morador em Março, 2014).

Além dos postos de trabalho já citados - fazendas, Instituto Estadual de Florestas e prefeitura- as demais ocupações de prestação de serviços quando não são trabalhos diretamente relacionados ao turismo, são resultado indireto dessa atividade: A geração de emprego direto ocorre pelas pousadas, campings, aluguéis de casas, restaurantes, serviços de guiamento e a comercialização do artesanato. Muitos moradores locais são proprietários desses estabelecimentos ou oferecem serviços familiares, outros são funcionários de empreendedores que vieram de outras regiões para as localidades. Conforme depoimentos:

“É, aqui quem, como diz, pousada, comércio... e a escola. No mais, o pessoal trabalha, é um guia turístico, então já tá sendo beneficiado diretamente, né.” (Entrevista realizada com morador em Fevereiro, 2014).

“O turismo vem, traz um pouco também de renda. Porque naquelas casa onde eles hospeda, que dorme, alimenta. Ali entra um pouco, de...de...de dinheiro, né. Agora, aquele pessoal do turismo que vem, que quer passear na cachoeira, traz um pouquinho também. Aqueles que procura o guia. Aqueles que procura o guia, então, paga 30 reais pra levar lá na cachoeira. Agora uma pessoa que leva, né. Os otros não ganha nada.” (Entrevista realizada com morador em Fevereiro, 2014)

“Ó, muitas pessoas vivem do turismo mesmo, porque é, com isso é... construíram casas pra alugar, né. É... algumas pessoas venderam lotes, terrenos devolutos da comunidade pra ta... as pessoas, pras pessoas de fora e eles vem e constroem. Algumas pessoas, não são muitas, né? Mas que vende o, o, foram tirando lote assim da, da comunidade e vendendo pra, pras pessoas... Aí, é... trabalham construindo as casas pra eles e, e, as pessoas vão, tão vindo morar, tão vindo alugando. Casas, tudo assim. É... e as donas de casa vão pra... trabalham nos, nos restaurantes, né. Nos feriados. Algumas donas de casa... As pessoas mais no... as mocinhas também mais novas também trabalham nos restaurantes; Nas casas assim fazendo faxina... Isso aí que é a vida daqui hoje...” (Entrevista realizada com morador em Fevereiro, 2014)

A geração de renda indireta, mas que teve relação com o desenvolvimento do turismo na região, diz respeito aos postos de trabalho da construção civil, do comércio local, de diaristas, jardinagem, entre outros.

“Aqui, como diz, muitos ta é... construção, né. Agora a maior parte é construção. Hoje ta difícil cê conseguir um pedreiro aqui dentro (risos) porque antes tinha poucos, né. Agora já aumentou, mas mema assim, quanto mais... Tem muita gente que nem tinha sido pedreiro e agora já tá sendo, virou ajudante e hoje já tá, é trabalhando... Então, a maior parte dos homens aqui é parte de construção mesmo, uns é pedreiro, outros é ajudante, nessa parte.” (Entrevista realizada com morador em Março, 2014).

“A construção civil cresceu muito, então gerou emprego pra, pra moçada toda, né. Hoje todo mundo que já é rapaz ja tem sua moto, seu carro, sua casa, né.” (Entrevista realizada com morador em Março, 2014).

“[...] Umas trabalha na enxada pra otros, capinano quintal, pra ganhar um jeitinho. Outras lava uma roupa pra aquelas que tem mais um jeitinho... paga pra lavar uma roupa, né. Arrumar uma casa. Tem que ir ganhando assim...” (Entrevista realizada com morador em Março, 2014).

“Direta ou indiretamente é o turismo. Porque é o seguinte, quem tem os comércio, é com o turismo. O pessoal que trabalha na construção, que vem muitas construção, né... tem tudo a ver com o turismo. Alguém que vem morar, alguém investi pra receber alguém. Então tem tudo a ver com o turismo.” (Entrevista realizada com morador em Março, 2014).

“Olha, os homens tem trabalhado na construção civil, né? Que é o mais forte aqui. E as mulheres trabalham, além de trabalhar em casa, cuidar dos filhos, fazer todo esse serviço, ainda exploram mais o turismo, né? Elas trabalham né, pra limpar as casas, pra receber as pessoas que vem de fora, pra alugar, pra fazer contato.” (Entrevista realizada com morador em Fevereiro, 2014).

Essas atividades, pela falta de mão de obra local, acabam envolvendo moradores do **Oeste não turístico**.

Contudo, de uma forma geral, a base do sustento familiar, na APAEAV, tem sido os programas assistencialistas e previdenciários. Essas fontes de renda são essenciais para os moradores, pois são recursos certos, independente de quaisquer fatores.

Com relação à aposentadoria por ser um recurso mais significativo, é comum que seja utilizado por mais de um núcleo familiar. Foi bastante recorrente nas entrevistas o relato de que os mais jovens, não só crianças e adolescentes dependentes, mas, também, adultos mais jovens que os beneficiários, já com núcleo familiar constituído, se utilizam de parte desse recurso para o sustento.

“Os mais novo é as custa da mãe deles.” (Entrevista realizada com morador em Fevereiro, 2014).

“Tem os aposentados, né... Das casas, que vão ajudando, né, os filhos, ajudando as famílias.” (Entrevista realizada com morador em Março, 2014).

“Os pais que são aposentado é que ajuda, a socorrer aqueles que não é aposentado. Chega aquele dinheirinho lá, compra uma

despesinha, os pais que dá cada um... um filho pra ajudar, né. Porque cada um é casado, tem filho, né. A gente fica com dó. Tem que dá cada um um bocadinho, né.” (Entrevista realizada com morador em Março, 2014).

“Bendizé, todo mundo aqui é aposentado [tem um aposentado].” (Entrevista realizada com morador em Abril 2014).

“A! O povo ta vivendo mais é... É... Os aposentado.” (Entrevista realizada com morador em Fevereiro, 2014).

A referência ao Programa Bolsa Família é mais forte no **Leste** da APAEAV, em comparação ao **Oeste Turístico e não turístico** da unidade. Entende-se que esse contraste ocorre pelo nível de consumo e condição financeira nas duas últimas regiões, pelas fontes de renda já citadas. Situação que condiciona a maior ou menor importância da bolsa família no montante da renda familiar. Porém, de uma forma geral, para os moradores de toda unidade, esse Programa é a base do sustento familiar. Na fala dos moradores:

“Hoje, eu vou falar com cê, o povo eu nem sei de que eles vive. Igual cê falou aí. [perguntou] Mais é...Bolsa Família. Igual eu to falando. Bolsa Família é ainda o pouco que dá que ajuda, né.” (Entrevista realizada com morador em Maio, 2014).

“O que achou a melhorá a vida aqui.... Ah, menina...isso aí eu ser franca com'cê: Bolsa Família!” (Entrevista realizada com morador em Março, 2014).

“A Bolsa Família ajudou demais. E aí como se diz, aí a pessoa completa a idade, apusenta... E, aí vai...” (Entrevista realizada com morador em Maio, 2014).

“Nó, imagina! Hoje eu tenho é mais que agradecer a Deus. Cinco filho na escola, cê vê que num é brincadeira, né? É bastante puxado. Então, a bolsa família mesmo, me ajudou bastante, inclusive essa daí foi até o final, formou. Eu tenho mais é que agradecer. E muito!” (Entrevista realizada com morador em Março, 2014).

“Hoje em dia com esse Bolsa Família... No... No... No tempo de minha.... Que... Que eu criei meus fio num tinha nada disso. Hoje exista a cesta, a bolsa. Hoje é que as coisa mudo bastante, né. Graças a Deus.” (Entrevista realizada com morador em Fevereiro, 2014).

“Tem o bolsa família, aí já a renda melhorou...” (Entrevista realizada com morador em Fevereiro, 2014).

“A única renda que a gente tem assim nessa hora é o bolsa família que é... ajuda também...” (Entrevista realizada com morador em Fevereiro, 2014).

“Muita famia recebe o bolsa famia sabe?” (Entrevista realizada com morador em Fevereiro, 2014).

“Mucado ta aposentado. Mas a maior parte aqui mesmo, mais é bolsa família... pra falar assim, pra sobreviver.” (Entrevista realizada com morador em Março, 2014).

Para muitos entrevistados o Bolsa Família ajudou muito a população por dar condições mínimas de recurso financeiro para os moradores, mas por outro lado, alguns entrevistados apontam como conseqüências dessa assistência

social: a diminuição de mão de obra, abandono de atividade rurais e até mesmo, certa indolência de alguns beneficiários com relação ao trabalho, conforme relatos:

“[...] porque a mão de obra tá, tá menos, né, por causa de Bolsa Família [...]” (Entrevista realizada com morador em Março, 2014).

“Mas muita coisa também, o governo, ajudou muitas família carente. Mas também pôs muitas pessoas preguiçosas. Por que muitas pessoas também querem viver só de bolsa família... Abandonô lavora.” (Entrevista realizada com morador em Maio, 2014).

Essa realidade é preocupante tendo em vista que o trabalho/ocupação representa não só a geração de renda, mas também relações sociais e condições de saúde. Nesse sentido, outra forma de dependência de recursos assistenciais foi relatada. Segundo um entrevistado, muitos jovens da sua comunidade vivem revezando a prestação de serviços com o seguro desemprego recebido.

“Oia, têm muito costuma [...] Pega o seguro desemprego... Vêm e fica por aí até o seguro desemprego caba, depois eles volta.” (Entrevista realizada com morador em Fevereiro, 2014).

É curioso que essa informação surge pelo questionamento da percepção da pesquisadora da existência comum de muitos homens aparentemente ociosos nas ruas dessa no **Oeste não turístico**. Segundo o entrevistado, esses empregados realmente arrumam uma forma de serem dispensados para terem o direito ao benefício e poderem retornar à sua comunidade e ficar dependendo desse recurso durante um determinado período.

4.3.4 Percepções sobre a APAEAV

De modo geral, a percepção dos moradores com relação à APAEAV, enquanto UC, ainda é incipiente. Por questões de insuficiência de recursos humanos e financeiros, a equipe da APAEAV tende a ter uma atuação mais produtiva em determinados locais. É perceptível que a percepção dos moradores com relação à UC é muito diferenciada no território, criando vínculos mais efetivos em regiões onde a presença da equipe é constante – em especial no entorno da sede - em contraponto a regiões onde as ações são mais pontuais.

Além disso, muitas ações realizadas pela equipe - conforme subitem *4.2.1 Da criação e Gestão da APAEAV* - não trazem modificações imediatas a vida dos moradores, mas buscam resultados a longo prazo, como no caso das

ações de educação ambiental, muito evidentes nos documentos de gestão da unidade.

Quando os moradores são questionados sobre sua percepção sobre a APAEAV, no entorno da sede dessa unidade, onde a atuação da equipe é facilitada, os moradores falam o que pensam sobre essa unidade, enquanto em outras regiões da APAEAV, onde a atuação da equipe gestora não é tão efetiva, a população tende a responder se referindo ao Parque ou ao IEF como um todo.

As respostas de desconhecimento sobre a APAEAV tenderam a aparecer principalmente no **Leste** e também, no **Norte** da unidade. Nessas áreas, é comum respostas como: *“Apa? Nunca ouvi falar...”* (Março, 2014) *“Ah... Isso aí eu não sei te dizê não, viu, minha fia”* (Fevereiro, 2014) *“Não. Não ouvi falar não”* (Maio, 2014).

Por outro lado, no **Oeste turístico e não turístico**, entorno da sede da unidade, as pessoas já tem um posicionamento e opinião formada sobre essa área protegida, ainda que em alguns casos essa opinião seja de indiferença, como evidenciado nos seguintes discursos: *“Ah, por enquanto não incomoda com nada não.”* *“Apa? Não mudou em nada, não.”* *“Pra isso aí... Assim... Não mudou nem pra ruim, nem pra baum.”* (Entrevistas realizadas com moradores em 2014).

Não é o discurso predominante nessa região, mas no **Norte** da UC essa indiferença também aparece. Algumas pessoas falam da APAEAV, no entanto, sem apontar sua relação com essa unidade, como no discurso: *“Eu pelo menos, pra mim, não me atrapalha em nada, a APA ta pra lá, eu to pra cá.”* (Entrevista realizada com morador em Julho, 2013). A resposta aponta algum contato que o morador já teve com alguma questão relacionada à unidade, pois sabe que ela existe, mas não sabe dizer do que se trata.

Outro morador, dessa região, fala um pouco sobre um contato que teve com a equipe da APAEAV: *“Veio com a agenda até essa aí, igual você ta aí com a caneta na mão, o quê que ele traz procê? Pode trazer um malefício, não um benefício.”* (Entrevista realizada com morador em Abril, 2014). Mas novamente o morador não sabe dizer o que é a unidade, se traria pontos positivos ou negativos.

A conscientização e/ou educação ambiental advinda pela APAEAV é citada principalmente no **Oeste Turístico e não turístico**, mais uma vez evidenciando que a atuação da equipe é realmente mais forte nessa região.

Essa percepção é identificada se referindo principalmente à diminuição do fogo e do desmatamento, como nos seguintes trechos das entrevistas:

“E a APA, ela... tá funcionando e, e, unfundindo [infundindo] nas pessoas um conhecimento de que não pode ser tanto assim, desmatando e... estragando a, o meio ambiente tanto assim como tava sendo.” (Entrevista realizada com morador em Março, 2014).

“Igual eles tá sempre aí. Eles vai nas casa... Explica porque não pode caba com a cabeceira d'água, né. Quando a gente vai roça eles vem tamém. Ajuda a pô fogo direito...” (Entrevista realizada com morador em Março, 2014).

Um dos moradores aponta até mesmo a questão da sustentabilidade, no seu discurso: *“Porque aqui, é... como que eles fala... é Parque sustentável, né...Aqui é APA. Aqui na APA o pessoal pode panha [sempre-vivas], ainda panha. Num pode é de qualquer jeito né.”* (Entrevista realizada com morador em Março, 2014). Essa fala remete à essência desse tipo de área protegida, que é a continuidade dos processos culturais e econômicos, aliado a preocupação com a conservação dos recursos. O morador não explica claramente se sabe ou não o significado do termo “sustentável”, mas seu discurso demonstra que sabe que esse conceito está relacionado ao manejo do recurso natural, no caso as sempre-vivas.

Alguns moradores apontam que um ponto positivo da APAEAV são os cursos desenvolvidos, como ilustrado pelo seguinte depoimento:

“Vários cursos né, foram realizados aqui, independente de ser ligado a meio ambiente né, um curso que traz é [...] conhecimento pessoal, que pode ser usado na sua vida, no dia a dia, independente de tá aplicado no meio ambiente [...]” (Entrevista realizada com morador em Fevereiro, 2014).

No **Oeste Turístico e não turístico**, reflexo também da maior inserção da gestão, alguns entrevistados apontam uma percepção relacionada à geração de emprego para os moradores locais, o que também remete uma visão positiva da unidade: *“É, também deu emprego pra algumas pessoas, né? Eu acho que foi bom.”; “gerou um monte de renda né, e isso é muito bacana. É vários empregos é, diretos, vários empregos indiretos, principalmente nos feriados né? Gente pra fazer ronda, pra fazer guia.”; “Tem um minino daqui que foi trabalha lá. Ele vai sabe explicar procê direitinho isso aí.”* (Entrevistas realizadas com moradores em 2014).

Discursos sobre fiscalização se concentram, também, no **Oeste turístico e não turístico**. Mas, também, aparecem no **Norte** da unidade, de forma pontual. Essa percepção é ilustrada pelas seguintes falas:

“A APA pra mim foi uma coisa muito boa. Porque tava tendo muita invasão, e tava tudo muito... Pra mim eu tinha uma vez que eu ficava achando assim tá estranho gente, tá parecendo que a gente tá

morando numa terra de ninguém”. (Entrevista realizada com morador em Maio, 2014).

“A privação não pode roçar, num pode roçar. Um pau de lenha pode buscar, num pode buscar uma lenha seca que tá lá, que ela vai apudrecer lá no mato pode. Isso aí é uma grande mudança... Por causa de gente que tem criação, gente que essas coisas e, e... são proibido, a gente sabe que são proibido a criação, essas coisas, criar dentro da rua... e né?” (Entrevista realizada com morador em Março, 2014).

Porém, nesse último discurso, há claramente a possibilidade de ter ocorrido alguma confusão com relação aos preceitos da unidade. Primeiro o morador refere-se à APAEAV relacionando-a a proibição da extração de lenha seca. Não fica claro se a confusão é feita pelo morador ou pelo funcionário da unidade que pode ter realizado esse tipo de abordagem, que não é necessária nesse tipo de área protegida. Depois o morador relaciona a APAEAV à proibição da criação de animais nas ruas, também longe da realidade de atribuição dessa unidade de conservação.

Nesse sentido, também é importante esclarecer o pouquíssimo registro de falas nas entrevistas sobre a percepção da APAEAV, enquanto UC, conforme Anexo 2. Para além dos discursos presentes na classificação de conteúdo, quando os entrevistados eram questionados sobre sua percepção sobre a APAEAV, apareceram muitas outras falas, porém, relacionadas aos parques e ao IEF.

Considerando que após a mudança nas atribuições do IEF⁶⁰ a atuação desse órgão nas comunidades tem ocorrido mais precisamente pelas equipes das UCs, é natural que os moradores tenham uma percepção mais relacionada ao IEF como um todo. Também, os moradores possuem uma percepção mais aguçada com relação às UCs de proteção integral - no caso os parques. Esse cenário pode estar relacionado ao fato dessas UCs serem menores e mais restritivas, tendo assim ações mais direcionadas com maiores impactos positivos/negativos para os moradores.

Além disso, muitas vezes é difícil para a população entender as diferenças entre as categorias de unidades de conservação, principalmente em situações onde o mesmo órgão é responsável por todas essas áreas

⁶⁰ Em 2012 o IEF que antes acumulava funções de conscientização, fiscalização e atuação, em 2012, passa a ser responsável somente por: gestão de unidades de conservação, pesquisa e fomento.

protegidas. Como o objetivo da presente pesquisa era identificar a percepção do morador sobre a APAEAV e por esses discursos – que remeteram aos parques e ao IEF - não se referirem diretamente à APAEAV, essas falas não foram considerados para fins de categorização das entrevistas. Apenas para exemplificar, segue abaixo alguns discursos comuns dos entrevistados, quando questionados sobre sua percepção sobre a APAEAV, que remetem aos parques e ao IEF:

"Uai, tudo que vem pra prejudicar, antes não visse, né? [...] mas aqui não é um problema do meio ambiente que inclusive do IEF mesmo." (Entrevista realizada com morador em Julho, 2013).

"E hoje tá um problema com esse negócio do parque que vem aí apertando né, só abraçando..." (Entrevista realizada com morador em Abril, 2014).

"Da paisagem melhorou, mais aqui depois que... Por exemplo, depois que o parque entrou... O povo respeitou mais o fogo também, né." (Entrevista realizada com morador em Outubro, 2013).

Um morador reforça que:

"Pensar assim... o que a APA representa pra comunidade, na verdade é o IEF como um todo, ninguém consegue separar..." (Entrevista realizada com morador em Fevereiro, 2014).

Em uma situação pontual, com relação ao embargo do pátio de uma mineradora, ação realizada pela SUPRAM, um morador confunde até mesmo a "questão quilombola" com a APAEAV e esse órgão. Quando questionado sobre sua percepção sobre a APAEAV, ele responde:

"Ah, que eles vem impedindo a terra, né. Eles falam que não pode trabalhar. Igual aquele lugar ali que tem, que cê passou lá em baixo, onde tem uma área ali, uma amontoeira de terra, eles que parou aquele serviço. Foi os quilombola que parou aquele serviço, embargou. Tá dando muito emprego e não pôde continuar, aí parou. Disse que agora vai tornar a coisa igual..." (Entrevista realizada com morador em Outubro, 2014).

No final do discurso do morador ele faz ainda uma referência ao processo de delimitação do território quilombola, que tornaria as propriedades pertencentes à comunidade quilombola de usufruto comum a todos, acabando com direito à propriedade individual. Percebe-se que a desorientação dos moradores é comum não só com relação às questões ambientais, mas em muitos casos está relacionada também a questões essenciais da organização social e de outros órgãos, tema pertinente de ser aprofundado, mas por sua complexidade e por não fazer parte dos objetivos dessa pesquisa, não foi tratado nesse trabalho.

CAPÍTULO 5 - CONCLUSÃO

A presente pesquisa levantou, espacializou e discutiu informações sobre a área de abrangência e a gestão da APAEAV. Exploraram-se características socioambientais da área da unidade e dados sobre a gestão dessa área protegida. Procurou-se entender a dinâmica dessa UC a partir de suas características geográficas, do ponto de vista oficial, e por meio da percepção de moradores locais. Espera-se que as informações apresentadas sirvam de subsídio à gestão da APAEAV e a outros trabalhos que possam ser desenvolvidos na região.

No que tange à caracterização da área da APAEAV, ficou evidente que a unidade possui baixa densidade demográfica, mas que apesar disso, praticamente todo território é abarcado várias localidades, das 59 identificadas. Excetuando-se áreas municipais de Couto de Magalhães de Minas, onde praticamente não há morador; e Felício dos Santos, onde uma única proprietária ocupa quase toda a área municipal dentro da APAEAV, áreas que, portanto, se mostram potenciais para criação de zonas de proteção mais restritivas ou de manejo, além da necessidade de levantamentos emergenciais dos recursos naturais ainda intactos dessas áreas, como subsídio para garantir de manutenção desses recursos.

Os moradores da APAEAV são de baixa renda, pertencentes em sua maioria à classe social E. Possuem um mosaico de atividades que compõe sua renda. Além da produção rural, muitas vezes de subsistência, a renda é proviniente: do comércio, da prestação de serviços, de produtos artesanais e programas assistencialistas. Os últimos têm sido percebidos pelos moradores como a base do sustento familiar, criando certa dependência, inclusive de todo núcleo familiar pelo benefício previdenciário de um membro da família.

Foram identificadas na APAEAV áreas com características socioambientais semelhantes, que apontam a inviabilidade da execução de um mesmo plano de ação para toda a unidade, tendo em vista as peculiaridades, demandas sociais e ambientais diferenciadas para cada área. As áreas com melhores níveis de infraestrutura são também as que têm mais oportunidades de trabalho e menor dependência do campo e do êxodo rural, as quais estão localizadas no oeste da unidade - comunidades onde se desenvolveu a atividade turística e entorno dessas.

Outras regiões da APAEAV tem se mostrado mais dependente do êxodo temporário para trabalho e do êxodo permanente por precárias condições de saúde e educação.

A diminuição da quantidade de produção agrícola e o fortalecimento do associativismo são características que foram levantadas como as principais mudanças na região. Com relação ao plantio, vários fatores foram identificados como motivadores; e, as restrições ambientais das UCs não são os fatores mais recorrentes nos discursos dos moradores, mas sim, motivações relacionadas ao custo da produção e à mudança cultural dos membros familiares mais jovens. Além disso, cabe destacar, que o plantio ainda ocorre em praticamente toda a área da APAEAV e a dificuldade tem sido para manutenção de grandes áreas e também, para comercialização. Dessa forma, as práticas da agricultura, especialmente familiar, ainda são potenciais de serem trabalhadas na UC, uma vez que, em praticamente toda APAEAV existem núcleos familiares que mantêm ou tem interesse em manter essa prática cultural. Nesse sentido, entende-se que é potencial trabalhar formas de minimizar as motivações apresentadas para estagnação da atividade.

Com relação ao associativismo, percebe-se que apesar de existir muitas associações, poucas têm sido efetivas no sentido de trazer mudanças para os moradores. Porém, algumas se destacam, inclusive por trabalhos de geração de renda. Mas, o intercambio dessas práticas ainda é praticamente inexistente.

Em relação aos recursos naturais, cabe destacar a sucessão de elementos da paisagem que tem sido explicitado pelos moradores: mata virgem, desmatamento, plantio agrícola, plantio de Braquiaria e por último, em alguns casos, eucalipto. Essa sucessão ocorre compulsoriamente e está relacionada a necessidade de plantio em um primeiro momento, mas ao abandono dessa área, pela ausência de práticas de conservação do solo e de melhoramento da produção; seguida da inserção da Braquiaria para usufruto do proprietário ou mesmo de geração de renda, através do aluguel do terreno. Esses e outros impactos ao ambiente são percebidos de forma muito variada por diferentes moradores, o que reforça a necessidade de normas ambientais de restrição do ambiente, além da existência de áreas de proteção integral dentro da APAEAV, como: reservas legais, RPPNs e até mesmo outras UCs mais restritivas.

A percepção dos moradores em relação à APAEAV é ainda muito incipiente, e muito diferenciada no território da UC como um todo, sendo mais aprofundada quanto mais próximo do entorno da sede da unidade. Nas outras áreas, tende-se a uma percepção mais relacionada ao IEF como um todo ou aos Parques. Esse cenário pode ser resultante da insuficiência de recursos humanos, financeiros e logísticos para atuação da equipe em todo território.

Foi percebido, tanto pelos moradores que reconhecem a APAEAV enquanto UC, quanto pela análise dos documentos oficiais da unidade, que a gestão tem priorizado ações/alcance de objetivos de fiscalização e educação ambiental. Atuações previstas para essa UC, mas que possivelmente precisariam de um investimento governamental extra para sua execução (por exemplo, recursos para viabilizar o envolvimento de outros atores, para além da equipe gestora) como o desenvolvimento de programas de manejo, desenvolvimento de projetos de mobilização para gestão coletiva e de desenvolvimento econômico, entre outros, praticamente não ocorre. Nesse sentido, apesar do conselho da APAEAV ter sido um espaço efetivo para possibilitar a participação social, por outro lado, tem pouco contribuído para garantir o alcance desses objetivos previstos para a unidade.

Buscou entender o que diferencia o território APAEAV para não APAEAV, e percebeu-se que a nível institucional é a maior fiscalização e conscientização em algumas áreas, e conseqüente maior aplicação da legislação orgânica. No cenário local, a conscientização ambiental tem surtido resultado na mudança de posturas, ainda que pontualmente, em uma ou outra localidade. Porém, é um trabalho que demanda presença constante da equipe e estratégias de convencimento que sejam condizentes com a situação e demanda particular de cada região da APAEAV, daí a importância de existirem agendas diferentes para as distintas realidades socioambientais dentro da UC.

Dessa forma, como primeira e principal proposta desse trabalho, acredita-se que as quatro áreas com características socioambientais semelhantes, identificadas na APAEAV por essa pesquisa, possam servir como pano de fundo para proposição de ações pela equipe gestora, considerando a realidade socioambiental de cada área. Obviamente, que pela limitação técnica da pesquisadora, essa proposta não tem o fundamento físico e político de um zoneamento definitivo, o qual será

elaborado no Plano de Manejo, porém, acredita-se que essa caracterização preliminar possa subsidiar em um primeiro momento, o mínimo entendimento da realidade local e posteriormente, contribuir para um estudo mais aprofundado.

Com relação às ações da equipe gestora, entende-se que ações de extensão rural devem ser priorizadas, em contrapartida a ações de fiscalização e de educação ambiental, tendo em vista que, as primeiras muitas vezes geram intervenções por meio de atuações, causando conflito e as segundas trarão resultados a longo prazo. A extensão rural, por sua vez, propõe aproximação entre o órgão gestor e os moradores locais, além de resultados práticos de manejo, associativismo e protagonismo social, bases para os preceitos de sustentabilidade dessa categoria de UC. Essa atuação pela equipe pode ser pautada nas seguintes temáticas: agricultura familiar, desenvolvimento de outras iniciativas de geração de ocupação e renda (considerando as novas características do meio rural). Porém, essas ações devem ser planejadas e direcionadas de acordo com a realidade/demanda de cada área da APAEAV, como já mencionado.

Para ilustrar esse planejamento direcionado a cada área, toma-se, por exemplo, a atividade turística: na área denominada **Oeste turístico** pela presente pesquisa, os trabalhos desenvolvidos com relação a essa atividade tenderiam para um ordenamento da atividade, já no **Oeste não turístico** e **Leste** poderiam ocorrer no sentido de mobilização para o fomento a produção artesanal a ser comercializada no **Oeste turístico**; por sua vez, no Norte da unidade, propostas de construção de infraestrutura domiciliar alternativa, como fossas e banheiros, poderiam ser feitas, para que os moradores tenham a mínima condição de receber os ecoturistas que já passam pela região. Esse olhar diferenciado para uma mesma atividade diante das diferentes áreas na APAEAV é importante, pois possibilita que as propostas de ações estejam em consonância com a realidade local.

Considerando os preceitos do SNUC, entende-se que a conservação nessa categoria de UC depende intimamente da postura dos proprietários das terras e, portanto, a atuação extensionista é potencial, pois prioriza mudanças de posturas nos moradores com relação à percepção econômica e a dependência do ambiente. Esse fomento à conscientização e ao protagonismo econômico e ambiental tem suma importância para APAEAV no fomento a criação de alternativas sustentáveis,

tendo em vista, a fragilidade política de alguns programas assistencialistas e a tamanha importância dos mesmos nos discursos dos moradores locais. Além disso, um campo potencial de atuação extensionista é: fazer com que boas práticas do associativismo, de produção agrícola, criação animal e de outras atividades econômicas que já vem ocorrendo, sejam disseminadas.

Do ponto de vista oficial, também é fundamental que seja realizada uma revisão do decreto de criação da unidade - texto da ementa e limites - com objetivo de legitimar a existência dessa área protegida, tendo em vista que a pesquisa aponta a inconsistência entre os pontos e a caracterização do decreto, além do resultado da espacialização dos pontos terem gerado um polígono excêntrico e diferente do limite atualmente disponibilizado pelo órgão gestor. Cabe registrar que com relação a essa temática, foi observado que a ausência de textos nos decretos de criação das unidades que justifiquem a escolha de determinado ponto/traço para o limite da unidade, em contraponto a outros, dificulta muito o entendimento do a que veio determinada área a fins de conservação. A existência dessa explicação poderia auxiliar no entendimento da dinâmica territorial da unidade.

Ainda com relação aos limites, foi observado que é interessante, se possível, utilizar os limites dos setores censitários como um dos fatores considerados para a definição dos limites de APAs. Essas áreas têm por características a extensa área territorial e a manutenção das comunidades e os limites dos setores censitários são pouco modificados de um censo para o outro. Portanto, a coincidência entre esses limites possibilita a obtenção e atualização de dados socioeconômicos dessas comunidades pelos censos demográficos, contribuindo para o monitoramento das características socioambientais dessas áreas protegidas.

Por fim, percebe-se a necessidade de um maior número de estudos sobre as APAs para identificarmos pontos convergentes na gestão dessas UCs, buscando clarear do ponto de vista oficial “a que veio” dessas áreas protegidas e na prática suas possibilidades de gestão. Esse entendimento poderá propiciar a priorização de projetos contínuos, ao invés de ações pontuais de gestão ocorridas muitas vezes pelas circunstâncias do dia, num risco de permanência em um rotineiro “combate a focos de incêndios”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Pedro Ângelo A.; FRAGA, Lúcio Mauro Soares; NEVES, Soraya de C. Geologia. In (ed) SILVA, Alexandre Christóforo; PEDREIRA, Léa Cristina Viela Sá Fortes; ABREU, Pedro Ângelo Almeida. **Serra do Espinhaço Meridional: paisagens e ambientes**. O Lutador. Belo Horizonte, 2005.

ALT, Luciana de Resende. **Efetividade Sócio Ambiental da APA Carste de Lagoa Santa – MG: uma avaliação a partir de suas ferramentas de planejamento e gestão**. Dissertação de mestrado. Instituto de Geociências – UFMG. Belo Horizonte, 2008.

ÁVILA, Gabriel Carvalho de. **Mosaico de áreas protegidas do espinhaço: alto Jequitinhonha e Serra do Cabral, Minas Gerais e os desafios para sua efetividade**. Dissertação de mestrado. Instituto de Geociências – UFMG. Belo Horizonte, 2014.

ARAUJO. Marcos Antônio Reis. **Unidades de Conservação no Brasil: da república à gestão da classe mundial**. Belo Horizonte : SEGRAC, 2007.

AZEVEDO, Alexsander Araújo; VILHENA, Cecília Fernandes; SILVA, Joaquim Araújo Silva; GOULART, Maíra Figueiredo. **Processo de criação e implantação do Mosaico de Unidades de Conservação do Espinhaço Meridional. Relatório de Atividades**. 2009.

BRASIL. **Decreto Federal n.º 23.793 de 23 de janeiro de 1934**. Aprova o Código Florestal. Rio de Janeiro, 1934.

BRASIL. **Lei 6.902 de 27 de abril de 1981**. Dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental e dá outras providências. Brasília, DF, 1981.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal: 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.314 de 14/11/96**. Altera dispositivos do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre o Código Minerário no Brasil e dá outras providências. Brasília, 18/11/1996.

BRASIL. **Lei Federal no 9.985, de 18 de junho de 2000.** Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e da outras providencias. Brasília, DF. 2000.

BRASIL. **Decreto nº 4.340 de 22 de agosto de 2002.** Regulamenta artigos da Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000 e dá outras providências. Brasília, DF, 2002.

BRASIL. **Decreto 6.040 de 07 de fevereiro de 2007.** Institui a política de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais. Brasília, DF. 2007.

BRASIL. **Portaria nº 162 de 21 de dezembro de 2010.** Certifica Comunidades Quilombolas. Fundação Cultural Palmares. Data da publicação no diário oficial da união: 27/12/2010.

BENSUSAN, Nurit. **Conservação da Biodiversidade em Áreas Protegidas.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BURSZTYN, Marcel e PERSEGONA, Marcelo. **A grande transformação ambiental: uma cronologia da dialética do homem-natureza.** Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

CABRAL, Nájila Rejanne Alencar Julião e SOUZA, Marcelo Pereira. **Área de Proteção Ambiental: planejamento e gestão de paisagens protegidas.** São Carlos: Rima, 2005. 158p.

CÂMARA, J. B. D. Análise da área de proteção ambiental do rio São Bartolomeu como instrumento de planejamento e gestão ambiental. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Brasília, Brasília. 1993.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum.** 2 ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CONAMA. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil: resolução, nº 10, de 14 de dezembro de 1988.** Brasília: CONAMA, 11 de ago. 1989.

CONSELHO CONSULTIVO DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL ESTADUAL DAS ÁGUAS VERTENTES. **Ata da reunião realizada em 16 de outubro de 2013.** p. 1. Serro, Milho Verde, 2013.

CONSELHO CONSULTIVO DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL ESTADUAL DAS ÁGUAS VERTENTES. **Regimento Interno**. 2011. (Documento interno – não publicado no diário oficial), 2011.

CORRÊA, Marcos Sá. Unidades de conservação no contexto político: setenta anos de equívocos. NUNES, M. L., TAKAHASHI, L. Y., THEULEN, V. (Orgs) **Unidades de conservação: atualidades e tendências**. Curitiba – Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2007. 292 - 298.

DAVENPORT, Lisa da; RAO, Mandhu. A história da proteção: paradoxos do passado e desafios do futuro. In TERBORGH *et al.* In **Tornando os Parques eficientes: estratégias para conservação da natureza nos trópicos**. Curitiba: Ed da UFPR/Fundação O Boticário, 2002.

DIEGUES, Antônio. C. S. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. 3.a ed. — São Paulo: Hucitec. Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2001.

DOUROJEANNI, Marc. **Áreas protegidas nos países amazônicos**. In FUNDO VALE. **Áreas protegidas: série integração, transformação e desenvolvimento**. 1ªed. Rio de Janeiro. 2012. p. 28 – 33.

ETGES, Virgínia Elizabeta (org). **Desenvolvimento rural: potencialidades em questão**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001, 139 p.

FERNANDES, Túlio Barroso; CORREIA, Aristônio Geraldo; BRANDÃO, Paulo Antônio; FIGUEIREDO, Vinicius Mourão T. **Relatório Anual de Atividades da Área de Proteção Ambiental Estadual das Águas Vertentes**. Instituto Estadual de Florestas. Diamantina, 2014.

FERNANDEZ, Fernando Antônio dos Santos. **O poema imperfeito: Crônicas de Biologia, Conservação da Natureza e seus Heróis**. -3 ed. – Curitiba : Ed. Universidade Federal do Paraná, 2011. 263p.

FRAGA, Lúcio Mauro Soares; ABREU, Pedro Ângelo A.; NEVES, Soraya de C. Hidrologia e Hidrografia. In (ed) SILVA, Alexandre Christófar; PEDREIRA, Léa Cristina Viela Sá Fortes; ABREU, Pedro Ângelo Almeida. **Serra do Espinhaço Meridional: paisagens e ambientes**. O Lutador. Belo Horizonte, 2005.

FROEHICH, José Marcos e DIESEL, Vivien (org). **Desenvolvimento Rural: tendências e debates contemporâneos**. 2ª ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2009, 192p.

FUNDAÇÃO PALMARES. Portaria nº 162 de 2010. Disponível em: <portal.in.gov/imprensa/visualiza/indez.jsp?jornal=1&pagina=50&data=27/12/2010 >. Acesso em 24 de abr, 2014.

GONTIJO, Bernardo Machado. Uma Geografia para a cadeia do Espinhaço. In Conservação Internacional/Brasil. **Megadiversidade - Cadeia do Espinhaço: avaliação do conhecimento científico e prioridades de conservação**. Volume 4, nº 1-2, dezembro de 2008.

GOMES, Romeu. **Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa**. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade. 32ª Ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2012.

HOEFFEL, José Luiz de Moraes; FADINI, Almerinda Antônia Barbosa; SEIXAS, Sônia Regina de Cal. As Áreas de Proteção Ambiental no contexto das unidades de conservação. In HOEFFEL, José Luiz de Moraes, FADINI, Almerinda Antônia Barbosa, SEIXAS, Sônia Regina de Cal (Orgs). **Sustentabilidade, qualidade de vida e identidade local – olhares sobre as APA's Cantareira, SP e Fernão Dias, MG**. São Carlos: RiMA Editora, FAPESP, 2010.

HOEFFEL, José Luiz de Moraes; FADINI, Almerinda Antônia Barbosa; REIS, Jussara Christina; JESUS, Cerise Rocha de. Caminhos da Cantareira: Sustentabilidade na Bacia Hidrográfica do Rio Atibaia. In HOEFFEL, José Luiz de Moraes, FADINI, Almerinda Antônia Barbosa, SEIXAS, Sônia Regina de Cal (Orgs). **Sustentabilidade, qualidade de vida e identidade local – olhares sobre as APA's Cantareira, SP e Fernão Dias, MG**. – São Carlos : RiMa Editora, FAPESP, 2010a.

IBGE. **Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil: estudos básicos para a caracterização da rede urbana**. IPEA/IBGE/Unicamp, 2001.

IBGE. **Documentação dos Agregados dos Setores Censitários**. Censo Demográfico. Rio de Janeiro, 2003.

IBGE. **Documentação dos Agregados dos Setores Censitários**. Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro, 2011.

IBGE. **Sistema Interativo dos agregados dos setores censitários**. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=8>>. Acesso em: 10 de jan, 2014.

INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS. **Parecer Técnico 001/2007**. Assunto: Plano de Gestão Ambiental para a APA Estadual das Águas Vertentes, elaborado pela empresa MRS - Estudos Ambientais LTDA. Belo Horizonte 26 de Janeiro de 2007.

INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS. **Área de Proteção Ambiental**. Disponível em:<<http://www.ief.mg.gov.br/images/stories/quadrosUCs/2012/apa-estadual.pdf>>. Acesso em: 14 Abr. 2014.

KARANTH, K. U. e MADHUSUDAN, E. D. Mitigando os conflitos entre pessoas e a vida selvagem no Sul da Ásia. In TERBORGH *et al.* **Tornando os Parques eficientes: estratégias para conservação da natureza nos trópicos**. Curitiba: Ed da UFPR/Fundação O Boticário, 2002.

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 6ª Ed. São Paulo: Atlas. 2007.

LINO, Clayton Ferreira e DIAS, Heloisa. **Mosaico de Áreas Protegidas: Gestão Integrada e participativa de territórios sustentáveis**. PALAZZO, José Truda Júnior e CARBOGIM, João Bosco Priamo. **Conservação da Natureza, e eu com isso?** 1ª Ed. Fortaleza, CE: Editora Fundação Brasil Cidadão, 2012.

MILANO, M. S. Meio ambiente, desenvolvimento e conservação da natureza. In PALAZZO, J. T. Júnior. E CARBOGIM, J. B. P. PALAZZO, José Truda Jr e CARBOGIM, João Bosco Priamo. **Conservação da Natureza, e eu com isso?** 1ª Ed. Fortaleza, CE: Editora Fundação Brasil Cidadão, 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio da pesquisa social**. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade. 32ª Ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2012.

MINAS GERAIS. **Decreto 39. 399 de 21 de janeiro de 1998**. Cria a Área de Proteção Ambiental das Águas Vertentes. Belo Horizonte, Minas Gerais. 1998.

MINAS GERAIS. **Portaria nº 24, de 28 de fevereiro de 2011.** Dispõe sobre a criação do Conselho Consultivo da Área de Proteção Ambiental Estadual das Águas Vertentes. Publicada no Diário Oficial do Estado no dia 01/03/2011.

MINAS GERAIS. **Regimento Interno do Conselho Consultivo da Área de Proteção Ambiental Estadual das Águas Vertentes.** Publicado no diário oficial em 09/01/2013. Retificado em 10/01/2013.

MINAS GERAIS. **Lei nº 20922.** Dispõe sobre as políticas florestal e de proteção à biodiversidade no Estado. Belo Horizonte, 16/10/2013a.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas.** Brasília, 2006.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Cadastro Nacional de Unidades de Conservação.** Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/cadastro-nacional-de-ucs>> Acesso em 24 Abr, 2014.

OLIVEIRA, Viviane da Silva. **Implementação e fator de qualidade de Áreas de Proteção Ambiental em Minas Gerais.** Dissertação apresentada a Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, Minas Gerais. 2008.

OLIVEIRA, V. S., LIMA, G. S., OLIVEIRA, L. S., BRINATI, A. Diagnóstico e análise da gestão de áreas de proteção ambiental em Minas Gerais. In: LIMA, Orgs: Gumercindo Souza, [et al]. **Gestão, pesquisa e conservação em áreas protegidas.** – Viçosa, MG. 2012. 230 p.

PÁDUA, Maria Tereza Jorge. **Efetividade das políticas de conservação da biodiversidade.** In Anais II Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação. Volume 1. Curitiba/2000.

PÁDUA, Maria Tereza Jorge. Unidades de Conservação no Brasil: Lutando por Parques de Verdade. In PALAZZO, José Truda Jr e CARBOGIM, João Bosco Priamo. **Conservação da Natureza, e eu com isso?** 1ª Ed. Fortaleza, CE: Editora Fundação Brasil Cidadão, 2012.

PALAZZO, José Truda Jr. Parques, Tubarões e oportunidades perdidas: o Brasil perde o bonde da história na geração de emprego e renda com a conservação de áreas naturais e espécies bandeira. In PALAZZO, José Truda Jr e CARBOGIM, João

Bosco Priamo. **Conservação da Natureza, e eu com isso?** 1ª Ed. Fortaleza, CE: Editora Fundação Brasil Cidadão, 2012.

PORTELA, Fernando e VISENTINI, José William. **Êxodo Rural e urbanização.** 17ª ed. São Paulo: Ática. 2008. 72 p.

RAMOS, Adriana. **As unidades de conservação no contexto das políticas públicas.** In WWF – Brasil/Ipê. Maria OLatz Cases (Org). Gestão de unidades de conservação: compartilhando uma experiência de capacitação. WWF – Brasil. Brasília, 2012.

RIBEIRO, E. M.; GALIZONI, F. M. Sistemas Agrários, Recursos Naturais e Migrações no Alto Jequitinhonha, Minas Gerais. In. TORRES, H.; COSTA, H. (org). **População e Meio Ambiente: debates e desafios.** São Paulo. Editora Senac. São Paulo, 2000.

LIMA, Ronaldo G. de. **O paradigma da sustentabilidade.** In ETGES, Virgínia Elisabeta (org). Desenvolvimento rural: potencialidades em questão. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.

SANTILI, Juliana. **Socioambientalismo e novos direitos.** São Paulo : Ed. Peirópolis. 303p. 2005.

SCALCO, Raquel Faria. **Desafios, paradoxos e complexidade na gestão do Mosaico de Unidades de Conservação da Área de Proteção Ambiental Cachoeira das Andorinhas – Ouro Preto/MG.** Dissertação de Mestrado. Instituto de Geociências da UFMG. Belo Horizonte, 2009.

SCHAIK, Carel Van, RIJKSEN, Herman D. Projetos Integrados de Conservação e Desenvolvimento: Problemas e Potencias. In TERBORGH *et al.* **Tornando os Parques eficientes: estratégias para conservação da natureza nos trópicos.** Curitiba: Ed da UFPR/Fundação O Boticário, 2002.

SCHNEIDER, Sérgio. **Agricultura familiar e desenvolvimento rural endógeno.** In FROEHICH, José Marcos e DIESEL, Vivien (org). Desenvolvimento Rural: tendências e debates contemporâneos. 2 ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2009, 192 p.

SEMAD. **Resolução Conjunta SEMAD/IEF nº 2075.** Estabelece os procedimentos para regulamentação da queima controlada no âmbito do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. Belo Horizonte, 23 de maio de 2014.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23ª Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SOUZA, Daniella Eloi. **As implicações da criação do Parque Estadual do Biribiri para a comunidade e para o desenvolvimento do turismo**. UFVJM. Diamantina-MG, 2011.

SOUZA, Daniella Eloi de; ÁVILA, Gabriel Carvalho de; COSTA, Leonardo Quirino Perreira. **A importância sociocultural do uso da lenha e suas implicações ambientais em um contexto de duas ucs estaduais em Milho Verde, distrito do Serro - MG**. LIMA, Gumerindo Souza [et al] (Organizadores). ISSN 2316-6703. Anais do II Simpósio Nacional de Áreas Protegidas. Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, MG. 2012. p. 350-357.

SOUZA, Daniella Eloi de. **Relatório de Anual de Atividades da Área de Proteção Ambiental Estadual das Águas Vertentes**. Instituto Estadual de Florestas. Diamantina, 2013.

TERBORGH, John e PERES, Carlos A. O problema das pessoas nos Parques. In **Tornando os Parques eficientes: estratégias para conservação da natureza nos trópicos**. Curitiba: Ed da UFPR/Fundação O Boticário, 2002.

UNESCO. **Subsídios ao zoneamento da APA Gama-Cabeça de Veado e Reserva da Biosfera do Cerrado: Caracterizações e conflitos socioambientais**. Man and Biosphere, Reserva da Biosfera. 176p. Brasília, 2003.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 330 P.

WWF - WORLD WIDE FUND FOR NATURE. **Observatório das Unidades de Conservação**. Disponível em <
http://observatorio.wwf.org.br/unidades/?nome=&categoria_manejo=&uf=&esfera=3&grupo=2&data=&data_final> Acesso em 24 Abr, 2014.

ANEXOS

Anexo 1 - Instrumentos de Gestão: Plano de Manejo, Conselho Gestor e Zoneamento

Plano de Manejo

O Artigo 27 da Lei 9.985, que regulamentou o SNUC, define que as unidades de conservação devem dispor de um Plano de Manejo, considerado pelo Sistema como instrumento primordial para o planejamento e gestão das UCs:

Plano de Manejo - documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade (BRASIL, Art. 2º, 2000).

Além disso, outros dados devem constar no Plano, como sua zona de amortecimento (quando couber), os corredores ecológicos, e medidas a serem adotadas para promover a integração das UCs com a vida socioeconômica das comunidades locais (BRASIL, 2000). Dessa forma, diante da necessidade de levantamento de uma gama de informações, que não estão disponíveis, geralmente, são contratados serviços terceirizados para a sua elaboração (CASES, 2012).

Existem dois prazos a serem cumpridos com relação ao Plano de Manejo, sua elaboração em até 5 anos da criação da UC e sua atualização após 5 anos da sua conclusão, porém, na grande maioria das vezes estes não são cumpridos, pela complexidade de elaboração do documento e da necessidade de contratação externa, o que tornam o processo muito dispendioso para o Estado (CASES, 2012).

Sobre as APAs e algumas outras categorias, o inciso 2º do Artigo 27 do SNUC dispõe que na elaboração, atualização e implementação dos Planos, nessas UCs, será assegurada a ampla participação da população residente. E, ainda, o inciso 4º assegura que especificamente nas APAs, este documento poderá dispor sobre atividades de liberação planejada e cultivo de organismos geneticamente modificados.

O Decreto de 4.340 vem em 2002, complementar alguns artigos do SNUC e regulamentar outras normas para os Planos de Manejo. O Artigo 12 institui que o órgão gestor ou o proprietário (no caso de RPPNs), elaborarão esses documentos, os quais serão aprovados pelos órgãos executores. A nesse momento considera a

existência de dois órgãos: o executor e o gestor. Porém, o que na teoria pode ser um diferencial, na realidade é impraticável, tendo em vista que a grande maioria dessas unidades conta apenas com uma reduzida equipe, esta obviamente responsável pela gestão e execução de todas as ações inerentes à área protegida.

Ainda, de acordo com Souza (2011), o Plano de Manejo contém características históricas, culturais, geográficas, econômicas, sociais, ambientais, dentre outras informações relevantes sobre a UC. Mas além desse caráter multidisciplinar, o maior desafio dos Planos de Manejo é a necessidade de um planejamento em médio prazo combinado com uma flexibilidade que permita adaptação a circunstâncias que se modificam continuamente (BENSUSAN, 2006).

“Se por um lado é evidente a potencialidade dos Planos de Manejo para as unidades, por outro, as áreas protegidas continuam necessitando de outros estudos, uma vez que a complexidade do instrumento acaba onerando o estado para sua estruturação e conseqüentemente a maioria das unidades segue sem possuir este documento, ou quando possui este se encontra desatualizado.”

Conselho Consultivo

O conselho é instrumento de gestão participativa previsto pelo SNUC e regulamentado pelo Art 2º do Decreto nº 4.340 de 22 de agosto de 2002. A Lei 9.985/00 assegura que cada unidade de conservação de Proteção Integral disporá de um Conselho e que este será consultivo. Já para as UCs do Grupo de Uso Sustentável a Lei varia de acordo com a categoria, entre conselho consultivo e deliberativo. Em seu Art. 15, inciso 5º determina que as APAs disponham de um conselho presidido pelo órgão gestor responsável pela sua unidade, mas não enfatiza se este deve ser consultivo ou deliberativo.

O Decreto 4.430 de 2002, que regulamenta o SNUC, dispõe que cada unidade de conservação poderá ter conselhos deliberativos ou consultivos, de acordo com o que é determinado pela Lei 9.985/00, e que estes serão presididos pelo órgão responsável por sua administração e constituídos por representantes de órgãos públicos e de organizações da sociedade civil.

Dessa forma, todas as unidades de conservação devem possuir um Conselho que segundo Souza (2011) visa constituir-se de representantes de órgãos públicos e de organização da sociedade civil, com o intuito de contribuir com a gestão da UC e promover a participação social.

Ressalta-se, ainda, que o Art. 17, § 1 e § 2º, do Decreto 4.340/02 prevêm que:

§ 1 - A representação dos órgãos públicos deve contemplar, quando couber, os órgãos ambientais dos três níveis da Federação e órgãos afins, tais como pesquisa científica, educação, defesa nacional, cultura, turismo, paisagem, arquitetura, arqueologia e povos indígenas e assentamentos agrícolas.

§ 2 - A representação da sociedade civil deve contemplar, quando couber, a comunidade científica e organizações não-governamentais ambientalistas com atuação comprovada na região da unidade, população residente e do entorno, população tradicional, proprietários de imóveis no interior da unidade, trabalhadores e setor privado atuantes na região e representantes dos Comitês de Bacia Hidrográfica.

É competência do Conselho da UC:

I - elaborar o seu regimento interno, no prazo de noventa dias, contados da sua instalação; II - acompanhar a elaboração, implementação e revisão do Plano de Manejo da unidade de conservação, quando couber, garantindo o seu caráter participativo; III - buscar a integração da unidade de conservação com as demais unidades e espaços territoriais especialmente protegidos e com o seu entorno; IV - esforçar-se para compatibilizar os interesses dos diversos segmentos sociais relacionados com a unidade; V - avaliar o orçamento da unidade e o relatório financeiro anual elaborado pelo órgão executor em relação aos objetivos da unidade de conservação; VI - opinar, no caso de conselho consultivo, ou ratificar, no caso de conselho deliberativo, a contratação e os dispositivos do termo de parceria com OSCIP, na hipótese de gestão compartilhada da unidade; VII - acompanhar a gestão por OSCIP e recomendar a rescisão do termo de parceria, quando constatada irregularidade; VIII - manifestar-se sobre obra ou atividade potencialmente causadora de impacto na unidade de conservação, em sua zona de amortecimento, mosaicos ou corredores ecológicos; e IX - propor diretrizes e ações para compatibilizar, integrar e otimizar a relação com a população do entorno ou do interior da unidade, conforme o caso. (BRASIL, Art. 20, 2002).

As reuniões devem ser públicas, estabelecidas e divulgadas nos atos de convocação, os quais serão realizados com antecedência mínima de sete dias pelo órgão executor da UC.

Zoneamento

A Resolução CONAMA nº 10 de em 14 de dezembro de 1988 prevê que “visando atender seus objetivos, as APAs terão sempre um zoneamento ecológico-econômico” (CONAMA, Art 2º, 1989). A Lei 9.985 de 2000 estabelece a seguinte definição para zoneamento: “definição de setores ou zonas em uma unidade de conservação com objetivos de Manejo e normas específicas, com o propósito de proporcionar os meios e as condições para que todos os objetivos da unidade possam ser alcançados de forma harmônica e eficaz” (BRASIL, Art. 2º, XVI, 2000).

O zoneamento deve estar presente no Plano de Manejo, mas não

necessariamente depende da sua existência para que ser elaborado. No caso das APAs é essencial, uma vez que embasa o processo de ocupação e o ordenamento territorial da área, possibilitando assim alcançar os objetivos dessa UC.

Basicamente o zoneamento é um ordenamento territorial que permite a identificação de zonas, mais ou menos restritivas, de acordo com a característica de cada área da UC.

De acordo com a UNESCO, (2003), o zoneamento deve abranger a unidade de conservação, possíveis corredores ecológicos, e suas zonas iram diferenciar os graus de proteção, restrição e permissão. Bensusan, (2006) considera ainda que este zoneamento foi um dos instrumentos que nasceram da idéia de desenvolvimento sustentável o que aponta uma necessidade de ser elaborado de forma participativa.

Em função de permitir a ocupação humana em parte de sua área, nas APAs, são estabelecidos três tipos de uso/zonas: atividades humanas, preservação e recuperação (UNESCO, 2003).

De acordo com Dick et al. (2012) um dos deveres dos conselheiros dos conselhos das unidades de conservação é o de participar da elaboração do zoneamento da área protegida. Entende-se que esses atores além de estarem envolvidos na gestão da unidade, tem um conhecimento específico agregado pelo fato de atuarem na região. Além disso, a participação social é importante, tendo em vista que, o zoneamento não é o resultado de uma compilação de mapas ou um documento para uso da unidade, mas sim deve ser encarado como incentivador ao desenvolvimento, sendo dinâmico e propositivo.

Referências Bibliográficas

CASES, Maria Olatz. Noções básicas para elaboração de planos de manejo. In WWF. Brasil-Ipê. CASES, Maria Olatz (Org). **Gestão de unidades de conservação: compartilhando uma experiência de capacitação**. p. 77 – 118. Brasília, 2012.

DICK, E. et al. **Gestão participativa em Unidades de Conservação: uma experiência na Mata Atlântica**. 1Ed. 77 p. Rio Grande do Sul: SC:APREMAVI, 2012

Anexo 2 - Planilha de Análise de Conteúdo das Entrevistas realizadas na APAEAV

Categorias de Análise	Classes de Análise	Área de Análise			
		Norte	Leste	Oeste Turístico	Oeste não turístico
Geração de Renda e Sustentabilidade Familiar	Extração vegetal ou mineral	"É... o pessoal aqui vive de prantá e de prantio, vive de prantio, vive de panhar as floricultura, as flores de campos, né, que aqui tem várias fror de campo.." (Outubro, 2013)	"Tem uns que ainda vive do carvão, né. Mas só que isso aí é ilegal. Mas isso aí... é assim... não são muitos né. São pocos... Eles são o jeitinho, né. Eu não vô é te falar quem é. Mas ainda que tem... tem." (Março, 2014) "Tem uns que vende carvão ainda, até hoje." (Fevereiro, 2014) "tem gente que tem seu carvãozinho ainda" (Março, 2014)	"Agora aqui o povo coleta aqui direto. Aqui dá muita sempre-vivas. Eles coleta e vende lá no Capivari, tem um moço de Capivari que compra e vende lá em Datas. Ou então, tem um moço de Diamantina que compra também." (Março, 2014) "Mesmo agora depois que já tem o Parque, escondido eles ainda panha [Chapada]." (Fevereiro, 2014)	"Alguns tão lá na Areinha, né...Tem uns que tão é pra lá." (Abril, 2014)
Geração de Renda e Sustentabilidade Familiar	Agricultura	"Cada um tem o seu, né. Eu tenho seis. [gado]" (Julho, 2013) "Aqui, plantação a gente planta muito pouco. Porque fica mais difícil, porque a gente não tem máquina, não tem nada pra ajudar a gente. Tudo é na mão. É, um lugar muito acidentado então máquina é difícil. A gente planta mais pouco... A gente mexe com uma criaçãozinha pouca na porta mesmo aí. Mais pro gasto nosso mesmo também". (Abril, 2014) "A gente planta aqui né. É... Planta... Tem mandiocal, mexe com farinha. A gente vende, né, mas é um pouco. Vende queijos, aí vende também farinha, essas coisas...também tem outros que já mexe com outras coisas, né. Mexe com cachaça. No mais, planta...Mandioca, feijão,	"Hoje também a gente veve assim... Igual... sabe, a gente entregava... Pra mim vivê mesmo, depois que a minha mãe e meu pai morreu... porque quando eles morreram... eu só sonsa... aí eu num consegui a aposentadoria deles, porque eu já era de maior. Aí eu tinha de prantá, trabalhar pra mim comer. Aí na Prefeitura, a gente entregava as coisas. A gente entregava assim, abroba, alface, essas coisas pra gente ter...alguma... arrecadar algum dinheiro pra gente viver. E agora? Agora não ta tendo isso mais, porque nós só entreguemo é...começamo entregar março, abril, maio e junho e paro. Não entreguemo mais coisa... agora num deu... Todo mundo prantava um poquinho, né...prantava horta assim, pra entregar. Agora nessa vez que eles começou pegar e não pegou mais, as coisa perdeu tudo.	"Vive da roça. Vende. Trabalha em roça dos outros.. Trabalham de meheiro, outros trabalham pra um ponto quatro. Das quatro parte que cê faz uma é dele [patrão] e as outras três é sua. " (Maio, 2014) "Tem várias pessoas que mexem com roça." (Março,2014) "Ah, na verdade até hoje as pessoas plantam roça, e plantam horta, e criam também, porque é... não dá pra viver só de, de turismo. Eu mesma num, nunca aluguei casa pra turista. Nunca, nunca, é... servi comida pra turista nem nada. É... então tem muitas pessoas que, que não tem, né, como fazer isso aí, então..." (Fevereiro, 2014) "Eu planto é até hoje." (Março, 2014) "Tem gente que planta um poquim, mas	"E, craro, os maridos da gente trabalha na roça, né?" (Março, 2014) "Não é assim têm uns...a...têm umas dez pessoas...Que mexe com gado." (Fevereiro, 2014) "É... é mais, a gente planta mais é pra subsistência, mas, têm muita gente que ainda planta pra vender... Têm algumas família aí que planta pra vendê pra prefeitura pra merenda escolar..." (Março, 2014) "Hoje em dia é mais, é... uma horta assim casera." (Março, 2014) "Mexe com roça, aqui e fora, né. batendo pasto pro outros.." (Fevereiro, 2014) "O pessoal mexe mais é com criação. Tem uns sítios ali. Ali são sítios. [entorno de São Gonçalo do Rio das Pedras]" (Fevereiro, 2014)

		<p>milho..." (Outubro, 2013)</p> <p>"Não é gado não. Gado não mexe... Toda casa que cê chegar aí tem criação aí perto de casa. Mas é pra só pra corte." (Outubro, 2013)</p>	<p>Todo mundo tava com horta, horta boa, aí as coisa tudo perderam." (Fevereiro, 2014)</p> <p>"Teve gente que tentó criação de abelha. Mas num deu procedimento. Outro tento criá cabrito. Não deu certo. O cabrito é pro que, é pra fornece as criança de baixo peso... Que tinha muitas criança desnutrida... A abelha pra vendê o mel. Mas tem uns que ainda faz o mel. Mas num produz aquele tanto de mel, e se produzir muito também não têm nem saída, entendeu?" (Fevereiro, 2014)</p> <p>"Aqui também... as coisa... não tem pra onde vender né. Porque também assim... Cada um tem o seu né. Eu tenho o meu, você tem o seu.. E vai vivendo. Mas tem os que vende também. Mas hoje é mais pouco. [plantio]" (Fevereiro, 2014)</p> <p>"Aqui a plantação que a gente mexe... é assim, planta feijão, milho, inhame." (Fevereiro, 2014)</p> <p>"Alguns planta seu feijão, seu milho, mas é só pra consumi. Outros, nem pra consumi, num planta mais." (Março, 2014)</p> <p>"As fazenda muito é criação de gado, eucalipto..." (Fevereiro, 2014)</p> <p>"Todo mundo tem, assim, sua vaquinha, né." (Março, 2014)</p> <p>"É roça... É cana, mandioca, criação de gado..." (Maio, 2014)</p> <p>"Tem muita gente mexeno ainda. Pelejano. Mas tá difícil, o que cê produz no final, não dá nem pra despesa." (Fevereiro, 2014)</p> <p>"Cada qual tem a sua lavoura. Produz pouco. É mais pra si mesmo. Não dá pra dizer assim, vendê, tira daquilo ali. É mais pra consumo próprio mesmo." (Fevereiro, 2014)</p>	<p>ainda planta. Mas é menos." (Fevereiro, 2014)</p>	<p>"Roça. Nós mexe é com roça mesmo. Planta pra vender e pra nós mesmo." (Abril, 2014)</p> <p>"A gente planta nas Abóboras [local da roça] e vende em São Gonçalo e Milho Verde. Tem até saída." (Abril, 2014)</p> <p>"Uns trabalha na sua propria planta." (Abril, 2014)</p> <p>"Muitos trabalha é com roça mesmo. Plantano. Planta Abacaxi, planta Urucum, e vende, né." (Abril, 2014)</p> <p>"A gente tem umas plantação de cana que até dá um dinheirinho. Porque a gente vende pro Alambique de [proprietária]." (Abril, 2014)</p>
--	--	---	---	--	---

			<p>"Tem gente vendendo banana ainda. Fazendo farinha. Mexendo com roça né. É mais pouca, mas ainda mexe. E cada um tem sua criaçãozinha né. Vai mexendo como pôde." (Março, 2014)</p>		
<p>Geração de Renda e Sustentabilidade Familiar</p>	<p>Prestação de Serviços</p>	<p>"Tem uns turista que passa aí...Mas num é uma coisa assim pra todo mundo, né. Mas tem lá o [morador] que ta ganhando com isso. É bão né, que naonde que eles fica, eles paga tudo direitinho...[turismo]" (Julho, 2013)</p> <p>"outros vive de lavoura, trabalhão pros outro." (Outubro, 2013)</p>	<p>"Tem uns que tão empregado em Itambé, outro tá empregado assim... é empregado pro zoto, né [fazendas locais]." (Março, 2014)</p> <p>"Uns trabalha fora [prefeitura, comércio]. Outros... Aqueles que não trabalha fora... Assim... trabalhava por dia [fazendas locais]." (Maio, 2014)</p> <p>"É roçando, capinano, prantano, uns trabalha pra si. Mas também trabalha muito pras quele fazendero que nós passemos perto ali... Eu mesmo criei meus fio trabaiano pra ele no "jornal". (Fevereiro, 2014)</p> <p>"Essa indústria que saiu, esse serviço que saiu, o pessoal tá tudo empregando lá. Esse povo de Conceição, do lado de Conceição aí. O povo tá correndo atrás, porque lugar fraco...A gente veve que Deus é que sabe, né. Num dá nem pra explicar direito." (Fevereiro, 2014)</p> <p>"Tem muitos trabalhano é pra Prefeitura, aí. Num posto de saúde, como professora mesmo. Tem o IEF hoje, também, que quereno ou não tá dando um empreguim. E vai ino, assim." (Março, 2014)</p> <p>"A maioria trabalha em terreno dos outros. tem os que trabalha de diarista. Muito é gente que chego da zona rural. Tinha vida precária, trabalha de diarista, mas pelo menos tem casa, tudo." (Fevereiro, 2014)</p> <p>"Muita gente trabalha mais é pra fazendeiro... Sabe como que é né? Assim,</p>	<p>"Trabalha em roça dos outros.. Trabalham de meheiro, outros trabalham pra um ponto quatro. Das quatro parte que cê faz uma é dele [patrão] e as outras três é sua." (Maio, 2014)</p> <p>"Outros trabalha mais é ni roça mesmo, né, roçando, é, na plantação, também." (Fevereiro, 2014)</p> <p>"Uns sim que trabalham na construção, construção civil..." (Maio, 2014)</p> <p>"Tem os que trabalha no comércio também, né." (Março, 2014)</p> <p>"O turismo vem, traz um pouco também de renda. Porque naquelas casa onde eles hospeda, que dorme, alimenta. Ali entra um pouco, de...de...de dinheiro, né. Agora, aquele pessoal do turismo que vem, que quer passear na cachoeira, traz um pouquinho também. Aqueles que procura o guia. Aqueles que procura o guia, então, paga 30 reais pra levar lá na cachoeira. Agora uma pessoa que leva, né. Os otros não ganha nada." (Fevereiro, 2014)</p> <p>"Ó, muitas pessoas vivem do turismo mesmo, porque é, com isso é... construíram casas pra alugar, né. É... algumas pessoas venderam lotes, terrenos devolutos da comunidade pra ta... as pessoas, pras pessoas de fora e eles vem e constroem. Algumas pessoas, não são muitas, né? Mas que vende o, o, foram tirando lote assim da, da comunidade e vendendo pra, pras</p>	<p>"E, e inclusive né, Milho Verde, São Gonçalo ta buscando pessoas da zona rural pra trabalhar aqui. A gente, eu vejo todas as manhã, já vi gente do Ausente vindo trabalhar. Sabe? Duas, três pessoas tem serviço fixo também, né, que trabalha em pousada, porque a mão de obra tá, tá menos, né, por causa de Bolsa Família, por causa de ter seu próprio negócio e tal, e ou então de ter muitos, muita demanda né, muito restaurante, muita pousada, muito café, aí muita gente de fora, precisando de gente pra trabalhar, pra olhar filho e tal, então tá vindo gente do Ausente." (Março, 2014)</p> <p>"Tenho visto muitas pessoas indo trabalhar em Milho Verde e São Gonçalo. E, e, é muitas mulheres, né, que trabalharam com enxada né, limpando quintal, ou ajudando em cozinha, fazendo limpeza. E elas vão a pé, porque escolar não dá carona, não." (Fevereiro, 2014)</p> <p>"Trabalha pros outros. Aí é roçando né, capinando..." (Março, 2014)</p> <p>"Muitos tá trabalhano na construção civil, né. Vai, ganha o dinheirinho e volta [Vai para Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras]." (Abril, 2014)</p> <p>"Limpa pasto pros outros. Mexe é com pastagem, limpano pastagem. Igual, por exemplo, braquiaria. Sujou assim, eles pega de empreitada. Eles vão pro Rio de Peixe, Jaboticatuba. Eles vão todo mundo pra longe. Vai lá pro pé do Itambé.</p>

			<p>na roça mesmo. Limpano terreno pro outro. Lá em Serra Azul, perto de Serra Azul. Em... Guanhães, lá também tem bastante gente trabalhano nesse modo assim.” (Março, 2014)</p>	<p>peessoas... Aí, é... trabalham construindo as casas pra eles e, e, as pessoas vão, tão vindo morar, tão vindo alugando. Casas, tudo assim. É... e as donas de casa vão pra... trabalham nos, nos restaurantes, né. Nos feriados. Algumas donas de casa... As pessoas mais no... as mocinhas também mais novas também trabalham nos restaurantes; Nas casas assim fazendo faxina... Isso aí que é a vida daqui hoje...” (Fevereiro, 2014)</p> <p>“É, aqui quem, como diz, pousada, comércio... e a escola. No mais, o pessoal trabalha, é um guia turístico, então já tá sendo beneficiado diretamente, né.” (Fevereiro, 2014)</p> <p>Tem uns que mexe com construção. Pega no jornal, 30 reais por dia. Mas tem uns que vai, vai pra Serra do Cipó, vai trabalha e volta.” (Março, 2014)</p> <p>“Tem uns que trabalha no Parque.” (Fevereiro, 2014)</p> <p>“As mulheres fica olhando a... As mulheres fica, trabalhando em casa. Umas trabalha na enxada pra otros, capinano quintal, pra ganhar um jeitinho. Outras lava uma roupa pra queelas que tem mais um jeitinho... paga pra lavar uma roupa, né. Arrumar uma casa. Tem que ir ganhando assim...” (Março, 2014)</p> <p>“Direta ou indiretamente é o turismo. Porque é o seguinte, quem tem os comércio, é com o turismo. O pessoal que trabalha na construção, que vem muitas construção, né... tem tudo a ver com o turismo. Alguém que vem morar, alguém investi pra receber alguém. Então tem tudo a ver com o turismo.” (Março, 2014)</p>	<p>Esparrama gente pra todo lado. Cada lugar aí tem uma pessoa. Aí eles pega uma empreitada e fica 40, 50 dias pra lá.” (Fevereiro, 2014)</p> <p>“Tem uns até que trabalha no IEF. Aí já tá ajudano um pouco, né.” (Março, 2014)</p> <p>“Otros trabalha pro otro por 30,00. Roça em outro lugá quando tem trabalho.” (Abril, 2014)</p> <p>“Como já vi gente saindo de Milho Verde, de pedreiros indo trabalhar no Ausente também, Quer dizer, a pessoa já conseguiu uma grana, melhorou de vida, aí às vezes tá investindo lá numa casa, aí já foi um pedreiro daqui pra trabalhar lá.” (Março, 2014)</p>
--	--	--	--	--	---

				<p><i>"O turismo que segura um poquim. Mas se não fosse o turismo não tinha ninguém. Tinha era saído todo mundo. O turismo ajuda um pouquinho também." (Março, 2014)</i></p> <p><i>"Olha, os homens tem trabalhado na construção civil, né? Que é o mais forte aqui. E as mulheres trabalham, além de trabalhar em casa, cuidar dos filhos, fazer todo esse serviço, ainda exploram mais o turismo, né? Elas trabalham né, pra limpar as casas, pra receber as pessoas que vem de fora, pra alugar, pra fazer contato." (Fevereiro, 2014)</i></p> <p><i>"Igual, algumas conseguiram viver só de turismo e outras não." (Março, 2014)</i></p> <p><i>"Hoje é turismo. Em parte, a maioria das pessoa vive é de turismo. Por igual, assim... a sobrevivência é mais é turismo, mesmo." (Março, 2014)</i></p> <p><i>"Aqui, como diz, muitos ta é... construção, né. Agora a maior parte é construção. Hoje ta difícil cê conseguir um pedreiro aqui dentro (risos) porque antes tinha poucos, né. Agora já aumentou, mas mema assim, quanto mais... Tem muita gente que nem tinha sido pedreiro e agora já tá sendo, virou ajudante e hoje já tá, é trabalhando... Então, a maior parte dos homens aqui é parte de construção mesmo, uns é pedreiro, outros é ajudante, nessa parte." (Março, 2014)</i></p> <p><i>"E aí o turismo, é que ta sendo a maior parte mesmo, aí... hoje... é o turismo. Que traz os benefícios pra comunidade, né, de uma forma ou de outra, né. O que não trabalha diretamente com o turismo, mas ele se beneficia dele da mesma</i></p>	
--	--	--	--	---	--

				<p>forma. Porque a não ser escola, comércio... não tem outra... emprego, né. E as pousadas, né, que é o turismo imediato, já através de pousada, né.” (Fevereiro, 2014)</p> <p>“A construção civil cresceu muito, então gerou emprego pra, pra moçada toda, né. Hoje todo mundo que já é rapaz ja tem sua moto, seu carro, sua casa, né.” (Março, 2014)</p> <p>“O turismo trouxe um ponto positivo, que foi essa geração de renda, né, pra muita gente.” (Março, 2014)</p>	
Geraçã o de Renda e Susten to Família	Produt os Artesa nais	<p>“Uns faz queijo, mas pra vendê é só uma vez ou otra em Diamantina. Vamo dizé assim, se a pessoa tá ino e tá precisano daquele recurso ela faz né... Mas não é sempre que tem. Pra consumo, aí sim... É... Mas pra vendê mesmo não.” (Outubro, 2014)</p>	<p>“Tem gente aí na Peroba que faz sua farinha. Mas tamém vende. Se aparece pra compra, vende.” (Março, 2014)</p> <p>“Eu não quis mexer mais não. Passo é pro otros. A saída é mais poca né. Mas até que a rapadura eu ainda... Assim, de vez em quando, faço ainda pra vende, né. Como se diz, em Santo Antônio.” (Fevereiro, 2014)</p> <p>“Aqui tem muitos que produz cachaça. São as fazenda, né. A cana já é daí mesmo e eles tem então.. só a parte da produção mesmo.” (Fevereiro, 2014)</p> <p>“A gente sempre fez... e ainda faz né. A rapadura, a farinha. Mas o dinheiro disso tudo aí... Ah... num compensa mais né... caiu muito.” (Março, 2014)</p> <p>“Muitas famílias aqui trabalha com a produção de mel, queijo...” (Fevereiro, 2014)</p>	<p>“É, eu faço os doces, eu faço marmelada, justamente porque meu marido tem uma plantação de marmelo, né? Então, quando na época assim de final de, de janeiro, princípio de fevereiro, a gente faz o doce de... a marmelada, pra aproveitar o marmelo que, que dá lá na roça mesmo, né? Que a... poda do marmeleiro acontece no mês de, de julho, agosto, é, pra podar eles, e a colheita é nessa época de janeiro, final de janeiro. E assim tem outros que mexe também. Tem uma família que faz licor, de Jaboticaba, tem uns que faz é o doce de leite mesmo... No caso é isso que a gente faz... os doces que a gente vende, a gente vende pra, pras pessoas que vem pra na comunidade [turistas].” (Fevereiro, 2014)</p> <p>“A Tapeçaria, por exemplo, o Clube de Mulheres, eles fazem os produtos, cosméticos, mas fazem... “o pessoal do lugar compra? – compra”, mas a maior parte é o turista.” (Março, 2014)</p>	<p>“Por exemplo, Barra da Cega que vende né a coisa, então assim. Que tá relacionado ao turismo, né? Não tô falando das pessoas irem lá frequentemente, mas frequentemente eles tão ganhando com isso.” (Março, 2014)</p> <p>“A gente vive dos bordados.” (Março, 2014)</p> <p>“Aqui tem a bordadeiras, né. Junto com a Barra da Cega.” (Abril, 2014)</p>

<p>Geraçã o de Renda e Susten to Família r</p>	<p>Benefí cios previ denciári os ou progra mas assistê ncialist as</p>	<p>"Ah, eu vivo da aposentadoria. Não pranto." (Julho, 2013)</p> <p>"Uns vive de aposentadoria, tamém." (Abril, 2014)</p> <p>"Aí Deus ajudou que aposentei também, tem a pensão de meu marido e aposentei. Que eu era da zona rural, né, pagava o sindicato e eu aposentei. Aí depois fiquei só mesmo com meu pagamento." (Outubro, 2013)</p>	<p>"Muitos é, é aposentados. Tem uns que é bolsa família e vão levando..." (Março, 2014)</p> <p>"Os mais novo é as custa da mãe deles." (Fevereiro, 2014)</p> <p>"Hoje, eu vou falar com cê, o povo eu nem sei de que eles vive. Igual cê falou aí. [perguntou] Mais é...Bolsa Família. Igual eu to falando. Bolsa Família é ainda o pouco que dá que ajuda, né." (Maio, 2014)</p> <p>"O que achou a melhorá a vida aqui.... Ah, menina...isso aí eu ser franca com'cê: Bolsa Família!" (Março, 2014)</p> <p>"A Bolsa Família ajudou demais. E aí como se diz, aí a pessoa completa a idade, apusenta... E, aí vai..." (Maio, 2014)</p> <p>"Nó, imagina! Hoje eu tenho é mais que agradecer a Deus. Cinco filho na escola, cê vê que num é brincadeira, né? É bastante puxado. Então, a bolsa família mesmo, me ajudou bastante, inclusive essa daí foi até o final, formou. Eu tenho mais é que agradecer. E muito!" (Março, 2014)</p> <p>"Mas muita coisa também, o governo, ajudou muitas família carente. Mas também pôs muitas pessoas preguiçosas. Por que muitas pessoas também querem viver só de bolsa família... Abandonô lavora." (Maio, 2014)</p> <p>"Porque também veio a aposentadoria, né. Aí já fico mais mior." (Março, 2014)</p> <p>"Hoje em dia com esse Bolsa Família... No... No... No tempo de minha.... Que... Que eu criei meus fio num tinha nada disso. Hoje exista a cesta, a bolsa. Hoje é que as coisa mudo bastante, né. Graças a Deus." (Fevereiro, 2014)</p>	<p>"É, e o bolsa família né, que já deu uma super ajuda." (Fevereiro, 2014)</p> <p>"Tem os aposentados, né... das casas, que vão ajudando, né, os filhos, ajudando as famílias." (Março, 2014)</p> <p>"Foram aposentando, né. Alguns." (Fevereiro, 2014)</p> <p>"Os velho são aposentado, vão vivendo pela aposentadoria." (Março, 2014)</p> <p>"Os pais que são aposentado é que ajuda, a socorrer aqueles que não é aposentado. Chega aquele dinheirinho lá, compra uma despesinha, os pais que dá cada um... um filho pra ajudar, né. Porque cada um é casado, tem filho, né. A gente fica com dó. Tem que dá cada um um bocadinho, né." (Março, 2014)</p>	<p>"A única renda que a gente tem assim nessa hora é o bolsa família que é... ajuda também..." (Fevereiro, 2014)</p> <p>"Depois aposenta, né. Fica mais garantido." (Março, 2014)</p> <p>"Tem o bolsa família, aí já a renda melhorou..." (Fevereiro, 2014)</p> <p>"ó, muita gente é aposentado dos trabaio né..." (Março, 2014)</p> <p>"Muita famia recebe o bolsa famia sabe?" (Fevereiro, 2014)</p> <p>"A! O povo ta vivendo mais é... É... Os aposentado." (Fevereiro, 2014)</p> <p>"Mucado ta aposentado. Mas a maior parte aqui mesmo, mais é bolsa família... pra falar assim, pra sobreviver." (Março, 2014)</p> <p>"Bendizé, todo mundo aqui é aposentado [toda família tem um aposentado]." (Abril 2014)</p> <p>"Oia, têm muito costuma ta aí que... é que às vezes eles tava trabaio fora... Pega o seguro desemprego... Vêm e... Até o seguro desemprego caba depois eles volta." (Fevereiro, 2014)</p>
---	---	---	--	---	---

<p>Mudanças Socioambientais</p>	<p>Atividades rurais e modo de vida</p>	<p>"A: E aqui na comunidade, assim, o povo vivia de quê? B: Prantar mandiocal e rezar, minha fia." (Julho, 2013)</p> <p>"Aqui tinha é garimpo de Diamante, mas o garimpo aí nesse pedacinho, é... canalária não tava tirando nada. [...] É... canalária pura, pedra, funil de pedra. Num dá pra tirar nada." (Outubro, 2013)</p> <p>"falei assim: Vou prantar mais não. Pra prantar, tem que chamar trabaador pra prantar, pra capinar... Então é difícil... é que é mais de um salário de cidade pra aqui pra roça." (Outubro, 2013)</p> <p>"tem coisa que hoje cabou, né. Hoje cabou as festas... mas os antigo aí tinha aquelas dança, tinha aquelas fulia, tinha aqueles batuque, tinha aquelas... né, aqueles rojão. Tinha mais o plantio, que nunca faltou, tinha mais...Tinha mais roça grande. Tinha o jeito de prantar..." (Abril, 2014)</p> <p>"Lá acabou porque nós tem mais de um ano que não faz farinha. Nós num faiz mais pra vendê. Ou dois ano. Um? Três ano? É... Que não faz. Mas já fez farinha pra vender e ela [esposa] faz uma farinha boa demais. Não é roda, tem que tocar de mão. Que queremos que a luz chega pra gente colocar. A luz tá pra vir. Isso aí é... vai vir lá pros anos cem, essa enrolada lá." (Abril, 2014)</p> <p>"Aprendia com mamãe, né. Era plantar mandiocal, aqui dava mesmo. Nós relava, tinha vez que nós vendia vinte arqueire de goma. Nós mixia</p>	<p>"O que... o que... o que mudo que antigamente o pessoal tinha mais união pra tratar do serviço. E hoje não têm união. Por enquanto ta assim, cada caso pra si, com essa distribuição de trabaio, cada um pra si e Deus por nós todo. Então o povo assim, num têm aquela união de antigamente. Era assim, eles plantava roça, aí trocava de dia com as pessoas. Eu ia pra pessoa, a pessoa ia pra mim, agora não. Agora num pensa mais. Outra coisa também,o pessoal quer ganhar um salário muito alto. O custo de vida ta muito caro, então eles num pode ganhar barato, e a gente num têm condição de pagar. Cê entendeu moça? A gente não têm condição de pagar. Vamo supor. A gente ganha salário, eles que por dia sai mais de um salário. Como que ocê paga uma coisa que cê num ganha? E quando cê arpura a mercadoria, ela num dá aquilo que cê gasto. Então por isso que mudo muito, que pioro a situação agora eu acho que e por isso. Por quê, o pessoal gasta, o que num têm. E eles vende a mercadoria por um valor que num compensa." (Maio, 2014)</p> <p>"De primero, cê tinha a troca de dia, qêns fala, de mutirão também... Isso aqui minha fia, não existe mais não. Acabou tudo." (Fevereiro, 2014)</p> <p>"Até hoje a gente ainda vai pra pega fruta do Cerrado né [Chapada do Couto]. Porque isso aí até perde lá. Agora a campina proibiu né, a gente não mexe não." (Fevereiro, 2014)</p> <p>"Hoje num tendo roça mais, né? As terra tá tudo fraca, a terra aqui pra plantação é fraca. O terreno num é bão pra planta, porque tem que adubar muito e adubo é</p>	<p>"E percebo assim que, que cortou muito a comunicação, é, é, a visitação, né. Essa questão do telefone, da internet. Antes a gente visitava mais os amigos, né. A gente... Hoje, se a gente precisar de alguma coisa até nas comunidades a gente liga. Tem 3, 4 telefones né, com antena. Antes cê tinha que ir lá, acabava que tomava um cafezinho, conversava um pouco e voltava. Às vezes cê vai aqui do lado, né, a pessoa tá do lado, cê pega o telefone e liga." (Fevereiro, 2014)</p> <p>"Porque antes não tinha nada, então hoje cê vê que eles [as pessoas] tem condição de ter carro, de ter, né, de ter celular de ponta, né? Num é um celular comum... É celular que tira foto... Mas às vezes, né, eles tem isso, mas assim, é, é... não tem uma fruta em casa né, não compra uma fruta. Tem essa mentalidade. De... ter o celular, mas a criança não tem uma fruta pra alimentar." (Março, 2014)</p> <p>"Era produzida muita farinha para vender, mas a base da comida sempre foi o fubá.. Fubá suado no café.. Fubá no almoço.. nunca faltol!" (Março, 2014)</p> <p>"Ah, antigamente a gente vivia mais é, de, do garimpo. E depois também é, é, plantava roça, plantava a roça de milho, feijão, arroz, né? É...durante o tempo da seca, as pessoas ficavam é... no garimpo. E depois, é... tinha o tempo da, de, de ir pra roça roça né, pra plantar, e depois ficar capinando as roças, e depois as colheitas, né. Nessa época assim de janeiro, fevereiro era a colheita do feijão. E depois, lá pro mês de maio assim, a colheita do milho, né? Depois que</p>	<p>"Na roça, trabalha de troca de serviço mesmo..." (Fevereiro, 2014)</p> <p>"Antes do Bordado, as mulheres eram só dona de casa, trabalhava em casa mesmo, né?" (Fevereiro, 2014)</p> <p>"E prantava arroz e cuia muito arroz... prantava orta... prantava batata cuia batata demais, tanto batata doce quanto batatinha. Hoje é, a gente num vê dessa batata mais, batata era ro...dessa pequena, cor de rosa. Eu vi dela em Belo Horizonte num... quando eu fui lá num supermercado e eu fui vê nela... falei oiá da batata de minha mãe prantava que eu nunca mais... tinha anus que eu num via. Assim que e...pratava tinha muitcha fatura sabe, verdura ninguém comprava... né? Hoje mu...muita gente vai no sacolão comprá." (Março, 2014)</p> <p>"É prantação né?! É... Roça, mandiocal... Hoje, pouca gente que planta né? É a roça." (Fevereiro, 2014)</p> <p>"É que todo mundo, é muita gente novo sabe... os veio gosta de planta, os novo num gosta." (Março, 2014)</p> <p>"A gente trabaio demais na roça ta todo... ta de farinha.. tudo ralado no ralo... na mão né? Turcia é, a farinha, turcia até na mão pra fazê a farinha." (Março, 2014)</p> <p>"Só na roça. Na minha época que eu morava com meu pai mesmo, ele trabalhava assim, trabalhava de dia pra gente comer no outro dia, entendeu? Que não tinha condições." (Março, 2014)</p> <p>"Tem um aí... ele mexe com farinha, ele é muito prantadô, pranta muita mandioca, faz farinha... Mas é no motô, é alétrico. Ele num rala que nem a gente relô não.</p>
--	--	--	---	--	---

	<p>mais era com goma. Hoje em dia nós não faz, que não tem a mandioca, né. Fazia mais era biscoito de goma, vendia mais era goma. Parou...difícil. Nós plantava mesmo. Nós plantava que não guentava nem relar, tinha hora. Vendia em Diamantina, Rio Manso... Nós levava pra Rio manso também." (Abril, 2014)</p> <p>"Tem não. Adoeceu. [plantação de mandioca] Aí parou de plantar. Eu mesmo, perdi um mandiocal grande assim... aquiou e não achei ninguém pra relar, perdeu." (Julho, 2013)</p> <p>"O que foi passando de geração em geração é plantar. É o que eu usei...vai acabando né. Vai morrendo, vai acabando. O novo não vai querendo tocar aquela vida dos véi." (Julho, 2013)</p> <p>"Por enquanto não tem não. Antigamente tinha, mas agora não ta tendo não. Cada qual usa sua área. [área comunal]" (Julho, 2013)</p> <p>"teve gente aqui... É, gente que ficava doído que chegasse a época da flor, né. P'eles mudar pra Chapada. É, e ía morar lá. A lapa tem lá pra Chapada, nome dum tanto de gente, tem nome de lá... Fala que aquela pessoa que ficava né. Minha avó mesmo, coitada... É... Igual tem, por exemplo, aquelas pessoas que tinha uma lapa de... minha avó mesmo tinha... nós falava lapa de [moradora], lapa de [morador]. Tinha uma lapa. Ía pra lá, fechava aquela lapa e ficava lá morando lá. Acabou. Isso aí eles não aceitou mais." (Outubro, 2013)</p>	<p>muíto caro. Num compensa cê planta. Que quê adianta? cê planta uma roça e quando cê vai colher num tem retorno. Cê planta uma quantidade, cê gasta naquela plantação, quando cê for colher...o que ocê gastou, cê num tira. O sol ta muito bravo, o tempo num ta ajudando pra planta não. Cê gasta aí uns cem pra produzir, cento e pouco... Se ocê for olha bem, cê tá no prejuízo." (Março, 2014)</p> <p>"Aqui a gente troca o dia de serviço. Então, se hoje eu trabalhei procê, Otro dia cê vem pra mim. Tem que fazê assim, porque senão, não dá renda, né." (Fevereiro, 2014)</p> <p>"Minha mãe, fazia farinha de mandioca, rapadura... Hoje em dia ninguém faz nada mais. Ah, mexiam com... o povo mexia com tropa. Levava farinha pra Sabinópolis, fazia... produzia... Mas hoje ninguém vende. Ninguém tem nada pra vender mais. Num sei por quê. E melhora, né. Parece que ta até melhor do que antes." (Fevereiro, 2014)</p> <p>"Vou ser sincero com cê, o carvão dava um dinheirinho. Mês que cê caçava um dinheiro, tinha no bolso." (Maio, 2014)</p> <p>"cê enchia o carro de cana. Aí cê fazia aquela quantidade de feixe para dar um carro. Era sessenta e quatro a coisa... É isto. Mas cê sabe quê que eles falaram carro de cana? Porque eles puseram sessenta e quatro feixes de cana em cima dum carro e deu justamente um carro. Aí eles puseram que é um carro. Meu pai e mãe moravam bem pra cima mesmo, pra cima mesmo. Eles plantavam lá...cê sabe ali Inbiçu? Aí eles plantava lá, a gente...Mandioca, só vendia a farinha. A</p>	<p>acabavam as roças, as pessoas não tinham muito outros serviço e iam pros garimpos, né. Os homens pros garimpos e as mulheres sempre em casa é... fazendo, plantava uma horta, né? É... assim, pra, pro sustento mesmo da família né? E... criava galinha, criava é... porco, essas coisas assim pra, tudo pra ter o sustento da família, né." (Maio, 2014)</p> <p>"Ué, antigamente era o garimpo e roça!" (Março, 2014)</p> <p>"Muita gente que ainda não tem o dinheiro pra comprar pão e que, mesmo pela tradição, pelo costume né, continuou comendo fubá suando no café da manhã. Mas já com essa, né, com essa mudança aí de, de duas padarias, muita gente vendendo pão artesanal, muita gente aprendeu a fazer pão, né? Pão integral, aí já teve, foi dando umas mudanças. A, as pessoas de fora vão chegando e pouco a pouco foram mudando né, os hábitos do lugar em geral, mudando o lugar, né?" (Março, 2014)</p> <p>"Ó, a festa de, do... tem a festa de Nossa Senhora do Rosário, né? Que é mês de setembro, final de setembro. Tem a festa de Nossa Senhora dos Prazeres, que é a padroeira daqui, da Milho Verde, ela acontece sempre no final da, da, última semana de agosto, né? Essas, essas são, mesmo, tradicionais mesmo da comunidade. E... a festa de São Sebastião que ultimamente vem acontecendo, porque antes as pessoas colocavam São Sebastião na rua assim, rezando o terço. Só que quando tava essa época assim de muito sol quente, as pessoas tinham devoção, as pessoas</p>	<p>Mandioca no ralo né? E... A gente... Ó procê vê, a gente capinava, ia na roça, capinava. Cana é, num comprava açúcar muía na nhoca, moía a cana era na nhoca." (Fevereiro, 2014)</p> <p>"Antigamente... a gente ô...ô... fa... eu fiz farinha demais. Minha mãe criava muito porco... E... Meu pai tinha muita vaca... e eu fazia... é... Eles fala... polvio? Eu fazia era, secava era um arquero dois, é assim... que a gente fazia. Ai... É... Mas esse povo novo num gosta de fazê isso né?" (Março, 2014)</p> <p>"Faço broa, faço biscoito. Mas faço pra cume." (Fevereiro, 2014)</p> <p>"A gente foi assim, rígido com os fio... Pai também rígido... Respeita até hoje... Meus fio mesmo ta lá, lá longe, pelo telefone. Quarker coisa que vai fazê dô minha opinião se vé comê que fazê faz... Mas se fala não faz, não faz... É assim. E hoje, os fio de hoje quê esses trem a criança... Os fio de hoje... A gente que... Que o povo ta criando... Mais... Mais novo... Fala as coisa e num obedece, ninguém obedece... né? Oia fazia obedecê as criança... as dona aí que os menino ta temoso aí ta danado..." (Fevereiro, 2014)</p> <p>"Chovia muito né? E o pessoal de antigamente plantava muito. E, aquel...os, que... Trabalhava com o garimpo, era no garimpo e os outros era na agricultura. Plantava era milho, feijão, mandioca, cana." (Março, 2014)</p> <p>"Uai eles trabalhava, no... de início eles trabalhava por aqui. Mas depois, eles trabalhava ali na região de Diamantina. No... no Jequitinhonha. É... Quando veio saindo as bomba, as draga, eles ia pra</p>
--	--	---	---	--

	<p>"Existia antes de ter o parque. A Chapada era de todo mundo, lá não tinha ninguém que fechava assim. Tinha um... A área mesmo de separado, não. Época da flor, criar criação... Era tudo... Só que hoje não é mais de todo mundo, porque já não pode mais." (Abril, 2014)</p>	<p>farinha sempre eles vendia pra um moço lá de Serro, vendia pra muitas pessoa assim... encomendava o alqueire... eles comprava. Aí comprava e a gente vivia com isso aí." (Fevereiro, 2014)</p> <p>"Era muito dinheiro, né. Num tinha um que num tinha! haha! [na época da produção de carvão]" (Março, 2014)</p> <p>"Eu vivia pelo menos era trabaiano pros outro... capinano, tratano, judano fazé farinha, fazeno goma... Minha... Minha lida era essa." (Março, 2014)</p> <p>"cê sabe que de primeiro o pessoal andava... cê topava com carguero ...hoje em dia num ta tendo isso mais." (Fevereiro, 2014)</p> <p>"Olha, também o lugar que ocê tem pra plantar, cê num pode roça, entendeu? Se ocê roça, eles vem cá... vem o povo do lbama lá e ferra ocê. Os único lugar que a gente pode plantar, é na beirada da vargem. Olha o lugar que agente pode plantar! Entendeu?" (Março, 2014)</p> <p>"De antes era muito sofrido... o povo vivia de roça e trabaia." (Fevereiro, 2014)</p> <p>"Os menino puxava carvão direto aí. Dava um dinheiro" (Março, 2014)</p> <p>"Que mudou assim tamém é que o povo num arruma minino igual era antes. Tá muito cansativo arruma minino hoje." (Fevereiro, 2014)</p> <p>"A gente passava era muito dias lá [Chapada do Couto] trabaiano. A campina era vendida lá mesmo. Não trazia nada não. Só a renda." (Março, 2014)</p> <p>"E mexia com fábrica de farinha aí também. É, acabo... agora que... que a fábrica evaio tudo que agora. Portanto</p>	<p>mais velhas tinham devoção de fazer isso. Agora, é, tem a festa de São Sebastião, que tem o sábado que é levantamento da bandeira, né?" (Fevereiro, 2014)</p> <p>"Poca gente planta hoje. Em mais tempo o pessoal ainda plantava muito, né. Aí, garimpo, a maior parte vivia era de garimpo. Então, assim... hoje, quase ninguém planta e garimpo, tamém... é... ficou proibido, né. Então, hoje não tem mais né. Porque antes assim... a gente plantava não era mais mesmo era pra vender... era mais pra sobrevivência mesmo, né. [...] Então, as pessoa mais velha não dá conta do serviço, porque é serviço pesado. Aí, no final das conta, o pessoal ta largando as coisa... vindo pras comunidade maior um pouquinho e as roças tão ficando mesmo com pouca gente, plantando." (Fevereiro, 2014)</p> <p>"Antigamente era... roça, roça, roça." (Março, 2014)</p> <p>"De roça mesmo, pra falar que eles dependia só de roça, foi até na média de 1984, 1985 pra traz. Essa época mexia roça e garimpo. De 1984 pra cá abandonou a roça e mexeu só com garimpo. Poucas pessoas mexeu com roça, já voltaro tudo pro garimpo. Depois o garimpo foi enfraquecendo. Eles falam assim, "ah, foi o parque". Não, não foi o parque. O garimpo já foi enfraquecendo, pra parte do Capivari. O pessoal já foi abandonando o garimpo próprio de... conta própria. Aí já passou de abandonar o garimpo, já i ou trabalha de área pro otro, ou tocar garimpo lá pro lado de Diamantina, ou i pra bateção de pasto pro outro. Mas pra roça não voltarô</p>	<p>Diamantina, onde o Jequitinhonha era maior. É, aí quando foi nos anos 90 eles já vieram com... 80 e pouco 90... Eles já viero com as bomba pro rio menor..." (Março, 2014)</p> <p>"Eu fazia muita rapadura depois que meu pai morreu eu fiquei muito sozinha... Aí já... Abandono... Lá... O...o... dismanchamo até a casa que fazia rapadura por que... Num têm quem trabalha hoje... e o trabalho na roça depende... Do braço mesmo né? Quem num têm maquinário depende do braço do homi e ta muito difícil... E o... Muito caro... o custo fica muito caro." (Março, 2014)</p> <p>"Nóis fazia era muito doce de casca de banana pra vendê. E nós levava. Uns pagava baum, otros mixaria. Foi até pára..." (Abril, 2014)</p> <p>"É... Antigamente, é, no início né das comunidade o povo vivia era do garimpo né? uns... Até mais ou menos 90 o povo tinha muito... garimpo... e a agricultura. Agora de certos tempos pra cá... por causa do... igual o tempo ta agora né? Igual o janeiro todo sem chuva. Pessoal esmoreceu muito com a agricultura." (Fevereiro, 2014)</p> <p>"A! São muito pouca gente que planta. São muito pouca gente que planta. Eu... A... Minha roça mesmo a gente plantava muita cana. Fazia muita rapadura, depois que meu pai morreu..." (Fevereiro, 2014)</p> <p>"Os marido saía pro garimpo e as muié dentro de casa fazeno a farinha. trabaiaava fora e trabaiaava aqui dentro também, trabaiaava muito fora... Têm um lugar aqui perto de Diamantina né [moradora]? Chama Acaba</p>
--	--	--	--	---

		<p>[morador] já tinha até dismanchado o resto... Tiro forno lá... Tirô a prensa, desmancho lá tudo, já fez currá pa... pum cavalo dele lá prum poto, né. Já fez foi currá lá, cê pode i até lá procê vê como é ...” (Fevereiro, 2014)</p> <p>“Dizemos assim, pra ocê entende melhor. Talvez hoje eu vou pra ocê, dois ou três dias. Quando for semana que vem cê vem me ajuda. Aí, tem que levar a vida assim... Eu pranto o milho, aí então...o vizinho vai pra gente dois dia, termina de limpar a roça pra gente, aí a gente vai e ajuda ele também. É assim, é que funciona.” (Março, 2014)</p> <p>“Eles ti... Eles tinha criação de gado. Criação de gado não... Cuidava de criação pros outro. Mas não pra eles...” (Março, 2014)</p> <p>“Então eles acha melhor também, buscar na venda, comprar os kilinho do que produzi, por que, igual eu to te falando, as veze você planta muito, e colhe pouco devido o tempo. O tempo agora é tempo de pranta feijão. Mas como é que cê planta numa terra seca dessa, nem na terra sai.” (Maio, 2014)</p> <p>“Roça é muito boa, mas ela... ela... Ela dá muito trabalho, né, pra pessoa. Eu pelo menos, eu adoro roça, eu não gosto de estudá, se pedi pra eu resolve os problema eu raspa fora... Mas eu num gosto de zuero, fica mais no meu canto.” (Maio, 2014)</p> <p>“Ia pra Chapada. Trabaiei lá quando eu era criança. Panhava sempre viva, cada lugar de perigoso. De cobra, muito estrepe. A gente para é por isso, por que primeiro, a gente muda de situação, né. Agora ta</p>	<p>tamém não. Abandonaro sem voltá pra roça. Portanto que foi abandonando tudo assim. Não foi o Parque. Se o cara depende de garimpo pra viver no Capivari, o cara morre de fome.” (Fevereiro, 2014)</p> <p>“Vendia Doce, rapadura, plantava quiabo, tudo, nessa época... colocava tudo no lombo do burro e vendia no mercado velho.” (Fevereiro, 2014)</p> <p>“É não é nem pouco não. É só os mais vei mesmo que mexe com roça. Então na verdade só os mais velho que mexe e na verdade, as roça tá acabando. Porque é só os mais velho e não tem força mais e não tem maquina.” (Fevereiro, 2014)</p> <p>“Só para despesa. Pra comerciar não vou fazer mais não [farinha].” (Fevereiro, 2014)</p> <p>“Quando podia panha, eu já panhei Sempre-viva ali, num campo grande que tem ali na frente. Ali dava bem Sempre-viva. Saia daqui de madrugada, ia a pé, e ia lá... Panhava e voltava pra aqui trazendo a Sempre-viva na cabeça. A gente ia de a pé até chegar perto da Serra Grande. Quando a gente panhava maior quantidade, a gente marrava pros moi dela, marrava uma cabeça dela virada pra lá, com o pé pra cá e o outro moi não, o pé pra lá e a cabeça, virava pra cá, pra poder ter firmeza pra amarrar, né. Agora vinha trazeno aquilo na cabeça, um peso, A gente vinha trazeno na cabeça de lá até chegar aqui, quando a gente chegava o pescoço da gente tava doendo, de carregar aquele peso na cabeça!!” (Março, 2014)</p> <p>“Antigamente não tinha casa de téia aqui</p>	<p>mundo...Mendanha...Mendanha que eles trabaivava muito...Nessa região lá...” (Março, 2014)</p> <p>“Gosta de assa é ne... Forno elétrico né?! Gosta de assa é em forno elétrico num gosta de acendê fogo não. (Risos) To rino desse povo aqui. Gosta de tudo é fácil né?” (Março, 2014)</p>
--	--	---	--	--

			<p><i>melhó. Graças a Deus, que quando eu trabalhei lá, eu era jovem de 8, 9 anos. É, hoje eu to com 58 ano. Então a gente muda de... Num fica numa coisa só a vida inteira. Além de médico agente que todo mais, né. Aquilo desvalorizo. Igual de primeira, eu prantava muito mandiocal. A farinha abaixo de preço, Eu já to no pouquim, só pras despesa.” (Fevereiro, 2014)</i></p> <p><i>“Rebuçada de sapé era casa boa. O resto era de coco. E a de pau durava 45 ano, sem dá uma pinga... O colchão era de palha de milho” (Fevereiro, 2014)</i></p> <p><i>“Mas o pessoal ainda hoje usa lá pra colocar seu gado [Chapada do Couto].” (Fevereiro, 2014)</i></p> <p><i>“Moia o fubá, pra comé e pra vendê, né. Moia a cana tamém. Agora nada disso a gente mexi mais aqui. Vendia Mandioca e tudo... Vendia em Diamantina. Aranjava lá na Fazenda do Currá.” (Fevereiro, 2014)</i></p>	<p><i>não, era casa de capim. Poucas casa. Ainda tem uma lá embaixo de [morador local], ele colocou plástico e colocou o capim por cima. E a de [moradora local] era de capim também, né. As outras eles foram desmanchano, fazeno otras de teia... Agora ninguém quer saber de capim mais não. Vai dando um jeitim, se puder comprar dessas teia compra, se não puder, compra de amianti pra fazer a casa. Porque essa não acaba né... E o capim de tempo em tempo tem que trocar, porque ele vai apodreceno.” (Março, 2014)</i></p> <p><i>“Trabalhava aqui e tinha gente que saia pra fora também. Mas era mais aqui [garimpo]. Porque o garimpo aqui foi muito fraco, né. No rio trabalhava com roda, assentada. Não era motor não. De primeiro não usava motor não. Fazia uma roda muito grande, fechava o rio, agora... fazia o rego e fazia a bica pra joga água na roda, né. A roda... rodava, tinha o balancete pros baços... do lado pra puxar água nos canudo né. Agora tinha as pessoa que trabalhava pra catiá. Era carregando corumbé na cabeça pra catiá. Cata no rio... Cercava aquele pedaço do rio e agora ali, ia carregando a terra na cabeça... Aquela canjica ia jogando fora até alcançar o cascalho no fundo. Agora, alcançava o cascalho, amontoava pra fora, pra depois... ir bater... pra caçar o Diamante. Achava poquim, mas achava. Depois eles proibiu de trabalhá no rio, foro trabalhá na grupiara. Peneirava o paió na grupiara, agora, puxava para o rio e ia bateno...Era com mais dificuldade... Era mais sofrimento, né. Tinha que trazer lá no alto da grupiara</i></p>	
--	--	--	--	---	--

				<p><i>pra beira do rio. Quem tinha animal, puxava no animal e quem não tinha animal, puxava na cabeça.” (Março, 2014)</i></p> <p><i>“O povo panhava muita Sempre-vivas lá pra Chapada. Arrumava pra encher de Sempre-vivas na Chapada. Cê conhece, né? Chapada? As família ia pra lá, ficava debaixo da lapa lá. Lá ficava lá, semanas, meses, lá... Panhano a Sempre-viva. Enchia a tropa e vinha embora. Ficava vinte e tantos dias e vinha embora... Botão de flô, trazia tudo da Chapada. Parou... Foi parando... O povo agora não quer que panha mais, né.” (Fevereiro, 2014)</i></p> <p><i>“teve muita mudança natural mesmo né, assim, coisas que o próprio tempo, essa mudança do clima, né. Época de chuva, época de plantio, era tudo muito mais, mais certinho, né? As pessoas tinham esse tempo certo. Mas mais definido. Hoje já não tem isso, né? Então essa, essa mudança é uma mudança natural. E junto com isso veio a mudança também de, de 99, principalmente 99 pra cá, quando Diamantina virou Patrimônio da Humanidade, comecei a perceber que não passava um final de semana sem ter uma pessoa de fora aqui. Antes disso não, passava o final de semana bem comum, como dias normais. Assim, a gente nem percebia né, o quê que era segunda, o quê que era domingo, o quê que era sábado, né? Era tudo no mesmo tom...” (Fevereiro, 2014)</i></p> <p><i>“Panhei muchá Sempre-viva! Panhava botão, nos campo. Panhava lá e panhava aqui também. Porque aqui também dava... a Sempre-viva. Era um tempo</i></p>
--	--	--	--	---

				<p>divertido... A gente ficava o dia inteiro, não tinha fome... Levava a matutaia com o suado e... Levava a matutaia e voltava com ela pra traz. Marrava na cintura a sacolinha com a farinha e a rapadura. Porque a matutaia da gente era essa né... Punha a farinha e um pedaçim de rapadura ali dentro, pra comer lá no campo. Costumava levar ela e voltava com ela...porque entertia panhano a Sempre-viva." (Fevereiro, 2014)</p> <p>"Mas também a roça lá vai acabando. Otro dia mesmo eu tava conversando com o pessoal. Madeira de mandioca ta difícil do cê encontrar. Tá encontrando não. Tá difícil, viu." (Fevereiro, 2014)</p> <p>"Porque de primeiro, eles trabalhava mais unido, assim, ni roça. Antigamente eles era unido. Por exemplo, eu fiz minha roça aqui, minha roça ta aqui pra capiná, aqui. O que que a gente fazia... tipo união. Juntava todo mundo na minha roça, capinava ela toda. Depois que capinasse minha roça toda, a gente passava pra du otro. De primeiro era assim. Cabo com a do otro? a gente ia passando pra du otro. Isso era mês de junho, julho, agosto. Enquanto não acabasse a roça nos otros não parava. Hoje é um pouco desunido nessa parte. Cada um com o seu. Cada um quer pra si. Eu quero o meu e pronto acabou." (Março, 2014)</p> <p>"Antigamente, o povo... o viver do povo era mexer com plantio de planta. Plantar mandiocal, fazer farinha, né. Fazia... Chamava os trabalhadeiro pra relar a mandioca, fazer a farinha, né. Fazia um lote de... Enchia a tropa de farinha e tocava pra Diamantina, né, pra poder</p>	
--	--	--	--	---	--

				<p>comprar os recurso da vida, né. De planta acabou. Com esse negócio que eles fala, de para, né, com esse negócio de planta. Que eles fala que não pode roçar mais. O povo aonde dava uma plantinha, proibiu de roça, né. Quer que roça a 50 metros fora da beira do rio. E nisso, aonde tava uma planta, ninguém planta mais, porque não pode roçar.” (Março, 2014)</p> <p>“E era muito pobre, a gente percebia assim, é assim, pobreza assim... É, ao mesmo tempo pra gente era uma riqueza, né. Porque era uma simplicidade...Comidinha gostosa, muito angu. É, muita coisa daqui, plantada aqui, colhida aqui, né. Não tinha, a gente não conseguia comprar uma maçã.” (Março, 2014)</p> <p>“porque antigamente a gente pegava pesado, não tinha medo do serviço. E hoje em dia eles tem medo, não quer pegar na enxada para capinar. A gente pegava né, seja homem ou seja mulher, todo mundo ia pra roça. Cada um levava uma enxadinha e ficava capinando, né. Capinando, plantando. Uns tá plantando, otros tá capinando. E assim era continuado, né. E agora não; agora diminuiu.” (Fevereiro, 2014)</p> <p>“As coisa era mais favorecida, não precisava da gente tá comprano... mantimento. O mantimento todo era que a gente plantava, né. E parecia que o mantimento era mais sadio, de que agora. Agora vem o alimento, de vera, né. Mas eles põe muita química. A gente come muita química, porque eles planta... com remédio. Quando nasce, eles torna a coloca remédio. Quando dá</p>	
--	--	--	--	---	--

				<p>o fruto, eles dá remédio para num apodrecer, amadurecer e num apodrecer, né. E a gente plantava ela... plantava e dava só com a força da terra né. A gente roçava, punha fogo, queimava, capinava e ela era criada só com a terra, não tinha química nenhuma.” (Março, 2014)</p> <p>“Num tá tendo trabaiaador. Porque a gente é casado, tem família né, os fio acompanhava a gente, né, pra roçada, pra capinar, coiê... É, tudo, né. E hoje em dia os fio fico sem reuni porque... a idade da gente chega, a idade chegou, os fio tá sem recurso de mexe com planta, né. A gente não tem força mais pra trabalha, porque idade muchá, os neivo do braço não aguenta mais né. A gente trabalha ainda, mas trabalha por menos. Porque a gente não tem mais força. A gente plantava era roças grande. Plantava era mil alqueire, alqueire, né. Madeira de mandioca, a gente plantava uns quarenta alqueire todo ano, né. Quando uns ainda tava pequenino, otros já tava no ponto de desmanchá. Hoje não tem[madeira de mandioca]... em canto nenhum! Poucas pessoas que tem, tem reboleira, pequena. Não é igual plantava antigamente. Nós mesmo. Aqui ô, nós plantava mandiocal enorme, de grande, que fazia era muitos alqueres de farinha. Hoje nós num temo mandioca nem pra cozinhá!” (Março, 2014)</p> <p>“Aqui antes era bem uma agricultura mesmo, familiar né? Assim... era uma pobreza muito grande!” (Março, 2014)</p> <p>“A televisão também é uma coisa que né, atrapalhou muito aqui. Essa, essa condição né, de as pessoas terem uma televisão, que antes assim, cê tinha que ir</p>	
--	--	--	--	--	--

				<p><i>longe procê ver né... Poucas casas tinham televisão. Aí juntava todo mundo, mas no geral as pessoas dormiam 7, 8 horas da noite, tava todo mundo dormindo porque não tinha televisão em casa.” (Fevereiro, 2014)</i></p> <p><i>“A vida do pessoal do lugar era planta, garimpo, que trabalhava, né.” (Março, 2014)</i></p> <p><i>“Eu gosto de planta. Gosto muito, só que o tempo não tá ajudando. Cê vê essa roça aí hoje.” (Março, 2014)</i></p> <p><i>“Sabe, nesse processo aí de, de, de plantar menos ou plantar mais, eu acho que é realmente esse, esse, essa mudança no mundo em geral né, de, da, da, de deixar o meio rural e buscar o meio urbano, porque o dinheiro é mais fácil... A... valor... é... e não valorizar o alimento saudável, sem agrotóxico né, colhido ali... fresco.” (Março, 2014)</i></p> <p><i>“Porque enquanto podia tirar a candeia, tirava, pra poder socorrer a precisão. Agora, com o dinheiro da candeia, comprava despesa, comprava roupa, comprava remédio.” (Março, 2014)</i></p> <p><i>“Antigamente as família não saía. Ficava em casa né. Tinha os que trabalhava fora, mas os que tava em casa, tava os fio unido com os pais. Obedecia mais né... Hoje a natureza mudaro. Vai criano os fio, quando chega numa certa idade: “Ah, eu vou embora!”. Só quer saber é de embora. “Vou trabalhar fora, pra ganhar minha vida!”. Sai todo mundo, larga os pai em casa. Os pais tem de ir se virando.” (Fevereiro, 2014)</i></p>	
--	--	--	--	---	--

<p>Mudanças Socioambientais</p>	<p>Fortalecimento social através do Associativismo e de instituições externas</p>		<p>“Exatamente isso. Dizemos assim: se hoje é quinta feira, se eu já comecei, desde ontem a trabalá...e o máximo que eu mexo aqui é dois dia, porque num precisa de mais. Porque faz uma tábu de rapadura num dia são 64, aí num precisa da pessoa ficar a semana inteira ralando, cê tá entendendo? Pois é, então eu corto a cana, dizemos assim, ontem foi quarta, puxa... hoje eu começo a moer e talvez amanhã. Aí já forma. O outro corta sábado e começa na outra semana. Eu pelo menos vou de 2 em 2 meses.” (Março, 2014)</p> <p>“Esse engenho ajudou bastante. Nosso Deus, misericórdia! Inclusive, disse que ela tá lá... tá até com um probleminha lá...e eu to precisando moer, vamo ver o que é o defeito, né? E aí, a gente pede o prefeito e ele manda alguém pra oiá. Oiá pra gente direitinho...é assim que funciona.” (Março, 2014)</p> <p>“tem muita gente boa, especial, amiga da gente, que dá apoio até nas associações.” (Fevereiro, 2014)</p> <p>“Ali...cê vai entender melhor do que eu. Dizemos assim, se nessa semana eu for fazer, moer pra mim, aí então cê fica pra outra semana. No final da outra semana, cê leva a lenha e corta sua cana, vai e mói e não tem nada a ver...[usina comunitária de cana]” (Março, 2014)</p>	<p>“Foi porque o povo é... como que eu posso te dizer... foi porque o povo, entrosô! entrosa, cê sabe que que é entrosamento, a pessoa tem mais conhecimento, pegou mais conhecimento na pessoa, porque antigamente, o pessoal só ficava... o pessoal de Capivari só ficava... um povo mei assim isolado. Ficou um povo mei retraído pra traz, então, tinha vergonha, não conversava com ninguém. Não sabia receber ninguém. De certo tempo pra cá, todo mundo virou popular, todo mundo conhece todo mundo. Todo mundo sabe toma suas decisão, conhecimento, tem muito conhecimento. Então, eu acho assim, na parte de... humano, melhorou bastante. O pessoal uniu mais.” (Fevereiro, 2014)</p> <p>“Pelo próprio fato do encontro ter trazido várias coisas né, varias pessoas, essa troca né, a gente percebe né, que quem tava com 10 anos na época do primeiro encontro cultural, né, hoje tá fazendo direito em Belo Horizonte, outro tá no Rio, então eu, eu percebo né, que teve uma influência grande né, em, em alguns não, mas em muitos a gente percebe assim que, né, eles valorizaram, fizeram oficina, foi como um alerta assim, uma luz.” (Março, 2014)</p> <p>“O turismo já ajudou nós a abrir valeta pra trazer água. O [proprietário de empresa de turismo] veio como pessoal deles. Foi lá no mato ajuda nós a abrir valeta pra por a água. Porque essa água aqui não é de prefeitura não. Não. Isso é o turismo que nos ajudou. Ajudou a comunidade, fez o murirão e o turismo ajudano nós. Nós era ajudado por eles,</p>	<p>“A 10 anos atrás começo tudo com o... [nome da ONG]. No início era só uma idéia, né. Assim... Como se diz, pra melhorá a vida do pessoal né. Porque a saúde ia ruim, as criança ia ruim. Aí foi crescendo a Ideia. Há uns dois anos atrás veio a universidade também. Aí já ajudou bastante também. Que já foi para um outro lado né... Assim, da venda. Melhorou 100%, melhorou a produção. E aí veio a horta também, né. Depois veio o Santander, veio com 50 mil, veio com cimento, depois mais 70 mil, e veio o maquinário (risos). Aí veio com a horta, com as folha, os ovo, os minino pararo de adoece, né.” (Abril, 2014)</p> <p>“São as mulheres que trabalha com a granja. E tem os granjeiros também, né. Que a gente vende por um preço. Eles criam, depois entrega já a outro preço. Aí vai movimentando um poquim pra cada um, né.” (Abril, 2014)</p> <p>“A gente percebe que tá bem mais unido, né. Porque de antes era cada um pro seu, né. Ninguém tava preocupado se o otro tava numa... vamo dizé assim... se o outro tava precisano né... tava numa situação piô. Agora é todo mundo junto né. Um ajudano o outro. Se hoje eu to trabalhando, não to beneficiano só minha casa. É pra todo mundo né. E o negócio vai cresceno.” (Abril, 2014)</p> <p>“Ô, o grupo Bordados da Barra mesmo começou com minha tia [Moradora], ela começou, ela foi convidada pra participar de um encontro cultural no Milho Verde e... Já tem treze anos esse encontro cultural. Ela aprendeu bordar, os pontinhos lá, ela participou da oficina e aprendeu os</p>
--	--	--	---	--	---

				<p>aquele centro que tá ali, aquele centro comunitário, a gente agradeça o [proprietário de empresa de turismo] com o pessoal deles de lá. Eles adoava dinheiro, adoava as coisas pra poder pô ali dentro daquele centro.” (Março, 2014)</p>	<p>pontinhos.” (Fevereiro, 2014)</p> <p>“Aí ela ficou bordando em casa, começou a bordar, ela mesma fechava as pecinhas dela, ela fazia uma bolsinha, essas coisa assim que ela fa... Ela bordava à mão e fechava à mão também e o pessoal de fora ia comprando na mão dela. Aí depois ela ensinou a filha dela, a [moradora], e depois ensinou as sobrinhas a bordar e começou a conversar com as pessoas se queria formar um grupo de bordado.Então hoje nós já tamu com 13, 12 anos que... com 13 anos... 13 anos que ela participou do encontro cultural, então ela ficou um tempinho sozinha.Então aí as pessoas foram gostando da ideia e assim começou a formar o grupo. Aí já tem uns aí 12 anos que o grupo tá junto, bordando. Aí começou com ela, ela aprendeu bordar e passou pra nós os pontos.” (Março, 2014)</p> <p>“E portanto, da, da, aqui no bordar hoje nós tamo com 19 bordadeiras. Aí todo o sábado, aí... As bordadeiras bordam é em casa, igual tô te falando. Cada uma na sua comunidade, na sua casa...To, todo sábado a gente vem, todo mundo chega, reúne todo mundo pra tá bordando junto pra entregar as peças. A gente entrega, a gente passa os trabalhos pra elas tarem bordando. Aí é bom! E no mais, a gente vai em feira, em Belo Horizonte, geralmente quando tá tendo feira lá a gente participa. A última feira agora, em dezembro, foi no Expominas. A gente participou lá também. E no mais é [presidente de ONG], como ele viaja, sempre que ele vai pra Espanha ele leva trabalho da gente pra vender. Se ele vai, onde ele vai, ele vai levando trabalho e vai vendendo mesmo. Porque a gente tem muitos clientes que é de fora, ele só ligam</p>
--	--	--	--	--	---

					<p>pra [presidente de ONG] ou então, vai no, vai no e-mail, encomenda pra gente tá mandando. No caso é muito encomenda, sabe? Aí ajuda muito, todo mundo." (Fevereiro, 2014)</p> <p>"A gente tem o encontro do [nome ONG] que vem, que os pa... os meninos são apadrinhados. Aí vem, de vez em quando vem um presentinho pra eles." (Fevereiro, 2014)</p> <p>"Na verdade não, foi depois que fundou a associação comunitária. É, e com isso que veio, foi vindo as coisas. A gente conseguiu através da associação o depósito de água, o pessoal não tinha água na porta. Hoje em dia todo mundo tem água." (Fevereiro, 2014)</p> <p>"Desde o início. Sempre toda vida foi pra, pro turismo. Porque os pessoal da região compra, mas o que mais compra na nossa mão é o turismo mesmo. Pra fora... é, a gente p... assim, o pessoal, como igual tem os cientes que é da Suíça, então eles mandam, a gente manda pra lá. Mas é contato de fora através de [presidente de ONG]." (Fevereiro, 2014)</p> <p>"A gente conseguiu através da associação a estrada, que eu falei com cê né, de carro pra lá, que lá era trilha, pra ir..." (Março, 2014)</p>
Mudanças Socioambientais	Êxodo Rural e Urbano	<p>"Tá ficando mais difícil. Porque o pessoal que ta saindo né, num volta mais. Aquele que num quer sair fica só, igual eu mesmo. O que ta aí, fica aí só." (Julho, 2013)</p> <p>"Os que ta saindo é família inteira." (Abril, 2013)</p> <p>"Uns vai levar minino pra estudar em</p>	<p>"Tem uns que sai pra fora... os que não tão empregado sai, né" (Maio, 2014)</p> <p>"É porque os mais novo vai embora e, alguma coisa de dá certo no serviço e...o pessoal, os mais novo num ta indo muito pra longe não, é mais é pros lado de Conceição aí, nessa indústria nova aí" (Março, 2014)</p>	<p>"Eles saíram pra estudar, mas isso era de antes. Hoje não precisa mais né." (Fevereiro, 2014)</p> <p>"Alguns voltam, mas, né. Sai pra estudar, sai pra trabalhar. Muitos ficam. Alguns retornam, né." (Fevereiro, 2014)</p> <p>"Olha a vida que a gente leva... A gente o, a gente deixa a casa aberta aqui, por</p>	<p>"Tal, porque, porque hoje em dia as famílias, na verdade, os novos, os rapazes novos, os menino tão tudo indo pra fora" (Fevereiro, 2014)</p> <p>"Hoje [...] o pessoal ta saindo pra fora, ta trabalhando todo mundo fora. Tudo trabalhando fora, os maridos, né. E as mulher fica dentro de casa. Homem aqui é difícil acha, aqui, agora, nesse horário. Só</p>

	<p>Diamantina." (Outubro, 2013)</p> <p>"Daqui uns anos aqui tá é atôa [sem ninguém]. Se não entrar de fora daqui é ruim, porque daqui é pouco demais." (Julho, 2013)</p> <p>"De vez em quando uns vai embora... vai pra Diamantina... Não é família inteira. É... vai alguns e costuma ir, largar as posse deles fechada, vem repranta né... Dá um zelo nas posses e às vezes vai pra... assim, pra estudar filho, que tem muitos aí que mora no acesso longe do ônibus escolar né. E aí, pra ele estudar o filho, ele arrisca tendo que fazer isso né. Volta de novo, volta, vem, repranta, colhe, colhe o café, colhe... pranta mandioca e então é isso." (Outubro, 2013)</p> <p>"Não volta porque os meninos começa trabalhar, começa melhorar." (Outubro, 2013)</p> <p>"Fica mais fácil lá. O marido dela ficou meio doente, na época ele tava. Aí, eles mudou por causa dele." (Abril, 2014)</p> <p>"É, teve muita gente daqui que foi embora pra Diamantina, né. Isso tem muito tempo. Foi a maioria. Mas só que foram uns, vieram outros. Vieram outros. Foi porque achou mais fácil, né, de falta de serviço, né, emprego... Filho vai... É... estudar, não volta, aí tem que muitos pais que mudou por causa disso. É que foi por causa dos meninos." (Abril, 2014)</p>	<p>"Aí aumentou bastante. Por causa disso aqui, porque, as pessoa, algumas caso e foi embora, mas outras ficô por aí mesmo, aí foi aumentando as casas. Então assim... quase um comércio. Cê sabe assim, mais ou menos. Essas casa aqui é tudo gente daqui que caso." (Fevereiro, 2014)</p> <p>"Os mais novo vai tudo embora, têm ninguém aqui mais. Mora tudo fora, aqui principalmente vai pra São Paulo e Belo Horizonte, né. Aqueles que foi sem caba de estudá lá cabo de estudá lá, né. Minhas menina mesmo. Os menino cabo de estudá e hoje e trabaia." (Fevereiro, 2014)</p> <p>"Aí, eles foram embora por conta de condições financeira, achô melhor na cidade, aí uns trabalha de doméstica, trabalha de lá um serviço de lá, uns passa até muita necessidade, mas que ta lá... Fazê o que, né? Aí eu mesmo tentei morar lá, num dei certo num consegui, tentei, voltei pra cá e to aqui." (Maio, 2014)</p> <p>"Alguns sai. Os mais novo, cê sabe que tão formando e tão procurando é seuvício pra trabaia... Porque num tem, né. O dinheiro num dá, é muito fraco pra ganhar dinheiro..." (Fevereiro, 2014)</p> <p>"Que esse pessoal mesmo mexia que foi já foi tudo embora. Cês têm essa ocasião?" (Março, 2014)</p> <p>"Pessoar... Foi tudo embora... Foi... Morar em São Paulo." (Março, 2014)</p> <p>"Os povo mais novo quê estuda, casca fora." (Março, 2014)</p> <p>"Sem dúvida diminuiu muito a população. 80 pessoa só desse bloco aí saiu e foro pra Serra Azul. Venderô a propriedade." (Fevereiro, 2014)</p>	<p>exemplo. A gente vai pra cachoeira, aí a gente não fecha a janela, só cerra a porta, não tranca nada. Se, se eu tiver aqui... aí se eu sair a gente tranca a casa. Mas no dia a dia a casa permanece aberta, né? Nem pra dormir a gente fecha." (Fevereiro, 2014)</p> <p>"Tem gente daqui que ta voltando, gente de fora também, que ta vindo. Igual tem... muito... esses pessoal hippie mesmo, aqui tem uma imensidão deles... alugando casa... mas não incomoda não." (Março, 2014)</p> <p>"E alguns tão indo pra fora, né, vai pra Belo Horizonte... Trabalhar um pouquinho, né." (Fevereiro, 2014)</p> <p>"Meus filhos tão tudo pra fora. Tão tudo estudando." (Março, 2014)</p> <p>"Uns mexia [mexe com roça], outros não, né, porque hoje em dia eles estudaro, né, eles quer saber só de sair para trabalhar fora, ganhar o dinheiro mais fácil, né. Não quer pegar o pesado, iguali antigamente..." (Fevereiro, 2014)</p> <p>"Trabalhando fora... pra ganhar o dinheiro fora, pra trata das família. As família... Vai os filho pequeno... os veio fica em casa." (Fevereiro, 2014)</p> <p>"Os fio esparramo e aí nos tivemos que vim embora pra Capivari." (Fevereiro, 2014)</p> <p>"Igual, os filho. Eles vão pra Diamantina. Aí muitos vão e ficam porque faz federal. Outros que não querem mudar, faz Unopar." (Março, 2014)</p> <p>"Mas aqui em Capivari também tem muita gente pra fora. Tem gente em Jaboticatuba, em Conceição, nessa</p>	<p>pura mulher. Os homem tudo ta fora" (Março, 2014)</p> <p>"Agora os filho novo desse povo ta tudo pra Curvelo, Alvorada, tem gente. Tá tudo pra lá." (Fevereiro, 2014)</p> <p>Uai, geralmente os mais novo vai embora... Vai embora né? Vão embora pra Belo horizonte. Se num vai num têm uma opção..." (Fevereiro, 2014)</p> <p>"Os mais novo gosta de ir é pra fora... sai pra fora, pra trabaia." (Fevereiro, 2014)</p> <p>"Sai pra estudar... Depois que foi... Vêm passia né? Mas num vortá, não." (Março, 2014)</p> <p>"Mais fica... de idade. Por que o pessoal novo está saindo muito pra fora pra trabalhar, que têm muita gente fora... Belo Horizonte, e... Até que São Paulo não é menos... Mais Belo Horizonte..." (Março, 2014)</p>
--	--	--	--	---

			<p>"Daqui tem gente em São Paulo, Belo Horizonte, Diamantina. Foro e num pudero volta mais." (Março, 2014)</p> <p>"Muita gente foi mudano. A nova geração quer uma vida mais leve. E aí, vai tudo é embora." (Fevereiro, 2014)</p> <p>"Vai desistindo. Agora que ta acontecendo que... com esse tal do IEF aí. [morador] ali no parque. Em seguida a turma aí do florestal aí, agora acabo aí. que o povo vai embora mesmo." (Março, 2014)</p> <p>"Meus menino caso foro embora, fiquei sozinha." (Fevereiro, 2014)</p> <p>"Nossa, o que têm de gente aqui em Belo Horizonte minha filha. É, muita gente. Falta de emprego no lugar. Vamos supor, roça é pra aquelas pessoas que num têm um estudo, num gosta de cidade. Vai embora pra... mudá de vida, ter uma vida melhó, uma vida de menos sofrimento." (Março, 2014)</p> <p>"vai ficando tudo difícil, muito cansado, todo mundo assim sem condição de cuidá da família. Igual aqui ti... Tinha ninguém, tinha condição de cuidá dos fio. Foi indo tudo embora, foi caça um jeitinho de trabaiá!" (Março, 2014)</p>	<p>mineração tem muitos memo. E tem lá perto de Belo Horizonte também, esqueci o nome do lugar. Saiu todo mundo." (Fevereiro, 2014)</p> <p>"O que fez a gente mudar pra aqui, é que os menino... precisava, precisava de estudar [comunidade que veio do rural para o centro urbano de São Gonçalo do Rio das Pedras]." (Fevereiro, 2014)</p> <p>"Eu morava era na Jacutinga, mas de lá eu vim pra Capivari. Eu tinha mocado de minino e tinha que pô o minino na escola. Lá num tinha escola. Então nós mudamo pra aqui. Fizemo esse rachim aqui pra nós mora." (Março, 2014)</p> <p>"E hoje o povo novo ta saindo pra fora, não ta querendo mais é... ajudar!" (Fevereiro, 2014)</p> <p>"Eles começaram a vim pra cá. Uns trinta, mais que isso não, porque eu lembro... Como se diz...vinha uma família, vinha os filhos, os netos..." [comunidade que veio do rural para o centro urbano de São Gonçalo do Rio das Pedras]. (Março, 2014)</p>	
Mudanças Socioambientais	Infraestrutura	<p>"É, mas aquele grupo foi bem depois que fizeram ele... é... começamos estudar numa casa do moço, era numa casa perto da fábrica de farinha. De lá é que fez aquele grupo lá. Fez ele de barro, de tijolo, depois é que fizeram aquele material. Mas eu mesmo não estudei não. Fui um dia na escola." (Outubro, 2013)</p> <p>"A gente no tempo que a gente também tava... Cresceu aqui. Era</p>	<p>"Mudou o asfalto. É... mudou o asfalto. É. Antigamente a gente andava era assim... naquele trio assim ó; naquele trio num dava nem pra ir carro nas porta da casa das pessoa." (Março, 2014)</p> <p>"A parte da prantação mudou um pouco, porque muitas vezes cê precisa assim de... arar a terra, né. Aí cê vai na prefeitura. Aí eles vem, ara, cê planta, planta. É mais fácil. E dá melhó, né. E antes tinha tudo que capinar e as planta quase que num</p>	<p>"O transporte era sempre menos." (Março, 2014)</p> <p>"Comparando de 95 até hoje é impressionante como que, né, o acesso, né. Melhorou muito, o, a condição de ter um transporte, né? Hoje a maioria das, dos jovens tem moto." (Março, 2014)</p> <p>"Mudou, porque antigamente não tinha água encanada. Nós pegava água no rio. Sabe que nós carregava água, no que? Cabaça. Plantava a... (risos) abóbora..."</p>	<p>"A gente tá lutando pra eles conseguir a luz, a estrada de carro já vai até lá [Boqueirão]." (Março, 2014)</p> <p>"Uai, de melhora aqui a gente consegui, agora a gente tá tendo médico aqui de 15 em 15 dias. Antes era de mês em mês. Mas já é uma vitória..." (Março, 2014)</p> <p>"Tem a... o controle de pesagem das crianças." (Fevereiro, 2014)</p> <p>"Nossa água aqui vem de uma barragem. Não é água boa. Não é. Já foi feito o teste</p>

		<p>mais sofrido, não tinha esse tanto de carro, não tinha nada. Aqui tudo saía era no lombo do burro, cê buscava as bóia, as despesa toda era no lombo do burro. Não tinha... Todo canto que ocê ia aqui era só no burro." (Julho, 2013)</p> <p>"E essa praça [placa de luz] é fraquinha, não guenta nada! Isso não guenta um bifásico, não guenta um... ferro elétrico. A luz tá pra vir. Isso aí é... vai vir lá pros anos cem, essa enrolada lá. É... Tem um deputado que prometeu que se a gente..." (Outubro, 2013)</p>	<p>dava." (Maio, 2014)</p> <p>"O que mudou mesmo, é que o estudo melhora muito né. Hoje quem quê estudá, estuda. Quem num quê tamém, não adianta de mexe né. Mas cê vê, aí tem escola já. Quando o menino já cresce, já tem o transporte. E vem busca na porta, viu? Muitas vez o minino num precisa nem de anda. Então pra essa situação aí, eu acho que é o que mais mudo mesmo, pra falar assim... na vida do povo aqui." (Março, 2014)</p> <p>"De melhora que teve, com certeza... Aqui pra nós, aqui... Foi a estrada. Isso aí facilitou muita coisa, né." (Fevereiro, 2014)</p> <p>"Cê sabe quando a gente era assim adolescente... Que agente, pelo menos... Nem estudar, que eu não tive estudo, porque num teve condição, né. De colocar na escola e também num tinha escola." (Março, 2014)</p> <p>"Num tinha, por exemplo, meus menino estudo tudo sem tê um ônibus, sem tê um carro pra i la daqui a pé pro Itambé, de baixo de chuva, vortava a noite, tudo de baixo de chuva." (Fevereiro, 2014)</p>	<p>abóbora d'água, quando ela secava a gente furava um buraquim nela assim, tirava a semente toda de dentro, limpava ela, bem limpinho... Porque a gente não agüentava comprar vasilha pra pô a água não. Então, lavava ela bem lavadinha, carregava água era na cabaça. Daqui onde a gente tá morando, cê num tá vendo o rio lá embaixo. Carregava de lá embaixo..." (Março, 2014)</p> <p>"O pessoal que modificou tudo, é... principalmente estudo, né? Hoje em dia tem ótimos estudos, ótimas salas. Antigamente aonde que a gente estudou né." (Março, 2014)"</p> <p>"Quando a gente veio pra aqui, aqui não tinha rua. A gente fez tudo braçal." (Março, 2014)</p> <p>"Apesar de, da, da qualidade não ser boa, né, mas assim, o pessoal tá com muito mais condição de estudar, né? Pela, pela facilidade do transporte, pela facilidade do, da internet." (Março, 2014)</p> <p>"Mas de certa forma hoje ta melhor. Tudo ficou mais fácil. Pelo menos, transporte... melhorou 100%! De primeiro não tinha transporte para Capivari não. Você tinha que sair daqui a pé e ir lá no trevo para pegar o ônibus para ir embora pro Serro, uai. Saia 4 horas da manhã, pagava o ônibus as 7 horas da manhã. Saia do Serro 3 horas da tarde, chegava em casa 7 horas da noite de novo." (Fevereiro, 2014)</p> <p>"Agora a luz é da prefeitura. A luz foi o prefeito que colocou. A luz... essa é o prefeito. Tudo isso já melhorô o lugar né. Aqui de primeiro, era feio esse lugar minha fia... agora que ficou mais meió.</p>	<p>aí. Porque quanto começamo com a granjeira, tivemos que fazer, pelo IMA. Aí viu que essa água... A água que a gente bebe mesmo... Essa água não é própria não... Como se diz... Não é uma água boa. Viram que não é mesmo. Já deu doença em muita gente aí." (Abril, 2014)</p> <p>"Antigamente os minino ficava desnutrido, até morria. Teve que já morreu, já. Agora já tem uma mínima saúde aí, né." (Abril, 2014)</p> <p>"Aqui pra nós que mudou foi a estrada, né. Mas isso aí não foi Prefeitura que fez não. Foi o [morador] que começou com isso aí. E no final cada um ajudou como pôde, né." (Abril, 2014)</p> <p>"É assim... a escola que hoje têm" (Março, 2014)</p> <p>"Nóis não conseguimos foi a luz ainda minha fia. Tamo nessa luta aí só Deus sabe quanto tempo já. É uma dificuldade só [Boqueirão]." (Abril, 2014)</p> <p>"Essa estrada que é ainda muito ruim né. Não tem transporte... Podia era de melhorá. Quando temo de busca ou leva mantimento... o povo cobra é... 70,00 reais de Milho Verde. Quem agüenta? E hora e outra tem que pagar, né. Porque nós tem as precisão." (Abril, 2014)</p> <p>"Nós somo muito é desfavorecido com a falta de condução. Já ganhamo cimento e fico no Milho Verde, por falta de modo de trazé. Cê vê que a luz também, tá pra todo lado. Até lugar sem morador já tivemos notícia de tá tendo luz... E aqui pra nós... Até agora nada." (Abril, 2014)</p> <p>"Eu trabaiei no grupo minha filha... Era buscano lenha... Buscava a lenha... Lavava vasilha no rio... Pra fazê comida...</p>
--	--	--	--	--	---

				Antigamente era... querosene...querosene e lasca de candeia (risos). Rachava a candeia em lasquinha e botava pra acender pra lumiar. Aquela luzinha pequena den de casa. Aqueles que num podia comprar o querosene iluminava com a candeia né... Candeia no cerne, a gente cortava e rachava, bem rachadinha pra lumiar.” (Março, 2014)	Buscava água na cabeça... punha um jarro na cabeça e otro na mão... Pra podê trazê água pro grupo... pra lav... o grupo... Tratava lá buscava a água na cabeça... Hoje as servente... O papel docês nasceu é... Em berço de oro. Por que... Têm água dentro do grupo... Fogão a gás... Num busca lenha...” (Março, 2014)
Mudanças Socioambientais	Paisagem/recurso natural	<p>“Descansar a terra. Depois, daí uns tempo aí que a terra descansou, a gente roça ela de novo. Torna prantar. Cabiceira de água nós não devora, nós queremos a água é... assim, queremos a água sem problema, né. Cabeceira de água nós não devora, nós gosta de preservar as cabiceira de água, deixar os mato tudo beleza e então nós não devoramos cabiceira de água, né. Cabiceira de água nós não gosta que... nem fogo queima e nem que... Sem ela nada veve, eu não vivo, minhas criação não veve, nada veve e ela já lá vai ficando em últimos anos pra cá pouca, né?” (Outubro, 2013)</p> <p>“O camporão vinha aí na beira do caminho. Aí cê ía daonde você veio, tinha um camporão muito pesado, cabou de fogo. [mata na beira do rio].” (Julho, 2014)</p> <p>“Mas aqui, minha fia, esses mato tudo preservado aí, foi apagado fogo muitas vez. Meus meninos ía... toda semana apaga um fogo no mato. É... Esse mato ali mesmo num queimou tudo, mas queimou só por baixo. Mas</p>	<p>“Bom, o que mudou é que hoje tem muito mato, muita vegetação. Cê num planta, na verdade não, mas tem o mesmo, alguma coisa, fresco... porque o mato refresca, né. Tem a água tamém... Em época que o sol tá bravo demais, ela diminui. Mas só na época... Mas a água de primeiro, tinha muita água...Mas tem muito tempo que a água diminuiu... Bem tempo. Dez a vinte anos atrás, tinha mais água... Primeiro o pessoal vivia aqui, fazia carvão, acabou esse trem...o mato saiu. O povo num tá desmatando. Isso deve ter uns vinte e tantos anos...” (Março, 2014)</p> <p>“Mas era sofrido também. Era muito sofrido... Aquela fumaça! Mas melhorou, isso parou.” (Abril, 2014)</p> <p>“A água aqui diminuiu muito. Pra mim foi a Braquiaria que colocar.” (Fevereiro, 2014)</p> <p>“Sabe porque que muito lugar não tem mata ainda? Porque ela demora pra volta. 20 ano ainda... assim... pode num cê o suficiente pra ela.” (Março, 2014)</p> <p>“Aí tinha era muita mata. Mas de primeiro o pessoal era muito necessitado. Teve que tira... Bendizé, pra comé, né.” (Fevereiro, 2014)</p> <p>“Antes o pasto era nativo, era o merloso.”</p>	<p>“Ô, pelo menos muita plantação de roça num tem não. [mais não]. É porque esse povo novo, eles não ficam querendo esse serviço, porque serviço de roça é serviço pesado, né? E... esse povo novo num fica querendo muito isso. É... então eu acredito que seja por isso que não tão é... não tão querendo plantar muito né? Porque serviço de roça é pesado.” (Fevereiro, 2014)</p> <p>“Porque a candeia tinha muita aí no mato. Agora que não tá tendo muita candeia né. Mas antes tinha muita candeia aí no mato. Então foi acabando. Agora que tá começam a sair de novo outra vez. Agora tem candeia, mas não tem candeia no cerne, como tinha de primeiro, seca pra poder iluminar não. Tá velde, né. A sequinha, ficava por cima no mato, caía casca, ficava aquela casca assim...” (Fevereiro, 2014)</p> <p>“Quando achava muito então [Sempre-Vivas]... Agora que ela tá dando mais pouco, né... Ela ficava tremendo assim no campo, branquinha nos campo, que ela até trançava uma na outra. Era preciso da gente sacudia, ela, pra separar, pra gente poder panhá, senão arrebentava as flozinha pra cima. Mas</p>	<p>“Que foi o estrago que fez muito no rio. Destruiu muita coisa...Bonita que tinha. É. Ô, os peixes acabaram. Né? Muitas mata que tinha...na berada do rio...Aquela beleza natural acabo, né por que, desbarrancava tudo né? Desmoronava tudo. Acabo que os rio mesmo bonito fico...É, antigamente o rio aqui era... Muito grande... eu como morei toda vida aqui, a gente, num tinha água encanada a gente lavava vazia no rio. Então a gente levava as vazia suja pa lavá no rio, quando a gente punha, as panela enchia de peixe. De tanto peixe...que tinha ali. E hoje e... Agora até que tá tendo uns lambari, mas os peixes, mandinha, esses peixe acabaram! Eu acho que ta voltando por que diminuiu, acabo as bomba. Mas mesmo mandinha é muito difícil achar, e antigamente tinha tanto. E têm um rio aqui perto que chama samanbaia que a gente pra ir pra uma roça pra gente, e a gente passava lá na época de reprodução dele, a... Era tanto que cê podia chega assim com uma vasilha e pega no... Na... Na... Na praia...no rio de tanto peixe que tinha. E hoje...Num têm mais por que... Têm o... o uso do... Dos... Do... Do gás dos produtos, do óleo né? Lá nas bomba... Aquilo destruiu. E acho que no desmorona os rio</p>

	<p>tinha mais mato...era mais nas bera." (Outubro, 2014)</p> <p>"Tinha... antes? tinha muita lavoura! muita lavoura mesmo!" (Abril, 2014)</p> <p>"Eu alembro quando tinha mais mato. Aqui... aí passava aí na beira esse aí. Eu que rocei... Ali eu rocei pra prantar, né? Depois a mandioca não quis dar mais, eu fiz pasto." (Julho, 2013)</p>	<p>(Março, 2014)</p> <p>"Ô que matarel aí, ninguém tem nem uma pranta. Num pode... roça! Cê num pode passa e pô fogo pra tratá." (Março, 2014)</p> <p>"A mata que saiu, agora é gado" (Fevereiro, 2014)</p> <p>"ocê só via era fumaça nesse trem... [...] Mas muita gente ficou doente também, né. Era um pretume o ar aí. Quando tava sol igual agora assim... nó! aí que era sofrido, cê só via era fumaça." (Março, 2014)</p> <p>"mas o oxigênio era barra pesada..." (Maio, 2014)</p> <p>"Nós sofria com o á, né. A poluição era demais. Eu lembro que mês de agosto, ninguém agüentava aquela poluição, cê via mesmo!" [carvão] (Março, 2014)</p> <p>"Na época que tinha carvão, acabou as mata, né. Mas agora já volto. Voltô tudo já." (Abril, 2014)</p> <p>"Uai, quê mudou é que era tudo pastagem ali, onde cê tá veno, aquele eucalipto, ali? Era tudo pasto. Aí com a fazenda... quando a fazenda veio, virô tudo pro eucalipto. Mas na mata não. A mata do jeitim que ela tava ela vai permaneceno. Só naonde que era pasto é que tranformô." (Fevereiro, 2014)</p> <p>"Pra mim eu acho que ta do mesmo jeito. Que esse solo da gente é fraco, tenho até vontade de plantá, que eu gosto de planta, pra num te enganar ocê... mas aí os filho cresce, vai procurar trabalhar pra eles, pra gente só, fica difícil, né?" (Março, 2014)</p> <p>"Tá muito quente... num tem como plantá um feijão assim muito, igual a gente gosta de plantá, porque olha pr'ocê vé como o solo tá, se plantá, só com adubo, né.</p>	<p>diminuiu demais, agora diminuiu e muito. Agora dá, mas dá mais pouco." (Março, 2014)</p> <p>"Antes o solo era baum. Dava muita planta. Agora com essa secura... O solo tá muito ruim pra... dizé assim... pra plantá, mesmo. Não tá compensano mais naum." (Fevereiro, 2014)</p> <p>"Agora um ponto negativo do turismo, prejuízo... é essa questão de se perder os quintais, pra querer o dinheiro fácil.. Aí chega gente procurando casa, aí não tem, é, no quintal eles fazem uma casinha, depois faz outra casinha, e vai alugando porque tem essa demanda, de gente de fora que tá chegando e os filhos que tão crescendo e casando também querendo espaço, né? Ter sua casa e tal. Aí, nessa aí, vai acabando os quintais." (Março, 2014)</p> <p>"Porque olha pra você vê, isso aqui era uma mata, eles planta uma roça aí num ano, coleta tudo, quando eles caba de coleta a roça, eles mete Braquiaria em cima. Transforma tudo em pasto. Eles mesmo ta prejudicando eles. E o tanto que ela acaba com água." (Fevereiro, 2014)</p>	<p>eles ficaram sem encosta pra ficar...Aí acabou." (Março, 2014)</p> <p>"Olha, olha [morador local], olha o que que é Samambaia, pra vê, aqui agora! Olha que que é Samambaia, esse trem tudo em geral. Quando cair um fogo... eu tenho medo aqui. Eu não ponho criação aqui mais não. Se cair um fogo... Cê pode falar assim, pô sumi! Pô salvá a vida, porque vai embora tudo." (Fevereiro, 2014)</p> <p>"O que modificou, que foi...Tem, esse pasto todo que tem é de um... De uma pessoa só, de lá do Milho Verde, do [morador] num sei se cê já ouviu falar...Então, é dele. Tudo que cê ver de Braquiaria aí é dele." (Março, 2014)</p> <p>"Uma parte ali da Chacrinha ali é pura mata. Ali é a nascente do Jequitinhonha. A nascente ligitima do Jequitinhonha é aquele ali. Esse aí que é. Ali não pode mexer, não! É, Toá! Eles trata... é de Toá!" (Fevereiro, 2014)</p> <p>"Tem esse eucalipto aí, que de antes não tinha. Veio foi de fora né. Daquela mulher do Serro... A [proprietária]." (Março, 2014)</p>
--	--	---	--	---

			<i>Arrisca de perder a semente..." (Fevereiro, 2014)</i>		
Percepções sobre a APAEAV	Educação Ambiental			<p><i>"Eu acho que tava ficando uma bagunça, né. E a APA, ela... tá funcionando e, e, unfundindo nas pessoas um conhecimento de que não pode ser tanto assim, desmatando e... estragando a, o meio ambiente tanto assim como tava sendo, né. Eu acho que esse acontecimento da APA foi uma coisa muito boa ter criado isso. Pra mim, eu, eu penso assim." (Março, 2014)</i></p> <p><i>"Vários cursos né, foram realizados aqui, independente de ser ligado a meio ambiente né, um curso que traz é, crescimento da própria pessoa, como o curso de primeiros socorros. Conhecimento pessoal, que pode ser usado na sua vida, no dia a dia, independente de tá aplicado no meio ambiente, de tá preservando. Né, cê tem, são vários cursos que te dá base pra você ganhar a vida em outros lugares também." (Fevereiro, 2014)</i></p> <p><i>"Porque aqui, é... como que eles fala... é Parque sustentável, né...Aqui é APA. Aqui na APA o pessoal pode panha [sempre-vivas], ainda panha. Num pode é de qualque jeito né." (Março, 2014)</i></p> <p><i>"Eu não era muito a favor... Mas depois vieram esses cursos... Eu vi que meu minino ficou muito empolgado com isso aí. E foi através dele que fui entendendo um pouco né. De primeiro ele fez o curso pra voar [técnicas de emprego de aeronaves no combate a incêndios]. E depois teve um outro.. não vou saber te dizer... Mas</i></p>	<p><i>"Achei foi bom, porque pelo menos conserva, né. Aqui eles não persegue, não. Igual o povo acha ruim. Mas de antes o povo tirava madeira escondido... no terreno da gente mesmo. Agora não. Cabeceira d'água mesmo... Igual eles tá sempre aí. Eles vai nas casa... Explica porque não pode caba com a cabeceira d'água, né. Quando a gente vai roça eles vem tamém. Ajuda a pô fogo direito... Igual mesmo aquela Serra, do Pacu, ali, sempre tava seca... Ficava sempre uma secura só. ô como ela tá bonita, verdinha." (Março, 2014)</i></p>

				eu sei que ele gosto muito.. parece que traz conhecimento né. E os jovens precisa, viu, minina, tão precisando..."	
Percepções sobre a APAEAV	Fiscalização	"Ah única coisa que o pessoal da APA perseguindo muito aí, é o povo pra não por fogo. Pra não por fogo é certo. Isso aí até nós também tão querendo que a gente num queima." (Julho, 2013)		"A APA pra mim foi uma coisa muito boa. Porque tava tendo muita invasão, e tava tudo muito... Pra mim eu tinha uma vez que eu ficava achando assim tá estranho gente, tá parecendo que a gente tá morando numa terra de ninguém". (Maio, 2014) "A privação não pode roçar, num pode roçar. Um pau de lenha pode buscar, num pode buscar uma lenha seca que tá lá, que ela vai apudrecer lá no mato pode. Isso aí é uma grande mudança... Por causa de gente que tem criação, gente que essas coisas e, e... são proibido, a gente sabe que são proibido a criação, essas coisas, criar dentro da rua... e né?" (Março, 2014)	
Percepções sobre a APAEAV	Indiferença/desconhecimento	"Eu quero te dizer, eu fui criado sem conhecer isso aqui, esse tipo de coisa. E também criei os meus todos "filho", que até o meu caçula já me deu uma neta, nós paga... minha dona paga pensão todo mês pra ela. Já "ta" uma neta grande assim, ó! Paga pensão todo mês. Então eu criei a minha família, o meu pai me criou e eu também criei a minha família sem conhecer esse tipo de coisa. Depois que ocê já criou sua família, já deu uns... já lutou, é que vêm esse tipo de coisa pra cá. Veio com a agenda até essa aí, igual você ta aí com a caneta na mão, o quê que ele traz procê? Pode trazer um malefício, não um benefício. E	"Apa? Nunca ouvi falar..." (Março, 2014) "Ah... Isso aí eu não sei te dizé não, viu, minha fia" (Fevereiro, 2014) "Não. Não ouvi falar não" (Maio, 2014) "Porque a área, a APA muitas vezes precisa... Atrapalha pra algumas pessoas, mas pra outras também não... Eu pelo menos, pra mim, não me atrapalha em nada, a APA ta pra lá, eu to pra cá." (Julho, 2013) "Disso aí eu num entendo é nada. [apa]" (Outubro, 2013) "Porque não ser APA [ser APA] pra mim, eu acho que não mexeu em nada." (Julho, 2013) "Não muda." (Julho, 2013)	"Ah olha, eu acho que a APA não interfere em nada não. Sabe, nesse processo aí de, de, de plantar menos ou plantar mais, eu acho que é realmente esse, esse, essa mudança no mundo em geral né, de, da, da, de deixar o meio rural e buscar o meio urbano, porque o dinheiro é mais fácil... A... valor... é... e não valorizar o alimento saudável, sem agrotóxico né, colhido ali... fresco." (Março, 2014) "Acha que por eles tá perto... Mas não faz tanta diferença [estar dentro da APAEAV]" (Março, 2014)	"Ah, por enquanto não incomoda com nada não." (Fevereiro, 2014) "Apa? Não mudou em nada, não." (Março, 2014) "Pra isso aí... Assim... Não mudou nem pra ruim, nem pra baum." (Abril, 2014)

		talvez... que nem ocê ta aí escrevendo, eu sei o quê que é que vai vir pra mim amanhã? Eu não sei. Através de você, talvez pode vir uma coisa que eu nem espero. É assim... É o caso deles e da APA é isso aí, ó. O que eles vem...Aí... Nós tem que fazer o roçadinho, que eu não escondo pra ninguém que eu sou trabalhador rural, aí eu tenho que roçar...." (Abril, 2014)			
Percepções sobre a APAEAV	Geração de Emprego			<p>"É, também deu emprego pra algumas pessoas, né? Eu acho que foi bom." (Fevereiro, 2014)</p> <p>"gerou um monte de renda né, e isso é muito bacana. É vários empregos é, diretos, vários empregos indiretos, principalmente nos feriados né? Gente pra fazer ronda, pra fazer guia." (Março, 2014)</p>	<p>"Tem um minino daqui que foi trabalha lá. Ele vai sabe explicar procê direitinho isso aí." (Abril, 2014)</p>

Anexo 3 - Ficha de Campo

Localidade: _____ Município: _____

Ponto Georreferenciado: _____

Número das fotografias registradas: _____

Organização Social: _____

Infraestrutura (Escola/Grupo/Creché/Posto de saúde, etc): _____

Outros estabelecimentos e observações: _____

Questões	Objetivos
De que sua comunidade vive hoje? Qual são as fontes de recursos financeiros?	Identificar a origem da renda econômica na comunidade, nos dias de hoje
Quais as mudanças que ocorreram na vida da comunidade? De que as pessoas viviam antigamente? Quais mudanças você identifica na paisagem? Que recursos naturais havia e não existe mais? O que mudou?	Identificar possíveis mudanças socioambientais nas comunidades
Você conhece ou já ouviu falar da Área de Proteção Ambiental das Águas Vertentes? O que ela representa/Quais as mudanças ela trouxe para sua comunidade?	. Identificar a percepção da comunidade sobre a Área de Proteção Ambiental das Águas Vertentes.

Observação: Verificar a qual núcleo social a localidade está inserida.